

Letícia Fiera Rodrigues

**JORNALISMO ECONÔMICO DA FOLHA DE SÃO PAULO
DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO LULA (2003): O BANCO
CENTRAL E A TAXA SELIC.**

Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política para
obtenção do título de Doutor, sob
orientação do Prof. Dr. Ary Cesar
Minella.

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Rodrigues, Letícia

JORNALISMO ECONÔMICO DA FOLHA DE SÃO PAULO
DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO LULA (2003): : O
BANCO CENTRAL E A TAXA SELIC. / Letícia Rodrigues ;
orientador, Prof. Dr. Ary Cesar Minella - Florianópolis, SC, 2014.
234 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Jornalismo econômico. 3.
Sistema financeiro. 4. Copom. 5. Taxa Selic. I. Minella,
Prof. Dr. Ary Cesar . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.
III. Título.

Letícia Feira Rodrigues

**JORNALISMO ECONÔMICO DA FOLHA DE SÃO PAULO
DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO LULA (2003): o Banco
Central e a taxa Selic.**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, ____ de _____ de _____

Prof. _____ Dr. _____
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ary Cesar Minella
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Itamar Aguiar
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Clarisse Chiappini Castilhos
Fundação de Economia e Estatística/ RS

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Suplentes:

Prof. Dr. Erni Seibel
Universidade Federal de Santa Catarina

Dr. Ângelo Augusto Ribeiro
Ministério Público de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Ao professor Ary Minella, que muito me ensinou nesses anos de convivência. Aos professores Fernando Ponte e Valdir Alvim pelas observações na banca de qualificação. A Clarisse Castilhos, amiga e grande incentivadora, por ter participado da banca final, cujas observações significativas durante nossas jornadas amigáveis puderam dar fim a este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política por ter aceito minha proposta de pesquisa, em especial a professora Cécile Raud (*in memoriam*) que me incentivou a continuar minhas pesquisas. À solícita Albertina Buss Volkmann, secretária do Programa e Pós-Graduação.

Esta tese teve participação indireta e direta dos colegas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da UFSC. Aos amigos sempre presentes Ricardo Felix, Ana Rita Mayer, Dalton Reis, Joanna Callado e Andréia da Silva (Bela e Snoopy). E, claro, Dóris, Flora e Panda. Uma constelação de elos fortes e fracos que se constituíram na convivência com o Núcleo de Estudo sobre o Sistema Financeiro (NESFI).

Aos amigos e às amigas que frequentaram a Casa do Sol e compartilharam das suas alegrias e angústias em tempos contemporâneos tão difíceis, mas que permitiram que a casa expandisse prosperidade, solidariedade e principalmente muito amor.

Aos amores vividos e àqueles que ficaram na eminência da possibilidade...

A minha família que apesar da ausência de corpo presente, souberam esperar e respeitar a procura de meu tempo...

RESUMO

A pesquisa analisa a cobertura do jornalismo econômico impresso e o editorial da Folha de São Paulo sobre a definição da taxa de juros Selic pelo Conselho de Política Monetária (Copom) durante o primeiro ano do Governo Lula (2003). O foco principal do estudo é a relação do jornalismo econômico com as fontes e seus vínculos institucionais. A pesquisa incluiu um total de 351 matérias, das quais 282 assinadas por 17 jornalistas, 44 edições da coluna Painel S.A, 9 da coluna Repercussão e 16 matérias não assinadas que, em conjunto realizaram 502 consultas a 185 fontes vinculadas a 95 instituições. Considerou-se a composição do Copom e o conjunto de vínculos institucionais de seus membros para identificar padrões de relacionamento entre o público e o privado. Leva-se em conta o processo de globalização financeira das últimas décadas, que significou uma reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira, com maior abertura e desregulamentação dos mercados que, entre outras implicações, intensificou a concentração de capitais, com operações de fusões e incorporações, incluindo as empresas de mídia. Observou-se como a trajetória do grupo Folha de São Paulo se insere neste processo, por um lado, pelas transformações internas que ocorrem em sua composição acionária e pela expansão que realiza tanto pela formação ou incorporação de empresas quanto pela associação estratégicas com outros grupos da área e, por outro, pelo espaço ocupado pelas fontes jornalísticas vinculadas ao sistema financeiro. Constatou-se que as decisões mensais do Copom ao longo de 2003 receberam uma atenção permanente do jornalismo econômico da Folha, que adotou um posicionamento editorial a favor da baixa da taxa de juros Selic e mobilizou um conjunto amplo de fontes no jornalismo econômico. A identificação básica dessas fontes revelou uma diversidade de vínculos institucionais. Ao mesmo tempo, a análise mais detalhada sobre o universo dessas fontes permitiu constatar uma clara preferência pelas fontes vinculadas ao sistema financeiro, que se expressa tanto pelo maior número de vínculos com as instituições financeiras como pela quantidade de vezes em que são mobilizadas. Por mais que haja polifonia presentes no noticiário financeiro, o peso relativo das fontes advindas das instituições financeiras conotam a tendência a criar convergência entre os meios de comunicação e o universo financeiro. Os procedimentos metodológicos adotados incluem a pesquisa bibliográfica e documental além da Análise de Redes Sociais, com a utilização do programa Ucinet6.

Palavras-chave: Jornalismo econômico. Sistema financeiro. Copom.
Taxa Selic.

ABSTRACT

This research analyzes the printed business journalism coverage and the editorial of *Folha de São Paulo* on the definition of *Selic* interest rate by the Monetary Policy Council (*Copom*) during the first year of Lula Government (2003). The focus of this study is the relation of economic journalism with its sources and the institutional affiliations of these. The survey included a total of 351 news, 285 of these signed by 17 journalists, 44 editions of the *Painel S.A* (SA Panel) Column, 9 from *Repercussão* (Repercussion) and 16 unsigned news, which together performed 502 visits to 185 sources affiliated to 95 institutions. It was considered the *Copom* composition and the set of institutional affiliations of its members in order to identify relationship patterns between public and private sectors. It is taken into account the financial globalization process of the last decades, which meant a reorganization of the global financial system and the emergence of immensely increased powers of financial coordination, with a larger opening and deregulation of markets, which among other implications intensified the concentration of capital, with merges and acquisitions, including media companies. It was observed how the course of *Folha de São Paulo* group takes part in this process, first through the internal changes that occur in its shareholding structure and the expansion performed both by the formation and incorporation of companies and by strategic associations with other groups of the area, and on the other hand, through the space occupied by journalistic sources affiliated to the financial system. It was found that the *Copom* monthly decisions throughout 2003 received continued attention of *Folha de São Paulo* economic journalism, which adopted an editorial position in favor of lowering *Selic* interest rate, in addition to this, it mobilized a wide range of sources in the economic journalism. The basic identification of these sources revealed a diversity of institutional affiliations. At the same time, a more detailed analysis about the universe of such sources made it possible to observe a clear preference for sources affiliated to the financial system, which is expressed by both the biggest number of affiliations with the financial institutions as well as the number of times they are mobilized. Even though there are polyphony in the financial News, the relative importance of the sources of financial institutions connote the tendency to create convergence between the means of communication and the financial world. The selected methodological procedures include bibliographic and documentary research in addition to Social Network Analysis, using the Unicet 6 program.

Keywords: Economic Journalism. Financial System. Copom. Interest Rate.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantificação e qualificação dos dados	19
Quadro 2 - Resumo da metodologia	43
Quadro 3 - Sistema regulatório	63
Quadro 4 - Países que adotaram metas de inflação	90
Quadro 5 - Definições de metas de inflação na literatura macroeconômica anglo-saxônica.....	91
Quadro 6 – Regime de Metas de Inflação – Brasil	94
Quadro 7 - Circulares referentes ao Copom	98
Quadro 8 - A votação dos membros do Copom - 2003	109
Quadro 9 - Composição do Grupo Folha	144
Quadro 10 - Tipificação de fontes	167
Quadro 11 - Classificação das fontes	167
Quadro 12 - As reuniões do Copom e os editoriais da FSP - 2003.....	176
Quadro 13 - Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.....	219
Quadro 14 - Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.....	230

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vínculos dos presidentes do Banco Central (1995-2003)81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa Selic.....	111
Gráfico 2 - Inflação (IPCA) x Selic.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Estrutura acionária da UOL – 2004	148
Tabela 2 – Composição acionária da UOL - 2010	109
Tabela 3 - A posição da FSP e a decisão do Copom referente às taxas de juros	179
Tabela 4 - Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.....	182
Tabela 5 - Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.....	185
Tabela 6 - Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.....	187
Tabela 7- Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.	188
Tabela 8 - Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.	189

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
1.1 - OBJETIVOS E HIPÓTESES DE PESQUISA	27
1.2 – METODOLOGIA	35
1.3 ESTRUTURA DA TESE	44
2 GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA	47
2.1 HEGEMONIA DA CLASSE CAPITALISTA FINANCEIRA	52
2.2 A PRESENÇA DE NOVOS ATORES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	55
3 BANCO CENTRAL DO BRASIL	61
3.1 UMA BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A REFORMA BANCÁRIA E O PERÍODO ANTECEDENTE	65
3.2 BANCO CENTRAL DO BRASIL - AUTONOMIA <i>VERSUS</i> INDEPENDÊNCIA	67
3.3 OS DIRETORES DO BANCO CENTRAL/COPOM E O FRÁGIL EQUILÍBRIO ENTRE OS INTERESSES PRIVADOS E O INTERESSE PÚBLICO	73
3.4 OS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: 1995 A 2003	77
4 O COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA - COPOM	83
4.1 A POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA DOS ANOS 1990 – O PLANO REAL	83
4.1.1 O regime de metas inflacionárias.....	89
4.2 A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA	96
4.2.1 A Taxa Selic.....	15408
4.2.2 O calendário, as reuniões e os membros do Copom	16013
5 O JORNALISMO BRASILEIRO DIANTE DAS INGERÊNCIAS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	17117
5.1 DEFINIÇÕES DE JORNALISMO	17120
5.2 O JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO – BREVES ANTECEDENTES HISTÓRICOS	17223
5.3 A CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO FOLHA COMO CONGLOMERADO DE MÍDIA	17638
6 JORNALISMO ECONÔMICO: FONTES, TEORIA DA AGENDA E OS EDITORIAIS DA FSP	17653
6.1 O PASSADO E O PRESENTE DO JORNALISMO ECONÔMICO	17654

6.2 O DISCURSO DE INFORMAÇÃO ECONÔMICA NO CONTEXTO DA POLÍTICA NEOLIBERAL	17656
6.3 AS FONTES DO JORNALISMO ECONÔMICO	17660
6.4 A TEORIA DA AGENDA.....	17671
6.5 O AGENDAMENTO DO JORNALISMO ECONÔMICO: AS DECISÕES DO COPOM E OS EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO	17672
6.5.1 Análise dos Editoriais	17676
6.6 O JORNALISMO ECONÔMICO E AS DECISÕES DO COPOM: AS MATÉRIAS DA FOLHA DE SÃO PAULO	17681
6.6.1 As fontes e seus vínculos	183
6.6.2 A centralidade das fontes	17687
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19191
REFERÊNCIAS	19393
APÊNDICE A — Quadro 13	219
APÊNDICE B — Quadro 14	225
APÊNDICE C — Tabela 8	230

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea está imersa em um espaço midiaticizado (Sodré, 2002), e nesse contexto a globalização sob o domínio da finança, o poder econômico e financeiro ocupam um espaço importante no discurso e nas orientações dos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que o campo midiático tornou-se uma das principais indústrias culturais para a produção e circulação de sentidos sociais. Pensamos o conceito de campo através da perspectiva apresentada por Pierre Bourdieu (1997):

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p. 57).

Assim, este conceito nos permite compreender as relações entre os agentes sociais em sua atividade ou profissão, no que diz respeito a valores e disputas de poder aí envolvidos e, também, para refletir sobre as práticas sociais como lugares de produção simbólica (SILVA, 2009). Por isso, ao observarmos a importância do campo midiático na propagação da ideologia subjacente à globalização, ele também deve focar as mudanças econômicas em curso nas últimas décadas transformadas pelas novas relações de poder que se estabelecem e privilegiam os principais atores sociais deste momento atual, ou seja, os bancos centrais, as empresas multinacionais, as instituições financeiras e os economistas da finança. Portanto, acreditamos que é através desta rede política e social que se estabelecem as possíveis estratégias, alianças e conflitos de interesse.

Os meios de comunicação são frequentemente entendidos como o alicerce da sociedade democrática. Cumpririam o papel de mediação entre o Estado e a sociedade oferecendo aos cidadãos a oportunidade de acesso à informação, ao mesmo tempo em que se constituiriam em um espaço para discussão e participação da/na coletividade. Consideramos que um

dos vetores mais importantes da instância midiática é o jornal impresso¹. Fonseca (2005) destaca que a audiência da imprensa em termos qualitativos é muito importante, porém em termos quantitativos pequena, uma vez que o público é formado basicamente pela classe média e com bom nível de escolaridade. Esta classe seria formada pelos profissionais liberais, técnicos, empresários, sindicalistas, professores universitários, um grupo que tem nas suas perspectivas finalidades de peso e formação (FONSECA, 2005). No jornal impresso são publicados acontecimentos que retratam a realidade local, nacional e internacional diariamente. A grande imprensa escrita diária é o instrumento capaz de elaborar, receber, divulgar – as ideias da presente hegemonia. Ela é considerada a instituição capaz de simultaneamente publicizar, universalizar e sintetizar as linhagens ideológicas. A periodicidade diária, portanto confere aos jornais a possibilidade da veiculação das ideias que permitem em última instância influenciar/informar a opinião pública (FONSECA, 2005).

Para entender os mecanismos das práticas dos jornalistas, Bourdieu (1997 e 2005), define campo jornalístico como um microcosmo que tem leis próprias, marcado por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsas que sofre da parte de outros microcosmos. Assim, entendemos que campo jornalístico e a globalização financeira estão intimamente ligados e, por isso, é de fundamental importância refletir sobre o processo de produção e de reprodução da informação. Acreditamos que o poder financeiro ocupa um grande espaço tanto no discurso midiático como nas orientações políticas e econômicas do Estado, mesmo se ainda hoje o campo jornalístico se encontra “protegido” pelo valor moral e ético da imparcialidade.

Neste contexto, os temas econômico/financeiros dominam o cenário do noticiário, logo alguns atores se fortalecem, outros ficam excluídos do debate, e os temas surgem como pautas da agenda nacional. As transformações ocorridas nas notícias econômicas a partir dos anos 1990 levaram, portanto, à emergência de um ator que surgia na cena nacional, o economista do mercado financeiro. Além disso, estes atores que se inserem no noticiário econômico/financeiro parecem ter a

¹ Pesquisa realizada pela Associação Nacional de Jornais – ANJ - (2010) sobre a credibilidade da mídia demonstra a permanência do jornal impresso como a principal e mais confiável fonte de informação. A penetração do jornal impresso na população brasileira atinge homens e mulheres, classe AB, desde jovens em idade universitária a adultos independentes, com vida familiar e profissional consolidadas.

capacidade de influenciar, instituir valores e de transformar a informação em instrumento político. Capitalizar, em suma, a informação da qual dispõe. Embora reprimida legalmente, a *inside information*, real ou inventada, é fonte de movimentações diárias nesses mercados, sendo essencial para a formação e a quebra das convenções que permitem a imediata interpretação dos eventos pelos atores do mercado, enquanto uma “leitura” da média da opinião do mercado. De acordo com Margarethe Born Steinberger (2005, p.196) o capital informacional pode, por exemplo, transformar-se em capital financeiro quando se tem uma informação privilegiada sobre o valor de uma ação de mercado.

No contexto da globalização em relação aos bancos e instituições financeiras altamente poderosas dos mercados financeirizados, Minella (2003, p. 248-49), sustentando-se em Mintz e Schwartz (1985), afirma:

O fator fundamental para entender o poder dos bancos e das instituições financeiras é o controle que exercem sobre parte substantiva dos recursos e do fluxo de capitais na economia. Através deste controle são capazes de impor constrangimentos ao processo decisório das políticas governamentais e das decisões estratégicas das empresas, caracterizando-se um processo que alguns autores identificam como ‘hegemonia financeira.

Uma questão imediata que deriva da realidade apontada no parágrafo anterior refere-se ao fato de que o Banco Central do Brasil tem empreendido um esforço em tornar transparente sua visão sobre as perspectivas da economia, os elementos principais que a caracterizam e as possíveis consequências para a política monetária através de uma política informacional. O BCB instituiu o Comitê de Política Monetária (Copom) em 20 de junho de 1996, pela Circular no 2.698, buscando proporcionar, segundo a instituição, maior transparência e ritual adequado ao processo decisório de política monetária, a exemplo do que já era feito nos EUA, pelo *Federal Reserve*, e na Alemanha, pelo *Central Bank Council*. Desde a introdução do sistema de metas para a inflação, instituída no segundo governo de Fernando Henrique, em 1999, tendo a frente do Banco Central, o economista Armínio Fraga, o esforço surge através do aumento da informação divulgada junto ao “mercado”, com o objetivo de explicar as decisões de política monetária. Assim, uma comunicação entre os interlocutores desempenha um papel importante para a credibilidade das ações do Bacen. Os principais instrumentos de

comunicação do BCB são o comunicado da decisão da meta de taxa Selic ao final da reunião do Copom, a ata da reunião do Copom e o Relatório de Inflação. Podemos citar ainda como instrumentos adicionais de comunicação, dentre outros: a divulgação semanal pela internet do Focus - Relatório de Mercado, contendo a mediana, a média e o desvio padrão das expectativas de participantes do mercado para diversas variáveis econômicas como, por exemplo, inflação, produto interno bruto, juros e câmbio; a divulgação mensal das notas econômico-financeiras para a imprensa abrangendo diversos setores da economia como política monetária e operações de crédito, política fiscal, setor externo e dívida pública mobiliária federal e mercado aberto; e a divulgação trimestral do Boletim Regional.

A comunicação em política monetária é um caso específico e não se restringe apenas à transmissão de informações da autoridade monetária para os mercados. Neste contexto, os participantes do mercado também têm conteúdo informacional para motivar uma mudança no curso da política monetária. Portanto, diante da necessidade de uma comunicação entre Banco Central e mercado, a agenda do mercado financeiro ganhou importância e espaço no noticiário econômico. Logo, o economista ligado a instituições financeiras aparece como fonte na análise do cenário e da política econômica do país.

As fontes jornalísticas normalmente são pessoas, testemunhas de acontecimentos, gestores de organizações, profissionais que atuam como seus disseminadores de informação perante a imprensa, especialistas ou demais autoridades legitimadas pela sociedade. Determinantes na noticiabilidade, expressam a ação social objetivada sobre a produção da informação, validam dados, conferem confiabilidade à notícia e credibilidade ao jornalismo. Segundo Lage (2003), as fontes são os primeiros ‘enunciadores e enquadradores’ da realidade, a percepção da realidade não é tarefa de um só homem. Ela começa exatamente no nível da fonte, que formula uma primeira representação que será levada adiante. No jornalismo, a consideração de Lage (2003) leva-nos a concluir que a problemática sobre o estudo das fontes seja de relevância, por várias razões. Primeiramente, pelo fato de ser o jornalista uma categoria especial de usuário de informação, que, em seu cotidiano, está sempre em busca de fontes. Em segundo lugar, pelo fato de ele ser um ‘construtor’ de informações (notícias, reportagens ou críticas), que transformam o jornal em outra importante fonte de informação. Para além desta constatação, um jornalista especializado na área econômica dominaria melhor a informação, cultivaria fontes privilegiadas, organizaria uma agenda e um arquivo pessoal de contatos de acordo com o evento econômico. A partir

disto, cabe ressaltar que a problemática comporta um outro aspecto que diz respeito a adesão dos jornalistas as crenças e as questões econômicas. É relevante que o que está em cena é a capacidade dos jornalistas adotarem em seus artigos e reportagens sobre o campo econômico, um ponto de vista que não seja inteiramente determinado pelo campo, como pode ser também um ponto de vista dos agentes econômicos, estes ajustados a um universo que impõe fins (maximização da renda, por exemplo), mas também um modo de ver e pensar que a subordinação de todas as coisas a dimensões estritamente econômicas/financeiras.

Como alerta Pinto (1999), “as fontes têm o poder de manar, de continuar manando e de deixar de manar”. Ou seja, as fontes são as primeiras a moldarem a representação social da realidade. Elas são pessoas, grupos, instituições, ou vestígios - falas, documentos, dados – por aqueles preparados, construídos. Nesse sentido, para compreender os princípios que comandam no campo jornalístico a seleção e o tratamento das informações econômicas, essa tese procurou investigar de forma exploratória a participação das fontes no jornalismo econômico do jornal Folha de São Paulo.

A atual fase do capitalismo conhecida como globalização nasce da combinação entre as inovações tecnológicas advindas da indústria eletrônica e consubstanciada na popularização e difusão da informática com a desregulamentação dos mercados em suas três esferas (comercial, investimentos e financeira) a partir do final dos anos 1970. Têm-se, portanto, duas determinações causais, uma de origem técnica e outra de origem política que agem simultaneamente, embora essa segunda ordem de fatores tenda a ser subestimada por um discurso ideológico que sublinha a natureza "moderna" e "irreversível" das transformações ocorridas nos últimos 25 anos². Segundo Harvey (1993, p. 152) a globalização financeira significa uma completa reorganização dos sistemas financeiros globais e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira, tendência caracterizada pelo seguinte movimento:

de um lado, para a formação de conglomerados e corretores financeiros de extraordinário poder global; e, de outro, uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercados financeiros totalmente inéditos.

² Sobre este tema ver François Chesnais, 2004.

Harvey (1993) observa que o novo arranjo dos mercados financeiros de fato atendia com mais eficiência os requisitos do regime de acumulação flexível, com suas rápidas mudanças de processos e bases industriais e a conseqüente necessidade de expansão e financiamento. Assim, para atender as novas demandas do capitalismo, os sistemas financeiros ganharam mais autonomia, até mesmo para impor suas necessidades nas políticas fiscais e monetárias nacionais. Diante deste cenário, as companhias multinacionais assumem papel específico nessa fase atual do capitalismo, uma vez que tratam de otimizar as cadeias produtivas para lucrar em todas as áreas. Este é o significado concreto da articulação entre as políticas adotadas pelas empresas de comunicação e as do sistema produtivo. A luta pela maximização do lucro implica os seguintes componentes: políticas internas de adoção de um sistema tecnológico de última geração.

Pesquisadores como McChesney (2003), Moraes (2003), Lima (2001) e Thompson (1995) demonstram que as mudanças ocorridas na economia política resultaram no processo de concentração, desregulamentação e diversificação das empresas midiáticas. A concentração se refere ao fenômeno em que as indústrias midiáticas passaram a ser concentradas nas mãos de poucas corporações. Dênis de Moraes (1998) explica também que a concentração pode ser de propriedade cruzada, quando os conglomerados possuem diferentes meios de comunicação e monopólio em cruz, quando a reprodução das mensagens é emitida pelos diversos veículos em níveis local e regional³. Cabe lembrar que o poder de concentração dos grupos descumpru o parágrafo 5º do artigo 220 da atual Constituição que proíbe o monopólio e oligopólio e o Código Brasileiro de Telecomunicações (1962) que determina que o grupo ou pessoa não pode ter participação em mais de 10 emissoras de TV no país, sendo cinco, no máximo, em VHF. McChesney (2000) cita a grande concentração midiática nas mãos de corporações gigantes que reúnem não apenas a imprensa, mas toda produção audiovisual, cultural e de entretenimento (filmes, livros, músicas, jornais, revistas, TVs, rádios). O processo de desregulamentação midiática no Brasil ocorre em 20 de dezembro de 2002 quando o Presidente da

³ Cabe lembrar que o poder de concentração dos grupos descumpru o parágrafo 5º do artigo 220 da atual Constituição que proíbe o monopólio e oligopólio e o Código Brasileiro de Telecomunicações (1962) que determina que o grupo ou pessoa não pode ter participação em mais de 10 emissoras de TV no país, sendo cinco, no máximo, em VHF.

República, Fernando Henrique Cardoso, decretou e sancionou a Lei 10.610, liberando a entrada de 30% de capital estrangeiro. A diversificação atende ao processo pelo qual as companhias expandem suas atividades para diferentes campos ou linhas de produção, seja por fusões e/ou aquisições, seja através do investimento em capital em novos empreendimentos. A concentração e diversificação das indústrias de mídia levaram, portanto à formação de conglomerados de comunicação que possuem interesses numa variedade de indústrias ligadas à informação e comunicação.

1.1 - OBJETIVOS E HIPÓTESES DE PESQUISA

Esta pesquisa se ocupa de um contexto socioeconômico específico no Brasil, a cobertura do jornalismo econômico impresso, realizado pela Folha de São Paulo, sobre a definição da Taxa de juros Selic pelo Conselho de Política Monetária (Copom) durante o primeiro ano do Governo Lula (2003).

O enfoque adotado busca analisar a relação entre o jornal Folha de São Paulo (jornalismo econômico constituído pelos jornalistas que assinam matérias, colunas específicas -Repercussão e Painel e matérias não assinadas), as fontes que são mencionadas e os vínculos institucionais dessas fontes.

A pesquisa incluiu um total de 351 matérias, das quais 282 matérias assinadas por 17 jornalistas, 44 edições da coluna Painel, 9 da coluna Repercussão e 16 matérias não assinadas que, em conjunto realizaram 502 consultas a 185 fontes (empresários e dirigentes de empresas financeiras e não financeiras, consultores, economistas, políticos, entre outros) vinculadas a 95 instituições (como empresas financeiras e não financeiras, consultorias, associações de representação de classe patronal e de trabalhadores, academias, órgãos estatais, Congresso Nacional).

Os meios de comunicação constroem a cobertura temática como um saber em relação aos eventos que se produzem na sociedade contribuindo desta forma para a elaboração do espaço público. Logo, iremos perquirir as relações entre o campo jornalístico econômico e as fontes com o intuito de mapear e investigar a tessitura destes atores sociais através das relações de forças que participam do campo midiático e que estão presentes nos meios de comunicação através do evento midiático sobre as tomadas de decisões sobre a Taxa Selic realizadas pelo Copom.

Consideramos que a reunião do Copom é um evento midiático por excelência. Ele consegue mobilizar os órgãos de imprensa que procuram fazer a cobertura do evento fazendo projeções sobre os índices do mercado. O poder midiático consegue transferir notoriedade e respeitabilidade, sem, contudo questionar jamais a participação restrita a apenas um segmento da sociedade em uma definição que afeta a todos os cidadãos.

O discurso jornalístico não pode se satisfazer apenas em expor os fatos e os ditos, seu papel é igualmente de explicar o porquê e o como, com o objetivo de esclarecer ao cidadão. É uma atividade discursiva que consiste em recomendar um questionamento, ilustrar diferentes posições e tentar avaliar cada uma delas.

O viés da credibilidade exige que o jornalista (sujeito) enunciador não tome partido. Partimos do pressuposto de que não existe texto neutro, pois toda realidade transformada em linguagem é uma modo de interpretação e representação da realidade. (Mediscth)

É este o sentido plural e negociado do discurso midiático jornalístico que se encontra ancorado na especificidade de sua condição de produção. Nosso objetivo é observar como essas fontes penetram no jornalismo econômico. Segue-se uma abordagem específica para o jornal Folha de São Paulo. Assim, nossa hipótese é que no contexto da globalização financeira, as instituições financeiras passam a ter uma papel privilegiado enquanto fontes para as informações e análises do jornalismo econômico no Brasil. Como referência empírica para a análise delimitou-se um tema específico – a definição da taxa de juros Selic pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central –, e um veículo da mídia impressa – a Folha de São Paulo -, durante o primeiro ano do governo Lula. Para tal, serão consideradas as informações e análises contidas nos editoriais no jornal, em artigos assinados, nas matérias informativas e em colunas específicas.

Neste contexto, a hipótese sugere que o campo jornalístico é continuamente tensionado e se integra ao espaço da produção e reprodução da ideologia do capital mundializado e financeirizado, buscando a produção de práticas discursivas adequadas para a legitimação das estruturas de poder destes atores econômicos dominantes da globalização.

Análises presentes na literatura afirmam como uma das características principais de uma imprensa é a subordinação do jornalismo, do conteúdo editorial dos jornais, à lógica capitalista de produção das empresas de comunicação (TASCHNER, 1997, p.92). De acordo com Lima (2006) as empresas de mídias são hoje atores

econômicos fundamentais como parte de grandes conglomerados empresariais articulados em nível global. Embora os jornais possam ter perfis que se aproximam, é necessário compreender a atuação da grande imprensa através de diversos segmentos, pois a imprensa periódica possibilita o acompanhamento sucessivo e detalhado das conjunturas políticas, econômicas e sociais com posicionamentos, permanências e mudanças, assim como as conseqüentes justificativas. O Grupo Folha se apresenta como um dos principais conglomerados de mídia do país, pois controla um dos jornais de maior circulação nacional (Folha de São Paulo), a maior empresa brasileira de conteúdo e serviços de internet (UOL), o site de notícia de jornal online – Folha.com – e a gráfica comercial do Brasil – Plural, além de outros negócios.

Portanto, creditamos a ideia de que a hegemonia neoliberal foi um estímulo para o aparecimento de novos atores sociais atuantes na mídia e ambos implicados na defesa de seus próprios interesses. Assim devemos questionar a forma como as novas estratégias do capital se apresentam para produzir o consenso e como ele transparece na cobertura midiática das reuniões do Copom.

A vantagem de fazer uma pesquisa datada do ano de 2003, com o cuidado de não cometer nenhum tipo de anacronismo teórico, é que os fatos históricos recentes nos possibilitam uma compreensão melhor das ações e decisões daquele momento. Porém, retomar esta passagem histórica nos permite orientar e identificar de que forma a hegemonia financeira pode ser entendida, em sua época e contexto, e qual a contribuição para a compreensão da sociedade contemporânea e de suas relações econômicas e sociais.

Nesse sentido, as mudanças macroestruturais refletiram-se nos mais distintos contextos sociais, logo as organizações de comunicação, informação e entretenimento têm desempenhado papel estratégico para cimentar o consenso quanto à superioridade do capitalismo enquanto modo de vida a ser trilhado. As questões formuladas dirigem-se, portanto ao jornalismo impresso produzido no âmbito destas organizações. Partimos do pressuposto de que as transformações na composição e na estrutura das empresas jornalísticas transformaram igualmente seus conteúdos.

Um dos aspectos cruciais da governabilidade democrática é o estudo sobre os bancos centrais⁴. Neste aspecto nossa hipótese de

⁴ Ver o trabalho de Sola *et all.* (2002). Para os autores as condições efetivas de governabilidade democrática referem-se a três importantes fatores que

pesquisa é que no contexto das reformas neoliberais implementadas a partir do Plano Real, a nomeação dos diretores do Banco Central e que compõem simultaneamente o Comitê de Política Monetária poderá revelar a indicação de atores com maior vínculo com o sistema financeiro, empresas privadas, centros acadêmicos e instituições alinhadas ao Consenso de Washington e com as instituições como o FMI e o Banco Mundial.

A relação entre os executivos do Banco Central/Copom conota um frágil equilíbrio entre os interesses privados e o interesse público, uma vez que recai sobre a instituição uma forte pressão no que diz respeito à decisão da autoridade monetária em conduzir uma política governamental macroeconômica traduzida retoricamente em aspectos técnicos. Por detrás desta retórica, a decisão técnica seria conduzida por mecanismos operacionais nos quais os elementos argumentativos matemáticos e estatísticos das fórmulas econométricas dificilmente levariam a uma má conduta do órgão. Assim, a discussão sobre a autonomia e independência do Bacen, baseado nos argumentos anteriores, ganha relevo nos discursos dos economistas e banqueiros diretamente conectados no círculo das finanças. No entanto, o Estado aufere ao Banco Central a missão de ser uma autoridade monetária capaz de salvaguardar e obedecer aos interesses da soberania nacional opondo-se, dessa forma, aos interesses do poder do mercado. Contudo, os princípios que operam a instituição são de interesse político. Dentro desta perspectiva, encontramos um conjunto de ideias fundamentadas na teoria financeira capaz de assegurá-la não apenas como uma teoria econômica, mas também como uma visão de mundo.

O economista francês Michalet (2003) identificou que há um consenso ideológico que se funda na convicção de que as leis da ciência econômica são universais, ou seja, elas são aplicáveis em todas as situações, sem distinção de espaço geográfico. Esta ideologia econômico-discursiva se traduz no que o economista qualifica como personificação dos mercados, dotando-os de vontade própria face à qual seria inútil mesmo esboçar qualquer resistência. Esse deslizamento semântico surgiria no frequente uso de fórmulas do tipo "os mercados escolheram" ou "os mercados decidiram". No entanto, por trás da razão dos mercados é provável que também tenha operadores, tomadores de decisões privados ou públicos, interesses, poder. Segundo Ramonet (2003) os novos

contribuem para a qualidade do setor público, quais sejam: transparência, eficiência e maior *accountability*.

senhores da geofinança são os gestores dos fundos de pensão e dos fundos comuns de investimentos, são a eles que a imprensa denomina de “mercado”⁵. Corroborando neste sentido Chesnais (1996) também considera que é o administrador de fundo de pensão que personifica o novo capitalismo do século XX. Este é um ponto importante para compreendermos a hipótese do surgimento de uma “nova” classe social, conforme sugerido por Oliveira (2003), que observa:

posição a que certos trabalhadores foram levados, por exemplo, na administração de fundos de previdência nas estatais, na administração do Fundo de Amparo ao Trabalhador, na convivência com organizações do tipo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Isso vai criando uma ideologia comum. Isso consegue criar um descolamento, porque o trabalhador que exerce a administração de um fundo fica dividido. E nessa divisão, quem ganha é o lado administrador de fundos. Isso deveu-se a poderosas modificações na sociedade brasileira pelo processo de globalização e sobretudo pelo processo de financeirização da economia. Isso atingiu camadas de trabalhadores e os transformou em gestores de fundos capitalistas.

⁵ Foge ao escopo desta pesquisa discutir a noção de mercado, no entanto cabe retomar uma passagem de Pierre Bourdieu sobre o mercado como mito inteligente, segundo o sociólogo francês (2005, p.21) devido a sua ambiguidade, ou a sua polissemia, a noção de mercado permite evocar, alternativamente ou simultaneamente, o sentido abstrato, matemático, com todos os efeitos da ciência associados, ou tal ou qual dos sentidos concretos, mais ou menos próximos da experiência comum, *i*) como um lugar onde ocorrem trocas; *ii*) acordo sobre os termos da transação numa troca; *iii*) os escoamentos de um produto; *iv*) conjunto das transações abertas a um bem, e por fim *v*) o mecanismo econômico característico das “economias de mercado”. Estes deslizamentos semânticos permitiram aos membros da Escola de Chicago, e mais especificamente a Milton Friedman, fundamentarem seus esforços para reabilitar o mercado na identificação do mercado como a liberdade, fazendo da liberdade econômica a condição para a liberdade política.

Michalet (2003, p. 67) ressalva uma característica quanto à identificação da forma do capital dominante em um período histórico das relações capitalistas:

a racionalidade econômica dos operadores da dimensão dominante. Essa racionalidade tem a vocação de se difundir nas duas outras dimensões por meio de um fenômeno de imitação. A difusão se dá mediante a difusão do discurso da lógica dominante, apresentado por meio de consultores, professores, da imprensa e das mídias e de um círculo cada vez mais amplo de responsáveis econômicos do setor privado e do setor público que afirmam sua adesão à nova cultura.

Ampliando um pouco e interpretando o que diz Michalet, temos que a racionalidade da finança e de seus operadores tende a se difundir enquanto parâmetro das relações que regem o mundo da vida. Essa racionalidade cultua a velocidade, a rentabilidade e a segurança, em um mundo instável, onde as fortunas se fazem e se desfazem sem uma explicação “real” aparente, onde a “esperteza” aparece como uma qualidade que justifica um desempenho superior frente a um concorrente. Essa visão de mundo significa que não é apenas a economia que está compreendida dentro deste universo, mas também as relações humanas, as relações sociais e as relações entre os homens e a natureza deve ser visado financeiramente. Ou seja, os valores que se tornam universais são os valores econômicos/financeiros que passam a determinar as ações ocultas nas relações entre o homem e coisas, relações e ideias, sentimento e instituições. Em última instância, podemos recordar e refletir sobre as palavras de Marx sobre o fetichismo, pois temos presente neste circuito de interesses financeiros o que podemos chamar de fetichismo das finanças. Chesnais (2005, p. 21) considera que “num mundo dominado pela finança, a vida social em quase todas as suas determinações tende a submeter-se à influência do que Marx designa como a forma mais forte de fetichismo. Com a finança temos *dinheiro produzindo dinheiro, um valor se valorizando ele mesmo, sem que algum processo (de produção) sirva de mediação aos dois extremos*”.

É neste sentido que Paulani (2006, p.4) considera que

o simulacro de teoria macroeconômica apresentada pelos “novos clássicos [...] soma[m] o

suficiente para produzir as coordenadas técnicas e os modelos (como os de *target inflation*) segundo os quais devem operar os gestores das finanças públicas e das políticas monetária e cambial na pilotagem de juros, câmbio e superávits.

Além disso, acrescenta a economista “a política econômica entendida em seu sentido mais amplo não tem mais lugar. Há um deslocamento da ciência pela “técnica”, da *Economics* por uma espécie de *Business Administration* de Estado, que tem por únicos objetivos preservar a estabilidade monetária custe o que custar e garantir o “respeito aos contratos”. Logo, não é demais observar, como sugere Paulani (2004), que aquilo que aparece como debate “econômico” restringe-se a discussões sobre como pilotar as finanças públicas e os preços macroeconômicos mais importantes, de forma a conduzir, com o maior lucro possível, os negócios correntes.

Essa situação deve se expressar de forma mais clara nos países latino-americanos que possuem uma inter-relação mais forte com os países centrais, tendo se constituído historicamente em projeto de *rattrapage* do subdesenvolvimento ao longo do século XX a partir de sua integração econômica com os projetos dos países localizados ao centro do capitalismo mundial. Nesse caso encontram-se especificamente o Brasil, o qual ainda possui a particularidade de ter experimentado graves crises financeiras ao longo da segunda metade dos anos 1990, após o aprofundamento de sua integração na etapa atual do capitalismo mundial.

Com o intuito de compreender o pensamento financeiro como uma visão de mundo, vamos apresentar algumas teses desenvolvidas pelo economista Êneas de Souza (2005) regidas pelos princípios de política, de ação e de poder: (i) só o capital é capaz de dirigir o próprio capital, por isso a necessidade de entidades reguladoras independentes que protejam o mercado da investidora política; só uma teoria financeira da economia pode (ii) conceber o lugar de uma entidade como o Banco Central e (iii) compreender o movimento da economia, entender e produzir a transformação de qualquer ativo em ativo financeiro; (iv) que toda renda seja um ativo financeiro; (v) só o projeto do capital financeiro deve organizar o Estado; e por último (vi) só os valores financeiros e econômicos culturalmente deverão organizar a arquitetura da sociedade atual e futura e, como consequência, o Estado dever ser imantado por

esses valores⁶. Cabe ressaltar, para concluir este raciocínio, que o sucesso das finanças e, conseqüentemente, a construção de seus valores, neste processo histórico do capitalismo contemporâneo, se retroalimentam, de acordo com o economista, em dois aspectos fundamentais: a) transformar as instituições, já existentes, de acordo com os interesses da sua fração de classe como se fosse algo “natural” para a sociedade e para o Estado⁷; b) criar novas instituições que facilitem as operações do setor financeiro.

Dessa forma, consideramos que estudar o Banco Central e o Copom através de uma análise de seus dirigentes possa revelar uma “sinergia” entre estes e os principais atores do atual sistema financeiro. Estudos, na literatura da ciência política (OLIVERI, 2007, MORAIS, 2005 e NOVELLI, 2001), sobre a origem profissional de diretores e presidentes do Banco Central constataram que um número significativo dos diretores e presidentes possuía vínculos diretos com grupos financeiros nacionais e internacionais. Além disso, a forte presença de membros do Banco Central (presidente e diretores) ligados a bancos e instituições financeiras privadas nacionais e estrangeiras possibilitou constatar que havia uma inserção dos grupos financeiros no aparelho de Estado, principalmente, no Banco Central, intervindo diretamente na definição/redefinição das políticas públicas formuladas por esta instituição. (MINELLA, 2007, p. 115).

Diante deste contexto, nosso objetivo aqui é, portanto, analisar as relações institucionais dos membros do Banco Central e, especificamente do Copom, através de uma perspectiva sociopolítica, utilizando a metodologia de análise de redes sociais para identificar padrões de redes

⁶ Para uma melhor compreensão sobre as teses do pensamento financeiro e as relações com as autoridades monetárias ver Éneas de Souza (2005).

⁷ Acreditamos que um exemplo significativo destas ações foi a Resolução n° 1524, de 21 de setembro de 1988, no qual o Conselho Monetário Nacional resolveu facultar aos bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de crédito, financiamento a organização opcional em uma única instituição financeira, com personalidade jurídica própria. Logo, a criação dos bancos múltiplos, na qual admite a existência de uma instituição por fusões ou aquisições de empresas por uma mesma instituição abrigassem uma série de atividades financeiras. Além disso, tal resolução permitiu que pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras tivessem participação no capital destes bancos múltiplos desde que estivessem em acordo com os interesses nacionais. Outrossim, temos como exemplo as transformações do Banco Central brasileiro ao longo da história, a reforma do sistema bancário em 1964, a não regulamentação do Art. 192. Ver os trabalhos de Minella (1988), Andreatta (2004), Ianoni (2010).

de relações entre o Estado e o setor privado financeiro. As informações foram colhidas em diferentes fontes bibliográficas, nos currículos dos membros da diretoria do Bacen e que participam do Copom, em fontes jornalísticas e de sites de diversas instituições.

Assim, em síntese, a pesquisa analisou os vínculos da presidência e dos diretores do BACEN que são responsáveis pela definição da taxa Selic e a produção jornalística da Folha de São Paulo no que se refere a esta definição, considerando seu editorial e matérias assinadas e não assinadas, além de duas colunas específicas, e especialmente os vínculos institucionais das fontes utilizadas.

1.2 – METODOLOGIA

Com vistas aos objetivos mencionados, além da pesquisa bibliográfica, desenvolveremos dois procedimentos metodológicos. O primeiro diz respeito à utilização da pesquisa documental. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008). May (2004, p. 206) reconhece a dificuldade de trabalhar com o procedimento a pesquisa documental:

Não é uma categoria distinta e bem reconhecida, como a pesquisa survey e a observação participante. Dificilmente pode ser considerada como constituindo um método, uma vez que dizer que se utilizará documentos é não dizer nada sobre como eles serão utilizados

A análise documental permite identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse, além disso o pesquisador deve “constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes” (CELLARD, 2008, p. 298), portanto a técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. Assim como relembra Oliveira (2007, p. 70) “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador(a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”.

Ao utilizar documentos que tenham como objetivo a extração de informações, o fazemos investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; devemos seguir etapas e procedimentos; organizar informações a serem categorizadas e em seguida analisadas; ser capaz de elaborar sínteses, enfim, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos:

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO, CARVALHO e SIMÕES, 2008, p. 148).

Ao buscar elementos que possibilitem compreender melhor a pesquisa documental, encontramos o posicionamento de Minayo (2008) que, ao discutir o conceito e o papel da metodologia nas pesquisas em ciências sociais, imprime um enfoque plural para a questão: “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador” (MINAYO, 2008, p. 22).

Afinal, qual é a definição de documento na pesquisa documental? Phillips (1974, p. 187) expõe sua visão ao considerar que documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Appolinário (2009, p. 67) considera que documento é: “Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros”. E, de acordo com o conceito técnico da Associação de Arquivistas Brasileiros, o documento pode ser definido como qualquer informação fixada em um suporte (AAB, 1990).

Nesse sentido, cabe esclarecer que a análise proposta nesta pesquisa é desenvolvida através da discussão que o tema – Taxa de Juros Selic - suscita na elaboração de um *corpus* da pesquisa. No caso da análise de documentos recorre-se geralmente para a metodologia da análise do conteúdo:

Conjunto de técnicas de investigação científica utilizadas em ciências humanas, caracterizadas pela análise de dados linguísticos. [...] Normalmente, nesse tipo de análise, os elementos fundamentais da comunicação são identificados, numerados e categorizados. Posteriormente as categorias encontradas são analisadas em face de uma teoria específica (APPOLINÁRIO, 2009, p. 27).

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, nos ajuda extrair significados temáticos para além uma leitura comum. Ela permite que a organização do material coletado – *corpus* - proporcione ao conjunto de documentos um olhar analítico. É importante comentar que a pesquisa visa trabalhar com um conjunto de documentos compostos por artigos, reportagens, entrevistas, editoriais, atas de reuniões, curriculum vitae dos diretores do BCB. Dessa forma, o critério estabelecido para tal organização foi a fonte documental, assim todos os documentos eram arquivados em pastas ao mesmo tempo em que dava prosseguimento à coleta. As leituras e fichamentos tiveram papel central nessa fase, pois para cada documento foi criada uma ficha de leitura contendo as principais informações – resumo, nome do jornalista, nome das fontes citadas, identificação dos vínculos, data do artigo e página do jornal, seção.

Consideramos importante esclarecer duas questões. A primeira é que em nenhum momento esta pesquisa pretendeu verificar o impacto da mensagem no receptor. O foco foi sempre o emissor, mais do que o produtor da matéria jornalística, mas a fonte que a gerava. A segunda, é que o discurso jornalístico não pode se satisfazer apenas em expor os fatos e os ditos, é uma atividade discursiva que consiste em recomendar um questionamento, ilustrar diferentes posições e tentar avaliar cada uma delas. Marx e Engels associavam a informação e sua disseminação à relação entre as classes sociais. Nesse sentido, é importante reafirmar que o controle dos conteúdos simbólicos circulantes de determinada sociedade e de uma determinada época é sempre interesse dos dirigentes do período, como relembra Guareschi (2003) o jogo de interesse entre imprensa e poder convive regularmente na esfera econômica, política e simbólica. Portanto, queremos saber se o jornalismo econômico é um

modelo de difusão de informação na defesa e na ampliação de uma hegemonia política e econômica.

No entanto, não iremos nos aventurar no plano linguístico da análise do discurso, mas investigar as condições operacionais e sociais que o materializam discursivamente, pois nos permitem apreender as relações de poder existentes que viabiliza a manutenção das ideias dos grupos dominantes na atual fase do capitalismo.

Logo, nossa pesquisa documental através de um viés quantitativo teve como objetivo verificar duas perspectivas enunciativas: as fontes do noticiário econômico e o editorial do jornal a Folha de São Paulo. Em jornalismo, a grosso modo, fontes são portadoras de informação. Elas podem ser pessoas, falando por si ou coletivamente, documentos escritos ou audiovisuais, por meio dos quais os jornalistas tomam conhecimento de informações, opiniões ou dados. Uma das principais características do editorial é a ausência de assinatura, porém há um indivíduo que produz o texto, um sujeito empírico do enunciado. O autor, dessa forma, assume o papel social de editorialista e se apresenta como a autoridade para “dizer” no editorial. Cabe, portanto ao editorialista articular um discurso que represente e informe a opinião da instituição jornalística (do dono da empresa e/ou dos acionistas majoritários).

O período proposto de análise foi o ano 2003 que corresponde ao primeiro ano de Governo Lula. Para a pesquisa, a amostra escolhida foi formada por um dos principais jornais de circulação nacional no Brasil – Folha de São Paulo, cuja escolha levou em consideração o fato de que possui caderno de economia. Além disso, as reuniões do Copom para decidir sobre a Taxa Selic são agendadas ao final de cada ano, (a Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores - Gerin - informa as datas que ocorrerão as reuniões do comitê, com o objetivo de tornar transparente tais encontros) o que possibilita que as empresas de comunicação se organizem previamente para dar visibilidade a informação econômica.

Para o levantamento quantitativo tanto do noticiário quanto do editorial, cada matéria foi classificada em uma ficha contendo informações que servem para a pesquisa de verificação de fontes do noticiário econômico e da opinião do editorialista. Foram levantados os dados conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Quantificação e qualificação dos dados

a) Nome do jornal	Vínculos das fontes, segundo as seguintes categorias:
b) Data de publicação	a) Instituições/grupos financeiros
c) Número da página	b) Associações de classe (setor não financeiro)
d) Título da matéria	c) Empresa de Consultoria
e) Palavras-chave do título	d) Empresa/grupo não financeiro
f) Tema da reportagem	e) Instituições Acadêmicas
g) Número de fontes	f) Associações de classe/sindicatos (trabalhadores)
	g) Poder Executivo/Órgãos Estatais Associações de classe (setor financeiro)
	h) Associações profissionais
	i) Poder Legislativo

O segundo procedimento principal, baseia-se na metodologia a análise de Redes Sociais (ARS). A análise de redes sociais, ou *network analysis* (SNA), é um método desenvolvido para a análise de dados relacionais, que são aqueles em que o pesquisador está interessado em analisar os laços, contatos, vínculos, conexões que unem indivíduos entre si. O termo rede pode ser compreendido não somente como um agrupamento de instituições, mas também como forma e estrutura de organização e funcionamento. No entanto, é necessário considerar que o conceito de rede tem vários enfoques. Na etimologia, refere-se ao entrelaçamento de fios que estabelece uma trama, malha ou tecido. Atualmente, diferentes áreas do conhecimento têm se utilizado da concepção de rede a partir da noção de estrutura reticulada. Assim, o conceito de rede enquanto sistema de laços realimentados, originário da área biológica, está na base da teoria das organizações que o utiliza abordando as diversas formas de interação e relacionamento entre grupos sociais/indivíduos num dado contexto. Dessa forma, é a partir desse caminho que tem se utilizado a perspectiva de rede para o estudo das organizações como redes sociais, ou seja, ligadas por um tipo específico de relação social.

Antes de examinar as possibilidades pertinentes ao uso da metodologia de ARS vamos esclarecer o significado e o alcance dessa

metodologia, bem como o próprio conceito de rede. Marques (2000) destaca três concepções importantes na identificação da análise de redes sociais no campo das ciências sociais. O primeiro diz respeito a um conceito mais antigo e disseminado nas análises sobre rede sociais que é considerá-la como uma *metáfora*, ou seja, como um grupo de entidades e/ou indivíduos que estão conectados entre si. O segundo, numa tradição mais *normativa*, observa as redes sociais como uma configuração “(...) de um conjunto de entidades de maneira a alcançar certos objetivos, como por exemplo, a estruturação de fluxos e tarefas no interior de uma indústria (...) ou a localização de atividades, insumos equipamentos em uma região geográfica de forma a otimizá-los” (MARQUES, 2000, p. 32). O terceiro e último aspecto vê nas redes sociais um *método* para a descrição e a análise dos padrões de relação da estrutura das entidades na sociedade.

Segundo Wasserman e Faust (1994) uma “rede social (*social network*) consiste de um ou mais conjuntos finitos de atores [e eventos] e todas as relações definidas entre eles”. Conforme Steiner (2006, p.77), as redes sociais são “uma forma de interação social que põe atores em contato” e essas interações assumem formas diversas: “podem ser transações realizadas em um mercado, podem ser trocas de serviços entre indivíduos e um mesmo bairro, ou podem ser devidas à presença dos atores nos conselhos administração de um conjunto de empresas”.

A utilização do conceito e do método de redes sociais oferece um percurso mais seguro para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa e análise, uma vez que as redes sociais têm por principal fundamento as relações sociais. Elas são identificadas e analisadas como linhas que conectam indivíduos e instituições formando uma complexa malha, ou seja, uma estrutura entrelaçada de um longo tecido (SCOTT, 2000). Os dados observados na rede podem ser descritos e entendidos utilizando as perspectivas e os conceitos próprios de métodos de investigação sociológica. A ideia que permeia o conceito de rede é simples: é um conjunto de atores (pontos, nós ou agentes) entre os quais existem vínculos (ou relação). Estas redes podem ter muitos ou poucos atores e uma ou mais classes de relações entre os pares de atores (HANNEMAN, 2001). Assim, uma relação em uma rede define o conjunto de laços estabelecidos pelo mesmo critério de relacionamento do referido conjunto de atores. Segundo Quiroga (2003, p. 43), a utilização da ARS como um método científico, possibilita conhecer “os padrões de relações que se estabelecem no interior de uma determinada estrutura social”.

Consideramos na ARS que um ator é uma unidade social que pode ser de diferentes tipos: um indivíduo, uma organização, uma instituição,

um organismo e etc. Assim, o conceito de ator se torna flexível, nos permitindo adequá-lo de acordo com os diferentes problemas de pesquisa. A ARS considera que os vínculos entre os atores sociais devem ser observados não por meio de categorias sociais ou atributos dos indivíduos, mas através das relações que os atores sociais mantêm entre si e com o entorno social do qual eles fazem parte no momento da interação social. (LOZARES COLINA, 2005). Logo, os atributos de um ator seriam as suas características individuais, contudo o enfoque das ARS são seus laços relacionais, pois eles são responsáveis pelas transmissão de informações, crenças, valores e bens entre os indivíduos.

O modo como estes atores irão formar seus grupos podem ser de dois tipos: *one-mode* (um modo ou modo 1) e *two-mode* (dois modos ou modo 2). No *one-mode* (um modo ou modo 1) – na composição da rede os atores pertencem a apenas um grupo; *two-mode* (dois modos ou modo 2) - na composição da rede os atores pertencem a grupos distintos. No modo 1 a relação se dá entre os mesmos atores; no modo dois a relação se dá entre atores diferentes, por exemplo sujeitos e organizações, sujeitos e eventos; no primeiro caso são os mesmos atores nas linhas e nas colunas da matriz; no segundo os atores das linhas e colunas são diferentes, que o caso, por exemplo, da relação jornalistas com suas fontes, ou dos atores com suas instituições. Assim, os laços relacionais (*relation tie*) informam que atores estão ligados uns aos outros por vínculos sociais. Estes podem ser de diferentes tipos (de acordo com a pesquisa a ser realizada): social, associação e afiliação, interação profissional, partidária, biológica e etc. Por conseguinte, o laço relacional, denominado simplesmente de laço ou ligação (*linkage*), é o responsável por estabelecer a ligação entre os pares de atores (WASSERMAN e FAUST, 1994).

A metodologia das redes sociais observa, portanto as relações entre os atores sociais não mais como uma metáfora da estruturação das entidades, mas como um método para descrição e a análise dos padrões de relações. Os nós são os atores sociais na rede, e as relações, como a própria palavra sugere, são as relações entre os atores. Numa determinada rede social pode existir vários tipos de relações entre os nós. A representação mais simples de uma rede social é um mapa no qual todas as relações significativas entre os nós são estudadas. Estes conceitos são frequentemente apresentados por representações gráficas de redes sociais nas quais os nós são pontos e as relações são linhas.

A forma da rede social ajuda a determinar a eficiência da rede para os atores sociais que se encontram. Uma rede pequena, com relações próximas, pode ser menos útil para os seus membros do que uma rede que

tem várias relações consideradas fracas para os indivíduos de fora da rede principal. Uma rede “aberta”, com várias relações fracas é mais suscetível de dar acessos a uma alta quantidade de informação (GRANOVETTER, 1973). É considerado mais rentável para o sucesso individual estar conectado a uma variedade de redes do que ter várias conexões com uma só rede social. Os indivíduos podem exercer uma influência ou agir tanto como “passagem obrigatória” na sua rede social fazendo uma ponte entre duas redes que não estão diretamente ligadas. Trata-se de preencher um buraco estrutural (BURT, 1992).

A análise de redes sociais se diferencia dos métodos de análises sociológicas tradicionais pelo fato de não considerar a realidade observada em termos de categorias pré-definidas. Os pesquisadores franceses Degenne e Forsé (1994, p. 5) consideram que:

No entanto, ao invés de pensar a realidade em termos de relações entre os atores, muitos destes pesquisadores tratam os dados empíricos e limitam-se a pensá-lo em termos de categorias (por exemplo, os jovens, as mulheres, os executivos, os países em desenvolvimento, etc.). Estas categorias são construídas por agregação de indivíduos aos atributos julgados similares e a priori relevantes para o problema tratado (nossa tradução).

A ARS é considerada por Cross, Parker e Borgatti (2000) como um importante instrumento para estudar relacionamentos fomentados pelo compartilhamento da informação e do conhecimento. Desta forma, ela se apresenta como uma ferramenta que permite a identificação de indicadores de padrões de relacionamentos que aprimoram a cooperação entre os indivíduos. Em resumo, ARS é um recurso que identifica os atores mais influentes na rede, assim, a estrutura não é o resultado de normas e de atributos relacionados aos atores sociais. É o resultado da posição dos atores que o formam na gestão organizacional do grupo.

O conjunto formado pelos pontos e suas linhas de conexões permitem o uso do conceito matemático de grafos – os sociogramas - possibilitam o uso de um conjunto de procedimentos para analisar a presença, a direção e força das linhas que conectam os pontos, permitindo representar algumas das suas principais características (SCOTT, 2000).

A análise das redes sociais trata-se de uma aproximação estrutural ao estudo da realidade social, que exige a formalização de dados e o uso de programas de informática (MOLINA, 2001). Nós nos apoiamos para

o tratamento dos dados na utilização do *software Ucinet 6* para a análise da rede (BORGATTI; EVERETT; FREEMAN, 2002). O uso do software permite calcular os indicadores de centralidade e identificar os elos dos atores ou instituições mais centrais na rede.

Para fins desta pesquisa, utilizaremos a análise de redes para observar a relação dos jornalistas/jornal com as fontes e das fontes com instituições e também para analisar os vínculos dos diretores do Banco Central com o sistema financeiro.

Enfim, todo discurso deve atender a uma finalidade, ter uma identidade, além de utilizar um dispositivo técnico. O espaço de estratégias corresponde às possibilidades de escolha que os sujeitos podem fazer numa *mise en scène* do ato de linguagem. O discurso (e o sujeito), desta forma, deve satisfazer as condições de legitimação, credibilidade e captação (da atenção, do interesse em uma resposta). Desenvolveremos a análise utilizando um *corpus* constituído por artigos, editoriais, notas que portem sobre o evento Copom.

Quadro 2 - Resumo da metodologia

Objeto			Instrumentos
Análise Redes Sociais	Relações Formais	I análise posicional - âmbito econômico/burocrático – BC e Copom	*Consulta de fontes documentais - análise de currículo lattes - informações dos currículos via Banco Central - informações de jornais - páginas webs
		II análise posicional - análise de redes sociais entre os diferentes atores: “antes e depois” da diretoria BC/Copom - os jornalistas e suas fontes	
Análise documental		I Grupo Folha – Jornal Folha de São Paulo – decisão Taxa Selic (ano 2003)	- editoriais
		II Grupo Folha – Jornal Folha de São Paulo –	- fontes } artigos - notícias

		decisão Taxa Selic – (ano 2003)	- reportagens
--	--	---------------------------------	------------------

Fonte: elaboração própria

1.3 ESTRUTURA DA TESE

Conforme aponta o título deste trabalho, há uma compilação acerca da globalização financeira, banco central, jornalismo econômico que procuram debater um conjunto de definições e delimitações possíveis para o entendimento do papel do jornalismo no processo de construção de uma hegemonia que exercem um importante destaque na definição da agenda nacional.

No capítulo 1, desenvolvemos uma breve discussão sobre as principais características da globalização financeira, assim como as particularidades da hegemonia da classe capitalista financeira. Assim como, uma discussão sobre a discussão em torno da independência *versus* autonomia do BCB.

No Capítulo 2, apresentamos uma breve discussão sobre as peculiaridades do Banco Central do Brasil, antecedente histórico (Sumoc e reforma bancária de 1964), os principais atores (diretores e presidente) e funções do BCB.

A análise sobre o Comitê de Política Monetária (Copom), os motivos que levaram a sua criação, as diferentes funções e reuniões do órgão decorridas das transformações em suas circulares decorrentes das necessidades de adequação à política monetária a ser implantada pelo governo são os temas abordados no capítulo 3. Inclui também uma breve discussão sobre a Taxa Selic.

No Capítulo 4, apresentamos algumas definições sobre jornalismo, assim como trazemos os uma breve historiografia da constituição da empresa Folha da Manhã, seus proprietários, contexto socio-histórico político, até a constituição a partir dos anos 1960 na consolidação do Grupo Folha como um conglomerado de mídia.

No capítulo 5, fazemos uma reflexão sobre o jornalismo econômico diante do contexto de política neoliberal. Abarcamos considerações acerca das fontes no jornalismo, além de tratar sobre o

agendamento econômico nos editoriais da Folha de São Paulo e a análise dos dados empíricos que foram levantados na pesquisa.

2 GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

Após a queda da URSS a doxa que se configurou, em escala mundial, é que a única forma superior e definitiva da organização das sociedades humanas seria a democracia capitalista liberal. Ela postula a convergência, sem contradições, entre os princípios de organização da economia (o capitalismo), do Estado (o liberalismo) e da soberania (a democracia). Os argumentos defendidos por esta ideologia pregam o livre empreendedorismo, a livre concorrência e o livre mercado, aspectos estes do capitalismo contemporâneo que não podem ser modificados, de acordo com seus idealizadores, pois permite a plena liberdade de escolha individual. O único modo de governo que desenvolve e supõe a liberdade dos cidadãos seria a democracia. Ela é, no entanto, a aplicação no mercado político das leis do capitalismo: livre escolha do consumidor-eleitor, livre concorrência, lei de oferta e demanda e etc. No discurso dominante, capitalismo, neoliberalismo e democracia se tornaram sinônimos e muitas vezes são utilizados sem que se saiba exatamente a que se referem. No entanto, estes três conceitos têm uma história e, para utilizar uma ideia da semiótica, há uma relação entre seu signo e seu referente. Este modelo ocidental que procura demonstrar a perfeita sinergia entre capitalismo, neoliberalismo e democracia, traduzindo-o num dinamismo econômico, que a nós é vendido como modelo ideal⁸, contudo oculta as relações sociais por detrás desta dinâmica.

Nas sociedades capitalistas, o elemento central da economia é o capital. O capitalismo, como nos ensinou Marx, é uma sociedade na qual trabalhadores e burgueses são analisados como classes sociais, no entanto, estas são, ao mesmo tempo, antagônicas e revolucionárias, uma vez que as classes sociais não se definem separadamente, mas nas relações que mantém entre si. Portanto, podemos considerar, a partir de Marx, que o caráter antagônico das classes sociais no capitalismo nasce da subordinação das relações sociais em relação ao processo de valorização do capital. Por conseguinte, as prioridades do capital sempre foram a extração de mais-valia na produção de mercadorias e serviços, e principalmente, a centralização do capital na forma monetária cujo poder está centrado na reprodução dentro da esfera financeira.

Diante deste cenário a globalização assume uma importância central nas relações sociais em escala mundial. Com efeito, a consideração acerca da centralidade do processo nos leva a observar que

⁸ Pensamos aqui na atuação dos meios de comunicação de massa.

o discurso hegemônico faz uso do termo para designar uma nova ordem global capaz de caracterizar as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Segundo Michalet (2003), há uma ideia que se funda na convicção de que as leis da ciência econômica são universais, ou seja, elas são aplicáveis em todas as situações, sem distinção de espaço geográfico. É nessa lógica sem território e sem espaço que o capital circula. Duménil (2005) observa que:

Se existe uma ideologia neoliberal, o neoliberalismo é muito mais do que isso, ou seja, é uma fase do capitalismo, na qual as características de exploração desse modo de produção, inclusive em sua dimensão imperialista, encontraram uma nova radicalidade: disciplina do trabalho e de sua gestão em favor dos detentores dos capitais (credores e acionistas); **livre circulação das mercadorias e dos capitais**⁹, quer dizer, **globalização do terreno de caça do capital internacional**¹⁰.

É a partir deste cenário que a desregulamentação do mercado financeiro se desenvolve. Uma vez que “todos os capitais são, pela sua natureza, financeiros e, portanto, suscetíveis de se valorizar na esfera das aplicações – em que dinheiro se troca por dinheiro diferente – tendo em vista as expectativas” (SINGER, 1997).

Para melhor compreendemos o momento histórico das contradições do capitalismo contemporâneo, faz-se necessário retomar alguns dos pontos das negociações entre Estados Unidos e Grã-Bretanha, iniciadas em 1941, para a formulação de uma proposta consensual de reorganização, financeira e comercial, do sistema econômico internacional do período pós-guerra. Os dois países apresentaram uma proposta no campo da cooperação financeira e os dois economistas responsáveis pela formulação deste plano foram Harry Dexter White (EUA) e John Maynard Keynes (Grã-Bretanha). Do lado norte-americano, White preparou uma proposta referente à reorganização do sistema financeiro internacional que incluía a criação de Fundo de Estabilização. Do outro lado do atlântico, Keynes trabalhou numa proposta sobre a necessidade de reorganizar o sistema monetário mundial na qual os objetivos de uma política econômica, dividida

⁹ Grifo nosso

¹⁰ Grifo nosso

internacionalmente pelas nações, não afetasse a estabilidade financeira e o nível de emprego doméstico. O primeiro encontro entre estes dois países aconteceu em Washington (EUA), em 1943, com a presença dos formuladores das duas propostas, no qual foi reelaborado um documento de compromisso. Em 1944, no Hotel *Mount Wahington*, na cidade de *Bretton Woods* (EUA) ocorreu a Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas e Associadas¹¹. Esta Conferência foi assistida por mais de 700 (setecentos) delegados representantes de 44 (quarenta e quatro) países¹². A conferência foi dividida em três comissões: sobre o Fundo, presidida pelo economista estadunidense White; sobre o Banco, presidida pelo economista britânico Keynes; sobre outros meios de cooperação financeira, presidida pelo mexicano Eduardo Suarez (DELGADO, 2009).

Os representantes dos quarenta e quatro (44) países assinaram um documento criando o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. A configuração do Fundo e a nova ordem monetária global se adequaram mais os propósitos de White do que de Keynes, uma vez que o Sistema

¹¹ A escolha pela cidade de *Bretton Woods*, no estado de *New Hampshire* (EUA), foi motivada pelo interesse de conquistar o apoio do Senador do Partido Republicano Charles Tobey, pois, em 1944, haveria eleições para o Congresso estadunidense que tinha como maioria em sua bancada os republicanos e, havia grande possibilidade de continuarem (EICHENGREEN, 2000).

¹² O Brasil participou da Conferência com a presença do economista Otávio Bulhões, o qual manifesta que esta participação deu apoio interno ao projeto de criação da Superintendência (SUMOC): "lá, com certeza, obtive melhor visão e pude fazer uma coisa mais precisa. A redação do projeto tomou-me apenas algumas semanas. Tive a colaboração de várias pessoas que faziam parte da Seção de Estudos Econômicos [do Ministério da Fazenda], como José Nunes Guimarães, Eduardo Lopes Rodrigues, Aluísio de Lima Campos. Recebi também o apoio de José Vieira Machado, do Banco do Brasil, não só no projeto, mas em sua execução. Vieira Machado foi o primeiro Diretor Executivo da Sumoc." Cabe lembrar que com a expansão da rede bancária brasileira, entre os anos 1941 e 1942, era necessário o monitoramento e o apoio ao funcionamento da rede bancária brasileira, logo era fundamental assegurar aos bancos a confiabilidade para: a mobilidade de seus ativos, os cumprimentos dos acordos assumidos com seus depositantes e com as necessidades do País (Ribeiro e Guimarães, 1967, p.166 APUB Figueiredo Filho, 2005). A criação da SUMOC, portanto, atendia as necessidades domésticas, bem como a possibilidade de uma participação nos novos órgãos criados na Conferência de Bretton Woods.

de Bretton Woods, como ficou conhecido esta conferência, se apoiou no dólar, cujo valor estava atrelado ao ouro¹³.

Portanto, o Sistema de Bretton Woods foi planejado com o objetivo de reorganizar as relações e as novas arquiteturas econômicas internacionais, impulsionado pela finalidade de evitar a repetição da grande instabilidade monetária que acompanhara as tentativas de recriação do Padrão Ouro no período entre as Primeira e Segunda Guerras. O Banco Mundial e o FMI, financiados com a contribuição dos seus 44 países membros, receberam a atribuição específica de prevenir futuras crises. Ao Banco Mundial caberia a tarefa de fazer investimentos de longo prazo nos países em desenvolvimento com o objetivo de tirá-los da situação de pobreza. Enquanto que o FMI promoveria políticas econômicas destinadas a reduzir a especulação financeira e a volatilidade dos mercados (KLEIN, 2008). Podemos considerar, a grosso modo, que o Sistema de *Bretton Woods* se baseava em quatro grandes compromissos econômicos: *i*) o dólar seria a moeda de referência do sistema e deveria ser trocado pelo Tesouro Norte-Americano a taxa de câmbio; *ii*) as outras moedas deveriam manter-se com regime de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, com relação ao dólar; *iii*) os movimentos especulativos na conta de capital seriam controlados; *iv*) o Banco Mundial e o FMI seriam as duas instituições da organização internacional responsável por supervisionar a operação dos novos sistemas monetários.

O regime de câmbio fixo funcionou conforme o previsto até o início dos anos 1970, quando os Estados Unidos começaram a apresentar problemas no controle da inflação e, decorrente disto, uma baixa no valor do dólar. Logo, durante os anos 1970, as políticas tradicionais, ditas keynesianas, não tiveram muito êxito: elas apoiavam o crescimento, mas simultaneamente geravam mais inflação, o desemprego começava a aumentar e, sobretudo houve uma queda nas taxas de lucros. Esta crise reconduziria ao poder a hegemonia financeira (DUMENIL, 2005).

Durante três décadas esse modelo não teve opositores teóricos que conseguissem advogar novamente sobre o alicerce do pensamento liberal e conservador dos séculos XVIII e XIX. No entanto, logo após a Segunda Guerra Mundial houve uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. Os teóricos¹⁴ dessa “nova”

¹³ Não é nosso propósito enumerar as discussões políticas-econômicas das idéias de White e Keynes sobre a cooperação financeira entre Estado Unidos e Grã-Bretanha. Para isto ver Einchegreen, 2000.

¹⁴ Em 1947, o economista Friedrich von Hayek organiza uma reunião na cidade de *Mont Pèlerin*, na Suíça. Ele convida o economista Milton Friedman, o filósofo

ideologia propunham que as limitações dos mecanismos de mercado por parte do Estado era uma ameaça à liberdade tanto econômica quanto política (PAULANI, 2005). Segundo a economista Paulani (2005, p. 124):

aparece aqui a primeira das duas diferenças que distinguem o neoliberalismo do liberalismo original: menos do que uma doutrina política, filosófica e/ou moral, o neoliberalismo fica constrangido a se apresentar fundamentalmente como uma receita de política econômica (abertura, estado mínimo, desregulamentação etc.), desprezando, nessa medida, alguns dos valores universais que primariamente lhe deram origem.

Durante os anos 1980 vários países da América Latina passaram por crises econômicas advindas das dívidas que contraíram com países da América da Norte e da Europa, estes países enfrentaram altas taxas de inflação e forte estagnação econômica. Em 1989, o economista John Williamson, conselheiro do FMI e do Banco Mundial, juntamente com um grupo de economista e o *Institute for International Economics*, apresentaram uma lista de políticas consideradas importantes para a saúde econômica mundial. Esta lista ficou conhecida como o “Consenso de Washington”, ela apresentou dez (10) propostas para reverter a crise na qual os países em desenvolvimento se deparavam. Essas políticas foram apresentadas como técnicas e incontestáveis pelos seus economistas, elas se baseavam na privatização, na desregulamentação/liberação dos mercados financeiros e do trabalho, redução nos gastos públicos, abertura comercial e a garantia da quebra de barreiras à entrada de empresas estrangeiras. Além disso, uma das causas determinantes destas crises é a forte intervenção do Estado na economia (MINELLA, 2007; KLEIN, 2008).

Assim, a redução da intervenção do Estado na economia passa a ser uma necessidade para os teóricos do neoliberalismo. Segundo Friedman e Friedman (1980, p. 16):

Karl Popper, Lionel Robbins e o economista austríaco Ludwig Von Mises para discutirem as alternativas econômicas ao modelo keynesiano e a preparação para um novo modelo de capitalismo. As ideias que surgiram deste encontro ficaram conhecidas como a Sociedade de *Mont Pèlerin*.

(...) a liberdade econômica constitui requisito essencial da liberdade política. Permitindo a indivíduos cooperarem entre si sem coerção ou direção centralizada, [tal liberdade] reduz a área sobre a qual é exercido o poder político. Além disso, dispersando poder, o mercado livre proporciona um contrapeso a qualquer concentração do poder político que porventura venha a surgir. A combinação de poder político e econômico nas mesmas mãos constitui receita certa de tirania.

Desde os anos 1970, transformações no sistema capitalista internacional redefiniram a estrutura do setor financeiro e, com isso, as redes corporativas financeiras e políticas estabelecem novas conexões e constelações de interesses, com o impacto direto sobre o sistema econômico e a sociedade como um todo, formando o que Chesnais (2005) classifica como sendo um processo de hegemonia financeira sobre a produção, por meio da financeirização do capital.

2.1 HEGEMONIA DA CLASSE CAPITALISTA FINANCEIRA

Esta nova fase do capitalismo tem como característica fundamental a restauração do poder e dos ganhos das classes capitalistas. A crise dos anos 1970 surte efeitos para as classes sociais mais privilegiadas, ou seja, as famílias que possuem uma riqueza, geralmente uma riqueza financeira e uma riqueza imobiliária, mas, principalmente uma riqueza financeira, sob a forma de ações e obrigações. Pois, durante esta crise dos anos 1970 a Bolsa de valores estava muito baixa e as taxas de juro estavam inferiores à inflação, diminuindo o poder de compra por parte destas famílias (DUMENIL, 2005).

Não é muito aprazível o uso recorrente de citações, mas parafrasear análises contundentes sobre o capitalismo nos parece um contrassenso, portanto recorreremos às análises de Wood (2006, p. 43) no que se refere às estratégias das economias capitalistas, principalmente a estadunidense, quanto ao seu desenvolvimento, bem como da crise que se instaurou a partir dos anos 1970:

Nos anos seguintes à Guerra, os Estados Unidos, e as principais economias capitalistas em geral, viveram um longo boom econômico. Em tais condições, eles tinham um interesse real em

desenvolver as economias do Terceiro Mundo, na medida em que isso favorecesse as suas economias, porque precisavam expandir seus mercados. Esta foi, portanto, a era das estratégias de “desenvolvimento” e “modernização”. Mas o boom terminou nos anos 1970 – em parte porque a competição entre as potências capitalistas produziu uma crise de superprodução e queda de lucros; e um movimento descendente começou. O que os Estados Unidos e seus aliados passaram a exigir do resto do mundo passou a ser algo diferente. Entre outras coisas, os Estados Unidos precisavam encontrar emprego para o excesso de capital que não podia mais ser aplicado lucrativamente em investimentos produtivos. Precisavam deslocar seus problemas internos para outros lugares. Então os Estados Unidos usaram o controle que possuíam sobre o sistema financeiro mundial para facilitar a movimentação de capitais e desencadearam uma orgia de especulação financeira, facilitada (mas certamente não causada) por avanços tecnológicos que tornaram possível a movimentação instantânea de capitais.

Portanto, o sistema neoliberal se impôs durante esta crise. As características mais conhecidas do neoliberalismo são o recurso ao mercado e a diminuição do papel econômico do Estado. Mas é necessário desconfiar deste aspecto, pois o Estado não desaparece com o neoliberalismo; o que desaparece é o Estado keynesiano. Caberia fazer algumas reflexões sobre o poder das classes e o poder do Estado. No entanto, para os fins desta discussão, seguimos as orientações de Wood (2003, p. 37-38):

a existência de Estado sempre implicou a existência de classes – embora esta proposição exija uma definição de classe capaz de abranger todas as divisões entre os produtores diretos e os apropriadores de sua mais-valia [...] o ponto fundamental é o reconhecimento de que algumas das principais divergências entre os vários padrões históricos se relacionam com a natureza e a sequência das relações entre poder público e apropriação privada [...] o longo processo histórico

que resultou o capitalismo pode ser visto como uma diferenciação crescente – e incomparavelmente bem desenvolvida – do poder de classe como algo diferente do poder de Estado, um poder de extração de excedentes que não se baseia no aparato coercitivo do Estado.

A questão aqui é compreender que os fundamentos da liberalização e da desregulamentação foi tanto político quanto econômico, segundo Chesnais (2005, p. 18)

somente na vulgata neoliberal o Estado é exterior ao mercado. Sem a ajuda ativa dos Estados, as empresas transnacionais e os investidores financeiros institucionais não teriam alcançado as posições dominantes que hoje possuem [...] a grande liberdade de ação da qual elas gozam no plano doméstico e a mobilidade internacional [...] necessitaram numerosas medidas legislativas e regulamentares¹⁵.

Contudo, vale retomar as considerações do economista francês Dumenil (2005, p. 35) acerca do neoliberalismo:

Pode-se definir o neoliberalismo como uma *configuração de poder* particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, este período pode ser descrito como uma nova *hegemonia financeira*, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA.

Por fim, podemos concluir que o neoliberalismo promoveu a hegemonia da finança no seu aspecto global, mesmo tendo como origem a situação econômica das classes capitalistas estadunidense, pois ela recupera uma parte da fração superior das classes capitalistas e, sobretudo

¹⁵ Não é nosso objetivo fazer uma discussão teórica e política sobre as concepções de Estado.

das instituições financeiras. Dessa forma, observamos que seu objetivo é recuperar e assegurar a renda e o poder das classes capitalistas.

2.2 A PRESENÇA DE NOVOS ATORES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

É a partir deste cenário que a desregulamentação do mercado financeiro se desenvolve. No entanto, é importante remontarmos às origens dessa etapa do capitalismo. Essas podem ser encontradas na desvinculação do dólar ao ouro entre 1971 e 1973. Este fato liberou a quantidade da “moeda mundial¹⁶” da restrição quantitativa que lhe impunha a sua relação fixa com o ouro. Essa mudança tornou o mundo econômico menos previsível e abriu oportunidades de ganhos especulativos que, após a década de 1930, estavam restritas por regulamentações quanto à conduta das empresas financeiras e da liberdade de movimentação de capitais financeiros ao redor do mundo.

Empresas transnacionais e os investidores financeiros institucionais começaram atuando sobre os fluxos financeiros, o comércio e os investimentos diretos, antes de se estenderem para um número crescente de atividades antes regulamentadas ou organizadas conforme critérios não exclusivamente mercantis. A grande liberdade de ação da qual elas gozam no plano doméstico e a mobilidade internacional quase completa que lhes foi concedida necessitaram numerosas medidas legislativas e regulamentares, com o dismantelamento das instituições anteriores e sua substituição por instituições novas (CHESNAIS, 2005, p. 18).

A potencialidade dessas mudanças políticas foi exponencialmente amplificada pela revolução tecnológica trazida pela telemática, que é a combinação entre as telecomunicações e a informática. Esta permitiu o deslocamento de enormes massas de capital ao redor do globo, em um contexto de desregulamentação das atividades financeiras. Ou seja, a

¹⁶ O dólar torna-se moeda mundial a partir do Acordo de Bretton Woods (1944), consubstanciando a ascensão dos Estados Unidos à condição de potência econômica hegemônica após sua vitória (em conjunto com a URSS) na Segunda Guerra Mundial. Por moeda mundial tem-se que o dólar cumpre mundialmente as três funções da moeda: intermediário nas trocas, unidade de conta e reserva de valor. Ou seja, o dólar é a moeda na qual a riqueza é utilizada para a aquisição de bens e de serviços, a riqueza é contada e a riqueza é guardada. A partir desse momento, o rico, de qualquer nacionalidade, é rico em dólares, e não em outra moeda, situação que permanece até nossos dias.

globalização financeira difere não apenas do período anterior (simplicemente chamado de o período de Bretton Woods), em que as atividades financeiras se encontravam restritas, mas também de períodos de expansão financeira “livre” anteriores (período entre 1890-1920), pois nesse caso tínhamos uma expansão da esfera financeira limitada não apenas pelas regras do padrão-ouro como pela possibilidade técnica existente nos dias atuais¹⁷.

A conjugação desses fenômenos técnicos e políticos trouxeram significativas transformações na forma de acumulação e expansão do capital financeiro. De um lado, tivemos a emergência de novos atores que passaram a dominar a cena financeira. São eles os chamados investidores institucionais (fundos de pensão, fundos de investimentos, fundos *hedge*, bancos de investimento, seguradoras e, mais recentemente, os fundos de *private equity* e os fundos soberanos), os quais passaram a concentrar a poupança e as aplicações financeiras ao redor do planeta. De outro lado, a própria instabilidade inerente ao capitalismo financeiro desregulamentado trouxe a necessidade de criação de novos produtos financeiros como a securitização e os derivativos. A securitização refere-se ao processo de transformação de dívidas em títulos negociáveis permitindo que um maior número de credores (geralmente os investidores institucionais) se exponha a um menor risco individual, pois “carrega” apenas uma parte da dívida de uma empresa ou país, podendo negociá-la conforme sua estratégia de valorização do capital. Os derivativos são instrumentos complexos que, simplificadamente, permitem a operação do futuro no presente. Ou seja, dão um seguro frente às flutuações abruptas às quais estão sujeitas as variáveis econômicas em um mundo instável. Os dois instrumentos permitem uma repartição dos riscos entre um maior número de atores, ao mesmo tempo em que interligam mercados, potencializando o risco de todo o sistema (BRAGA e CINTRA, 2004).

Esses desenvolvimentos estão na base do que se convencionou chamar “finanças de mercado”. O financiamento das empresas e dos governos se desloca dos bancos para a emissão de títulos negociáveis, em um negócio “auto-regulamentado”. Para tanto, é crucial o papel das agências de classificação de risco (*rating*), as quais classificam os potenciais devedores conforme o seu risco de não pagamento, seguindo

¹⁷ Apesar disso, temos que aqui sublinhar o caráter político/tecnológico do processo em curso após a década de 1970, o qual não permite uma interpretação baseada no mero determinismo tecnológico como “causa” da expansão dos movimentos financeiros e da hegemonia desses movimentos sobre as demais formas de acumulação de capital em esfera mundial.

critérios que condicionam as estratégias e os objetivos das empresas e dos governos. O grande negócio da globalização financeira é a possibilidade de endividamento quase ilimitada, mas o acesso a esse financiamento em boas condições depende de bons níveis de *rating*. Ou seja, as agências têm um poder de vida ou morte sobre as empresas produtivas e também para os Estados, pois uma piora nas condições de financiamento de uma empresa leva esta a ser presa fácil de suas concorrentes que obtêm fundos em melhores condições, numa demonstração evidente da supremacia da finança sobre a produção nessa quadra histórica do capitalismo. Os Estados são levados a pagar taxas de juros muito mais altas em função de alterações na classificação de risco. Assim, os agentes financeiros na avaliação sobre o risco de cada operação financeira procuram estimar nas taxas de juros que cobram uma margem de risco que possa eventualmente existir¹⁸.

Essas transformações, as quais se consolidam nos anos 1980 e 1990, difundindo-se dos Estados Unidos à Europa e ao Japão e, posteriormente aos países que constituem o que o jargão financeiro em voga chama de “mercados emergentes”, têm um enorme potencial de mudança social. A hegemonia do capital financeiro nesse período se traduz em sua lucratividade e em sua expansão exacerbada, superior às possibilidades de acumulação trazidas pelo comércio e pelo deslocamento internacional da produção (transnacionalização das empresas), embora estas dimensões sejam todas interdependentes.

Moraes (2003) traz uma característica, mais qualitativa, sobre as transformações nas corporações de mídia e entretenimento a qual nos parece mais interessante para essa pesquisa. As organizações de mídia surgem com um duplo papel: atuam como agentes discursivos e ideológicos em prol da globalização e como agentes econômicos nos mercados mundiais. Do ponto de vista da enunciação discursiva, os meios de comunicação não apenas legitimam o ideário global, como também o transformam no discurso social hegemônico. Do ponto de vista de agentes

¹⁸ É conhecido no discurso econômico a alternância entre o otimismo e o pessimismo do mercado financeiro. Conforme Singer (2003), o risco se torna inerente a qualquer transação financeira, pois depende da inadimplência dos pagamentos junto aos prestamistas. Temos dois tipos de períodos: épocas de *boom* e épocas de crise. Nesta, a inadimplência dos pagamentos é recorrente (prestamistas superestimam o risco e reduz a concessão de empréstimos), na outra, a inadimplência é quase nula e os contratos são cumpridos (prestamista, portanto, reavalia o risco e concede mais crédito). Logo, o risco financeiro é autogerado pela expectativa de risco retroalimentada pelos agentes financeiros.

econômicos, tentam maximizar seus lucros através de construção de alianças, parcerias, *joint ventures*, visando com isso “ampliar lucros, seja reduzindo e repartindo despesas ou perdas, seja contornando fatores de risco com o somatório de competências”, além de “aumentar as sinergias dentro das corporações, em particular aquelas possibilitadas por fusões de ativos e serviços”. Chegamos, portanto, a uma importante consideração: os meios de comunicação estão concentrados nas mãos de grupos de mídia que são parte inseparável da globalização econômica/financeira. Como veremos nos capítulos 4 e 5 sobre o jornalismo brasileiro, especificamente o Grupo Folha, o discurso da lógica dominante nos é apresentado tanto pelo noticiário da finança bem como pela legitimação dos economistas da finança presentes na mídia. Além disso, as mudanças ocorridas na estrutura acionária do grupo apresenta uma diversidade de acionistas vindos do sistema financeiro, grupos de telefonia e empresariais. Por isso, seguimos as orientações de Aguiar (2006) no que tange o conceito de Grupo Econômico de Comunicação, sobretudo no que diz respeito a abrangência, influência e rapidez que conferem-lhe um poder econômico, político e social. De acordo com Aguiar (2006, p. 46-7)

Grupo Econômico de Comunicação aos agentes sociais e políticos que controlam um conjunto de empresas, independentes juridicamente entre si ou não, interligadas, ou por relações contratuais, ou pelo capital, e cuja propriedade do capital (e de ativos específicos) pertence a indivíduos ou instituições, que exercem o controle de fato sobre este conjunto de empresas

Ampliando um pouco e interpretando este cenário, temos que a racionalidade da finança e de seus operadores tende a se difundir enquanto parâmetro das relações que regem a vida em sociedade. Essa racionalidade cultua a velocidade, a rentabilidade e a segurança, em um mundo instável, onde as fortunas se fazem e se desfazem sem uma explicação “real” aparente, onde a “esperteza” aparece como uma qualidade que justifica um desempenho superior frente a um concorrente, uma vez que os reais processos subjacentes à sucção da mais-valia em

direção dos aplicadores financeiros encontram-se mascarada e nunca é explicitada¹⁹.

Não menos importante é a difusão da chamada “governança corporativa” a qual, a pretexto de proteger os proprietários das empresas (detentores do capital, em caso de uma companhia de capital aberto, de suas ações) dos seus diretores executivos (nas palavras de Marx, o “capitalista em função”). A tentativa de remediar essa oposição de interesses e de identificar a atuação dos diretores aos objetivos dos proprietários passa pela difusão de códigos de conduta que estimulam a ampla disseminação de informações da empresa aos proprietários (inclusive os acionistas ditos minoritários, dentre os quais se incluem os investidores institucionais) ao mesmo tempo em que mudam a forma de remuneração dos executivos, aumentando o peso das opções de compras de ações da empresa em seu salário (*stock-options*)²⁰. O objetivo da empresa “produtiva” capitalista passa a ser o de “maximizar o valor para o acionista”, ou, de forma mais simples, o aumento das cotações das ações da empresa²¹.

E aqui, Marx e suas considerações podem nos auxiliar a compreender esse panorama: quem pode negar que condutas anteriormente reprovadas socialmente são hoje aceitas pelos seus resultados em termos de acumulação de capital sem que se questionem os processos pelos quais esta acumulação foi obtida? A congruência dessas constatações com a natureza de um circuito do capital reduzido à forma D-D’ é marcante. A reprodução dessas características enquanto parâmetro de conduta social faz com que os processos que eram antes exigidos enquanto etapas intermediárias para a validação/aceitação de uma conduta socialmente aceita possam ser ignoradas, tal qual a produção de mercadorias o é no circuito de Marx.

¹⁹ Nota-se um descolamento entre o avanço da produtividade e o avanço dos salários nos Estados Unidos após a década de 1980 que nos dá boas pistas quanto à real origem dos ganhos financeiros e da sustentação desse modelo. A esse respeito ver Reich (2008).

²⁰ Nesse contexto, os executivos perdem em poder o que ganham em salários. Nas décadas de 1950 e 1960 a remuneração média de um executivo nas empresas de capital aberto dos Estados Unidos girava em torno de 50 vezes o salário médio dos trabalhadores. Essa relação passa a cerca de 200 vezes na década de 1990 no caso dos presidentes das empresas e chega a 350 vezes nos anos de 2002-2003. Ver Reich (2008).

²¹ A esse respeito ver Scherer (2003).

E, como destacou Marx, esse processo é constantemente sujeito a crises. A profusão de crises financeiras após o advento da globalização financeira demonstra a instabilidade intrínseca do circuito reduzido D-D'. Embora a resiliência desse sistema seja surpreendente, como anteriormente explicado, em realidade crises, de diversas naturezas e consequências emergiram nos Estados Unidos na década de 1980 e início da década de 1990, no Japão em 1991, no México em 1996, na Ásia em 1997, na Rússia e no Brasil em 1998, nos Estados Unidos no ano 2000, na Argentina em 2001, no Brasil em 2002 e novamente nos Estados Unidos em 2007. Certamente, essa lista não é exaustiva, e bem demonstra que a natureza dos sistemas financeiros desregulados é propensa à crises que se repetem. Cabe aqui uma ressalva quanto à natureza da crise financeira norte- americana que começou em 2008, e é considerada “a maior crise desde a grande Depressão” (ROUBINI, NOURIEL – www.rgemonitor.com). Sua gravidade é imensa e sua duração incerta. A exacerbação de novos produtos financeiros (ou seja, do circuito D-D') parece ter chegado ao paroxismo no período 2002-2007, com a criação de títulos securitizados cada vez mais complexos (títulos com base em títulos, com base em títulos, etc.), sobre os quais se transacionavam derivativos baseados em índices de títulos, todo comercializado em escala mundial. Pode parecer confuso, e é, mas, trata-se da fetichização mais completa das atividades produtivas (notadamente da construção de imóveis comerciais e residenciais nos Estados Unidos) escondidas atrás da venda de ativos que a elas correspondiam ao menos parcialmente (CINTRA e SCHERER, 2008).

3 BANCO CENTRAL DO BRASIL

Neste capítulo, apresentamos uma breve discussão sobre as peculiaridades do Banco Central do Brasil, seu antecedente histórico (Sumoc e reforma bancária de 1964), os principais atores (diretores e presidente) e funções do BCB. Assim como, uma discussão sobre a discussão em torno da independência *versus* autonomia do BCB.

A criação do Banco Central do Brasil tem sua própria história e, portanto, reflete tanto os posicionamentos teóricos quanto os determinantes históricos que circunscrevem as particularidades do nascimento desta instituição. Assim, além de possibilitar uma compreensão da história econômica e política do país, o Banco Central do Brasil (Bacen e/ou BCB) suscita e reproduz em si os condicionantes da economia capitalista.

O Brasil foi um dos últimos países do mundo a adotar um banco central e este processo levou duas décadas para ser concluído. Com o chamado “reordenamento institucional” entre os anos de 1964/67 ocorreram reformas em diversas áreas, inclusive na bancária e no mercado de capitais, que buscou estabelecer o controle das instituições financeiras, a criação de novas formas de financiamento público e privado, além de propiciar maior especialização e flexibilização do sistema financeiro. Assim, em um breve percurso podemos considerar que o conselho da SUMOC foi transformado em Conselho Monetário Nacional e, houve a criação do Banco Central do Brasil.

No entanto, a consolidação e o aperfeiçoamento da instituição levaram mais 22 anos para que o Banco Central do Brasil assumisse o papel de autoridade monetária. Temos como período histórico a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em 2 de fevereiro de 1945, até a criação do Banco Central do Brasil, em 31 de dezembro de 1964. A discussão sobre a resistência e os interesses contrários a criação do banco favorecem o surgimento de vários atores sociais envolvidos no processo decisório que ambicionavam controlar os mecanismos das políticas monetárias e creditícia e se encontravam espalhados em algumas instituições do Estado brasileiro (Raposo, 2011). Conforme Corazza (2006) estes atores se materializavam no Congresso, no Banco do Brasil, em setores específicos do campo, do setor urbano industrial, dos banqueiros e do próprio Governo. Além disso, as reformas referentes ao sistema financeiro brasileiro, durante este mesmo período, assinalam os posicionamentos políticos e ideológicos a respeito tanto da legitimidade política quanto da credibilidade financeira nacional e

internacional. O estudo realizado por Minella (1988, p. 12) sobre os banqueiros no seio da reforma bancária durante os anos 1960 – 1980 demonstra que

[os banqueiros] estão presentes na luta política, através do controle ou influência nos partidos políticos e nas instâncias estatais de decisão e da vinculação com importantes meios de comunicação de massa além de outros canais de influência sobre o processo sociopolítico do país.

A pesquisa ainda revela que os membros da burguesia bancário-financeira ocuparam a presidência ou diretorias do Banco do Brasil, da SUMOC, do Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Durante este período, que representa a gênese do desenvolvimento do Banco Central Brasil, há ao mesmo tempo, a ascensão de uma classe de dirigentes com formação em economia que ocupam as instituições, de forma simultânea ou não, nos organismos do governo, nas escolas de economia ou centro de pesquisa e em agências econômicas internacionais. O economista dirigente é definido como aquele que ocupa temporariamente um cargo que envolve grande poder decisório nas áreas monetária, cambial e da economia internacional, portanto são aqueles que estão atuando nas arenas estratégicas de gestão das políticas macroeconômicas: os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, bem como a Presidência da República e as diretorias do Banco Central (LOUREIRO, 2006). Portanto, ao longo deste trabalho, vamos orientar nossa exposição na participação tanto dos banqueiros quanto dos economistas no que se refere ao estabelecimento da instituição do Banco Central do Brasil.

O Quadro 3 apresenta as principais características da regulação do sistema financeiro antes da criação do Banco Central do Brasil em dezembro de 1964.

Quadro 3 - Sistema regulatório

1945 – Criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)	Motivos: - modificações ocorridas na atividade econômica ao Término da Segunda Guerra Mundial; - Conferência de Bretton Woods; - necessidade de reorganizar os sistemas creditícios e monetários nacionais, combater a inflação, controlar os meios de pagamento e aumentar a cooperação entre as autoridades monetárias e as autoridades fiscais.
Organismo que regularam a atividade financeira entre 1945-1964	Sumoc Conselho Superior da Sumoc Banco do Brasil Tesouro Nacional

Fonte: Estrela, 2005.

A Lei nº 4.595/64 dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional, além de dar outras providências. Assim, o Capítulo I versa sobre o Sistema Financeiro Nacional (SFN), o qual dispõe no Artigo 1º sobre a estrutura e a regulamentação diz que o SFN é constituído do Conselho Monetário Nacional; do Banco Central do Brasil, do Banco do Brasil S.A, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e das demais instituições financeiras públicas e privadas.

O artigo 2º, desta mesma lei, extinguiu o Conselho da SUMOC e criou o CMN com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito com o objetivo de promover o progresso econômico e social do País. O artigo 3º define seus objetivos²² e o 4º a sua competência

²² Art. 3º A política do Conselho Monetário Nacional objetivará: I - Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento; II - Regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais; III - Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira; IV - Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas; tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional; V - Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do

administrativa²³ (NOVELLI, 2001). No entanto havia uma polêmica sobre a composição e gestão do CMN. Três mudanças aconteceram na emenda proposta pelo Senado: o conselho teria 9 (nove) membros (Ministro da Fazenda, os presidentes do BB e do BNDE, Ministros da Indústria e Comércio e do Planejamento – os ministros poderiam participar da reunião, mas não tinham direito ao voto); dos nove, 6 membros seriam nomeados pelo Presidente da República, com aprovação pelo Senado, e por fim, o conselho teria um mandato de 6 anos. Além disso, a emenda visava proteger o segredo bancário uma vez que os pedidos de informação deveriam ter a aprovação do plenário da Câmara.

Alguns vetos foram realizados nas emendas propostas pelo Senado e enviadas ao governo. As emendas sofreram importantes modificações no que tange: a composição do CMN; proibição das empresas estrangeiras participarem no capital de outras empresas; poder em relação ao processo de centralização bancária, assim como de regulamentação da competição entre os bancos; caberia ao CMN limitar a taxa de juros de acordo com a conjuntura. Com a reforma bancária, a estrutura da autoridade monetária assume novas configurações, assim o Bacen passa a substituir a SUMOC e suas atribuições são: (a) a emissão de moeda ficou sob sua inteira responsabilidade; (b) as operações de crédito ao Tesouro só poderiam ser feitas agora pelo Bacen, através da aquisição de títulos emitidos pelo Tesouro; (c) a Cared e a Camob foram abolidas, e seus valores líquidos incorporados ao Bacen; (d) o controle e a execução das operações de câmbio passaram do Banco do Brasil para o Bacen; (e) criou-se o Conselho Monetário Nacional (CMN), para substituir o Conselho da

sistema de pagamentos e de mobilização de recursos; VI - Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; VII - Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa. Ver em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4595.htm>

²³ Art. 4º Compete ao Conselho Monetário Nacional: a) Autorizar as emissões de papel-moeda; b) Aprovar os orçamentos monetários; c) Fixar as diretrizes e normas da política cambial; d) Disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas; e) Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros às atividades rurais; f) Determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas; g) Regular, fixando limites, prazos e outras condições, as operações de redesconto e de empréstimo, efetuadas com quaisquer instituições financeiras públicas e privadas de natureza bancária, e h) regulamentar o sistema financeiro – Ver Novelli (2001).

Sumoc, agora com nove membros, dos quais apenas um pertencente ao Banco do Brasil; (f) o Banco do Brasil permaneceu como agente financeiro do Governo, mas sem o privilégio de fornecer crédito ao mesmo; (g) o Bacen ficou com a possibilidade de delegar ao Banco do Brasil a função de guardar as reservas voluntárias dos bancos e de efetuar a compensação de cheques; (h) a Caixa de Amortização do Tesouro foi abolida, e a função de emitir tornou-se privilégio do Banco Central (CORAZZA, 2006).

A reforma do sistema financeiro nacional que incluía a reforma bancária buscava, portanto medidas necessárias à superação do processo inflacionário e de retomada do crescimento econômico, conforme atesta Raposo (2011, p.96). Tais reformas tinham como objetivo estabilizar os preços para a retomada do crescimento da economia brasileira.

Em relação à diretoria do BCB, o Artigo 14 definiu que seria composta por 4 membros, um seria o presidente e os diretores seriam escolhidos entre os 6 membros indicados para a composição do CMN. O Artigo 15 define a organização e a forma de funcionamento do Banco Central serão especificadas pelo regimento interno do banco. O Artigo 16 versa sobre a origem das receitas, as rendas do banco veriam: - de operações financeiras e de outras aplicações de seus recursos; II - das suas operações de câmbio, da compra e venda de ouro e de quaisquer outras operações em moeda estrangeira; III - eventuais, inclusive as derivadas de multas e de juros de mora aplicados por força do disposto na legislação em vigor (Redação dada pelo Del nº 2.376, de 25/11/87).

Os funcionários do Banco Central seriam recrutados: a) por concurso público de provas ou de títulos e provas; b) por requisição junto ao BB e a outras instituições financeiras federais; e c) por requisição a outras instituições, cujos funcionários já prestassem serviços à SUMOC há mais de 1 ano. Foi decidido também que, num prazo de 10 anos, os funcionários poderiam optar entre permanecer no BCB (com anuência de diretoria) ou voltar para o órgão de origem (NOVELLI, 2001). Atualmente, o Decreto nº 91.961/1985, que dispõe sobre a diretoria do Banco Central do Brasil – BACEN, ainda está em vigor.

3.1 UMA BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A REFORMA BANCÁRIA E O PERÍODO ANTECEDENTE

A literatura que versa sobre o sistema bancário brasileiro considera apenas como reforma bancária aquela implementada durante o governo Castelo Branco no que tange a organização do Sistema Financeiro

Nacional a partir de 1964 (Leis n^os 4.595/64 e 4.728/65). Segundo Yoshino (1994) a organização foi promovida no interior das reformas previstas pelo PAEG (Programa de Ação do governo) e tinha como objetivo combater a inflação e também levar adiante o desenvolvimento socioeconômico do país, sustentado na expansão dos mercados internos e exportador.

No entanto, discussões anteriores a implementação, dão conta dos arranjos e vínculos políticos daquele período. No plano político, no início da década de 1960, várias reformas foram discutidas na sociedade brasileira. Segundo Minella (1988), uma reforma bancária já era discutida desde meados da década de 1940, ampliando-se o debate no governo João Goulart, juntamente com as chamadas “reformas de base” do governo Jango.

Em 1947, no governo Dutra, o ministro da Fazenda Correia e Castro elaborou um projeto sobre reforma bancária que estabelecia a criação de um Conselho Monetário, de um Banco Central com o privilégio de emissão de notas de curso forçado e o monopólio do câmbio (GALVÊAS citado por NOVELLI, 2001, p. 65)²⁴. Este projeto transitou pela Câmara dos deputados até abril de 1954, onde foram apresentados uma Subcomissão de Reforma Bancária da Comissão de Economia e Finanças e um novo substitutivo proposto pelo relator Daniel Faraco. Segundo Novelli (2001, p. 65) o substitutivo não era claro sobre o papel do Conselho Monetário Nacional (CMN), no entanto estipulava a participação de 16 membros, o Banco Central do Brasil teria 6 diretores, seria órgão executivo do CMN e teria, também, funções normativas. Neste substitutivo a SUMOC, CARED e CAMOB seriam extintas.

Em 1959, depois de receber diversas emendas e retornar às comissões, Nogueira da Gama organizou um novo projeto substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e reenviado para a Comissão de Economia. Este substitutivo determinava que o CMN tivesse a participação de 20 membros e seria órgão de cúpula do sistema financeiro. O BCB, com apenas 6 diretores seria órgão executivo do CMN. A SUMOC, CARED e CAMOB também seriam extintas (NOVELLI, 2001). A Comissão de Economia propôs, em junho de 1962, a formação de uma Comissão Especial para emitir um parecer. O relator

²⁴ Foi proposta também a criação de cinco bancos de economia mista especializados, a saber: Banco Rural, Banco Hipotecário, Banco de Exportação e Importação, Banco Industrial e Banco de Investimento. O Banco do Brasil agiria de modo complementar a estes bancos e seria transformado em banco típico de depósitos e descontos (GALVÊAS CITADO POR NOVELLI, 2001, p. 65)

Daniel Faraco, em dezembro de 1962, apresentou outro projeto substitutivo, que levava seu nome.

O Poder Executivo, entretanto, dependia do Legislativo para avançar na reestruturação institucional, no que tangia à implementação do projeto reformista. Durante a sessão legislativa de 1963, o governo apresentou um projeto de Reforma Bancária no qual criava condições para uma política financeira que incorporasse instrumentos para a contenção do processo inflacionário. Nessa proposta de reforma bancária estava prevista a implantação de um Banco Central.

Em 1962, no Governo João Goulart foram enviados ao Congresso Nacional dois projetos de reforma. O primeiro, no período parlamentarista, transformava a SUMOC em autarquia federal, com personalidade jurídica e patrimônios próprios, além de executar as políticas estabelecidas pelo CMN. A proposta ainda considerava que CARED, CAMOB e CAMEX, órgãos do BB, seriam transferidas para a SUMOC. O CMN seria composto pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, o diretor da SUMOC e os presidentes do BB e do BNDE. O segundo, no presidencialista, versava sobre a composição do CMN e a participação do Senado, seriam incluídos mais três membros indicados pelo Presidente, e caberia ao Senado aprová-los ou não, além de aprovar a indicação do diretor executivo da SUMOC.

A separação das tarefas entre CMN e BCB, prevista no substitutivo Gama, foi incorporada no substitutivo Faraco, em 1962. Este, reduziu a composição do CMN para 5 membros: ministro da Fazenda e presidentes do BCB, BB, BNDE e Banco Rural do Brasil (que seria criado). Além disso, instituiu uma Comissão Consultiva de 9 membros que atuaria junto ao CMN. Em relação ao BCB, ele teria um presidente e quatro diretores nomeados pelo presidente da República e dois membros que tivessem mais de 10 anos de experiências em atividades financeiras.

No período anterior ao golpe, as reivindicações dos trabalhadores em relação a Reforma Bancária tiveram voz através do deputado pelo PTB de São Paulo, Salvador Lossaco. Ele incorporou sugestões da CONTEC que deveriam estar contempladas na transformação do sistema bancário. Uma das principais propostas se referia a maior representatividade dos trabalhadores bancários no Conselho Monetário Nacional. Na proposta de Lossaco, o Conselho Monetário Nacional deveria ser integrado também pelos Ministros do Trabalho e da Previdência Social, um representante dos banqueiros e um representante dos trabalhadores bancários (MINELLA, 1988).

O golpe civil-militar implantado no Brasil em abril de 1964 teve grande influência na aprovação da reforma bancária. Quando aprovada, através da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, a reforma não contemplou emendas ou alternativas de forças sociais anteriormente engajadas, como os representantes dos trabalhadores, já eliminados do cenário da discussão (MINELLA, 1988).

A legitimação do regime ditatorial dependeria principalmente do sucesso do novo modelo econômico. Ele demandava a elaboração de novos mecanismos de regulamentação da economia pelo Estado. O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCB), criados pelo movimento golpista de 1964, sob a égide da Lei nº 4.595/64, nasceram do fruto de uma reformulação do sistema financeiro indispensável ao projeto de crescimento industrial, que fosse isento dos mecanismos inflacionários de financiamento. O artigo 2º, da Lei nº 4.595/64, extinguiu o conselho da SUMOC, substituindo-o pelo CMN com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando o progresso econômico e social do país.

A estrutura do sistema financeiro passaria então por várias modificações com a criação do Conselho Monetário Nacional, órgão máximo do sistema financeiro, cuja composição contemplaria os interesses dos grupos econômicos então no poder e a criação do Banco Central, responsável pela padronização e normatização da rotina dos bancos (MINELLA, 1988).

Assim, atribui-se à reforma bancária a “financeirização” da economia brasileira, a concentração bancária e a racionalização do setor. Segundo Minella (1988, p.71) o sistema bancário teria agora a importante função de, juntamente com o capital financeiro internacional, sustentar o projeto político-econômico delineado pela nova composição de forças no poder. Os rumos da economia e o desenvolvimento geral do País nos anos seguintes demonstrariam claramente a serviço de quem estaria o sistema bancário brasileiro.

3.2 BANCO CENTRAL DO BRASIL - AUTONOMIA *VERSUS* INDEPENDÊNCIA

Há uma celeuma entre independência *versus* autonomia do Banco Central. Em termos gerais, podemos ponderar que ocorre independência quando praticamente não existem controles sobre as atividades do Banco Central, ou seja, ele mantém um poder à margem do Executivo. Já autonomia diz respeito à capacidade da autoridade monetária ter liberdade de escolha dos instrumentos ou procedimentos que melhor se adequam

aos parâmetros preestabelecidos da política monetária. Neste contexto, existe uma convergência de que os bancos centrais de países em desenvolvimento deveriam optar pela institucionalização da autonomia operacional.

Blinder (1999) observa a problemática da adoção de modelos teóricos de autonomia dos bancos centrais de modo a considerar a autonomia operacional como a liberdade que a autoridade monetária possui em decidir quais são os melhores meios e/ou instrumentos para atingir os objetivos propostos pelo Executivo. Assim, a política monetária exercida pelo banco central não opera desconexa das metas da política econômica como um todo. O próprio Blinder assevera que, na prática, autonomia significa “a liberdade para decidir como tentar atingir os objetivos”, assim como a necessidade de autonomia em relação aos mercados financeiros, no entanto a revogação das decisões dos bancos centrais pode ocorrer em situações limites. Além disso, o próprio autor argumenta que um banco central deve servir à vontade pública, sobretudo em uma sociedade democrática em que “(...) a liberdade de agir do banco central implica em uma obrigação de explicar-se perante a população”.

O conceito de um Banco Central independente em relação ao Governo e frente às outras autoridades monetárias – BB e Tesouro Nacional – acompanha a gênese de criação do mesmo, pois seus idealizadores Bulhões e Gudin, seguidos por Dênio Nogueira e Casimiro Ribeiro, acreditavam que havia interesse de diferentes frações da burguesia (classe rural, da indústria e dos banqueiros privados) no que dizia respeito ao uso fácil da emissão do crédito para financiar seus negócios. Essa ideia foi corroborada pelo Relatório da Missão Niemeyer, de 1931, que apontava duas causas para a expansão dos meios de pagamento: os déficits fiscais e o descontrole do crédito, através da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (CORAZZA, 2006).

A exemplo do que era realizado pelo *Federal Reserve Board*, os mandatos fixos no BCB tinham por objetivo garantir sua independência, pois de acordo com Nogueira “... funções políticas estão sujeitas a pressões políticas. E é preciso que haja funções que estejam isentas dessas pressões” (NOGUEIRA citado por NOVELLI, 2001). No entanto, havia pressões por parte do BB e de uma fração da burguesia industrial paulista, através da entidade de classe – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) - contra a criação de banco central, pois a observavam como um instrumento de restrição de crédito (NOGUEIRA citado por NOVELLI, 2001). Assim, o mandato de seus dirigentes, por ordem de Castello Branco (1964-1967), ficou fixado em 6 anos, uma vez que o

mandato do presidente da República, na época, era de 5 anos. Por conseguinte, a estratégia estava orientada para a impossibilidade do Poder Executivo demitir a diretoria. Todavia, logo que Costa e Silva (1967-1969) assume seu mandato, Dênio Nogueira (presidente do BACEN) é forçado a pedir demissão, e uma nova diretoria é convocada, comprovando, dessa forma, a subordinação do BACEN ao governo.

Nos anos 1970 a discussão sobre a autonomia do BACEN volta à agenda política e econômica. Coube ao ministro Simonsen propor a revogação formal da independência²⁵. A discussão sobre a separação do BB e se as funções de fomento deveriam ou não pertencer ao BACEN iniciou em 1985 e só terminou com a Constituição de 1988 (CORAZZA, 2006).

A Constituição Federal de 1988 define alguns elementos sobre a independência do BACEN em relação ao Governo, como, por exemplo, a proibição de financiar o Tesouro e a aprovação de seus diretores pelo Senado da República (CORAZZA, 2006). Dois artigos da Constituição Federal procuram regular as finanças públicas e o sistema financeiro nacional. O artigo 164, *caput*, determina que pertença à União a competência para emissão da moeda exercida pelo Banco Central. O parágrafo 1º proíbe ao Banco Central a concessão de empréstimos ao Tesouro ou a qualquer órgão que não seja instituição financeira. Entretanto, o parágrafo 2º permite que o Banco Central possa comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta da moeda e a taxa de juros (NOVELLI, 2001).

O artigo 192 da Constituição, determina que:

o sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

²⁵ Ele mesmo reconhece que “Quando tomei posse no Ministério da Fazenda, em 1974, achei melhor, já que o AI-5 estava em vigor, tornar o presidente e os diretores demissíveis *ad nutum* pelo presidente da República. Se eles já eram de fato *demissíveis ad nutum*, era melhor ficar na lei do que no Ato Institucional. Essa foi uma decisão minha, junto com os diretores do Banco Central, que eu havia indicado.” (Simonsen, *citado por* Corazza, 2006).

Em 2003, o governo Lula através do ministro da Fazenda Antônio Pallocci se empenhou conjuntamente no Congresso Nacional para a aprovação da Emenda Constitucional 40 (EC/40) que resultou na revogação de todos os incisos e parágrafos do artigo 192 da Constituição Federal sobre o sistema financeiro, abrindo assim a possibilidade de uma regulamentação específica.

De acordo com Ianoni (2012), como supra referido, a EC 40/2003, aprovada no início do primeiro mandato de Lula, altera a história da regulamentação do Art. 192. A Febraban considera a aprovação da EC 40 um marco no avanço do ambiente regulatório, por permitir a regulamentação separada dos diversos mercados do SFN e por eliminar a regra de tabelamento dos juros reais em 12% ao ano (ANGELO, 2007, p. 135-136). A aprovação da EC 40 durante o governo Lula se deu sob pressão dos interesses do sistema financeiro, visando sinalizar aos mercados que variáveis políticas não interfeririam na política monetária do BCB²⁶.

Os temas cobertos pelo Artigo 192 são muito amplos, incluem a autorização e funcionamento de instituições financeiras, companhias de seguro, resseguro, previdência privada e capitalização, cooperativas de crédito, organização e funcionamento do Banco Central. Ou seja, são importantes temas quando se trata de sistema financeiro. A revogação do § 3º do art. 192, que regulava o limite de 12% para o juros reais, permite que as taxas de juros remuneratórios e moratórios não podem mais ser objeto de controle jurisdicional, já que não existiria um percentual fixado em lei. A EC/40 permite que o sistema financeiro seja regulamentado em várias leis complementares²⁷. No entanto, ela ainda não foi regulamentada, pois parou de tramitar na Câmara

²⁶ Ver o artigo de Ianoni (2010) sobre o artigo 192. Nele o autor se propõe a revisar a literatura de Ciência Política brasileira sobre a não-regulamentação, através das relações entre autoridades monetárias - CMN e o BCB – e o legislativo, assim como entre os sistemas políticos e grupos de interesse financeiro, além de investigar empiricamente ações, decisões e não-decisões do congresso e do Poder Executivo sobre a normatização e regulamentação do SFN.

²⁷ Segundo Corazza (2006, p. 18) “tramitam, no Senado Federal, cinco projetos de lei complementar que pretendem conceder uma maior independência legal ao Bacen: a dos senadores Rodolpho Tourinho, Ney Suassuna, Heloísa Helena, Saturnino Braga e Antero Paes de Barros. Embora os projetos apresentem versões diferentes sobre a alteração das regras de funcionamento do Bacen, todos argumentam a favor de uma maior independência orgânica e/ou funcional do Banco Central brasileiro”.

O BACEN é autarquia, ou seja, possui administração e sede própria, porém está subordinada ao Ministério da Fazenda e seus diretores são nomeados pelo Presidente da República. A condução da política monetária e cambial realizada pelo Banco Central reacende o debate sobre a autonomia e independência do banco. O BACEN dispõe de um conjunto de instrumento de política monetária, por exemplo taxas de juros, depósitos compulsórios, taxa de redesconto, que provocam impactos sobre a atividade econômica. O exemplo mais visível é a discussão sobre a taxa básica de juros, definidas pelo Conselho de Política Monetária (Copom) – órgão do BACEN. Segundo Corazza (2006) é a partir da introdução do Plano Real, em 1994, que o BACEN vem gozando de uma forte independência de instrumentos. Assim, a autonomia operacional do BACEN é visto pela liberdade da escolha dos instrumentos de política monetária que julgue mais adequados para assegurar a estabilidade monetária. Ou seja, o Banco Central pode usar o instrumento taxa de juros no momento que achar necessário, com o objetivo de manter a estabilidade econômica, por meio das metas de inflação fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, composto pelo ministro da Fazenda, do Planejamento e pelo presidente do Banco Central.

Todavia, o BACEN age de acordo com as decisões do CMN. É este órgão que decide sobre o regime cambial e as metas de inflação a serem alcançadas pelo BACEN, se ele pudesse agir por decisão própria teríamos, portanto um banco central independente, capaz de elaborar a condução da política monetária, cabendo-lhe escolher livremente os instrumentos a serem utilizados. Segundo Mendonça (2000, p. 103):

o significado do termo independência tem aparecido, na maior parte da literatura, como a capacidade do BC em não ceder diante das forças políticas para monetizar grandes déficits orçamentários, isto é, há a necessidade de independência institucional em relação aos poderes Executivo e Legislativo.

Por conseguinte, a independência do Banco Central inclui o poder de definir a sua própria estrutura interna, assim como a supervisão e controle do sistema financeiro.

3.3 OS DIRETORES DO BANCO CENTRAL/COPOM E O FRÁGIL EQUILÍBRIO ENTRE OS INTERESSES PRIVADOS E O INTERESSE PÚBLICO

O Banco Central do Brasil é o executor da política monetária. Uma das principais características da autoridade monetária é agir por meio de instrumentos que tenham como propósito controlar a liquidez global do sistema econômico de forma a manter a quantidade de moeda em circulação compatível com a estabilidade do nível geral dos preços, com o crescimento da produção e com a estabilidade cambial (Estrela, 2005). O Comitê de Política Monetária é um órgão colegiado do Bacen instituído em 20 de junho de 1996. O Decreto 3.088, de 21 de junho de 1999 define como metas de política monetária a ser perquirida pelo Copom a adoção do sistema de metas para a inflação (SMPI). O Conselho Monetário Nacional fixa a meta da inflação (representada por variações anuais do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo)). O Copom se reúne periodicamente para analisar a economia brasileira em todos os seus aspectos (nível de atividade, ambiente externo, índices de preços, mercado monetário, dívida pública e etc.), a tendência futura para a inflação e decidir, nesse cenário, qual é a taxa de juros (Selic) necessária para atingir a meta de inflação definida. Logo, o Banco Central atua no mercado de forma a fazer com que a taxa Selic seja definida nas reuniões do Copom. De acordo com o decreto, cabe ao Bacen preparar um relatório que aborde o desempenho das metas inflacionárias até o último dia útil de cada trimestre civil. Por conseguinte, caso a meta inflacionária não seja atingida, cabe ao Presidente do Banco Central enviar uma carta em aberto ao Ministro da Fazenda esclarecendo os motivos para o descumprimento da meta.

A relação entre os diretores do Banco Central/Copom conota um frágil equilíbrio entre os interesses privados e o interesse público, uma vez que recai sobre a instituição uma forte pressão no que diz respeito à decisão da autoridade monetária em conduzir uma política governamental macroeconômica traduzida retoricamente em aspectos técnicos. Por detrás desta retórica, a decisão técnica seria conduzida por mecanismos operacionais nos quais os elementos argumentativos matemáticos e estatísticos das fórmulas econométricas dificilmente levariam a uma má conduta do órgão. Assim, a discussão sobre a autonomia e independência do Bacen, baseado nos argumentos anteriores, ganha relevo nos discursos dos economistas e banqueiros diretamente conectados no círculo das finanças. No entanto, o Estado aufere ao Banco Central a missão de ser

uma autoridade monetária capaz de salvaguardar e obedecer aos interesses da soberania nacional opondo-se, dessa forma, aos interesses do poder do mercado. Contudo, os princípios que operam a instituição são de interesse político. Dentro desta perspectiva, encontramos um conjunto de ideias fundamentadas na teoria financeira capaz de assegurá-la não apenas como uma teoria econômica, mas também como uma visão de mundo.

A Constituição Federal de 1988, no Art. 84, inciso XIV, atribui ao Presidente da República o poder de nomear o presidente e os diretores do Banco Central. Logo, a instituição faz parte do Poder Executivo, pois seu presidente ocupa lugar de destaque no processo de decisão política. No entanto, o poder de nomear o presidente do banco central era delegado ao Ministro da Fazenda e, a escolha dos dirigentes era realizada pelo Presidente do Banco Central (OLIVIERI, 2007).

Olivieri (2007) estudou o processo de nomeação do alto escalão do BCB, no qual identificou uma estrutura de “relações pessoais, definido por interesses de carreira e por afinidades ideológicas, e mantido através de ligações informais”; ao mesmo tempo que, tal processo é expressão privilegiada do exercício do poder pelo governante, que procura conciliar a lógica política e a lógica técnica. A autora analisou as nomeações realizadas entre 1985 e 2000, nos governos José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, período no qual ela constata que houve 13 presidentes e 55 diretores. As principais fontes de informação partiram da análise dos currículos e entrevistas com ex-presidentes e ex-diretores do BCB. Segundo Olivieri (2007), “o padrão de nomeação dos ex-presidentes está ligado à formação da equipe econômica e dos ex-diretores está intimamente relacionado com a especificidade das atividades das diretorias”, cujo “critério competência divide primazia com o critério de confiança, indicando a força das relações pessoais como meio estruturador do processo de nomeação”, da mesma forma que se constitui em elemento da legitimação de sua presença.

A principal conclusão da pesquisa realizada por Olivieri (2007) foi que as principais nomeações para diretores do Banco Central são eminentemente técnicas, no entanto o critério pessoal de escolha dos nomeados é fundamental. Pois, estas nomeações dependem das relações pessoais que se estabelecem com base em vínculos profissionais e em identidades intelectuais, ideológicas e pessoais. Ela considera que tais relações estruturam-se numa rede social formada por intermédio da circulação nos cargos nas instituições públicas, privadas e acadêmicas. O

alto grau de circulação entre as instituições confere como principal característica a formação de um profissional híbrido, já que este profissional adquire experiências e competências mistas.

É dentro dessa rede que se estabelece o frágil equilíbrio entre os interesses privados e os interesses públicos, pois os profissionais carregam consigo informações privilegiadas sobre o mercado financeiro e a instituição Bacen. A arena teatral na qual o Banco Central é o palco permite que os principais personagens possam atuar tendo como roteiro os interesses do capital financeiro. Como observa Olivieri (2007, p. 150), “decisões de caráter técnico, como as decisões do Banco Central sobre política monetária e cambial, têm, inevitavelmente, um conteúdo político, no sentido de que afetam a atuação e os interesses de grupos econômicos, enfim, alteram a distribuição de recursos na sociedade”.

Nesta perspectiva que na qual estamos nos aventurando, podemos afirmar que todo o processo político das finanças parece estar caracterizado numa ação de recortar o Estado e separar dele uma parte, dando-lhe autonomia. Mas a suprema ambição desta estratégia consiste em manter o poder discricionário estatal. Isto é, observamos como resultado desta manobra uma apropriação das instituições do Estado.

No que tange ao quadro de profissionais que ocupam os cargos do Bacen, cabe explicar que existem duas categorias de funcionários. A Lei nº 4.595, de 1964, no Art. 52 estabelece que o quadro de funcionários do BCB seria composto de pessoal próprio, de funcionários requisitados do Banco do Brasil e de outras instituições financeiras, assim como da extinta SUMOC. Todavia, a partir de 1966 o quadro de funcionários do Bacen começaria a aumentar através da realização de concursos públicos (NOVELLI, 2001, p. 84). Contudo, é importante ressaltar que o BCB mantém uma política de formação contínua oferecendo aos seus burocratas, dessa forma, a possibilidade de continuarem suas formações em instituições acadêmicas (brasileiras ou estrangeiras), ou em instituições não acadêmicas²⁸.

A segunda categoria de funcionário seria aquela proveniente de ato

²⁸ De acordo com Novelli (2001) as instituições não acadêmicas que oferecem curso aos burocratas do Bacen são o Fundo Monetário Internacional (FMI), Federal Reserve System (FED), Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos (Cemla), Japan International Cooperation Agency (Jica) e o Instituto Minerva. Este criado por iniciativa de Sergio Lins Andrade, da Construtora Andrade Gutierrez S.A.

de nomeação. Cabe uma pergunta: estas nomeações teriam caráter político ou seriam baseados exclusivamente na competência técnica dos economistas? Loureiro e Abrucio (1998)²⁹ procuram superar a discussão na literatura da Ciência Política que analisam a dicotomia entre clientelismo e insulamento burocrático. De acordo com esta literatura, haveria dois tipos de burocracias: a patrimonialista e a insulada. Esta mantém um tipo de interação em relação ao Congresso, aos partidos políticos e à sociedade caracterizado pelo isolamento, pois procuraria através da racionalidade técnica e da excelência administrativa se afastar dos interesses particulares. Aquela, mantém uma interação direta com os interesses da política partidária. Logo, a dicotomia entre as burocracias patrimonialista *versus* a insulada pressupõe uma separação objetiva entre a política e burocracia. No entanto, esta dicotomia dificulta a compreensão analítica em dois aspectos: a influência da política na burocracia e o papel dos dirigentes públicos. Assim, os autores demonstram que a nomeação dos funcionários procura confluir os fatores técnicos e políticos. Eles, portanto, adotam o conceito *policymaker*, o responsável pela estratégia e formulação da política governamental (OLIVIERI, 2007).

O estudo realizado por Olivieri (2007) sobre a nomeação dos diretores do BACEN demonstrou que os *policymaker* são burocratas e profissionais vindos de outros lugares. No entanto, a principal característica destes profissionais não se limita apenas a qualidade técnica, mas, sobretudo ao grau de inserção na rede e o hibridismo de suas carreiras. Por conseguinte, os cargos destinados aos *policymakers* são a Presidência as diretorias diretamente ligadas à formulação da política macroeconômica. Os profissionais com perfil híbrido (burocratas ou profissionais vindos do mercado) têm como principal característica a passagem por instituições públicas e privadas: bancos públicos ou privados, instituições financeiras privadas, e mesmo órgãos do governo como as secretarias do Ministério da Fazenda ou empresas estatais, além das instituições de ensino superior (os *policymaker* que fizeram parte do

²⁹ Os autores analisaram os critérios de nomeação dos ministros dos governos José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Os pesquisadores definiram seis critérios para a escolha dos ministro: pessoal, técnico, partidário, federativo, de imagem e de grupos de interesse. As principais conclusões foram que não houve nomeações puramente técnica e tampouco critérios clientelista. Na verdade, o Presidente da República ao nomear um ministro, procura alguém que atenda os dois critérios político e confiança (OLIVIERI, 2007).

Governo Fernando Henrique vieram exclusivamente da PUC/RJ, voltaremos mais tarde sobre isso). Olivieri (2007: 156) observa que “somente os profissionais com perfil híbrido, que mesclam competências técnicas e políticas, sejam eles profissionais de fora ou burocratas, ocupam a Presidência e as diretorias de política macroeconômica”, ou seja, ocupam as posições de *policymaker*.

É possível para os *policymakers* equilibrar o poder das informações obtidas tanto pela passagem no BACEN quanto no mercado privado? Olivieri (2007, p. 157) atesta que a “passagem pelo Banco Central dá instrumentos importantes para o profissional do mercado”. Pois, o profissional tem a oportunidade de conhecer o funcionamento do governo, além disso, ele passa a obter visibilidade por ter tido uma passagem pelo BACEN, ostentando o título de ex-diretor. Isto gera um capital social muito forte frente aos meios de comunicação, uma vez que ele passa a ser identificado como uma expertise nos assuntos sobre política macroeconômica. Como avalia Olivieri (2007, p. 157):

este tipo de conhecimento é muito importante no mercado financeiro, cujo funcionamento gravita, muitas vezes, em torno das expectativas sobre as decisões do governo, e é especialmente valioso para os profissionais que se tornam consultores, vendendo conselhos a partir das avaliações das ações futuras das instituições governamentais.

3.4 OS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: 1995 A 2003

O sociólogo e ex-ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume a Presidência da República do Brasil (1995) e nomeia como Ministro da Fazenda o engenheiro e doutor em economia Pedro Malan. O grupo de economistas heterodoxos da Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro (PUC/Rio), que já havia trabalhado juntos na elaboração do Plano Cruzado, obteve apoio irrestrito de FHC na condução da política macroeconômica. Podemos citar alguns motivos para a permanência deste mesmo grupo no grupo ministerial: (i) eles já haviam trabalhado juntos no Cruzado; (ii) Cardoso era um aliado de Lara Resende e Pêrsio Arida; (iii) esses economistas eram filiados ao PSDB; (iv) o grupo central da PUC-RJ estabelecia uma

rede de contatos com organismos multilaterais. O guarda-chuva ministerial teve a seguinte formação: Pécio Arida, assumiu a presidência do Bacen; Francisco Lopes e Gustavo Franco permaneceram como diretores do Banco Central. Edmar Bacha foi para a Presidência do BNDES.

Nos oito anos do governo FHC (1995-2002) o Banco Central teve cinco presidentes. Este período foi marcado por diversas crises políticas e econômica que culminaram na dança das cadeiras dentro da direção do Bacen. Vamos traçar um breve perfil dos presidentes do Bacen no período supracitado, destacando nesta primeira parte a formação acadêmica e os motivos que os levaram a deixar a presidência do Bacen.

Pécio Arida (11 de janeiro a 10 de junho de 1995), professor da PUC/Rio, formado pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorou-se em economia pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT - EUA). Deixou a presidência alegando motivos particulares.

Gustavo Loyola (1995-1997), graduado pela Universidade de Brasília e doutor em economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), exerceu a Presidência do Banco Central por duas vezes (1992-1993 e 1995-1997), foi funcionário de carreira da instituição. Também deixou a presidência do Bacen alegando motivos pessoais.

Gustavo Franco (1997-1999) bacharel em Ciências Econômicas, PUC/Rio de Janeiro e doutorado em *Harvard* (EUA), trabalha no mercado privado. Foi demitido pelo Ministro da Fazenda Pedro Malan, em consenso com o presidente FHC, em meio à crise cambial pela qual passava o país.

O brevíssimo Francisco Lopes (1999), pois permaneceu apenas 15 dias na direção do BCB, economista pela UFRJ, mestrado pela FGV e doutorou-se em economia pela *Harvard University* (EUA). Em 1978, junto com um grupo de professores, funda o Programa de Pós-Graduação, em Mestrado, na área de Economia na PUC/RJ. Atualmente, trabalha no mercado privado. Também foi demitido pelo Ministro da Fazenda Pedro Malan, em consenso com o presidente FHC.

Arminio Fraga (1999-2002), bacharel e mestre em economia pela PUC/RJ, Ph.D em Economia pela Universidade de Princeton, sempre conciliou atividades acadêmicas e em instituições financeiras privadas.

Muitos dos integrantes desse seleto grupo de economistas que presidiram o Bacen, são economistas formados e/ou funcionários da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), a saber Pécio Arida, Gustavo Franco, Francisco Lopes e Arminio Fraga. Além disso, Gustavo Franco, Pécio Arida, Francisco Lopes juntamente com Pedro Malan, André Lara Resende, Edward Amadeo e Winston Fritsch e

outros participaram da elaboração do Plano Real. Eles ficaram conhecidos pelo apelido "filhos da PUC". Além disso, alguns destes economistas tiveram participação no congresso organizado em Washington, em novembro de 1989, pelo *Institute for International Economics* e patrocinado pelo Banco Mundial, FMI, BID e governo norte-americano, para discutir políticas econômicas para a América Latina. O economista inglês John Williamson, o responsável pela organização e relator do evento, havia integrado o Departamento de Economia da PUC/RJ, entre os anos 1978-1981, cunhou o evento como o Consenso de Washington. Da delegação brasileira que integrou o evento fizeram parte: Pérsio Arida e Pedro Malan (na época era diretor do Banco Mundial), juntamente com Edmar Bacha, Eliana Cardoso, Daniel Dantas e Marcílio Marques Moreira (na época era embaixador do Brasil em Washington). Dois outros economistas que apresentaram, em conjunto, um diagnóstico sobre a conjuntura econômica brasileira neste encontro, foram Daniel Dantas e Eliana Cardoso³⁰, os dois graduados pela PUC/Rio e com doutorado em economia na *Massachusetts Institute of Technology*, MIT, Estados Unidos.

Durante os oito anos de Governo Lula (2003-2010) o Banco Central teve apenas um presidente, Henrique de Campos Meirelles³¹. Ele é engenheiro pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP, 1972). cursou pós-graduação em Análises Econômicas e em Finanças na Coppe - Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1973. Fez o curso de mestrado em administração na Coppead-UFRJ em 1973. Em 1978, recebeu o grau de mestre em Administração pela UFRJ e, em 1984, concluiu o Programa de Administração Avançada da Universidade de Harvard, em Boston, nos Estados Unidos. Henrique Meirelles é Doutor Honoris Causa pelo Bryant College de Rhode Island, EUA. Em agosto de 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva edita a Medida Provisória nº 207, na qual eleva o cargo da Natureza Especial de Presidente do Banco Central para status de Ministro de Estado³². Desconhecemos os caminhos

³⁰ A referência do artigo apresentado no encontro: CARDOSO, Eliana; DANTAS, Daniel. Brazil after 1982: Adjusting or Accommodating? In: John Williamson. (Org.). *Latin American Adjustment to the Debt Crisis: How Much Has Happened?*. Washington DC: Institute for International Economics, 1990, p. 129-153.

³¹ No pleito eleitoral de 2002, Henrique Meirelles se elegeu Deputado Federal pelo PSDB no Estado de Goiás.

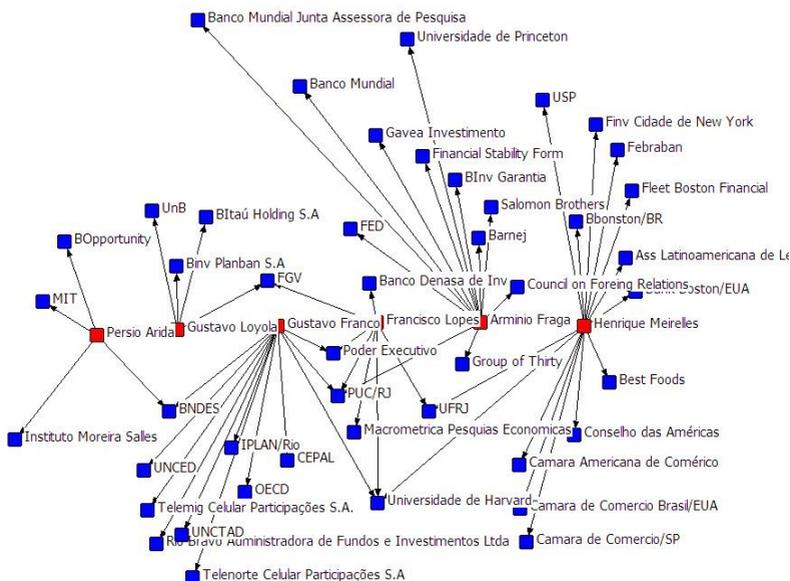
³² O Procurador-geral da República pediu ao Supremo Tribunal Federal a quebra do sigilo fiscal do presidente do Banco Central Henrique Meirelles por suspeita

que levaram a escolha de Henrique Meirelles, pois não há laços pessoais, profissionais e acadêmicos que o integrariam ao grupo ministerial formado pelo Governo Lula. No entanto, podemos aviltar a hipótese, seguindo a reflexão de François Chesnais (2001, p. 7), sobre a lógica da globalização da economia, por trás dessa expressão aparentemente neutra “esconde-se um modo específico de funcionamento e de dominação política e social do capitalismo”. Chesnais refere-se ao fato de que o comando do movimento da acumulação, na atualidade, encontra-se nas mãos das instituições integrantes do capital financeiro internacional. Tais instituições, caracterizadas como rentistas, comandam a repartição da renda e o ritmo do investimento produtivo, conseqüentemente, o nível de emprego, por meio da posse de ativos patrimoniais e de diversos tipos de operações realizadas nos mercados financeiros.

No sociograma a seguir podemos observar as principais relações institucionais dos presidentes do BCB que ocuparam o cargo entre os 1995-2003 (SILVA, 2010). Durante seus percursos identificamos uma série de conexões entre as empresas públicas e privadas, entre elas financeiras e não-financeiras, organismos multilaterais (FMI, ONU e Banco Mundial), organizações não-governamentais. A principal característica que unem estes atores é a forte presença da política econômica em consonância e defesa das ideias neoliberais.

de remessa ilegal de dinheiro ao exterior. Para conter as flutuações do mercado financeiro enquanto era julgada a legalidade das declarações de renda de Henrique Meirelles, o governo federal emitiu a medida provisória MP207, dando ao Presidente do Banco Central do Brasil as mesmas garantias de julgamento em foro privilegiado que são concedidas aos ministros de Estado. O processo foi arquivado após ter sido julgado improcedente pelo plenário da corte.

Figura 1 - Vínculos dos presidentes do Banco Central (1995-2003)



Fonte: Silva, 2010

O que ganha destaque na representação é a constatação de que, os presidentes do BCB estabelecem e mantêm uma série de vínculos com importantes instituições nacionais e internacionais que interferem direta ou indiretamente nos rumos da política e economia onde atuam.³³ Os vínculos de cada presidente revelam parte da rede social de onde foram recrutados. Uma pesquisa detalhada em cada uma dessas instituições poderia revelar, por exemplo, um padrão dos interesses políticos e profissionais de cada um dos atores. A seguir apresentaremos uma síntese com as principais relações estabelecidas pelos presidentes do BCB apresentados na figura 1.

Através das intersecções entre os vínculos representados pelo sociograma podemos ter uma ideia do quanto o perfil dos presidentes do BCB tem em comum. Em torno de algumas instituições existem duas, três e até quatro relações, como são os casos da FEBRABAN, Ministério da Fazenda, BNBDES, Unibanco, Banco Mundial e ONU. Destacamos

³³ No sociograma, a distância entre os pontos conectados não tem significado.

também as significativas relações estabelecidas com FMI, *Bank of Boston*, BID, entre outras instituições financeiras, inclusive estrangeiras.

4 O COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA - COPOM

Este capítulo apresenta elementos que contribuem para um melhor entendimento sobre a formação do Comitê de Política Monetária, suas diferentes funções e reuniões do órgão decorridas das modificações em suas circulares decorrentes das necessidades de adequação à política monetária a ser implantada. Também inclui uma discussão sobre a adoção da Taxa de juros Selic.

4.1 A POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA DOS ANOS 1990 – O PLANO REAL

Reconhecendo os principais problemas da economia brasileira e identificando o desequilíbrio das contas públicas como uma das principais causas da inflação, o Plano Real foi concebido como um programa de estabilização para ser implementado em três fases. A primeira delas tinha como função promover um ajuste fiscal de forma a possibilitar o estabelecimento do equilíbrio das contas do governo. A segunda fase visava a criação de um padrão estável de valor, o qual seria denominado Unidade Real de Valor (URV). E, por fim, a terceira concedia poder liberatório à unidade de conta e estabelecia regras de emissão e lastreamento de uma nova moeda (o Real) de forma a garantir a sua estabilidade (Pereira, 1994).

Modenesi (2005) identifica as três fases do Plano Real: *i*) o ajuste fiscal, empreendido entre maio de 1993, com a posse do então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, e fevereiro de 1994; *ii*) a reforma monetária, a qual compreendia não só a criação de um padrão estável de valor como também a substituição deste por uma nova moeda, o Real; e *iii*) a adoção de uma âncora cambial, que teria durado até janeiro de 1999, quando da crise cambial. Segundo Modenesi (2005, p. 316) a terceira fase do Plano Real não se baseou meramente na adoção de uma âncora cambial. Houve uma conjugação de ampla e radical intensificação do processo de abertura comercial e financeira, ou seja, uma redefinição do papel do setor externo na economia brasileira. Como atestou Franco (1996, citado por MODENESI, 2005, p. 316): “o terceiro elemento crucial do Plano Real consistiu em um programa agressivo de abertura da economia ou, em termos mais amplos, na redefinição dos aspectos macroeconômicos do setor externo no Brasil”.

Para fins desta pesquisa, a terceira fase de implementação do Plano Real tem maior importância, pois culmina com a primeira eleição presidencial de Fernando Henrique Cardoso e, portanto, na qual uma série de medidas foi estabelecida na conduta da política monetária. Em 30 de junho de 1994 foi editada a Medida Provisória nº 542 que deu início a terceira fase do Plano Real e apresentava um conjunto de medidas: 1) lastreamento da oferta monetária doméstica em reservas cambiais, na equivalência de R\$ 1 por US\$ 1; ainda que essa paridade pudesse ser modificada pelo Conselho Monetário Nacional mediante aprovação do Presidente da República; 2) fixação de limites máximos para o estoque de base monetária por trimestre, podendo as metas serem revistas em até 20%; 3) introdução de mudanças institucionais no funcionamento do Conselho Monetário Nacional, buscando dar passos em direção a uma maior independência do Banco Central.

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, em 27/07/1993, Bresser Pereira dizia que era a hora e a vez de Fernando Henrique assumir a Presidência da República, no entanto para isso era necessário que houvesse um plano. Este plano deveria conter uma clara política de rendas, além de asseverar que o plano necessitaria falar sobre três importantes alcances: âncora cambial³⁴, independência do Banco Central via medida provisória e um grande acordo com o FMI e os EUA, além de propor medidas de ajustamentos fiscais e de apressamento das privatizações. Segundo Cardim de Carvalho *et all* (2000), o objetivo da política de taxa de câmbio como âncora era estabilizar progressivamente os preços dos bens domésticos, a adoção de um regime de câmbio fixo permitiu ao Governo FHC realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira para nivelar a demanda de oferta de divisas (quantidade de moeda estrangeira no mercado interno), logo, a equipe econômica formalizou o preço fixado na paridade entre o Real o dólar de 1 para 1³⁵.

³⁴ Ao atrelar o Real ao Dólar americano através de fixação de uma "âncora cambial" como estratégia de estabilização, o governo adotou um regime de câmbio fixo, onde a taxa nominal de câmbio tornou-se valorizada. Logo, ao valorizar a taxa de câmbio nominal, reduzindo o prego do Real em relação ao Dólar, compensa-se a alta dos preços domésticos (inflação) de forma a manter a taxa de câmbio constante preservando a competitividade externa da economia.

³⁵ Segundo Prado (2005, p. 125) a contribuição de Gustavo Franco, presidente do BC (1997-1999) em relação ao câmbio foi vista pelo grupo de economistas que ajudaram a implementar o Plano Real com bom entusiasmo. Ele defendia

A equipe formada no Governo FHC também foi muito elogiada por Bresser Pereira no ano de 1993, ele considerava que a crise econômica era tão grave, que o Estado brasileiro estava tão destruído, que a moeda nacional era inexistente, que as medidas de política econômica firmes e bem acordadas na área fiscal, monetária e da política de rendas, para além da *virtú*, seria necessária, portanto a *fortuna* que Maquiavel considerava outra condição essencial para o êxito político. A grande esperança ressurgiria com base na *virtú* da nova equipe econômica.

As crises financeiras da virada do século 20 ocorridas, sobretudo nos considerados mercados emergentes, crise do México (1994-1995), crise do Leste Asiático (1997-1999), crise de Rússia (1998-1999), crise do Brasil (1997-1998), levantaram uma série de questionamentos sobre as reformas neoliberais. Com estas crises, o FMI percebe a necessidade de prestar mais atenção aos sistemas bancários dos países e nos efeitos da estabilidade macroeconômica (IMF, 2012). Em particular, os problemas relacionados a estas crises podem ser caracterizados pelos fluxos e influxos de capital em resposta às perspectivas econômicas dos mercados financeiros adotadas nos países em questão. Portanto, o Brasil é um exemplo paradigmático desses acontecimentos. Nesse contexto de incertezas do mercado internacional, o Real sofreu ataques com a fuga de divisas em busca de segurança no mercado americano de títulos. Em 5 meses, entre abril e setembro/98, as reservas caíram de 73 para 45 bilhões de dólares.

O instrumento de combate a inflação que os economistas do Plano Real utilizavam era a alta da taxa de juros, no entanto ela não mais se mostrava suficiente para debelar o problema, além de agravar a situação fiscal. Foi, portanto, neste contexto de crise que o FHC iniciou seu segundo mandato, em janeiro de 1999. Gustavo Franco afirmou que os economistas formados pela PUC iriam ser chamados para o novo governo, pois não havia mais lugar para amadores no comando da

que a URV deveria seguir a experiência alemã em relação ao *rentenmark*. De seus estudos sobre a economia alemã, ele avaliou que a o fim da hiperinflação alemã ocorreu através da introdução de uma moeda indexada (o *rentenmark*). O governo alemão passou, portanto a agir de duas formas. Trocava marcos por *rentenmarks* a uma paridade fixa e, ao mesmo tempo empenhava as reservas internacionais para intervir no mercado de câmbio e sustentar a taxa entre o marco e o dólar. Logo, com os preços da economia cotados em marcos, mas atrelados ao dólar, a estabilidade do câmbio marco/dólar trouxe a estabilidade dos preços. Assim, Gustavo Franco trouxe para o Plano Real a noção da importância da fixação da taxa de câmbio para a estabilização da economia brasileira.

economia e a PUC/RJ era uma das escolas de elite a formar os melhores profissionais do país³⁶. Segundo Novelli (2010) os principais cargos de confiança do Ministério da Fazenda (MF) e a diretoria do Banco Central do Brasil (BCB) foram ocupados por economistas da PUC-Rio e/ou oriundos de instituições financeiras nacionais e internacionais. Alguns desses que foram nomeados durante o governo Cardoso permaneceram no governo Lula³⁷. Segundo Gonçalves (1999, p. 60)

a maxidesvalorização do real em janeiro de 1999 representou uma séria ruptura na economia brasileira. Em primeiro lugar, a mudança de preços relativos foi dramática, na medida em que em poucas semanas a cotação do dólar norte-americano saltou de 1,20 no início de janeiro para cerca de 2,20 no início de março. A taxa média de câmbio passou de 1,21 em dezembro para 1,51 em janeiro e 1,91 em fevereiro. Dois meses depois da eclosão da crise cambial de janeiro, há enorme incerteza quanto aos rumos da taxa de câmbio.

Ademais, como atesta Prado (2005, p. 410) as diferenças de opiniões entre os economistas que formavam a equipe de FHC não convergiam em relação ao câmbio a ser adotado pela política monetária estavam na raiz das disputas pelos cargos importantes da área econômica³⁸.

36 Disponível em <http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/hegemonia.htm>. Acesso em 29/07/2010.

37 Vimos na capítulo 2 – Banco Central do Brasil - através da análise de redes sociais os padrões de relacionamento dos economistas que passaram a ocupar cargos no BC nos governos FHC e Lula.

38 Conforme a narrativa de Prado (2005, p. 410) durante os dois governos de FHC a equipe de economistas só não saiu no tapa, porque eram todos bastante civilizados e refinados, mas teve de tudo: intriga, puxada de tapetes, notas mentirosas plantadas em jornal etc. E como diria Balzac (1837) “uma miscelânea de coisas sinistras que retratam nossa época”. Um caso a ser lembrado foi a saída de Persio Arida, presidente do BC do Governo FHC (1995). Surgiram na imprensa uma série de artigos sugerindo que ele teria antecipado a mudança cambial para o banqueiro Fernão Bracher (ex-presidente do BC 1985-1987), na época presidente do Banco BBA Creditanstalt (ao sair do Banco Central, abriu-o conjuntamente com Antônio Beltran Martinez), no fim de semana que passaram juntos durante o carnaval, era início de março, dias antes da alteração na política cambial. Após algum tempo, ocorreu uma fusão/aquisição com o Banco Itaú.

Por conseguinte, poucas semanas para as eleições presidenciais de 1998, o governo brasileiro começou a negociar um acordo com o FMI que permitisse enfrentar um cenário externo adverso, caracterizado pelo esgotamento da disposição do resto do mundo em continuar a financiar *déficits* em conta corrente da ordem de US\$ 30 bilhões. Consequentemente, este quadro estava gerando fuga de capitais, pois o temor de uma desvalorização, vista como eminente, estimulava a troca de R\$ por US\$ antes que ocorresse a mudança cambial e/ou a adoção de algum tipo de controle de capitais.

Mas por que e como salvar o Brasil? De acordo com o jornalista econômico estadunidense Blustein (2002) Jean Lemierre, suplente do G7 (naquele momento) havia confidenciado que as discussões acerca da crise brasileira se baseavam na ideia de que se tratava do último caso antes do colapso do sistema inteiro. O sentimento geral era de que se o G7 e o FMI não pudessem salvar o Brasil, tudo estaria acabado. Assim, o Fundo Monetário Internacional coordenou os esforços de apoio ao Brasil, mediante a organização de um pacote de ajuda externa, somando US\$ 42 bilhões. Destes, US\$ 18 bilhões seriam do FMI, o restante viria de outros organismos multilaterais e de diversos governos, entre eles o EUA, a Grã-Bretanha, a Itália, a Alemanha, a França, o Japão e a Espanha. Este acontecimento demonstrou até que ponto o Alto Comando – expressão popularizada pelo jornalista Paul Blustein e que inclui um grupo controlador da política econômica global que inclui o FMI, o Departamento do Tesouro dos EUA, o Federal Reserve, e outras instituições financeiras do G 7 que supervisionam as operações do Fundo e guiam a política econômica global.

Os acontecimentos de 1997-1999 colocaram em dúvida de maneira desconcertante a habilidade do FMI de manter a estabilidade financeira numa época em que imensas somas de dinheiro atravessavam fronteiras, continentes e oceanos. Para exemplificar, em julho de 1998 a Rússia recebeu um pacote de ajuda organizado pelo FMI no valor de 22 bilhões de dólares, e um mês depois veio a notícia da desvalorização do rublo e a suspensão de pagamento dos bônus do Tesouro – o mercado financeiro americano ficou atemorizado.

Diante do eterno impasse a respeito da política cambial a ser adotada, a crise batia à porta brasileira. Segundo o relato de Prado (2005,

Porém, mesmo com a fusão, Fernão Bracher continuou à frente da presidência da instituição.

p.464-465) três fatores pareciam favorecer uma iniciativa do Brasil para sair da crise. O primeiro fator veio da sugestão de Luiz Carlos Mendonça de Barros a Pedro Malan sobre o pedido de dinheiro diretamente ao presidente dos EUA, pois os Estados Unidos eram (e continuam a ser) o maior cotista do FMI, e afinal, o apoio de Bill Clinton seria fundamental para qualquer iniciativa de ajuda financeira da entidade. O segundo fator se caracteriza pela sólida amizade que Pedro Malan e Stanley Fischer, diretor-adjunto do FMI, conservavam. O terceiro, o pronunciamento de FHC, em 22 de setembro de 1998 no Itamaraty, que prometia ajustar a economia, mexer na área fiscal, criar um superávit primário nas contas do setor público e se empenhar para acelerar a aprovação das reformas estruturais pelo Congresso Nacional.

Em dezembro de 1998, depois de cerca de seis meses de negociações, foi aprovado pelo FMI o Acordo com o governo brasileiro. Ele previa um pacote de empréstimos da ordem de US\$ 41 bilhões distribuídos nos três anos seguintes – 1999, 2000 e 2001 –, vinculado a uma série de condições quanto à macroeconomia do País, e cumprimento de esforço fiscal gradual que previa gerar um superávit primário (= receitas menos despesas, sem considerar os juros e encargos da dívida) equivalente a 2,6% Produto Interno Bruto (PIB) (= indica as riquezas produzidas em um país) em 1999.

Em janeiro de 1999, nove semanas depois de ter acertado um pacote de ajuda de 41 bilhões de dólares com o FMI, as autoridades brasileiras não viram outro modo senão abandonar o regime de câmbio fixo, o que fez o Real cair imediatamente 40 por cento em relação ao dólar. O acordo com o FMI não contemplava a liberação do câmbio, pois o dólar barato e administrado pelo Bacen era instrumento de controle da inflação. Mas ao final da primeira quinzena de janeiro de 1999 a âncora cambial entra em colapso.

No dia 12 de janeiro, a demissão do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, provoca nervosismo no mercado e a fuga de capitais acelera-se, obrigando o Bacen a realizar fortes intervenções, vendendo milhões de dólares diariamente. Francisco Lopes, seu sucessor, mesmo ampliando os limites da banda cambial, não foi suficiente para reduzir as especulações e conter a evasão de divisas: tamanho desequilíbrio no mercado interno de divisas acabou por impor a livre flutuação do câmbio e o dólar experimenta uma variação de até 42% durante o mês de janeiro.

No atual contexto de globalização financeira caracteriza-se pela eliminação das barreiras internas entre os diferentes segmentos dos mercados financeiros, adicionada à imbricação dos mercados monetários e financeiros nacionais (*onshore*) e sua integração aos mercados

globalizados (*offshore*) (CHESNAIS, 1996). Assim, a escolha do regime cambial (forma de determinação da taxa de câmbio) constitui uma decisão estratégica de política econômica para os países periféricos (ou em desenvolvimento) que se inseriram no processo de globalização financeira a partir dos anos 1990, denominados de países emergentes (PRATES, 2007).

Após as crises financeiras do final dos anos 1990 intensificou-se o debate sobre a escolha de regimes cambiais e monetários em economias emergentes. De acordo com Prates (2007).

a política cambial pode se subordinar a diferentes objetivos macroeconômicos, dentre os quais: o controle da inflação; a manutenção do equilíbrio externo e da competitividade externa; e a prevenção de crises ou desordens de mercado que comprometam a estabilidade financeira. Esses objetivos macroeconômicos condicionam, por sua vez, as metas perseguidas, os indicadores monitorados, a forma de intervenção e as estratégias adotadas pelas autoridades monetárias.

A implementação do Plano Real foi adotado num período de farta liquidez internacional para as economias emergentes. Logo, os fluxos de capitais internacionais se traduziram numa forte apreciação da taxa de câmbio do real. Isto permitiu que o governo adotasse uma âncora cambial para os preços. No entanto, com a crise asiática de 1997 este ciclo reverteu-se, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, gerando a crise cambial de janeiro de 1999. Esta crise impôs, no início do segundo mandato de FHC, a adoção do regime de câmbio flutuante forçando, dessa forma, a uma forte desvalorização do real (FARHI, 2006). Portanto, no caso brasileiro durante a crise de 1999, a alternativa cambial para substituir o regime de câmbio fixo (um sistema no qual o Banco Central de um país estabelece um valor fixo para a paridade entre a moeda local e o dólar – no caso brasileiro foi usado como estratégia para conter o avanço inflacionário) – que vigorou entre 1º de julho de 1994 até 13 de janeiro de 1999 – foi substituí-lo pelo regime de câmbio flutuante.

4.1.1 O regime de metas inflacionárias

Após a passagem para o sistema de câmbio flutuante, o governo definiu metas para a inflação (*inflation targeting*) e atribuiu ao Banco Central à responsabilidade de conduzir a política monetária com

independência operacional, de modo a atingi-las (Bogdanski Tombini, Werlang, 2001).

Esta medida de metas para a inflação foi tomada como indicação feita pelo Fundo Monetário Internacional – FMI – que apresentou experiências deste sistema em outras economias.

No Quadro 4, podemos perceber que o regime de metas foi inicialmente adotado pela Nova Zelândia, em 1990. Até meados da década de 1990 o regime foi implementado, sobretudo por países desenvolvidos, exceção ao Chile. A partir do final da década de 1990 diversos países em desenvolvimento passaram a adotar o regime de metas para inflação. Cabe lembrar que a Espanha e a Finlândia abandonaram o regime de metas no ano de 1998 para entrarem na União Monetária Europeia.

O Banco Central do Brasil, juntamente com o Departamento de Assuntos Monetários e Cambiais do FMI, promoveram durante os dias 3 a 5 de maio de 1999 no Rio de Janeiro, o I Seminário sobre Metas para a Inflação.

Quadro 4 – Países que adotaram metas de inflação

País	Ano de adoção	País	Ano de adoção
Nova Zelândia	1990	Colômbia	1999
Canadá	1991	Brasil	1999
Chile	1991	Polônia	1999
Israel	1992	Suíça	2000
Reino Unido	1992	África do Sul	2000
Suécia	1993	Tailândia	2000
Finlândia	1993	Islândia	2001
Austrália	1993	Noruega	2001
Espanha	1995	Hungria	2001
México	1995	Peru	2002
Coréia do Sul	1998	Filipinas	2002
República Checa	1998		

Elaboração própria

De acordo com Bogdanski, Tombini, Werlang (2001) “o objetivo do seminário foi o de examinar a experiência de várias economias desenvolvidas e emergentes na implementação de metas para a inflação, e oferecer aos economistas e formuladores de política brasileiros a oportunidade de discutir planos para implementar uma estrutura semelhante no Brasil”. A conclusão final desta reunião foi um consenso acerca de que:

Inflação baixa e estável foi apontada como o objetivo primário de longo prazo da política monetária, e o regime de metas para a inflação foi considerado uma estrutura eficaz para orientar a política monetária. Em particular, o regime de metas para a inflação foi entendido como capaz de: fornecer uma âncora nominal tanto para a política monetária quanto para as expectativas de inflação, tornando essa âncora idêntica ao objetivo de longo prazo da política monetária; proporcionar maior transparência e responsabilidade ao planejamento e à execução da política monetária; facilitar sua comunicação, compreensão e avaliação; prover uma diretriz efetiva de política, concentrando a atenção dos tomadores de decisão nas consequências de longo prazo das ações de política de curto prazo. (*BRAZIL – SELECTED ISSUES AND STATISTICAL APPENDIX – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 16 DE JULHO DE 1999*).

O sistema de metas inflacionário foi instituído em 21 de junho de 1999 através do Decreto nº 3.088 com a finalidade de estabelecer a diretriz para a fixação do regime de política monetária. Portanto, a partir de 1º de julho de 1999 o Brasil adotou formalmente o regime de metas de inflação. Dessa forma, o governo brasileiro apresenta como objetivo a manutenção da estabilidade econômica, a fim de proporcionar um ambiente favorável à atração de investimentos que auxiliem no crescimento e desenvolvimento econômico.

A grosso modo, a política de metas consiste num plano de controle inflacionário na qual a autoridade monetária fixa uma taxa, a ser seguida, para a inflação. Ela, portanto, utilizará dos instrumentos da política monetária mais a previsão da inflação para convergir a taxa de inflação à meta estabelecida.

Quadro 5 - Definições de metas de inflação na literatura macroeconômica anglo-saxônica

Autor / ano	Artigo	Definição: metas de inflação - <i>inflation target</i>
Guy Debelle (1997)	Inflation Targeting in Practice. IMF Working Paper nº	“In theory, an inflation target is relatively straightforward: the central bank produces a forecast of the future path of

	35. Fundo Monetário Internacional: Washington, D.C., EUA.	inflation; the forecast is compared to the target inflation rate; the difference between the forecast and the target determines the necessary adjustment of the monetary policy instrument.”
Junggun Oh (2000)	Inflation Targeting: A New Monetary Policy Framework in Korea. Artigo preparado para o <i>Simpósio Internacional em Experiências Práticas com Metas Inflacionárias</i> , em Bangkok, Tailândia, no dia 20 de novembro de 2000.	“An inflation targeting system of operating monetary policy in which bank set up an inflation target within a pre-designated time horizon and makes use of the available policy instruments preemptively to attain that target.”
Lars E. Svensson O. (1998)	Inflation Targeting as a Monetary Policy Rule. Artigo preparado para a <i>Conferência Sveriges Riksbank-IIES</i> sobre regras de política monetária, em Estocolmo, Suécia.	“[Inflation targeting] is an explicit quantitative inflating target, either an interval or a point target, where the center of the interval or the point target currently varies across countries from 1.5 to 2.5 percent per year, an operating procedure that can be described as inflation-forecast targeting, and a high degree of transparency and accountability.”
Frederic S. Mishkin. (2000a)	Inflation Targeting in Emerging Market Contries. <i>American Economic Review</i> , 90, 2(fevereiro): 105-109.	“Inflation targeting is a monetary policy strategy that encompasses five main elements: 1) the public announcement of medium-term numerical targets for inflation; 2) an institutional commitment to price stability as the primary goal of monetary policy, to which other goals are subordinated; 3) an information inclusive strategy in which many variables, and not just monetary aggregates or the exchange rate, are used for deciding the setting of policy instruments; 4) increased transparency of the monetary policy strategy through communication with the public and the markets about the plans, objectives, and decisions of the monetary authorities; and 5) increased

		accountability of the central bank for attaining its inflation objectives.”
Frederic Mishkin & Hebbel Klaus Schmidt (2002).	One Decade of Inflation Targeting in the World: What Do We Know and What do We Need to Kwon?. Working Paper n° 8397. National Bureau of Economic Research: Washington, D.C., EUA.	“[...] full-fledged inflation targeting is based on five pillars: absence of other nominal anchors, an institutional commitment to price stability, absence of fiscal dominance, policy instrument independence, and policy transparency and accountability.”

Fonte: Barcelos, 2004 - Elaboração própria

Assim, de acordo com os autores (Quadro 5) podemos compreender que o regime de meta de inflação deverá vir seguido de alguns pressupostos para transparência do BC. Vamos a eles:

- 1- o anúncio da meta de inflação deve ser feito pela autoridade monetária dando conta da taxa da inflação para os próximos meses ou anos, portanto um compromisso institucional;
- 2- a meta de inflação deve ser executada de acordo com os instrumentos de política monetária para o comprometimento com a estabilidade de preços;
- 3- a exigência da taxa de câmbio flutuante e a ausência de dominância fiscal;
- 4- a previsão e o resultado final devem estar dentro das bandas inflacionárias;
- 5- o regime de metas de inflação deve ser transparente tanto no seu estabelecimento quanto na sua conduta;
- 6- o não cumprimento das metas de inflação deve ser justificado através de uma comunicação na qual a prestação de contas (*accountability*) à sociedade assume papel fundamental.

As metas de inflação têm sido praticadas em um crescente número de países nos últimos 20 anos. O quadro 6 apresenta as principais características de transparência que particularmente o caso brasileiro oferece. As regras mudam de acordo com os fatores econômicos, políticos e culturais de cada país. No entanto, estas exigências a transparência das ações do BC foram estruturadas para atender aos interesses das agências multilaterais no sentido de terem maior controle sobre as condutas da

política monetária adotada para atingir o regime de metas de inflação. É provável que uma maior mudança ocorrera em bancos centrais que procuraram combinar seus objetivos de estabilidade financeira com a política monetária adotada.

O regime é essencialmente um instrumento para a política monetária e não um conjunto rígido de regras. De acordo com Morais da Silva, Hennings e Gutierrez (2011, p. 243), dentre os elementos essenciais que o caracterizam, estão o anúncio público de meta quantitativa para a inflação, a transparência por meio da divulgação de documentos oficiais, os mecanismos de responsabilização (*accountability*) e a disseminação de amplo conjunto de informações que fundamentam as decisões da política monetária. O principal argumento utilizado pelas autoras é que nesse regime, o Banco Central vincula suas decisões às projeções de inflação, o que requer que essas previsões tenham credibilidade e que o público esteja convencido de que suas decisões são baseadas em restrições impostas por um processo que: i) começa pelas previsões; ii) considera as expectativas do setor privado; e iii) termina com decisões periódicas sobre a taxa de juros básica.

Quadro 6 – Regime de Metas de Inflação – Brasil

1. Quadro Regime de Metas de inflação

1.1 Autoridade Monetária – Banco Central do Brasil

1.2 Decreto n°. 3088, 21 Junho de 1999 – institui formalmente a meta de inflação no regime de metas de inflação

1.3 Independência operacional? Sim.

1.4 Data adotada de metas de inflação: junho de 1999.

1.5 Quem define as metas? O Conselho Monetário Nacional (CMN).

Ele é composto pelo: Ministro das Finanças; o presidente do Banco Central do Brasil; o

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1.6 Alvo da meta, título ou núcleo? Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE.

1.7 Alvo ponto atual alvo com intervalos de tolerância. Meta para 2003 : 4.5% \pm 2 percentage points. A meta para 2004 foi fixada em..

1.8 Meta anual.

1.9 taxa de juro SELIC; uma taxa de juro *overnight*.

2. A tomada de decisão

2.1 A tomada de decisão é realizada pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Há oito membros: Conselho de Administração do Banco Central: o Presidente e o Vice-Presidente de Política Monetária, Política Econômica, Relações Internacionais e Risco Gestão, Regulamento Financeiro, Organização do Sistema Financeiro e Controle de crédito agrícola, Supervisão e Administração.

2.2 Membros externos? Não.

2.3 Termos de nomeação dos membros do Presidente e todos os Vice-Presidentes do Banco Central são nomeados pelo Presidente da República antes da aprovação pelo Senado. Não há prazo fixo de nomeação para os Presidentes e vices.

2.4 A tomada de decisão é realizada por voto. O presidente tem um voto de qualidade

2.5 Frequência das tomadas de decisões: 8 (oito) reuniões por ano.

3. Modelo e previsão

3.1 Tipos de modelos estatísticos utilizados pelo Banco Central: VARs, DSGE, NFA e ARMA³⁹

3.2 Previsões são publicadas através de gráficos da inflação e do PIB. Eles são publicados trimestralmente.

3.3 Pressuposto de Previsão de taxas de juros, Cenário de referência usando taxas de juros constantes, e cenário de mercado usando mercado com a expectativa sobre taxa de juros.

3.4 Previsão de propriedade do Comitê de Política Monetária.

4. Os mecanismos de Accountability

4.1 Carta aberta: Sim, em caso de não cumprimento da meta de inflação, o Presidente deve escrever uma carta aberta ao ministro das Finanças indicando os motivos por não ter alcançado a meta, as medidas políticas para garantir o retorno da taxa de inflação para a tolerância intervalo, e o horizonte de tempo esperado para que essas medidas se tornarem efetivas.

4.2 Audições parlamentares: Sim, seis vezes por ano

5. Comunicação e publicação

5.1 Anúncio imediato da decisão política: Sim.

³⁹ Foge do escopo deste capítulo desenvolver uma explicação dos modelos estatísticos adotados pelo BCB para identificar os canais de política monetária que estão ativos em uma determinada economia. Ver Minella et all. (2003).

5.2 Comunicados de Imprensa / conferência após a decisão: Não, somente após a publicação do Relatório de Inflação.

5.3 Publicação da ata: Sim, oito dias após cada reunião.

5.4 Publicação de votos individuais / balanço dos votos: Balanço de votos.

5.5 Relatório da inflação: Sim.

5.6 Frequência: 4 (quatro) por ano.

Fonte: Centre for Central Banking Studies Handbook No. 29 State of the art of inflation targeting

4.2 A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA

O objetivo deste item é descrever a evolução do formato institucional do Copom desde o período da sua criação em 1996, até o primeiro ano do Governo de Luis Inácio Lula da Silva, em 2003. O que nos interessa é decompor esta história, através dos atos jurídicos de suas circulares, para compreendermos o fórum mais importante do Banco Central para a definição das taxas de juros Selic.

Durante os primeiros anos de Governo FHC, o Banco Central funcionava como espécie de colegiado no que diz respeito às reuniões de diretoria, pois não havia um fórum específico de discussão que tratasse das decisões sobre os juros nem sobre o câmbio a ser adotado pelo governo, geralmente as discussões sobre juros e câmbio eram realizadas separadas. Como herança dos tempos da inflação elevada, a decisão sobre as taxas de juros era decidida diariamente pelo diretor de política monetária, na abertura do mercado, e executada pelo chefe de departamento do mercado aberto.

Havia dois grandes “feudos” no governo FHC que compunham o BCB sobre a disputa da política cambial a ser adotada: câmbio fixo *versus* flutuante, que se agrupavam em torno do diretor de Assuntos Internacionais – Gustavo Franco e do diretor de política monetário Francisco Lopes, ambos presidentes do BCB entre agosto de 1997 a março de 1999, e uma dezena de dias no mês de março de 1999, respectivamente. O diálogo sobre as decisões do câmbio entre os dirigentes do BC era geralmente realizado através de publicações de *papers*, que circulavam internamente, nos quais cada economista

argumentava dentro das perspectivas macroeconômicas sobre o tipo de câmbio que deveria ser utilizado pelo governo⁴⁰.

Antes da criação do Copom, a decisão de aumentar ou reduzir a taxa de juros era realizado de modo informal, conforme afirmação de Francisco Lopes: “achei que era necessário criar um ritual, acabar com aquela coisa de discutir no elevador” (VALOR ECONÔMICO, 2006)⁴¹, pois as decisões sobre política monetária eram realizadas principalmente entre o diretor de política monetária e o presidente do BC. A ideia de Francisco Lopes⁴² foi de institucionalizar um ritual para as decisões da política monetária, inclusive com gravações das reuniões (prática suspensa com durante a gestão de Armínio Fraga).

Assim, o BACEN através da Circular n^o 2698, em 20 de junho de 1996, decidiu criar a Taxa Básica do Banco Central (TBC)⁴³ e o Comitê

⁴⁰ Segundo Prado (2005, p. 424) havia uma insegurança na área do câmbio e a questão era discutida dentro do Banco Central, com a presença ativa do presidente FHC, sem que houvesse um consenso entre os economistas. No final do ano de 1994, o debate sobre o tema havia saído da esfera técnica para entrar na esfera política, as divergências entre Pêrsio Arida e Gustavo Franco eram evidentes e a divisão na equipe estava formada: Serra (Ministro do Planejamento) apoiava Pêrsio (Presidente do BC) e Francisco Lopes (diretor do BC – política econômica), enquanto que Gustavo Franco (diretor do BC – política cambial) tinha o apoio de Pedro Malan (Ministro da Fazenda).

⁴¹ Valor Econômico, 13/09/2004, “Copom chega à 100.^a reunião e ganha importância”.

⁴² Lopes recorda que, no princípio, era necessário lembrar os demais diretores quando ia haver uma reunião - sobretudo, aqueles que tratavam de assuntos administrativos. Também havia a preocupação de manter colegas sob certa vigilância, para que não caíssem na tentação de discutir política monetária nos corredores ou elevadores. "Alguns achavam que o Copom era uma excentricidade minha", afirma Lopes. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/textonoticia.asp?codigo=1746&idpai=noticias>. Acesso em: 30/09/2013

⁴³ Taxa Básica do Banco Central (TBC), criada para mudar a forma de controle dos juros no mercado aberto adotando a estratégia de apenas sinalizar o patamar mínimo de juros, deixando que os bancos ajustem entre si as taxas do dia em função da liquidez do mercado. Serve de parâmetro para as intervenções diárias das Autoridades Monetárias (AM) no mercado, além de corrigir todos os empréstimos de redesconto concedidos às instituições financeiras dentro do valor-base e desde que com garantias em títulos públicos federais livres, e, desta forma, ajuda a balizar o custo do financiamento diário das carteiras de títulos públicos. Seu valor é mensal e determinado pelo COPOM ao final do mês anterior ao de sua vigência

de Política Monetária no âmbito do Banco Central do Brasil, assim como aprovar o Regulamento que estabelecia o objetivo, a estrutura, o funcionamento e as atribuições e competências do Copom. Segundo o documento oficial, a iniciativa visava proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório.

No entanto, por meio de uma série de circulares⁴⁴, a estrutura institucional do Copom passou por várias modificações entre os anos de 1996 até 2005, modificando o objetivo, sua estrutura e funcionamento, a periodicidade das reuniões e, as atribuições e competências de seus membros. O quadro 7 descreve as circulares, o ano e sua referente ementa no que se refere ao processo decisório da estrutura institucional do Copom.

Quadro 7 - Circulares referentes ao Copom

Circular	Data	Ementa
N. 2698	20 de junho de 1996	Cria a Taxa Básica do Banco Central (TBC) e o Comitê de Política Monetária.
N. 2711	28 de agosto de 1996	Cria a Taxa de Assistência do Banco Central (TBAN) e altera o e altera o Regulamento anexo à Circular nº 2.698, de 20.06.1996.
N. 2780	12 de novembro de 1997	Estabelece período de vigência da Taxa Básica do Banco Central (TBC) e da Taxa de Assistência do Banco Central (TBAN) e aprova o novo Regulamento do Comitê de Política Monetária.
N. 2868	04 de março de 1999	Estabelece período de vigência da meta para a Taxa SELIC, seu eventual viés e aprova o novo Regulamento do Comitê de Política Monetária.
N. 2900	24 de junho de 1999	Estabelece período de vigência da meta para a Taxa SELIC, seu eventual viés e aprova o novo Regulamento do Comitê de Política Monetária.
N. 2924	30 de agosto de 1999	Altera o art. 7º da Circular nº 2.900, de 24 de junho de 1999, que trata do Comitê de Política Monetária.

⁴⁴ Circular é uma norma jurídica produzida em todos os níveis da administração pública (ou seja, do poder executivo), pela qual o chefe de certa repartição ou departamento define a padronização de condutas e regras.

N. 2965	08 de fevereiro de 2000	Institui e disciplina a concessão de Redesconto do Banco Central, nas modalidades de redesconto e de compra, com compromisso de revenda, de títulos, de créditos e de direitos creditórios integrantes do ativo de instituições financeiras.
N. 2966	08 de fevereiro de 2000	Introduz alteração nos objetivos e competências do Comitê de Política Monetária, divulga seu novo Regulamento e fixa taxas de acréscimo à Taxa Selic, para as operações de Redesconto do Banco Central.
N. 2980	26 de abril de 2000	Introduz alteração nos objetivos e competências do Comitê de Política Monetária, divulga seu novo Regulamento.
N. 3010	17 de outubro de 2000	Introduz alteração nos objetivos e funcionamento do Comitê de Política Monetária, divulga seu novo Regulamento.
N. 3119	18 de abril de 2002	Altera o art. 2º da Circular nº 2.900, de 24 de junho de 1999, que estabelece período de vigência da meta para a Taxa Selic, seu eventual viés e aprova o novo Regulamento do Comitê de Política Monetária.
N. 3161	06 de novembro de 2002	Divulga novo regulamento do Comitê de Política Monetária.
N. 3193	11 de junho de 2003	Divulga novo regulamento do Comitê de Política Monetária.
N. 3204	04 de setembro de 2003	Divulga novo regulamento do Comitê de Política Monetária.
N. 3297	31 de outubro de 2005	Divulga novo regulamento do Comitê de Política Monetária.

Fonte: Banco Central do Brasil – Busca de normativos. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/normativo/prepararPesquisa.do?method=prepararPesquisa>

Num total de 15 Circulares referentes ao regulamento do Copom, 13 passaram por revogações que visavam o aperfeiçoamento do processo decisório em relação à taxa de juros e para adequar-se às mudanças do

regime monetário. Logo, vamos apresentar as circulares de acordo com o ano de sua vigência, destacar nelas as principais mudanças efetuadas, assim como assinalar o diretor responsável pela assinatura das circulares.

A primeira Circular nº 2.698, 20 de junho de 1996, estabelece a criação do Copom e a Taxa Básica do Banco Central (TBC). Ela apresentava 4 capítulos. O Capítulo I estabelece no Art. 1º dois objetivos do Copom, ou seja, estabelecer as diretrizes da política monetária e definir da Taxa Básica do Banco Central (TBC). O Capítulo II, Estrutura e Funcionamento, o Art. 2º define os membros do Copom composto pelos Presidente; Diretores; e Chefes do Departamento Econômico (DEPEC); do Departamento de Operações Internacionais (DEPIN); do Departamento de Operações de Mercado Aberto (DEMAB) e do Departamento de Operações Bancárias (DEBAN). Este capítulo é regido por dois parágrafos a fim de apresentar uma complementação ao texto jurídico. Assim, o Parágrafo I determina que somente o presidente e os diretores tenham direito ao voto; o II diz que nas ausências dos Chefes das Unidades, os seus substitutos nas reuniões do Copom terão as mesmas responsabilidades e serão indicados pelos Diretores das respectivas áreas. O Art. 3º determina que a TBC seja fixada pelo Copom. O Parágrafo único, deste artigo, decide que o Copom irá se reunir mensalmente e, excepcionalmente, sempre que necessário. O Capítulo III, Atribuições e Competências, determina no Art. 4º que os integrantes do Copom devam exercer as suas atribuições e competências de acordo com o cargo. Logo, cabe ao: I - Presidente do Banco - coordenar as reuniões e, ao final, encaminhar a votação, bem como decidir, com voto de qualidade; II - Chefe do DEPEC - apresentar análise da conjuntura, abrangendo inflação, nível de atividade, balanço de pagamentos e evolução dos agregados monetários; III - Chefe do DEPIN - informar sobre a evolução do mercado de câmbio, as operações do Banco Central, as reservas internacionais e o ambiente externo; IV - Chefe do DEBAN - discorrer sobre o estado de liquidez bancária; V - Chefe do DEMAB - relatar sobre o mercado monetário e sobre as operações de mercado aberto; VI - Diretor responsável pelos assuntos relativos à Política Monetária - apresentar sugestões sobre as diretrizes de política monetária e proposta para a definição da TBC; VII - Presidente e Diretoria Colegiada - avaliarem as propostas, acrescentarem proposições acerca das questões apresentadas, e estabelecerem, por meio de voto, a definição da TBC. Este capítulo é regido por 3 parágrafos. O Parágrafo 1º esclarece que sempre que necessário, os outros Chefes de Unidade poderão ser convidados a discorrer sobre assuntos de suas áreas. O Parágrafo 2º explica que cabe ao Diretor responsável pelos assuntos relativos à política monetária

divulgará as decisões tomadas pelo Copom. O Parágrafo 3º considera que o Consultor do Diretor é o responsável pela gestão da política monetária e a ele caberá secretariar as reuniões, elaborar as respectivas atas e encaminhar, para divulgação, as decisões emanadas do Copom. O último Art. 5º, deste capítulo III, decide que a divulgação da TBC ocorrerá mediante edição de Comunicado, através do Sistema de Informações Banco Central (SISBACEN). O último Capítulo IV discorre sobre as Disposições Gerais, logo o Art. 6º determina que compita à Diretoria Colegiada a decisão relativa aos casos omissos e às alterações do regulamento. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Francisco Lafaiete de Pádua Lopes.

A Circular nº 2.711, de 21 de agosto de 1996, cria a Taxa de Assistência do Banco Central (TBAN) e altera os art. 1º, o art. 3º, os incisos VI e VII do art. 4º e o art. 5º da circular anterior. Logo, o Art. 1º, o Art. 3º, o Art. 4º e seus incisos VI e VII são acrescentados textualmente pela TBAN. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Francisco Lafaiete de Pádua Lopes.

A Circular nº 2.780, de 12 de novembro de 1997, apresenta 5 modificações. Ela decidiu no Art. 2º estabelecer que o período de vigência da TBC e da TBAN tenha início no dia útil seguinte a cada reunião do Copom. Outra modificação é referente ao Capítulo II, Estrutura e funcionamento, no Art. 3º há inclusão de 2 parágrafos referentes à periodicidade e a divulgação do calendário das reuniões do Copom. O Parágrafo 1º determina que o Copom deva se reunir, ordinariamente, no mínimo seis vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente. O Parágrafo 2º decide que o calendário das reuniões ordinárias agendadas para o ano seguinte será divulgado até o mês de novembro de cada ano. No Capítulo III, Atribuições e Competências, há três mudanças. A primeira é de ordem semântica, no Art. 4º, no inciso I o Presidente deixa de coordenar as reuniões e passa a presidi-las. No inciso II, o Chefe do DEPEC deverá incluir na apresentação de suas análises as finanças públicas. No inciso III, há uma inversão de ordem na frase jurídica, o Chefe do DEPIN deverá informar primeiro sobre o ambiente externo, a evolução do mercado de câmbio, as operações do Banco Central do Brasil e as reservas internacionais. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Francisco Lafaiete de Pádua Lopes.

A Circular nº 2.868, de 4 de março de 1999, apresenta o instrumento de política monetária a meta para a Taxa Selic. No Capítulo I, o objetivo do Copom é, portanto de estabelecer diretrizes da política

monetária, definir a meta da Taxa SELIC, seu eventual viés (expresso como elevação ou redução da meta para a Taxa Selic) e para os contratos em vigor em 04.03.1999, a Taxa Básica do Banco Central (TBC) e a Taxa de Assistência do Banco Central (TBAN). O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Luiz Fernando Figueiredo.

Em 21 de junho de 1999, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o respectivo Ministro da Fazenda, Pedro Malan, lançam o Decreto nº 3.088 que estabelece a sistemática de “metas para a inflação” como diretriz para a fixação do regime de política monetária. Fica, portanto, determinado que as metas são representadas por variações anuais do índice de preços e, são fixados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), competindo ao Banco Central do Brasil executar as políticas necessárias para cumprimento das metas fixadas. Além disso, a meta será considerada cumprida quando a variação acumulada da inflação situar-se na faixa do seu respectivo intervalo de tolerância. No entanto, se a meta não for cumprida, o Presidente do Banco Central do Brasil deverá divulgar publicamente, por meio de carta aberta ao Ministro da Fazenda, as razões do descumprimento da meta estabelecida. O conteúdo desta carta deverá obedecer três itens: (i) uma descrição detalhada das causas do descumprimento; (ii) as providências para assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos e, (iii) um prazo para que as providências produzam efeitos. Ademais, caberá ao Bacen divulgar, até o último dia de cada trimestre civil, o Relatório de Inflação abordando o desempenho do regime de “metas para a inflação”, os resultados das decisões passadas de política monetária e a avaliação prospectiva da inflação.

A Circular nº 2.900, de 24 de junho de 1999, apresenta cinco modificações em relação à última circular, no que tange os objetivos, a apresentação da Taxa Selic, aumenta o número de reuniões no ano, apresenta um novo Chefe de departamento que fará parte da composição do colegiado e, inclui, pela primeira vez, a publicação da ata da reunião. Assim, no Capítulo I, o objetivo do Copom é estabelecer diretrizes da política monetária, definir a meta da Taxa SELIC e seu eventual viés, analisar o Relatório de Inflação, a que se refere o Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999 e, única e exclusivamente para os contratos em vigor em 04.03.1999, definir a Taxa Básica do Banco Central (TBC) e a Taxa de Assistência do Banco Central (TBAN). A Taxa Selic é definida como a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais. No Capítulo II, Estrutura e Funcionamento, no Art. 2º sobre a composição do Copom, o inciso VII inclui a participação do Chefe do Departamento de

Estudo e Pesquisas (DEPEP). O Parágrafo 1º, do Art. 3º, do mesmo capítulo, assevera que o Copom deverá se reunir doze vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente. No Capítulo III, Atribuições e Competências, o Art. 4º trata sobre a responsabilidade de cada diretor de departamento há a inclusão do inciso VII que determina a participação do Chefe do DEPEP, cabe a ele apresentar avaliação prospectiva das tendências sobre a inflação. O Parágrafo 5º, do mesmo artigo, assevera que as atas das reuniões do Copom sejam divulgadas no prazo de até quinze dias corridos após a data de sua realização. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Luiz Fernando Figueiredo⁴⁵.

A Circular nº 2.924, de 30 de agosto de 1999, altera o Art. 7º da Circular anterior sobre as datas das reuniões, logo decide que “fica mantido o calendário de reuniões ordinárias do Copom para o ano de 1999, estabelecido pelo Comunicado nº 6.438, de 28 de outubro de 1998, o qual será acrescido de reunião extraordinária, convocada para o dia 22.09.1999”. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Luiz Fernando Figueiredo.

A Circular nº 2.965, de 3 de fevereiro de 2000, determina a instituição e a disciplina da concessão de Redesconto do Banco Central aos bancos múltiplos com carteira comercial, aos bancos centrais e às caixas econômicas. Em relação a Taxa Selic, a circular decide que a

⁴⁵ Dois departamentos econômicos fazem o mapeamento da economia brasileira e da inflação no Banco Central. O DEPEC e o DEPEP. Este foi criado em 1999, com a tarefa de elaborar e administrar o sistema de metas inflacionárias. Tem como objetivo observar as projeções de inflação - fundamentais para o regime de metas e para a orientação da política monetária. O trabalho de pesquisa realizado por este departamento é levado ao conhecimento do Comitê de Política Monetária (Copom) e publicada no Relatório de Inflação a cada três meses. Trabalham neste departamento 50 funcionários coordenados por Adriana Sales. Já, o DEPEC, criado em 1951, no âmbito da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) precursora do BC, fundado em 1965- produz análises de dados macroeconômicos: o balanço de pagamentos do país, os agregados monetários, a apuração dos resultados fiscais do setor público consolidado, a apuração das variáveis de crédito e a análise da economia regional. Trabalham 119 funcionários no Departamento Econômico (Depec), chefiado, há 15 anos, por Altamir Lopes. Em ambos os departamentos todos os funcionários são de carreira da instituição. O Depec e o Depep não realizam pesquisa próprias, mas são responsáveis pelo monitoramento exclusivo dos principais indicadores da economia brasileira.

compra, com compromisso de revenda, envolverá títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), créditos e direitos creditórios, preferencialmente com garantia real, registrados no título contábil 1.6.0.00.00-1 - Operações de Crédito do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e outros ativos, a exclusivo critério do Banco Central do Brasil. Em caso de revenda dos títulos públicos, o preço de compra atualizado, desde a data da operação, pela Taxa SELIC, acrescida de taxa a ser definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), em consonância com as diretrizes de política monetária. Em relação a venda dos ativos redescontados o preço da venda dos ativos corresponderá ao valor apurado na operação de redesconto atualizado, no respectivo período, pela Taxa SELIC, acrescida de taxa a ser definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), em consonância com as diretrizes de política monetária. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Luiz Fernando Figueiredo.

A Circular nº 2.966, de 3 de fevereiro de 2000, introduz alterações nos objetivos, na fixação das taxas de acréscimo à Taxa Selic para as operações de Redesconto, além disso apresenta o nome do departamento de política monetária, bem como a instituição da participação de consultores da diretoria, indicados pelo Presidente, nas reuniões, bem como a mudança em relação a divulgação das atas. Logo, o Art. 1º, do Capítulo I, estabelece como objetivo do Copom estabelecer diretrizes da política monetária, definir a meta da Taxa SELIC e seu eventual viés, definir as taxas de acréscimo à Taxa SELIC a serem utilizadas nas operações do Redesconto do Banco Central, analisar o Relatório de Inflação, a que se refere o Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999 e, única e exclusivamente para os contratos em vigor em 4 de março de 1999, definir a Taxa Básica do Banco Central (TBC). No Capítulo III, Atribuições e Competências, no inciso 3º, surge pela primeira vez, a sigla do diretor de Política Monetária (DIPOM) e cabe a ele apresentar sugestões sobre as diretrizes de política monetária e proposta para a definição da meta da Taxa SELIC, seu eventual viés e das taxas de acréscimo à Taxa SELIC a serem utilizadas nas operações do Redesconto do Banco Central. No Parágrafo 2º, do mesmo capítulo, explicita quem participa da primeira sessão das reuniões ordinárias, diz assim: além dos integrantes do Copom, o Secretário-Executivo da Diretoria, um Consultor da Diretoria indicado pelo Presidente, o Coordenador do Grupo de Comunicação Institucional e, sempre que necessário, outros Chefes de Unidade poderão ser convidados a discorrer sobre assuntos de suas áreas. Outrossim, o Parágrafo 5º divulga

o prazo de até 6 dias para a publicação da ata das reuniões. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Luiz Fernando Figueiredo.

A Circular nº 2.980, de 26 de abril de 2000, apresenta apenas uma única modificação em relação a anterior. Ela exclui dentre os objetivos do Copom a fixação das taxas de acréscimo à Taxa Selic a serem utilizadas nas operações de Redesconto do Banco Central do Brasil. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Luiz Fernando Figueiredo.

A Circular nº 3.010, de 17 de outubro de 2000, introduz modificações nos objetivos e no funcionamento do Copom. Logo, no Capítulo I, os objetivos do Copom são estabelecer diretrizes da política monetária, definir a meta da SELIC, e seu eventual viés, e analisar o Relatório de Inflação, a que se refere o Decreto 3.088, de 21 de junho de 1999. Em relação ao funcionamento do Copom, a circular introduz mudanças no Capítulo III, Atribuições e Competências, no que se refere ao número de consultores da diretoria, que passa a ser 2 consultores indicados pelo Presidente. O Parágrafo 3º determina que na segunda sessão das reuniões participam os membros da Diretoria Colegiada. Além disso, o Parágrafo 4º estabelece que o Diretor de Política Monetária - DIPOM – é o responsável por divulgar as decisões tomadas pelo Copom e as eventuais alterações da meta da Taxa Selic e seu viés (quando ocorrer). E, no Parágrafo 5º constitui a participação do Diretor de Política Econômica – DIPEC – como o responsável pela elaboração das atas. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Luiz Fernando Figueiredo.

A Circular nº 3.119, de 17 de abril de 2002, introduziu no Art. 2º, no Capítulo II, Estrutura e Funcionamento, o Parágrafo 3º que determina “para efeito do disposto no parágrafo 1º, são considerados os financiamentos diários relativos às operações, com títulos federais custodiados no Selic, registradas e liquidadas no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação de que trata a Lei nº 10.214, de 2001”. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Luiz Fernando Figueiredo.

A Circular nº 3.161, de 6 de novembro de 2002, introduz alterações no Regulamento do Copom nos Capítulos II e III. Logo, nesta circular o Capítulo II, Estrutura e Funcionamento apresenta a participação de um novo membro na primeira reunião ordinária. O inciso VI, do Parágrafo 2º, do Art. 3º determina a participação do coordenador da Gerência Executiva de Relacionamento com Investidores (GERIN). E, no Capítulo III, Atribuições e Competência, a circular decide no Parágrafo 1º, do Art.

5º, modificar o mês de divulgação das reuniões ordinárias agendadas para o ano, ele deixa de ser realizado no mês de novembro, como era até então, e passa a ser realizado no mês de outubro. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Luiz Fernando Figueiredo.

A Circular nº 3.193, de 14 de maio de 2003, inseriu modificações nos Capítulos II e III. O Art. 3º, do Capítulo II, Estrutura e Funcionamento, determina que as reuniões do Copom sejam realizadas 1 vez por mês e sempre que houver necessidade. O Parágrafo 1º, do artigo citado, decide que as reuniões ordinárias sejam realizadas em dois dias, sendo que a primeira, às terças-feiras, na qual será apresentada as análises técnicas da conjuntura, e a segunda, às quartas-feiras, na qual será destinada as decisões sobre as diretrizes da política monetária. O Parágrafo 4º, do Art. 3º, decide aumentar para a três a presença dos consultores da Diretoria indicados pelo Presidente. No Capítulo III, no Art. 4º sobre as atribuições e competências dos integrantes do Copom, decide no Parágrafo 1º que os Chefes de Unidade juntamente com o Gerente-Executivo da GERIN deverão levar ao conhecimento do Copom os fatos mais relevantes relacionados à economia. E, o inciso V, do Art. 4º, do mesmo capítulo, determina que Gerente-Executivo da GERIN apresente as expectativas gerais para variáveis macroeconômicas. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Luiz Augusto de Oliveira Candiota.

A Circular nº 3.204, de 4 de setembro de 2003, introduz modificações nos Capítulos II e III. No Capítulo II, Estrutura e Funcionamento, o Parágrafo 1º, do Art. 3º, sobre as reuniões ordinárias, determina que a segunda reunião, às quartas-feiras, seja realizada a partir das 15 horas. Além dessa mudança, o inciso 3º, trás uma modificação em relação à circular anterior sobre a participação dos membros. Ele decide que o Gerente-Executivo da Gerencia Executiva de Relacionamento com Investidores -GERIN - participe na primeira sessão das reuniões ordinárias, às terças-feiras. Já o Art. 5º, do mesmo capítulo, determina que “a divulgação das decisões emanadas do Copom ocorrerá mediante edição de Comunicado pelo Diretor de Política Monetária (DIPOM), a ser divulgado, a partir das 18:00h, na data da segunda sessão da reunião mensal ordinária”. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Luiz Augusto de Oliveira Candiota.

A última Circular nº 3.297, que está em vigor, de 31 de outubro de 2005, introduz alterações no Regulamento do Copom, nos Capítulos II e III. O Art. 3º, do Capítulo II, Estrutura e Funcionamento, determina que as reuniões ordinárias do Copom acontecerão 8 vezes ao ano e sempre que necessário. O inciso VI, do Parágrafo 2, que trata sobre a participação dos membros do Copom na primeira reunião ordinária, decide que nela

fará parte a Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores (GERIN). No Capítulo III, Atribuições e Competências, o Art. 5º considera que “as decisões emanadas do Copom são divulgadas por meio de Comunicado assinado pelo Diretor de Política Monetária, divulgado na data da segunda sessão da reunião ordinária, após às 18:00”. O diretor responsável pela assinatura desta circular foi Alexandre Schwartzman.

Os principais pontos elaborados pelas Circulares no que se refere à Taxa Selic, ao calendário e a participação dos membros do colegiado das reuniões. Estas circulares fizeram parte do primeiro ano do Governo do Partido dos Trabalhadores nacional e, sofreram alterações no Regulamento. A Circular nº 3.161, de 6 de novembro de 2002, é a última do Governo Fernando Henrique Cardoso e, os resultados das eleições presidenciais já haviam sido divulgadas⁴⁶. Logo, os cinco primeiros meses do Governo petista foram respaldados por esta circular no que se refere o regulamento do Copom. Durante o primeiro ano do Governo Lula (2003) o regulamento do Copom sofre duas modificações. Em junho de 2003, a Circular nº 3.193 revoga a anterior e, em setembro do mesmo ano, o Copom passa a ser regulado pela Circular nº 3.204.

O Copom é um órgão colegiado composto pelo Presidente e Diretores do Bacen, de acordo com Decreto nº 91.961/1985, que dispõe sobre a diretoria do Banco Central do Brasil – BACEN e ainda está em vigor, a diretoria é composta por até nove membros. Ele tem por competência exclusiva (i) implementar a política monetária nacional; (ii) definir a taxa Selic, e seu eventual viés; e (iii) analisar o relatório de inflação, elaborado ao fim de cada trimestre civil, nos termos do Decreto nº 3.088, de 21.6.1999.

A política monetária nacional tem como diretriz o cumprimento das metas inflacionárias. As crises econômicas do Brasil e da Rússia, em 1998, fizeram com que o governo brasileiro enviasse uma carta ao Fundo Monetário Internacional (FMI) pedindo uma disponibilização de uma linha de crédito. O FMI enviou um memorando no qual destacava a política monetária a ser adotada pelo Brasil, destacam-se na carta a exigência da implementação de políticas de metas inflacionárias e o controle do déficit público.

⁴⁶ O candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, vence no segundo turno o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira, José Serra. O primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais de 2002 ocorreram respectivamente 6 de outubro de 2002 e 27 do mesmo mês e ano.

4.2.1 A Taxa Selic

A Circular nº 2.868, de 4 de março de 1999, institui como instrumento de política monetária a Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Esta taxa tinha sido instituída em 1979, num consórcio do Banco Central com a Associação Nacional do Mercado Aberto (ANDIMA). Ela é um sistema eletrônico que processa o registro, a custódia e a liquidação financeira das operações realizadas com títulos públicos. Portanto, ela foi criada para simplificar a sistemática de movimentação e troca de custódia dos títulos públicos no mercado, vale dizer, apenas títulos públicos federais, quer sejam emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central, e os títulos públicos estaduais e/ou municipais são registrados no SELIC. Logo, a Taxa Selic corresponde à taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia para os títulos federais, substituindo, dessa forma, a antiga Taxa Básica do Banco Central (TBC). Consequentemente, os investimentos em títulos federais, no âmbito do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, são recompensados de acordo com a Taxa Selic.

A Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) se define como uma taxa de financiamento no mercado interbancário para as operações de um dia, conhecida no discurso econômico como *overnight*. Tais operações possuem lastros (garantia) em títulos públicos federais que são formas utilizadas para captação de recursos a fim de financiar atividades do governo federal. A Taxa Selic é usada para operações de curtíssimo prazo entre os bancos que quando querem obter recursos emprestados de outras instituições financeiras por apenas um dia oferecem os títulos públicos como lastro, visando assim reduzir o risco e a remuneração da transação. Dessa forma, o risco final da transação é do Governo Federal, uma vez que são seus títulos que servem como lastro.

A taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) é a taxa média ponderada por volume das transações diárias registradas no Selic do Banco Central feitas com títulos do governo federal de curto, médio e longo prazos (emitidos pelo Tesouro ou pelo Banco Central). É no momento a taxa econômica básica usada como instrumento de política monetária. E é nas operações *overnight* de troca de reservas bancárias lastreadas em títulos públicos federais que se forma o juro primário da economia, o qual, serve de referência para todas as demais taxas de juros. A meta da Selic é fixada em cada reunião do Copom e, em princípio, deve ser mantida inalterada até a próxima

reunião. O presidente do Copom, todavia, tem o direito de alterar as metas da Selic nos períodos entre as reuniões regulares do Copom. Isso somente é possível caso o Copom tenha sinalizado um viés de alta ou de baixa ao fixar o valor da Selic em suas reuniões regulares, sendo que o viés refere-se ao afrouxamento ou aperto da política monetária. O Copom então autoriza o presidente do BCB a alterar a meta da taxa de juros na direção do viés no período entre as suas reuniões.

Há razões econômicas para que a Taxa Selic seja o instrumento da política monetária brasileira. Para isso, é preciso admitir que exista o risco de uma eventual mora do governo brasileiro no que diz respeito aos títulos da dívida pública emitidos no mercado interno, que são remunerados pela Taxa Selic, seja menor do que o risco de mora nas operações de concessão de crédito, realizadas pelas pessoas físicas ou jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no país. Logo, esta transação passa a ser mais seguro para as instituições financeiras que compõem o Sistema Financeiro Nacional aplicar seus recursos em títulos da dívida pública do que nas operações de crédito. No entanto, as instituições financeiras estabelecem nas suas operações de crédito taxas de juros acima da Taxa Selic, conhecidas como o *spread* bancário. Ou seja, ele é a diferença entre a taxa de captação de recursos por parte das instituições financeiras e a taxa de juros remuneratórios nas operações de crédito. O *spread* engloba além do risco de mora nas operações de crédito, os impostos, os custos operacionais e o próprio lucro das instituições financeiras. Assim, a definição do percentual da Taxa Selic, pelo Copom, com base nos indicadores econômicos, pode controlar a inflação, disponibilizar crédito no mercado e pautar o ritmo de crescimento da economia nacional.

Cabe uma reflexão sobre a composição da direção do Banco Central/Copom, constituída em parte por executivos que, antes ou depois de assumirem seus cargos na função pública, se vinculam diretamente às instituições financeiras privadas. Estes mesmos diretores influenciam as decisões sobre a taxa básica de juros e, portanto, sobre a rentabilidade dos títulos públicos que as instituições financeiras controlam. Portanto, uma parcela significativa daqueles que decidem sobre a remuneração da dívida são ou estão vinculados aos próprios detentores da dívida pública (FERREIRA, 2005).

Quadro 8 - A votação dos membros do Copom - 2003

Mês/Reunião/ dias	Votos	
	unanimidade	desacordo

Janeiro - 80ª Reunião 21 e 22	X	
Fevereiro - 81ª 18 e 19	X	
Março - 82ª 18 e 19	Sem dados(*)	
Abril - 83ª 22 e 23	Sem dados	
Mai - 84ª 20 e 21	X	
Junho - 85ª 17 e 18	X	
Julho - 86ª 22 e 23	X	
Agosto - 87ª 19 e 20	X	
Setembro - 88ª 16 e 17	X	
Outubro - 89ª 21 e 22	Sem dados	
Novembro - 90ª 18 e 19		x (**)
Dezembro - 91ª 16 e 17	X	

Fonte: Banco Central do Brasil. Copom. Atas das Reuniões. Elaboração própria.

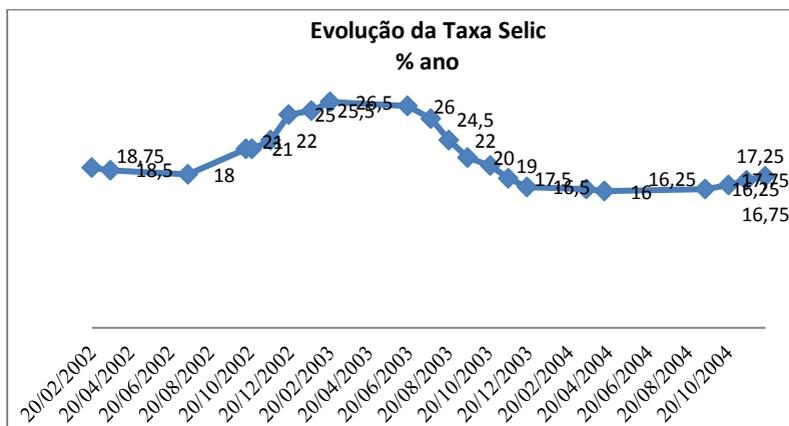
(*)Sem dados: A Ata da Reunião não registra como foi a votação.

(**)Por 7votos a favor e 2 contra, o Copom decidiu reduzir a taxa Selic para 17,5% a.a., sem viés.

É amplamente reconhecido pela literatura econômica que durante a gestão do presidente Lula a política econômica manteve, com alterações marginais, o arranjo macroeconômico definido na segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso, ou seja, manteve o tripé metas de inflação, regime de câmbio flutuante e ajuste fiscal.

Em relação ao regime de metas para inflação⁴⁷, o fato central a ser reconhecido é que ele foi capaz de manter a estabilidade de preços num período de crescimento. A principal crítica feita ao regime refere-se ao comportamento da taxa Selic. No entanto, o Gráfico 1 exibe a evolução da taxa de juro real (taxa Selic descontada a inflação projetada).

⁴⁷ É importante considerar que a Resolução 3.108 de 25/06/2003 alterou a meta de inflação de 3,75% a.a para 5,5% a.a com banda de 2,5%.

Gráfico 1 - Evolução da Taxa Selic

Fonte: Ipeadata

A taxa básica de juros da economia brasileira, a taxa SELIC, é fixada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), órgão do Banco Central. Essa taxa definida pela autoridade monetária é crucial, uma vez que a partir dela são definidas outras taxas de juros relativas aos diversos tipos de financiamento (consumo interno e endividamento das famílias) e de operações financeiras (aplicações em atividades produtivas ou em ativos financeiros). Essa taxa mantém também uma relação com as contas externas do país: resultados deficitários em transações correntes são normalmente revertidos com a elevação dos juros, visando atrair capitais, processo este controverso, uma vez que capitais de curto prazo podem acabar agravando o déficit devido à volatilidade dos mesmos.

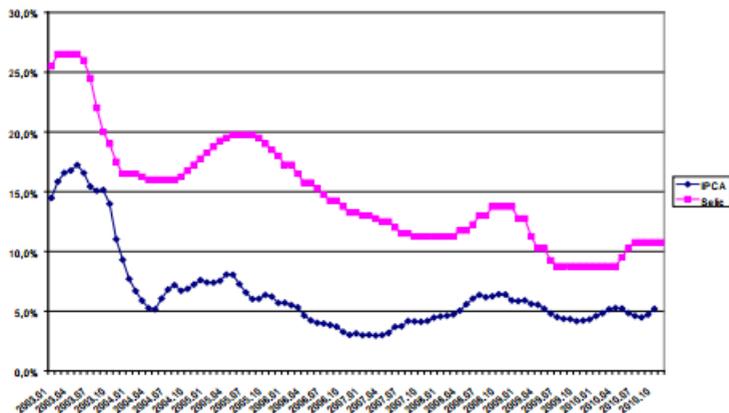
A taxa Selic é o principal indicador para determinar o custo do crédito e o rendimento das aplicações em renda fixa, além de corresponder à remuneração que o governo paga aos detentores da dívida pública de natureza pós-fixada (ou seja, cuja taxa de retorno só é sabida após a compra do papel financeiro). A partir da adoção do Sistema de Metas para a Inflação, em 1999, e a mudança para um regime de câmbio flutuante, o Banco Central do Brasil passou a determinar periodicamente uma meta para a taxa Selic, usada como principal instrumento de política monetária para o combate à inflação.

No final de 2002, a previsão de inflação para 2003 era de 42,9%. Os críticos que afirmam haver descontrole inflacionário esquecem-se de dizer que foi no governo tucano que a meta de inflação teve o maior

desvio em relação à meta. Em 2002, a inflação medida pelo IPCA foi de 12,9 % contra uma meta de 5,5%. Tomando-se a meta de 6,5%, o governo FHC ultrapassou a meta em cinco dos oito anos de governo. Os Governos de Lula ultrapassou a meta (2003 e 2004), em boa parte em função do descontrole herdado da gestão FHC. Todavia, é preciso lembrar que do ponto de vista fiscal, as negociações do Governo Lula com o FMI (início de 2003) resultaram em elevações das metas do superávit primário. Com isso, a meta de inflação, que em 2002 era de 3,5%, passou para 4% em 2003 e 5,5% em 2004, retornando ao patamar de 4,5% a partir de 2005. Esses ajustes se devem ao fato de que o governo não estava conseguindo cumprir as metas, situação já iniciada ainda em 2001. Ou seja, entre 2001 e 2004 o regime de metas inflacionárias não correspondeu aos acordos com autoridades monetárias internacionais.

No que tange à evolução da taxa de juro Selic, a taxa básica de juros da economia, no período considerado houve uma redução pela metade no indicador, que passou de 19,2%, em 2002, para 16,75%, em 2004. Por outro lado, a taxa Selic ainda é uma das taxas mais altas do mundo. Podemos observar no gráfico, comparando o ano de 2003 com o ano de 2002 que houve uma redução da taxa de juros básico em 10 pontos percentuais.

Gráfico 2 - Inflação (IPCA) x Selic



Fonte: Ipeadata

Em relação ao regime de metas para inflação, o fato central a ser reconhecido é que ele foi capaz de manter a estabilidade de preços num período de crescimento. A principal crítica feita ao regime refere-se ao

comportamento da taxa Selic. Neste sentido, cabe destacar que a economia brasileira, apesar de todos os avanços na área econômica, sustenta a mais alta taxa de juros real do mundo. O Gráfico 2 exibe a evolução da taxa de juro real (taxa Selic descontada a inflação projetada).

Desde já é preciso deixar claro que o comportamento das variáveis analisadas depende de um conjunto de fatores. Um resultado positivo em termos de queda da taxa Selic, por exemplo, depende, entre outros elementos, das decisões dos agentes privados e públicos, das políticas de governo e do cenário externo. Ao mesmo tempo não parece sensato atribuir bons ou maus resultados exclusivamente a um destes elementos. O Gráfico 2 mostra a evolução da taxa de juros SELIC no período de janeiro de 2003 até dezembro de 2010. Essa figura nos permite dividir a política monetária no Governo Lula em quatro ciclos. O primeiro começa em janeiro de 2003 e vai até abril de 2004. O pico da taxa é de 26,5% ao ano, começando a ser reduzida em junho de 2003, quando o COPOM a fixou em 26%, uma redução de 50 pontos (0,5%). A taxa de juros de 16% ao ano é a mais baixa desse período, que terminou em abril de 2004 quando a taxa subiu para 16,25%. O segundo ciclo é o mais longo. Ele teve início em novembro de 2004 e terminou em abril de 2008. A taxa de juros no pico foi igual a 19,75% ao ano. Em setembro de 2005 foi reduzida em 25 pontos básicos. O vale foi igual a 11,25%. Em abril de 2008 iniciou-se um novo ciclo, quando o COPOM aumentou a taxa SELIC para 11,75%. O término desse período ocorreu em março de 2010, quando a taxa era igual a 8,75% ao ano. A taxa de juros no pico foi igual a 13,75% ao ano. Em janeiro de 2009 o COPOM a reduziu em 100 pontos, estabelecendo a mesma em 12,75%. O fim do terceiro ciclo e começo do quarto ocorreu em março de 2010, quando a SELIC aumentou de 8,75% para 9,50% ao ano. A taxa de juros em dezembro de 2010, igual a 10,75%.

Em síntese, os resultados do período analisado devem ser creditados em maior ou menor grau ao comportamento dos agentes privados e públicos (num sentido amplo), às ações do governo através de seu conjunto de políticas públicas e às condições vigentes no cenário internacional.

4.2.2 O calendário, as reuniões e os membros do Copom

Na Circular n° 3.204, de 4 de setembro de 2003, no Capítulo II, Estrutura e Funcionamento, o Art. 3° determina que o Copom deverá se reunir ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente,

sempre que necessário, por convocação do Presidente do Bacen⁴⁸. Além disso, o Parágrafo 4º decide que as reuniões ocorrerão sempre em duas sessões: a primeira às terças-feiras, reservada às apresentações técnicas de conjuntura, e a segunda às quartas-feiras, a partir das 15 horas, para as decisões das diretrizes de política monetária.

O Art. 2º, do mesmo capítulo, determina que os membros do Copom são o Presidente e os Diretores do Banco Central do Brasil. O Parágrafo 2º delimita que na primeira sessão das reuniões ordinárias fazem parte, além dos membros citados, os chefes de Unidades das seguintes áreas: I - Departamento Econômico (DEPEC); II - Departamento de Operações das Reservas Internacionais (DEPIN); III - Departamento de Operações de Mercado Aberto (DEMAB); IV - Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (DEBAN); V - Departamento de Estudos e Pesquisas (DEPEP). O Parágrafo 3º decide que o Gerente-Executivo da Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores (GERIN) também participe da primeira sessão das reuniões ordinárias. Além destes, participam, de acordo com o Parágrafo 6º, na primeira sessão das reuniões ordinárias o Secretário-Executivo da Diretoria, três Consultores da Diretoria indicados pelo Presidente, do Assessor de Imprensa, do Assessor Especial, sempre que convocados, de outros Chefes de Unidade.

No primeiro dia das reuniões ordinárias, os chefes de departamento e o gerente-executivo da GERIN são responsáveis pela apresentação dos fatos mais relevantes relacionados com suas áreas de atuação. O Parágrafo 1º, do Art. 4º, do Capítulo III, Atribuições e Competências, delimita através dos incisos I ao VI que cabe ao I - Chefe do DEPEC: conjuntura doméstica, abrangendo inflação, nível de atividade, agregados monetários, finanças públicas e balanço de pagamentos; II - Chefe do DEPIN: ambiente externo, operações do Banco Central do Brasil, evolução do mercado de câmbio, das reservas internacionais e da economia internacional; III - Chefe do DEMAB: mercado monetário e operações de mercado aberto; IV - Chefe do DEPEP: avaliação prospectiva das tendências da inflação; V - Gerente-Executivo da GERIN : expectativas gerais para variáveis macroeconômicas.

⁴⁸ Atualmente está em vigor a Circular nº 3.297, de 31 de outubro de 2005 que determina que as reuniões ordinárias acontecem oito vezes ao ano e o calendário divulgado até o fim do mês de outubro de cada ano.

Na segunda sessão das reuniões ordinárias, o Parágrafo 6º fixa a participação dos membros do Comitê mais a presença do chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep), sem direito a voto. De acordo com o Bacen, a dinâmica nesta reunião estabelece que os diretores de Política Monetária e de Política Econômica com base nos dados do dia anterior, fazem suas recomendações acerca da política monetária. Em seguida, os demais membros do Copom ponderam e apresentam suas eventuais propostas. Ao final das apresentações, os membros realizam o voto e, de acordo com o Art. 5º o Diretor de Política Monetária (DIPOM) divulga a decisão final sobre a meta para a Taxa Selic e o viés, se houver, sempre a partir das 18 horas. A divulgação da decisão é feita à imprensa e no mesmo momento é expedido um comunicado através do Sisbacen (Sistema de Informações do Banco Central).

É importante destacar que o responsável pela elaboração da ata é realizado pela Diretoria de Política Econômica – DIPEC – (Parágrafo 4º). O Parágrafo 5º ordena que as atas das reuniões do Copom sejam divulgadas no prazo de até 6 dias úteis após a sua realização. No entanto, o Bacen informa que na quinta-feira da semana posterior a cada reunião, dentro deste prazo regulamentar, as atas sejam publicadas na página do Banco Central na internet ("Notas da Reunião do Copom") e para a imprensa a partir das 8h30. Uma versão em língua inglesa da ata é divulgada com uma pequena defasagem de cerca de 24 horas.

Ao final de cada trimestre civil (janeiro/fevereiro/março, abril/maio/junho, julho/agosto/setembro e outubro/novembro/dezembro), o Copom publica o documento Relatório de Inflação, no qual analisa a conjuntura econômica e financeira do País, bem como apresenta suas projeções para a taxa de inflação. Este relatório tem o objetivo de fornecer informações detalhadas sobre as condições econômicas e as previsões de inflação medidas pelo Copom. Além disso, o relatório procura manter um diálogo oficial com a esfera pública e o mercado, oferecendo suas perspectivas sobre as metas inflacionárias bem como a conduta na implementação da política monetária.

5 O JORNALISMO BRASILEIRO DIANTE DAS INGERÊNCIAS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo, apresentamos algumas definições sobre jornalismo, assim como trazemos os uma breve historiografia da constituição da empresa Folha da Manhã, seus proprietários, contexto socio-histórico político, até a constituição a partir dos anos 1960 na consolidação do Grupo Folha como um conglomerado de mídia.

Os meios de comunicação desempenham um importante papel na construção de sentido social. Jornais, revistas, rádios, televisão, internet são espaços que nos auxiliam na construção da representação das relações sociais. Nesta pesquisa, usaremos como sinônimos meios de comunicação e mídia. Em muitas das publicações especializadas, *mídia* é utilizada no mesmo sentido de *imprensa*, *grande imprensa*, *jornalismo*, *meio de comunicação*, *veículo*. Lima (2003, p.53) parece oferecer uma definição o quanto mais precisa do que *mídia* significa atualmente. Segundo ele, *mídia* pode ser entendida como o *conjunto de instituições* que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Cabe ponderar que *mídia* implica na existência de um *intermediário tecnológico* para que a comunicação se realize. Portanto, quando falamos da mídia, estamos nos referindo ao conjunto das emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa⁴⁹. Na estrutura atual do sistema de meios de comunicação, é preciso empreender que eles constituem um campo de disputa social e política⁵⁰.

⁴⁹ Não é o objetivo deste capítulo retomar os estudos sobre comunicação de massa. No entanto, sugerimos seguir as orientações de Gomes (2003, p.5), ao tratar das transformações da política e do papel dos *meios* de comunicação neste processo, afirma criticamente que "a expressão *mass media* se monta [...] a partir de uma concepção que não vê nessas formas da indústria da cultura e da informação outra coisa a não ser os dispositivos de emissão e a capacidade de difundir conteúdos e mensagens para audiências massivas". Ver também a pesquisa de WOLF, 2003.

⁵⁰ Segundo Rubim e Azevedo (1998) as pesquisas brasileiras apresentaram seu *turning point* ao começarem a pesquisar a temática Comunicação e Política a partir das eleições presidenciais de 1989. Logo, pesquisadores de diversas áreas de conhecimentos passaram a reconhecer a importância da comunicação de massa no processo político brasileiro. Os autores relembram a necessidade de uma pesquisa interdisciplinar que abarcasse os campos da Comunicação, Sociologia,

Bourdieu (1999) constatou que o “poder simbólico da mídia [...] está concentrado nas mãos das mesmas pessoas [...] que controlam o conjunto dos instrumentos de produção e de difusão dos bens culturais”. De acordo com Bourdieu (1989) o campo midiático é o lugar de articulação entre o espaço da vida política e este da vida cotidiana. É o campo no qual se encontra a gestão da informação tendo como finalidade um *faire savoir* em relação ao que se produz neste espaço público. Logo, o campo midiático procura gerar esta informação em função da ideia do que são: o interesse social (selecionar os fatos mais importantes); a autenticidade (demonstrar a verdadeira realidade), e a verdade dos eventos (esclarecer as causas). Podemos considerar que o campo midiático funciona com uma dupla lógica:

- a) uma lógica econômica – que faz que todo órgão de informação aja como uma empresa tendo por finalidade fabricar um produto que se defini pelo lugar que ocupa no mercado de trocas de bens de consumo;
- b) uma lógica simbólica – que faz com que todo órgão de informação se dê por vocação participar da opinião pública.

Para além do poder simbólico empreitado pelos meios de comunicação em geral e da atividade jornalística que visaria o bom funcionamento das esferas culturais, da democracia e da política. Em uma de suas intervenções dirigidas aos responsáveis dos grandes grupos midiáticos, intitulada “Questões aos verdadeiros senhores do mundo”, Bourdieu (1999, p.1) afirma:

este poder simbólico que, nas mais diferentes sociedades era distinto do poder político ou econômico, está hoje reunido nas mãos das mesmas pessoas que detém o controle dos grandes grupos de comunicação, quer dizer, do conjunto dos instrumentos de produção e difusão dos bens culturais (nossa tradução)⁵¹.

Ciência Política, Psicologia Social para contemplar as pesquisas multidisciplinares que suscitava nos estudos sobre mídia.

⁵¹ Bourdieu, Questions aux vrais maîtres du monde, 1999: “Ce pouvoir symbolique qui, dans la plupart des sociétés, était distinct du pouvoir politique ou économique, est aujourd'hui réuni entre les mains des mêmes personnes, qui détiennent le contrôle des grands groupes de communication, c'est-à-dire de l'ensemble des instruments de production et de diffusion des biens culturels”

Nesse sentido, para Francisco Fonseca (2004) os órgãos da mídia, quando privados, são empresas capitalistas de comunicação. Assim o papel mercantil da mídia torna-se distinto de seus similares de outros setores econômicos, pois, não bastasse o poder de modelar a opinião, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis mais complexas e sutis do que as existentes nos produtos comuns. Pesquisadores como Fonseca (2004) e Chauí (2006) argumentam que a necessidade de altos investimentos em capital fixo, sobretudo em virtude das novas tecnologias informacionais e, sobretudo após os processos de desregulamentação e privatização das telecomunicações levaram grupos proprietários de bancos, indústria metalúrgica, indústria elétrica e eletrônica, fabricantes de armamentos e aviões de combate, indústria de telecomunicações a adquirir jornais, revistas, serviços de telefonia, rádios e televisões, portais de internet, satélites⁵².

Miguel (2002, p.156) relembra que em 1920, Walter Lippmann lastimava o fato de que a ciência política era ensinada nas faculdades como se os jornais não existissem, no entanto é possível dizer que a ciência política já reconhece a existência do jornal, bem como do rádio, da televisão e da internet. Não obstante, como relembra Traquina (2001) ainda que mídia e jornalismo sejam diferentes, eles estão intrinsecamente ligados. É exatamente a constatação de seu crescente poder nas sociedades ocidentais que levou pesquisadores a estudarem sobre o jornalismo nos últimos anos com pesquisas sobre agendamento, enquadramento, rotinas de produção, *gatekeepers*, critérios de noticiabilidade, jornalismo como conhecimento.

⁵² Corroborando neste sentido, o jornalista francês Pascale Santi (2007) já demonstrava em artigo assinado no jornal francês *Le Monde*, 05 de julho de 2007, n 19411, p.20, que a imprensa econômica e financeira entrava num vasto movimento de fusões e aquisições. Um exemplo deste negócio foi a compra do grupo de informação financeira a *Dow Jones* (um dos mais antigos grupos de imprensa americana que controla o *Wall Street Journal* (WSJ) e a agência *Dow Jones*), pela empresa *News Corporation*, que pertence ao australiano, naturalizado americano, Rupert Murdoch. Segundo, ainda a reportagem, com bilhões de dólares em soma de negócio, a *News Corporation*, o império de Rupert Murdoch é um dos mais possantes do mundo, com 175 jornais (*Sun*, *Times*, *Sunday Times*, *New York Post*...), canais de televisões (*Fox News*), de edição (*HarperCollins*), de cinema (*Twentieth Century Fox*) e, também presente na internet com o *MySpace*.

5.1 DEFINIÇÕES DE JORNALISMO

Existe uma pluralidade de definições que acercam a concepção de jornalismo. Neste capítulo, propomos articular três conceitos sobre jornalismo: *i) prática* jornalística (LAGE, 1974, 2005; BAHIA, 1990) como uma disciplina, *ii) o campo científico* Jornalismo (GROTH; ZELIZER; MEDITSCH, 1992); e como a *iii) instituição* imprensa (LIPPMANN, 1922; PARK). Já no século XVII, o pesquisador alemão Tobias Peucer refletiu sobre as diferenças entre o jornalismo e história, ao comparar o modo como os acontecimentos eram relatados. Para ele, há um tipo de *relatione* periodística cujos exemplos “contêm a notificação de coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar que seja (...) para que o leitor curioso se sinta atraído pela variedade de caráter ameno e preste atenção” (PEUCER, 2000, p. 202). Segundo Peucer (2000, p. 211-212) os periódicos têm como finalidade trazer aos homens “o conhecimento de coisas novas acompanhadas de certa utilidade e atualidade”. Otto Groth, sociólogo alemão, também contribui com a elaboração de um referencial teórico para a formulação e a sistematização das concepções acerca do jornalismo. Para ele, o século XIX foi caracterizado pelo surgimento de uma nova ciência, a ciência periodística, com seus próprios objeto e método. Assim, Groth rejeita a ideia de que o jornalismo seja visto como uma técnica e passa a encará-lo como uma ciência que comportaria quatro elementos que o caracterizariam: *i) a periodicidade; ii) a atualidade; iii) a universalidade e iv) a difusão*⁵³.

Marques de Melo (1998), em um consenso mais científico, observa o jornalismo como uma ciência que estuda o processo da transmissão de informações da atualidade através dos veículos de difusão coletiva por oportunizar ao leitor conhecimento das notícias, suas interpretações e opiniões. Beltrão (1992) define o jornalismo como a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade. O pensamento de Beltrão, segundo Demeneck (2009) vai de

⁵³ O intuito deste capítulo não é fazer um estudo da arte sobre os trabalhos de Otto Groth, no entanto cabe ressaltar que Otto Groth, segundo Demeneck (2009) procurar formalizar um campo científico para a área, usa explicitamente a terminologia *ciência da cultura (Kulturmacht)*. Cultura no sentido abrangente, “como o conjunto de criações humanas, de sentido que está em constante crescimento e mutação”. O jornalismo como “uma ciência de obras culturais, uma ciência da cultura” (GROTH, 2007, p.187).

encontro às ideias defendidas por Lippmann ao assinalar os objetivos da difusão de conhecimento e de orientação da opinião pública, em favor do bem comum. Lage (2003) assevera que o jornalismo na sociedade contemporânea cumpre uma função de mediação social, as novas tecnologias e produtos exigem que o conhecimento de mundo seja sempre atualizado. Segundo Bahia (1990), jornalismo significa apuração, reunião, seleção, e difusão de notícias, ideias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação. Ao falar sobre a notícia, ele afirma que (1990, p.9) “como qualquer informação jornalística, a notícia deve reunir interesse, importância, atualidade e veracidade”.

O jornalismo surge com o desenvolvimento das relações capitalistas, Genro Filho (1987, p.47) discute o jornalismo imerso na funcionalidade capitalista, mas que este pode extrapolar o seu modo de produção.

Embora o jornalismo expresse e reproduza a visão burguesa do mundo, ele possui características próprias enquanto forma de conhecimento social e ultrapassa, por sua potencialidade histórica concretamente colocada, a mera funcionalidade do sistema capitalista.

Historicamente, o jornalismo é uma prática social que constitui um dos elementos de formação da opinião pública. Organizada de modo capitalista, a mídia jornalística é parte da esfera pública onde se formata esse fenômeno de difícil definição chamado opinião pública (RÜDIGER, 2003). Nesse sentido, Genro Filho (1987) assevera que “o modo de produção capitalista não existe apenas para satisfazer particularistas da burguesia, mas também como um momento da história universal.”. Ainda no século XIX, Karl Marx tenta provar a falácia de um conhecimento puro e objetivo ao introduzir o elemento social-econômico na configuração da realidade. Para ele conhecer não é contemplar, é lidar com as coisas. Assim, criamos o mundo na medida em que agimos sobre ele e o conhecimento é sempre impuro e condicionado pela configuração socioeconômica da época.

Thompson (1995, p. 89) descreve o percurso das indústrias de mídia até os anos 1980 indicando que a concentração e diversificação dos mercados têm suas origens com mudança da base econômica dos jornais ingleses no século XIX:

[...] os jornais se tornaram cada vez mais empreendimentos comerciais de grande porte que exigiam relativamente grandes quantidades de capital para começar a se manter devido à intensa competição crescente. Por conseguinte o tradicional proprietário-comunicador, que possuía um ou dois jornais como um negócio familiar, deu lugar, de forma sempre crescente, ao desenvolvimento de organizações de grande porte de muitos jornais e muitos meios.

Sodré, no seu livro *História da imprensa no Brasil* (1999), realiza algumas considerações sobre os meios de comunicação que nos auxiliam a compreender tanto o surgimento da Folha de São Paulo, como a conjuntura política econômica à época de sua fundação. Sodré considera que a passagem entre os séculos XIX e o século XX trouxeram mudanças significativas no jornalismo. A imprensa industrial começou a substituir a artesanal, além disso, o jornalismo brasileiro começava a se aproximar dos padrões e das características de uma sociedade burguesa. Assim, a transição entre os séculos XIX e XX marcou a mudança da pequena à grande imprensa, os jornais de pequenos portes, de estrutura simples, começaram a perder lugar às empresas jornalísticas de estrutura mais complexas, ou seja, com os modos de produção mais sofisticados com a aquisição de novas máquinas de equipamentos gráficos e de impressões, por conseguinte a produtividade começou a se desenvolver rapidamente. Para o autor, essa transformação no campo do jornalismo tinha uma conotação mais ampla, significava a ascensão da burguesia e o avanço das relações capitalistas com repercussões mais abrangentes que atingiram diferenciados setores do país. Para Sodré, após a Primeira Guerra Mundial, um jornal se caracterizava como uma empresa nitidamente estruturada conforme os modelos capitalistas. O autor pontua a virada do século como a fase de transição. Os pequenos jornais, de estruturas simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se for assim afetado o plano de produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores (SODRÉ, 1999, p. 275). A empresa jornalística assumiu, portanto as dimensões e as complexidades para que o capital encontrasse um meio para se reproduzir, no entanto estava disponível para poucos.

5.2 O JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO – BREVES ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A recuperação histórica que propomos neste capítulo, justifica-se pela necessidade de reconstruir, mesmo que resumidamente, o trajeto do Grupo Folha no jornalismo brasileiro.

A princípio, não há no Brasil um jornal cotidiano de circulação nacional. Encontramos jornais de “prestígio nacional” que procuram dar ampla cobertura aos temas de interesse público, porém o número de público leitor localiza-se sempre na região na qual o periódico é editado (MARQUES DE MELO, 2011). Compreender o percurso do Grupo Folha significa, portanto deparar-se com uma trajetória descontínua, repleta de rupturas e marcada por constantes redefinições empresariais em consonância com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Portanto, propomos retomar brevemente às origens da Folha, que se destacam através de cinco (5) grandes fases: a primeira fase ocorre com a edição do jornal Folha da Noite (1921); a segunda quando a empresa tem a razão social alterada para a Folha da Manhã Limitada (1931); a terceira fase ocorre com o processo de modernização e ocorre novamente mudança na razão social da empresa para Folha da Manhã S.A (1945); a quarta fase surge com a compra da empresa pelos empresários Octavio Frias e Carlos Caldeira (1962); a quinta fase ocorre quando a Família Frias assume em definitivo a empresa jornalística (1991).

Em 1921, foi criado o jornal a *Folha da Noite* pelos empresários Olival Costa e Pedro Cunha. Com uma linha mais “localista”, o jornal voltava-se, sobretudo para questões da administração da cidade. Era um jornal vespertino, tinha um projeto que pregava textos curtos e claros, com enfoque mais noticioso que opinativo, pregava a agilidade e a proximidade com os assuntos que afetavam o dia a dia da população paulistana, principalmente os trabalhadores urbanos. A *Folha da Noite* foi criada em oposição ao principal jornal da cidade, *O Estado de São Paulo*, que representava as elites rurais e assumia uma posição mais conservadora, tradicional e rígida. O empreendimento foi bem-sucedido, levando os sócios a comprar uma sede própria, uma rotativa e, em julho de 1925, criar um segundo jornal, agora matutino: a *Folha da Manhã* (TASCHNER, 1992). A partir dessas duas publicações, firmavam-se as bases para a constituição da Empresa *Folha da Manhã Limitada*, que seria fundada em 1931 (SEVCENKO, 2000).

Na década de 1920 o Brasil vivia uma série de conflitos frente à crise da República Velha que refletiam um descontentamento de setores

da sociedade diante do domínio oligárquico de São Paulo e Minas Gerais e com a condução do governo frente aos problemas sociais. De acordo com Guerino (2007) o projeto de jornal concebido por Olival era simples. O objetivo era fazer da *Folha da Noite* um jornal informativo, para ser lido e que não precisasse ser guardado. Um jornal leve, informativo e crítico, jornal de notícias rápidas e, sobretudo atingisse as classes mais populares. O que demonstra para Taschner (1992)⁵⁴ que havia uma preocupação em trabalhar o produto, fazer do jornal um produto digestivo, menos *highbrow*, mas acessível e sedutor. Em última instância, já denotava naquela época a preocupação de cativar a diversidade de públicos. Aqui se verifica mais um passo em direção aos jornais que seriam típicos da Indústria Cultural⁵⁵.

Segundo Lins e Silva (2005) a redação estava instalada em uma sala, à rua São Bento, no segundo andar de um prédio, na cidade de São Paulo, enquanto a impressão era feita nas oficinas do jornal O Estado de S. Paulo, situadas à rua 25 de março. Portanto, percebe-se que existia uma relação “de trocas de favores” entre os proprietários de jornais, como seus fundadores não tinham capital suficiente, recorreram a Júlio de Mesquita – proprietário de *O Estado de São Paulo* -, que tanto financiou o lançamento como participou de seus primeiros números convocando toda a equipe de seu jornal na produção (GUERINO, 2007).

Taschner (1992, p. 40) resume o lançamento da *Folha da Noite* da seguinte forma:

Nasceu como empresa, mas foi um empreendimento aventureiro. Seu produto era uma mercadoria, mas uma mercadoria envergonhada dessa condição. E talvez nem fosse mercadoria na realidade, no sentido que Adorno dá a essa expressão, pois era também um instrumento de realização dos pendores jornalísticos de seus donos num processo que constituía a maior das advocacias. Esses fatos, aliados às condições de seu nascimento, sob a proteção de proprietários

⁵⁴ A obra de Gisela Taschner, “Folhas ao vento – análise de um conglomerado jornalístico no Brasil” procura analisar o processo de consolidação da indústria cultural no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura militar, a formação do grupo Folha.

⁵⁵ Sobre indústria cultural ver os trabalhos de autores da escola de Frankfurt, principalmente o livro de Adorno e Horkheimer: *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1985.

de outro jornal como quem poderiam vir a concorrer mais tarde (fato que se concretizou), permitem entrever, igualmente, o momento de transição que a sociedade brasileira vivia naquela época, em direção a uma nova ordem social capitalista plenamente constituída em moldes urbano-industriais, na qual as práticas perdiam espaço, em face do peso crescente de outros padrões.

No rastro do sucesso e do bom desempenho da Folha da Noite, os empresários lançaram o segundo produto que atendesse as necessidades de informação logo nas primeiras horas da manhã, isto é, uma edição matutina. Em julho de 1925, surge o Jornal *Folha da Manhã*. Sobre esse segundo jornal, Mota e Capelato (1981)⁵⁶ observam que a *Folha da Manhã* teria o mesmo conteúdo do primogênito, no entanto a forma de apresentação das mensagens seria distinta, a *Folha da Noite* seria mais popular, dirigindo-se mais aos operários, e a *Folha da Manhã* mais sóbria, a um público mais refinado. Portanto, percebemos o início de uma segmentação de mercado, ou seja, dois jornais editados pelos mesmos proprietários, mas visando públicos distintos. Conforme demonstram Mota e Capelato (1981, p.45):

[...] As Folhas nunca tiveram um projeto editorial claro. Oscilaram entre assumir a causa da classe operária e tratá-la como mercado de consumidores. Falaram em nome do funcionário público, mas não foram seus porta-vozes. Cortejaram a classe média, mas sem se identificarem com ela. Foi assim como a concepção de imprensa como a maior de todas as advocacias se imbricou (se confundiu) com a lógica de mercado. O jornal ora espelhava as

⁵⁶ Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato são historiadores da USP, o livro *A História da Folha de S. Paulo (1921-1981)* é considerada como a única obra de “fôlego” que retrata o surgimento e a consolidação do grupo. O livro foi escrito a pedido de Otávio Frias Filho para ser lançado durante as comemorações de 60 anos do jornal, escrito em fins do regime militar, a análise não se estende nas relações entre a imprensa e o processo de abertura, relações estas que ainda eram ambíguas e pouco claras para uma interpretação mais aprofundada. A ideia mais clara presente nas páginas do livro ocorre pela interpretação de uma empresa que passa por uma “revolução tecnológica” e conquista sua “autonomia financeira” na época do período ditatorial, para isto ver Dias (2011).

opiniões dos donos, ora se curvava ante a preocupação de atender ao mercado.

As “Folhas” direcionaram suas principais críticas aos partidos republicanos que monopolizavam os governos da época e os jornais faziam campanhas por melhorias sociais. Em 1929, no entanto, Olival Costa, o único dono das “Folhas”, passou a se aproximar dos republicanos paulistas e a repudiar opositores da Aliança Liberal, ligados a Getúlio Vargas.

A segunda fase da empresa Folha começa nos anos 1930. Durante a Revolução de 1930, jornais que haviam se contraposto a Vargas foram depredados, a gráfica que editava as Folhas foi empastelada, juntamente com as oficinas e redações de mais dois jornais da Gazeta e do Correio Paulistano (GUERINO, 2007). Com as instalações da empresa destruídas, Olival Costa vendeu a empresa a Octaviano Alves de Lima, empresário ligado à produção e ao comércio de café (TASCHNER, 1992). Neste período as Folhas se caracterizaram como jornais de causa, a serviço de interesse dos setores de classe dos cafeicultores. Assim, desde o início desta segunda fase e durante os quinze anos em que Alves de Lima foi seu proprietário, a Folha se posicionou como um jornal que subordina a linha dos jornais aos interesses e da defesa do empresariado cafeicultor (GUERINO, 2007). Como atesta Bahia (1972) a expansão observada a partir de 1930 se deve a fatores econômicos, políticos e culturais. O jornalismo, desta época, já entrara numa faixa de operação industrial, abandonando a projeção boêmia, ativista, idealista da primeira fase. Assim, o jornal, muito identificado com a visão individualista de seu proprietário, não raro o principal redator e administrador, começa a ceder lugar para o jornal empresa.

O início da terceira fase da empresa Folha ocorre em março de 1945. Depois de 15 anos a frente da empresa jornalística, Alves de Lima vende o jornal. A direção da empresa passou às mãos de José Nabantino Ramos⁵⁷, Alcides Ribeiro Meirelles e Clóvis Medeiros Queiroga⁵⁸, sendo

⁵⁷ José Nabantino Ramos (1908-1979), além de empresário, era advogado e professor de direito financeiro na Universidade de São Paulo e na Universidade Mackenzie. Foi controlador acionário da Empresa Folha da Manhã S/A entre 1945 a 1962. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0607200517.htm>>. Acesso em: 11 nov.2014.

⁵⁸ Alcides Ribeiro Meirelles era médico e ocupou a presidência da Associação Agro-Pecuária do Vale do Mogi-Guaçu, entidade que congrega os lavradores e

transformada em uma sociedade anônima sob o nome de “Empresa Folha da Manhã S.A.”. Ao mesmo tempo, na esteira dessa mudança, o jornal adotava uma postura de identificação com o discurso desenvolvimentista então em voga (SEVCENKO, 2000, p.9). Esta terceira fase, sob o comando de Nabantino Ramos, houve início uma integração entre os jornais do grupo Folha. Como afirma Taschner (1992, p.67):

Não se trata mais de um jornal cuja organização tem forma de empresa, trata-se de uma empresa que tem atividade jornalística [...] E a concepção das Folhas como empresa, que visa ao lucro, foi também claramente assumida por seus diretores nessa fase, ao declararem que nada justifica que a indústria jornalística impere em bases de lucros inferiores às normais.

Nabantino Ramos marcou sua administração por uma tentativa de modernizar a empresa e diminuir o alto grau de improvisação que caracterizava a atividade jornalística (Lins e Silva, 2005). Segundo Lins e Silva (2005), Nabantino Ramos marcou sua administração por uma obcecada tentativa de modernizar a empresa e diminuir o alto grau de improvisação que caracterizava a atividade jornalística. Ele produziu um documento chamado “Normas de Trabalho da Divisão de Redação” com o objetivo de definir normas internas de trabalho próprias a um manual de redação.

Em 1949, ele fundou a Folha da Tarde e em 1960, fundiu os três diários num só, ao qual deu o nome de Folha de São Paulo. Taschner observa que:

[...] examinando o período 45/62, vê-se que a concepção empresarial com que as Folhas passaram a ser geridas traduziu-se em várias medidas na parte editorial, sempre tendo em vista o aumento do mercado, as quais incluíram reformulações no conteúdo e na forma de apresentação das mensagens, embora mediante a um empirismo extremado e à tentativa malsucedida de diversificação da linha de produtos. Essas modificações acompanharam um movimento mais

criadores do Estado. Clovis Medeiros de Queiroga, industrial e cunhado de Octavio Frias.

geral da imprensa brasileira, em relação a que as Folhas ora se anteciparam ora foram a reboque e que atingiu, além da imprensa, muitas outras dimensões da sociedade brasileira. (TASCHNER, 1992, p. 89)

Neste sentido, Guerino (2007) observa que o valor jornalístico que a Folha passa a ter nesse período, que vai de 1945 a 1962, deve-se ao dinamismo e à disposição inovadora de Nabantino como empresário e administrador. Ele trouxe o jornalista Gianino Carta (pai de Mino Carta) para trabalhar no jornal. Taschner (2007) afirma que o Publisher foi uma das mais importantes figuras do jornalismo brasileiro da época, pois pegou a inexpressiva empresa que editava a Folha e a conduziu para a grande indústria. Além disso, segundo Mota e Capelato (1981, p.104) Nabantino era a encarnação do tipo weberiano calvinista, a eficiência marcava sua personalidade e o enquadrava no espírito do capitalismo, “a formação protestante do jornalista deixara-lhe entranhada a ideia de “missão”, de lisura e de trabalho que transmitiu à empresa ao longo do tempo.

O processo de industrialização promovida pelos governos Kubitschek (1951-1961) e João Goulart (1961-1964), salvo as diferenças na conduta da política econômica de cada governo, trouxeram um processo inflacionário ao País e uma desaceleração na economia que teve impacto direto nas empresas jornalísticas com a alta de preço do papel. Em 1960, a direção da empresa da Folha da Manhã decide juntar os três jornais editados pela sociedade e funda o jornal *Folha de São Paulo*. A linha editorial do novo jornal substitui os interesses dos cafeicultores e, com o amplo processo de urbanização das cidades emprenha uma clara posição de defesa dos interesses da urbanização das cidades. Autores como Mota e Capelato (1981) e Lins e Silva (2005) consideram que, com a greve dos jornalistas em 1961 e com o fato de que o jornal passava por uma crise tanto logística quanto financeira, Nabantino decidiu vender os jornais em 13 de agosto de 1962 para os empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, configurando, desta forma a quarta fase da empresa jornalística

Capelato e Mota (2003) consideram que os sócios Frias e Caldeira assumiram a empresa em um momento de grave crise política e inflacionária, no entanto, com as mudanças operadas tanto na estrutura dos jornais como na capacidade de resistência diante das dificuldades econômicas, o grupo conseguiu se estabelecer solidamente no mercado.

Em entrevista a Ribeiro (1994, p. 48) Otávio Frias Filho informou que nos anos 1960 e 1970 a Folha se dedicou à recuperação empresarial e financeira, preferiu adotar uma postura mais inofensiva e insignificante frente ao cenário político da época. “[...] a Folha teve uma posição bastante anódina, em termos de não interferir opinativamente, inclusive não fez face à censura oficial, ao contrário dos jornais e revistas (Estado, Veja e Jornal do Brasil) [...] a Folha simplesmente não enfrentou a censura, não moveu nenhuma oposição e não se dispôs assumir papel político”.

Segundo Guerino (2007, p. 41) os empresários Frias e Caldeira deram início a formação do complexo empresarial da Indústria Cultural brasileira, e começaram a criar o conglomerado Folhas. Os sócios iniciaram um processo de aquisição de empresas em crise. A estratégia era tornar mais barato os custos de distribuição e produção dos jornais e o objetivo era ocupar fatias do mercado que permaneciam vazias. Em 1962, Caldeira Filho e Frias adquiriram a Cia. Litográfica Ipiranga, tradicional empresa fundada por alemães que se encontrava em situação financeira delicada. Essa se juntou a outra gráfica, a Impress, que já fazia parte da empresa quando adquirida em 62, fundada por Nabantino em 1950. Entre 1º de setembro e 22 de outubro de 1965 os sócios compraram os jornais Última Hora e Notícias Populares⁵⁹. Ainda no mesmo ano ampliaram o segmento e tornaram-se sócios de um terço da TV Excelsior.

O jornalista Cláudio Abramo (em 1965, o jornalista Cláudio Abramo foi convidado a secretariar e dirigir a nova concepção editorial do jornal e, conseguiu colocá-lo na liderança do mercado editorial paulista), viveu essa condição na Folha de São Paulo, cuja empresa decidiu acatar as ordens do governo militar. Ele afirma em entrevista ao pesquisador Paolo Marconi (1980, citado por Koshiyama, 2010) a sua frustração. Conforme Koshiyama (2010):

Pessoalmente, pudemos ler, na época da morte de V. Herzog, na Folha da Tarde, textos que comprovavam a total convivência do órgão com a polícia política. Fichas policiais dos detidos no DOI-CODI -- com fotos, nomes, codinomes e atividades vinculadas

⁵⁹ O jornal Última Hora pertenceu ao célebre jornalista Samuel Wainer, que o fundou no final da década de 1950 por inspiração e financiamento de Getúlio Vargas. Já o Notícias Populares pertencia a Herbert Levy, que o fundou em 1963, para servir de braço jornalístico para o Golpe que se daria em 1964. Ambos após o Golpe de 1964 estavam literalmente falidos (Guerino, 2007).

com organizações políticas clandestinas -- apareceram publicadas como textos informativos. Tratava-se de uma estratégia de legitimação jornalística a atos de repressão do regime militar que havia prendido e torturado várias pessoas mencionadas na páginas da Folha da Tarde. Comprova-se a colaboração deste jornal com a polícia política, neste e em outros momentos da luta política nos anos setenta.

Um dos veículos da empresa, a Folha da Tarde, lançada em outubro de 1967, para concorrer com o Jornal da Tarde, do grupo Estado de São Paulo, que era um sucesso editorial na época. Até o final de 1968 o Folha da Tarde - era comandado por Frei Betto E Antônio Marcos Pimenta Neves - que fez uma boa cobertura dos movimentos estudantis naquele ano (GENTILI, 2009). No entanto, depois do AI-5, a partir de 1969, o jornal a Folha da Tarde se coloca como ponto de tensão dentro da história do grupo jornalístico. Ao adotar uma linha editorial mais policial, a Folha da Tarde foi acusada de ser um “órgão oficial” da Operação Bandeirantes (Oban). Kushnir (2004) através de pesquisas em arquivos e entrevistas, traçou as diversas ligações que a imprensa teve com os censores durante a ditadura civil-militar. Em 1967 a Folha da Tarde depois de um período de relativa diversidade na cobertura, logo passaria a ser um dos principais órgãos de imprensa a contribuir com o aparato repressivo da ditadura militar (KUSHNIR, 2005, p. 315). Em agosto de 1969, o jornalista Antônio Aggio Jr. foi escolhido por Octávio Frias de Oliveira para dirigir a “Folha da Tarde”, como editor-chefe e dirigia, segundo Gentili (2009), com uma arma em cima da mesa de trabalho. A autocensura como estratégia política imposta aos jornalistas de uma publicação tinha diferentes formas de recepção e uso.

Nesse sentido, Bourdieu demonstra a particularidade do campo jornalístico em relação ao jogo de conflito que compõe as relações sociais. Segundo ele,

O campo jornalístico tem uma particularidade: é muito mais dependente das forças externas que todos os outros campos de produção cultural, campo da matemática, campo da literatura, campo jurídico, campo científico, etc. (...). Ele depende muito diretamente da demanda, está sujeito à sanção do mercado, do plebiscito, talvez mais ainda do campo político. A alternativa do “puro” ou do “comercial” que se observa em todos os

campos (...) aí se impõe com uma brutalidade particular e o peso do pólo comercial é aí particularmente forte: sem precedentes em intensidade, é também sem igual se o compararmos sincronicamente, no presente, ao que ele é em outros campos. (BOURDIEU, 1997 p.96)

Em 1967, foi criada a Agência Folha, uma central de captação de notícias reduzindo, dessa forma, os custos pessoal e operacional. Além disso, o Grupo assume os controles administrativos da Fundação Cásper Líbero que editava a Gazeta Esportiva. Assim, durante aproximadamente 10 anos o Grupo manteve o controle de 50% do *market share* sobre a venda avulsa de jornais que circulavam na Grande São Paulo (GUERINO, 2007).

É importante perceber que o percurso da Folha da Tarde, na memória oficial do Grupo Folha⁶⁰, parece sofrer de um apagão. Segundo Elaine Muniz Pires (2007, p.312) a atuação da Folha da Tarde na ditadura militar é excluída da memória oficial da Folha de S. Paulo desde os anos 1980 porque “a atuação colaboracionista e de defesa explícita das políticas governamentais e da repressão estatal não se encaixa bem à imagem em construção do principal jornal do Grupo e, como consequência, à imagem da própria empresa”. Nesse sentido, a emergência da Folha de São Paulo como um dos principais jornais do país, a partir de 1986, está vinculada à construção de uma “auto-imagem” voltada à defesa da democracia, com base na “rememoração de um passado institucional legitimador dos princípios de democracia e independência, constantemente reconstruído” (PIRES, 2007, p.312).

No período entre 1968 a 1974, a preocupação essencial ainda não era a Redação, embora alguns traços da política editorial posterior pudessem começar a ser percebidos, em especial, devido à influência de Cláudio Abramo. O prenúncio de reforma nas orientações políticas da Folha ocorre no início de 1974, quando o General Golbery do Couto e Silva, articulando a formação do governo Ernesto Geisel convidou Octavio Frias para um encontro no largo da Misericórdia, no Rio de Janeiro (GENTILI, 2009). Mario Sérgio Conti sintetiza que Golbery expôs ao dono da Folha seu plano de distensão lenta, segura e gradual do regime, deu a entender, também, que o novo governo veria com bons

⁶⁰ Ver site do Grupo Folha, disponível em: <www1.folha.uol.com.br/institucional/>.

olhos a existência de um outro jornal paulista de prestígio, além de O Estado. (CONTI, 1999, p. 316 e 31).

Frias Filho relata este episódio de forma muito semelhante:

Nessa conversa com meu pai, Golbery delineou os rumos que eles pretendiam impor ao novo governo, falou da necessidade de uma descompressão política, enfim, expôs todo aquele ideário que se tornou bastante conhecido depois. Inclusive, chegou a mencionar para meu pai... que não era conveniente que houvesse em São Paulo um só jornal forte em termos de peso na opinião pública, que era de interesse do governo que houvesse dois jornais. (ABREU, 2003, p. 354 e 355).

Singer (2003, p.53) formula uma frase sugestiva quando se refere à decisão da Folha, em 1974, de se tornar “competitiva ao que diz respeito à influência sobre a opinião pública”. Lins da Silva (1988) observa que o ano de 1974 corresponde ao início do processo de abertura como ponto de partida para a ampliação da área de influência da Folha entre o público. No entanto, José Carlos Dias (2003, p.61) pontua que a abertura se caracterizava “como um ranço de muita falsidade”, pois ao mesmo “tempo em que se criava uma esperança de democratização, nunca na história deste país se torturou e se matou tanto em nome da segurança nacional”.

Dois encontros nos Estados Unidos, em Stanford e New York, em momentos distintos nos meados anos 1970, entre Claudio Abramo e os proprietários da Folha, mudaram os rumos da empresa. Eles avaliaram que diante das novas condições políticas do Brasil a Folha de São Paulo, baseada numa empresa sólida e capitalizada poderia mexer-se e mudar em direção a um jornalismo mais opinativo, mais engajado, mais plural.

O jornalista Tom Cardoso (2005, p. 185) observa que Cláudio Abramo, logo após seu retorno de correspondente na Europa e à Folha de São Paulo, em 1974, convocou uma equipe para formar o conselho editorial da empresa Folha.

Formou um novo conselho editorial, com Luiz Alberto Bahia, Newton Rodrigues, Oswaldo Peralva e Janio de Freitas. Alberto Dines, então diretor da sucursal do Rio de Janeiro, passou a escrever a coluna “Jornal dos Jornais”, introduzindo a crítica de jornalismo no país. De

Nova York, Paulo Francis foi convidado a escrever sobre política internacional [...]. Colaboradores de peso, como Bresser Pereira, Jorge Cunha Lima, Fernando Henrique Cardoso, Almino Alfonso e Miguel Arraes passaram a escrever semanalmente.

Entre os anos 1974 a 1983, a empresa Folha da Manhã empreendeu em seu principal jornal, A Folha de São Paulo, a criação de um espaço na página 3 à Opinião para várias tendências intelectuais, deu vozes tanto aos opositores quanto ao governo. Gaspari (2004, p. 453-454) explica esta formatação heterogênea no jornal:

Desde 1967 a Folha de São Paulo era chefiada pelo jornalista Cláudio Abramo, um intelectual trotskista e telúrico, mestre da técnica de edição, irreverente e elegante, respeitado pelo dono do jornal Octavio Frias, que o estimulou a reformar o matutino, buscando um caminho que o torna pluralista e singular. Abramo, que tivera um aliado no filho de Frias – Otavinho – 33 anos mais jovem do que ele, criou em 1976 a Página 3, de Opinião, que passara a publicar artigos da nobiliarquia acadêmica oposicionista abrindo espaço para intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e Marilena Chauí. Conviviam também nesse espaço assinaturas governistas como o dignatário frotista Jaime Boaventura, da Escola Superior de Guerra. A Folha tinha na sua equipe nomes ilustres como Paulo Francis (fundador do Pasquim), Alberto Dines (renovador do Jornal do Brasil) e, na época Mino Carta (criador de Veja). Produzira aquilo que Otavio Frias Filho viria a chamar de “saco de gatos.

A empresa Folha da Manhã editava na década de 1970 sete jornais diferentes: o Folhão, a Folha da Tarde, a Última Hora comprada de Samuel Wainer pouco depois do golpe de 1964, o Notícias Populares adquirida de Herbert Levy, A Gazeta e A Gazeta Esportiva, estes dois últimos da Fundação Cásper Líbero. O sétimo era A Cidade de Santos, jornal vendido na cidade onde Carlos Caldeira Filho, sócio de Octávio Frias de Oliveira, nasceu e ainda preservava interesses (GENTILI, 2009), o que demonstrava a solidez financeira da empresa.

As reformas significativas da Folha ocorreram no final da década de 1970 e início dos anos 1980 em dois pontos. Do ponto de vista

jornalístico e político a Folha procura assumir uma postura mais pluralista ao publicar artigos de diferentes correntes de pensamento e opinião através da Página 3. Do ponto de vista empresarial, o controle do jornal passa das mãos de Octávio Frias para seus filhos. Em 1984, Octávio Frias Filho assume a direção da redação da Folha e inicia implantação do Projeto Folha e da elaboração do Manual de Redação.

Os anos 1980 trouxeram novos horizontes para a empresa jornalística. O novo investimento proposto na imprensa veio a ser classificado como a da “revolução tecnológica”, pois houve reformulação no sistema de distribuição, a introdução do *off-set*, da fotocomposição e das novas unidades de impressoras. A estratégia agressiva de distribuição da Folha na etapa de revolução tecnológica do jornal foi possível a percepção que Frias teve ao definir o papel do marketing na empresa.

Como afirma Kucinski (1998, p. 75):

O marketing sempre esteve no centro da estratégia empresarial da Folha, desde o primeiro lance genial do Frias Pai, ao persuadir empresas de ônibus a levarem seu jornal da estação rodoviária de São Paulo⁶¹, do qual era sócio-proprietário, a todas as cidades do interior, Norte de Paraná e Sul de Minas, num círculo de mil quilômetros da capital. Foi assim que a Folha começou a comer o mercado do O Estado de São Paulo.

A Folha de S. Paulo soube aproveitar o momento favorável ao restabelecimento da democracia, desempenhando papel estratégico na reabertura política. Kotscho revela que a primeira ligação entre a Folha de São Paulo e o Movimento das *Diretas Já* aconteceu no dia 3 de abril de 1983. O jornal publicou uma entrevista feita por ele, então repórter da Folha, com D. Paulo Evaristo Arns, encabeçada pelo seguinte título: *Diretas em todos os níveis, quer D. Paulo* (KOTSCHO, 2006, p.115). Ele descreve a paternidade de ideia, pois havia uma controvérsia uma vez que Otavio Frias Filho, diretor de redação em maio de 1984, recomendou ao Publisher do Grupo, Octavio Frias de Oliveira, a tomar a iniciativa de apoiar a campanha pelas eleições diretas para Presidente da República em virtude da efervescência do assunto em alguns setores da sociedade civil.

⁶¹ O Terminal Rodoviário da Luz foi construída durante a gestão de Ademar de Barros em parceria entre a prefeitura de São Paulo e os empresários Carlos Cadeira Filho e Octávio Frias de Oliveira, em 1961.

[...] O Boris precisa falar com Você urgente, veio me avisar um contínuo. Eu estava bem ao lado da Folha, no Bar do Mané, onde uma turma grande batia ponto, religiosamente, toda noite. O “Sujinho” (...) era um prolongamento da redação; lá discutíamos o que tínhamos feito – o dito “jornal falado” e as possíveis pautas do dia seguinte (...). Eram encontros de trabalhos regados a muito cerveja, nos tempos em que os jornalistas ainda se permitiam essas liberalidades (...). Boris parecia transtornado. “O Otavinho está p... com você” comunicou-me secamente. Foi o seguinte: Otavio Frias Filho relatou a Boris que fora dele, e não minha, a iniciativa para que o jornal se engajasse na campanha das Diretas. Eu nunca tinha ouvido falar naquela história antes, mas não havia muito o que discutir. Era a maior saia justa, já que se tratava do filho do dono do jornal com quem eu mantinha relações bastante boas até então. Em outra versão, da qual fiquei sabendo vários anos depois, a ideia de engajar a Folha na cobertura das Diretas Já também teria sido sugerida pelo jornalista João Russo, editor de política. Cuidei logo de acrescentar uma nota – “Explicação necessária” à página com as informações que me foram transmitidas. Durante uma viagem de “Seu” Frias ao exterior, antes de ele receber minha proposta para que o jornal fizesse uma campanha pelas Eleições Diretas, Octavio, na época Secretário do Conselho Editorial, teria dado a mesma ideia à cúpula da redação da Folha (KOTSCHO, 2006, p. 129-130).

Segundo Guerino (2007) a Folha foi o primeiro veículo da grande imprensa a engajar-se no Movimento pelas *Diretas Já*. Segundo a tese de doutorado de Fabiane Moreira (2006) sobre os valores notícias no jornal impresso, no qual analisou os principais jornais de circulação nacional (FSP, O Estadão e o Globo), com o apoio à campanha das *Diretas Já*, a Folha atingiu o maior índice de popularidade da sua história.

Em junho de 1981, a Folha apresentou um projeto editorial que sistematizava o processo de trabalho na redação do jornal. O documento de circulação interno chamado “A Folha e alguns passos que é preciso dar” demonstrava o ajuste que a empresa procurava dar em relação às

novas relações dos modos de produção da empresa. De acordo com Arbex Jr. (2001, p.143) muitos jornalistas que trabalhavam na FSP e apoiavam com entusiasmo a postura política do jornal desiludiram-se ao constatar o óbvio: a Folha jamais deixou de ser uma empresa capitalista. Aliás, a direção do jornal não ocultava esse fato, como fazia questão de explicitar em todos os documentos e discussões internas que o objetivo das reformas então em curso era ‘modernizar’ o jornal, no sentido de transformá-lo em uma empresa eficaz e profissionalizada, nos moldes do jornalismo praticado nos Estados Unidos. Orientando-nos pelo pensamento de Harvey (1992), a reestruturação da Folha a partir da campanha pelas *Diretas Já* traz consigo a presente transição do regime de acumulação fordista para o modelo de acumulação flexível, uma vez que permite minar certa rigidez normativa pré-existente entre as relações sociais e trabalhistas ao promover a reestruturação do progresso do sistema capitalista no Brasil.

A Folha de São Paulo procedeu sua reforma conforme Lins da Silva (1988, p. 67-8) explica a partir do papel do Conselho Editorial no processo da campanha pelas *Diretas Já*, que promoveu uma série de mudanças no jornal, a começar pela consolidação do Projeto Editorial. O Conselho editorial foi criado em 1978 e era formado por:

Jornalistas e não jornalistas que se reúnem regularmente em caráter consultivo para analisar a conjuntura política e econômica do país, criticar o desempenho jornalístico da Folha e recomendar linhas de ação editorial futura. [...] Entre 1974 e 1984, o Conselho Editorial foi fórum privilegiado para discussão do projeto do jornal. [...] Depois de maio de 1984, o Conselho Editorial cedeu à direção de redação esse papel de liderança no que se refere à condução e à teorização do projeto. (SILVA, Lins, p.67-68).

Entre 1978 e 1986, o Conselho produziu seis documentos que constituíram o que ficou conhecido como Projeto Folha (e culminaria com a publicação do Manual Geral da Redação) definindo o conceito de informação para o jornal, os temas sobre os quais se poderiam opinar, as matérias que deveriam ser assinadas, como a empresa geraria recursos e como o jornal deveria ser editado. Apontavam para um rigoroso controle de tudo que era publicado, criando metas para a redução dos erros de informação e de ortografia na Folha, além de primar pelo desengajamento político dos jornalistas.

Com a implantação do Projeto Folha⁶², durante os anos 1980, e com a experiência da campanha das *Diretas Já* esses conflitos afloram de modo mais evidente aos olhos dos jornalistas, não apenas da Folha, mas de toda a grande imprensa nacional. Arbex Jr (2001) cita a implantação dos terminais de computador, que permitiram um controle maior sobre o tempo médio de produção de um texto, o estabelecimento do plano de “metas trimestrais”, que visava o controle de erros, o desempenho profissional, e a demissão dos revisores, caracterizando desta forma a transformação da redação em linha de produção em série. Arbex Jr. (2001, p.143-4) realiza uma crítica contundente das contradições exercidas pela Folha no que diz respeito à empregabilidade dos profissionais, “a FSP aparecia, aos olhos da sociedade, como porta-voz da democracia, ao mesmo tempo em que, internamente, praticava uma política autoritária de rígido controle industrial e ideológico”. Além disso, Arbex Jr. (2001) aponta contradições entre os documentos e as atitudes do jornal, já que a própria Folha foi beneficiada, durante a Ditadura Militar, pelo elevado grau de politização da Redação, uma vez que grande parte de seu prestígio adveio da abertura de suas páginas para artigos de intelectuais identificados com a oposição ao regime.

Enfim, estas fases que foram descritas acima, que procuram dar conta da historicidade do Grupo Folha, mesmo que brevemente, iniciada com mais entusiasmo a partir da década de 1960, completada no processo de abertura democrática brasileira e adaptando-se as necessidades do mercado a partir dos anos 1990⁶³ demonstram prática jornalística no Brasil assume mudanças estruturais não somente na organização do trabalho e na operação produtiva com a profusão de técnicas e tecnologias disponíveis que permitiram a “compressão do espaço-tempo”, foram acompanhadas por uma radical reestruturação no mercado de trabalho diante da volatilidade do mercado, mas também evidenciam que esta organização empresarial percorre paralelamente, e talvez subordinada, à estruturação e ao desenvolvimento do capitalismo no país⁶⁴.

⁶² Em 1984 foi publicado o primeiro Projeto Editorial e o primeiro Manual de Redação editado em livro, que já conta com três versões revisadas e ampliadas (1987, 1992 e 2002). O Grupo Folha disponibiliza em seu site os Projetos lançados pela empresa.

⁶³ Não é o caso, aqui, de fazer uma digressão das diversas fases da FSP, para isto cito as pesquisas de Arbex (2001), Melo (1992) e Chaparro (1994), além das já citadas ao longo deste capítulo.

⁶⁴ Foge ao escopo desta pesquisa exercitar uma análise sobre o perfil dos jornalistas, logo não é nosso intuito propor um amalgama sobre o trabalho dos

5.3 A CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO FOLHA COMO CONGLOMERADO DE MÍDIA

O poder da mídia está condicionado e não pode ser analisado independentemente do poder de quem manda na mídia. Posto isto, nos remetemos sobre a questão da natureza da propriedade e para o fenômeno da crescente concentração de grupos midiáticos/econômicos nos últimos anos. A concentração surge como causa e como efeito da importância adquirida pelo fator econômico neste setor, através de um progressivo movimento de expansão dos aspectos empresariais.

Atualmente, o capitalismo financeiro procura explicitamente estruturar as relações de troca entre o mercado e a mídia. A colusão entre o capital e a mídia tenciona para que as grandes empresas no campo da informação desempenham um papel muito importante na atual fase da globalização. Segundo Lima (2006) as empresas de mídias são atualmente atores econômicos fundamentais como parte de grandes conglomerados empresariais articulados em nível global. Os jornais são empresas capitalistas que objetivam o lucro, portanto, é sempre necessário estudar a relação entre o capital e função ideológica. Não podemos esquecer que os próprios grandes empresários são hoje, cada vez mais, homens de negócios para quem a grande mídia é atividade empresarial como qualquer outro.

Lima (2003)⁶⁵ demonstra que no Brasil 9 (nove) grupos familiares praticamente controlavam a mídia no Brasil. Estas famílias eram Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Civita (Editora Abril), Frias (Folha de S. Paulo), Levy (Gazeta Mercantil), Marinho (Organizações Globo), Mesquita (O Estado de S.Paulo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e Saad (Rede Bandeirantes). Atualmente estas famílias estão reduzidas a apenas cinco, segundo Lima (2003) as famílias Bloch, Levy, Nascimento Brito e Mesquita já não exercem mais o controle sobre seus antigos veículos. Grupos brasileiros de mídia começam, portanto, a serem incorporados pelos poucos conglomerados globais que hoje dominam a mídia em espaço global. Cabe lembrar que a Constituição de 1988 criou o dispositivo através do qual o Ministério das Comunicações passou a dividir com o Poder Legislativo a responsabilidade final pela aprovação

jornalistas, culpabilizando-os por desempenhos que são o resultado dos vários tipos de constrangimentos a que estão submetidos na sua prática cotidiana.

⁶⁵ Venício Lima. Existe concentração na mídia brasileira? Sim. Retirado na internet

<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/plq010720031.htm>>.

de concessões e permissões de emissoras de rádio e TV. E que o artigo 220, do parágrafo quinto, da Constituição Federal de 1988, que regulamenta os serviços de comunicação e radiodifusão, afirma que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Mas como ressalva Lima (2001, p.96) “o padrão universal de concentração de propriedade e a presença dos *global players* encontram no Brasil um ambiente historicamente acolhedor. Nossos *mass media* se estabeleceram oligopolisticamente”.

Como observamos, a mídia no Brasil é concentrada como também internacionalizada pela consolidação de parcerias de grupos empresariais brasileiros com megagrupos globais do setor de comunicação. A economia política da comunicação analisa a morfologia da concentração e através de uma taxonomia procura classificá-la em: *horizontal* (quando há veículos distintos em uma mesma mídia), *vertical* (quando um grupo controla uma cadeia produtiva inteira em uma mídia, por meio de várias empresas), *cruzada* (quando mobiliza veículos de diversas mídias) e de *monopólios em cruz*. Mick (2009) propõe uma síntese das principais consequências dessas configurações, influenciadas pelas considerações de vários autores em relação a preocupação das implicações que a propriedade e o controle oligopolísticos no setor de comunicações. A concentração de propriedade na mídia:

a) reduz o acesso do público à informação; como informação é conhecimento e poder, há também concentração de poder;

b) amplifica o poder de poucos grupos no campo da produção técnica de imagens aceitas tacitamente como “representações da realidade”; “Dado que as mediações são inevitáveis, e que na, sociedade da comunicação generalizada “essa mediação se realiza através da mídia, a realidade é a realidade da mídia” (MORETZSOHN, 2007, p. 97).

c) amplia a lucratividade e o poder político de um número limitado de empresas, que com isso podem se beneficiar, de maneira privilegiada, de políticas públicas ou de governo (como nos processos de privatização);

d) reduz o mercado para a atuação de jornalistas e outros profissionais de mídia, aviltando-o com salários reduzidos, super exploração da força de trabalho e condições de produção inadequadas;

e) afeta a autonomia de agentes políticos locais, face a conglomerados de mídia regionais, nacionais ou internacionais;

f) representa ameaça à liberdade de expressão; e, por fim, numa síntese de todos os riscos anteriores,

g) representa ameaça à democracia. Em algumas leituras, é o caráter totalitário da democracia que se evidencia a partir dessa combinação de elementos.

O mundo das comunicações transformou-se rapidamente. Podemos creditar tanto em termos tecnológicos quanto em modelos de negócios, rádio, TV e imprensa. A presença de duas mídias, no Brasil alteraram a forma como passaríamos a nos comunicar: a TV por assinatura e a internet, ambas proporcionadas pela infraestrutura de redes. Diante de cenário, o processo de privatização do sistema estatal de telecomunicações também seria um divisor de águas em termos de regulamentação e regulação da comunicação social.

Nesse mesmo sentido, Morais (2004) demonstra o significado concreto da articulação existente entre o modo de produção capitalista e as tecnologias de comunicação e informação: uma sinergia que, de um lado, alimenta a acumulação de capital financeiro numa economia de interconexões eletrônicas e, de outro, permite ao capital mobilidade para conservar a rédea sobre os circuitos produtivos e as inovações. Do ponto de vista econômico, os meios de comunicação são empresas privadas (...); ou seja, os meios de comunicação são uma indústria (a indústria cultural) regida pelos imperativos do capital. Tanto é assim que, sob a ação da forma econômica neoliberal ou da chamada globalização, a indústria da comunicação passou por inúmeras mudanças estruturais, pois, “num processo nunca visto de fusões e aquisições, companhias globais ganharam posições e domínio na mídia (COSTA, citado por CHAUÍ, 2006, p. 73).

Portanto, tendo como ponto de partida a dimensão econômica, a globalização está relacionada ao que o geógrafo David Harvey (1992) chama de *"regime de acumulação flexível"*. Ele surge em resposta à crise provocada pela excessiva rigidez do modelo fordista em todas as áreas: nos investimentos de capital fixo; no sistema de produção em massa (com rígida separação da concepção e do planejamento da produção em relação à execução das tarefas); na distribuição dos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (relações contratuais rígidas - com marcante presença dos sindicatos na regulação das relações trabalhistas e regras rígidas de contratação e demissão de trabalhadores); no planejamento e crescimento relativamente estável do mercado de consumo e nos compromissos do Estado (existência de um Estado-providência capaz de garantir a estabilidade social e política). Assim, os conglomerados tratam de otimizar as cadeias produtivas para lucrar em todas as pontas (Morais, 2002). Nesse sentido, Harvey (1992, p. 140) acrescenta que acumulação flexível "caracteriza-se pelo surgimento de

setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional".

A abordagem da questão do movimento de concentração revela a competição entre vários representantes do grande capital (nacional e/ou estrangeiros) e da luta pelo controle dos mercados, no plano portanto, dos objetivos comerciais, e não do interesse em defender o pluralismo ou proporcionar ao público uma melhor informação. Como atesta Morais (2002) as organizações interconectam investimentos dispersos geograficamente, sob a égide de uma racionalidade empresarial única. Apesar das *holdings* levarem em conta certas particularidades socioculturais das regiões em que operam, os dados provenientes de um determinado tempo-espaço constituem componentes preciosos para uma adaptação consistente e para planos inovadores. O desafio é combinar traços específicos com as metas gerais de comercialização, generalizando a impressão de que os produtos não conhecem fronteiras e pairam acima de singularidades geoculturais (MORAIS, 2002). No entanto, apesar de uma pretensa flexibilidade, uma vez que filiais e subsidiárias permanecem sob (re)orientações da matriz, as *holdings*, como relembra Morais (2003, p.198) desfazem as estruturas piramidais de comando e articulam uma rede corporativa constituída por elementos complementares, mas mantêm ascendência sobre o todo.

A análise da concentração e da centralização de capitais elaborada por Karl Marx, em *O Capital*, já contém em si indícios importantes para a explicação do aparecimento dos monopólios, a partir de uma determinada fase de desenvolvimento do capitalismo. A análise desenvolvida por Marx demonstra como os monopólios são o resultado lógico do processo de acumulação de capitais. A concentração da produção e do capital em grandes empresas é a consequência inevitável do desenvolvimento capitalista. Harvey (2003, p.145) analisou, a partir dos estudos elaborados por Marx, que a competição tende sempre ao monopólio (ou oligopólio), simplesmente porque a sobrevivência do mais apto na guerra de todos contra todos elimina as empresas mais fracas. Quanto mais feroz a competição, mais veloz a tendência ao oligopólio, para não dizer monopólio. Portanto, não é por acidente que a liberalização dos mercados e a celebração da competição nos últimos anos produziram uma incrível centralização de capital.

Este fenômeno deu início a um novo movimento, chamado por Harvey (1992, p. 140) de "compressão do espaço-tempo", segundo o qual, os horizontes temporais da tomada de decisão se estreitam, ao mesmo

tempo que a comunicação via satélite possibilita a difusão imediata dessas decisões num espaço amplo e variado, reforçando a administração descentralizadora. Dessa forma, os serviços avançados (caracterizados pela geração de conhecimentos e pelos fluxos de informação) centrais, hoje em todos os processos econômicos, podem ser simultaneamente, dispersos e concentrados.

Portanto, não será por outra razão que os investimentos em tecnologias de informação vêm crescendo desde a segunda metade da década de 1980. O grande êxito da corporação-rede vincula-se ao aprimoramento das tecnologias de informação. Por conseguinte, elas possibilitam às holdings comandar à distância as filiais e subsidiárias através de intercâmbio de dados que maximizam a eficiência das cadeias produtivas, induzindo a sinergias baseadas no conhecimento e na capacidade de resposta (MORAIS, 2002).

Num cenário como esse, é fundamental analisar, portanto, a concentração econômica dos meios de comunicação, em especial o conglomerado Grupo Folha. O Grupo Folha investe na expansão dos seus negócios apostando no discurso sobre a inovação. Segundo o presidente do Grupo Folha, Luís Frias (1983) "nosso negócio é conteúdo, mas somos grupo de mídia, não só de mídia impressa". O comportamento do Grupo Folha sinaliza a incorporação destas "novas ideias gerenciais"⁶⁶. Nos anos 1980, ocorre o resultado de uma *joint-venture* com uma das maiores gráficas estadunidense a Quad/Graphics, desta consolidação nasce uma das maiores gráficas com rotativas em *offset* da América Latina - a Plural. Em dezembro de 1994, o grupo inaugurou o Centro Tecnológico Gráfico/Folha, localizado na cidade de Tamboré, grande São Paulo. Logo a seguir, surgiu a criação da *holding* Folhapar e a diversificação nos negócios da família Frias. Em 1995, o Grupo Folha diversifica mais uma vez sua estratégia de mercado, é a primeira empresa a oferecer acesso à internet e conteúdo num único pacote com a criação do Universo Online. Logo, o Grupo Folha se consolida como uma empresa de tecnologia, atuando em setores como o comércio, pagamento eletrônicos, jogos, sites de relacionamentos, datacenters (armazenamento e processamento de dados) e soluções em TI (tecnologia da informação). Também em 1996, o Grupo Abril (Brasil Online) e o Grupo Folha (Universo Online) decidiram fundir suas operações de provimento de conteúdo e de acesso de internet sob um único guarda-chuva – o UOL. Em 2000, o Grupo Folha

⁶⁶ Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/grupo_folha.shtml>. Acesso em: 12 nov.2013.

e o Grupo Globo, em parceria, lançaram o jornal Valor Econômico, com um investimento conjunto de US\$ 50 milhões, resultado de um antigo projeto do Grupo Folha, pois o jornalismo econômico trazia anunciantes mais nobres, tais como a indústria e o serviço, conforme atestou na época Flávio Pestana, presidente do Valor.

De acordo com Mattelart (1999), os processos de concentração e monopólio dos meios de comunicação são determinados pela incorporação do capital financeiro, gestão empresarial, poder dos acionistas e integração das indústrias das telecomunicações com os meios e a cultura⁶⁷. A anuência sistêmica da FSP à política de liberalização do governo FHC, como demonstrado na pesquisa de Fonseca (2001) deve ser feita à luz do processo de reestruturação do empresariado brasileiro, incluindo, é claro, o setor de comunicação. Nesse sentido, no quadro de mundialização financeira, como relembra Chesnais (1997, p.28) cresceu consideravelmente a financeirização de grupos. Eles consistem, em grau cada vez maior, grupos financeiros organizados sob a forma de *holding* e que tem por objetivo justamente facilitar o acesso integral às finanças globalizadas (quer grupos possuem banco próprio ou confiem a responsabilidade das operações financeiras à sua direção financeira). Percebemos, portanto a existência na concentração midiática do Grupo Folha a presença de grupos econômicos/financeiros. O Banco Fator surge como um dos acionistas do grupo. O quadro 2 apresenta a configuração empresarial do grupo Folha.

Segundo a jornalista Elvira Lobato (2004)⁶⁸ embora o Grupo Folha tenha investido em internet e gráfica comercial, seu endividamento, de R\$ 290 milhões, vem principalmente dos investimentos feitos nos jornais ‘Agora’ e ‘Valor Econômico’. Segundo o presidente do Grupo Folha, Luís Frias, a dívida do grupo (Folha, UOL e Plural) ‘não é grande, se considerada a geração de caixa própria. O Ebitda [‘earnings before interest, taxes, depreciation and amortization’]. Em português: Lajida,

⁶⁷ Em 1992, Octavio Frias de Oliveira passou a deter a totalidade do controle acionário da empresa, encerrando uma sociedade de mais de 30 anos com Carlos Caldeira Filho. O Grupo Folha começa a expandir seus empreendimentos e a diversificar seus negócios. O Grupo Folha está inserido num contexto sociopolítico nas quais as transformações socioeconômicas do capitalismo e as políticas governamentais parecem inevitáveis, tempos da necessidade de novas adaptações.

⁶⁸ Elvira Lobato, *Mídia de pires na mão*, 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/elvira_lobato_25135>
 Acesso em: 18 set.2013.

lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização] do grupo foi superior a R\$ 150 milhões em 2004. Isso representa uma relação dívida/Ebitda menor que duas vezes. Nesse sentido, a aprovação da Emenda Constitucional 36/2002 e de sua regulamentação pela Lei nº 10.610 de 20 de dezembro de 2002, durante o Governo FHC, permitiu a participação de pessoas jurídicas no capital social das empresas jornalísticas e de radiodifusão, inclusive do capital estrangeiro, em até 30%, caracterizando, portanto, a internacionalização da nossa mídia, abrindo portanto a possibilidade de maior internacionalização da mídia.

Quadro 9 – Composição do Grupo Folha

	
<p>JORNAIS</p> <hr/> <p>FOLHA DE S.PAULO</p> <hr/> <p>AGORA</p> <hr/> <p>Valor <small>ECONOMIA</small></p> <hr/> <p>ALÔ <small>REVISTA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS</small></p>	<p>REVISTAS LIVROS E GUIAS</p> <hr/> <p>sãopaulo <small>REVISTA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS</small></p> <hr/> <p>serafina</p> <hr/> <p>guia <small>SEMANAL</small></p> <hr/> <p>LIVROS DISCOS FILMES guia <small>SEMANAL</small></p> <hr/> <p>REVISTA daHora <small>COMO</small></p> <hr/> <p>PUBLIFOLHA</p>

DISTRIBUIÇÃO IMPRESSÃO	INTERNET/TI	
		FOLHA DE S.PAULO
		
		
		
		UOL Links
		UOL Megastore
		
		
		
SERVIÇOS		
		
		
		
		

Fonte: Informações disponível no site do Grupo Folha:

<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_bol.shtml#>.

Diante deste panorama, o Grupo Folha anunciou em janeiro de 2005 a consolidação de suas participações acionárias em quatro empresas em uma única *holding*, a Folha-UOL S.A., juntamente com a presença de um parceiro estrangeiro. Esse quadro tornou o Grupo Folha o 2º (segundo) maior conglomerado de mídia brasileiro, com faturamento de R\$ 1,3 bilhão. O parceiro estrangeiro tratava-se da Portugal Telecom (acionista da VIVO), assim a reorganização acionária do Grupo ficou dividido entre 78,81% do capital seria controlado pela família Frias e 21,09% pelo grupo Portugal Telecom. O presidente da Folha-UOL S.A., Luis Frias, afirmou: "A reorganização das participações do Grupo em uma única empresa visa à abertura de capital num futuro próximo. Estamos trabalhando para apresentar a melhor oportunidade para o

mercado: segunda empresa do setor em tamanho, líder no que faz, dívida zerada até o final de 2005 e companhia profissionalizada”.

As participações que foram consolidadas sob Folha-UOL S.A. são:

- a) Universo Online S.A. (100%) - Empresa de Internet da América Latina, o UOL tem o maior e mais diversificado conteúdo em língua portuguesa no mundo.
- b) Empresa Folha da Manhã S.A. (100%) - Editora da Folha de São Paulo, entre seus ativos incluem o jornal Agora (de grande penetração entre os trabalhadores da Grande São Paulo), o Folha Online (o segundo site de notícias mais visitado da Internet brasileira), 50% da empresa São Paulo Distribuição e Logística (parceria com o Grupo Estado), a Folhagráfica (serviços de impressão a terceiros), o Publifolha (editora de livros, vídeos, etc.), a Agência Folha (comercializa direito de publicação de matérias e fotos) e o Datafolha (empresa de pesquisas de mercado).
- c) Valor Econômico S.A. (50%) - Parceria com as Organizações Globo, o jornal Valor é diário econômico do país, com circulação superior a 50 mil exemplares/dia. É leitura obrigatória para os maiores empresários, executivos e formadores de opinião brasileiros.
- d) Plural Editora e Gráfica Ltda. (51%) - Controlada pelo Grupo Folha, a Plural é uma parceria com a *Quad Graphics*, uma gráfica de capital privado sediada nos Estados Unidos. A Plural é hoje a maior gráfica de impressão *off-set* no Brasil.

Neste contexto, cabe identificar as transformações e consequências no desenvolvimento das empresas de jornalismo a partir da introdução de dois novos fatores na vida das indústrias culturais contemporâneas: as novas tecnologias de comunicação e informação e a expansão em escala mundial de um novo regime de acumulação – o regime pós-fordista, ou de acumulação flexível (HARVEY, 2001).

Os contatos entre o Grupo Folha e Portugal Telecom⁶⁹ tiveram início, segundo o jornalista Egypto (2005) no apogeu dos negócios de internet. No quadro abaixo, Egypto procura descrever as ações que levaram as empresas a se unirem em torno de um mesmo objetivo, a conquista de mercado:

** Em 1996, Marcos de Moraes (filho então rei da soja Olacyr de Moraes) criou o serviço de correio eletrônico gratuito ZipMail – que, mais tarde, desdobrou-se no portal Zip.Net.

** Também em 1996, o Grupo Abril (Brasil Online) e o Grupo Folha (Universo Online) decidiram fundir suas operações de provimento de conteúdo e de acesso de internet sob um único guarda-chuva – o UOL.

** Em 1999, a Portugal Telecom Multimedia, braço multimídia da Portugal Telecom, comprou o Zip.Net por 365 milhões de dólares. A cifra hoje parece absurda??, mas passou à história como o primeiro grande negócio da internet brasileira. [Em maio de 2000, a Telecom Italia pagaria 810 milhões de dólares por 30% da Globo.com...]

** Ainda na euforia dos planos de negócios bem mais virtuais do que reais, o Grupo Abril criou o portal Idealyze com o objetivo de funcionar como uma incubadora de conteúdo dos sites do grupo. Em 2000, a Portugal Telecom aportou 15 milhões de dólares no negócio e ficou com 33% do portal.

** No final de 2000, no bojo de uma reestruturação corporativa, o Grupo Abril decidiu incorporar o Idealyze à empresa de internet Abril.com. Para pagar a parte do sócio Portugal Telecom, a Abril, que detinha 35% do UOL, cedeu ao

⁶⁹ Elvira Lobato, em reportagem publicada na *Folha de S.Paulo*, 23/2/2001 nos oferece uma ideia precisa, da importância que a empresa portuguesa dava ao mercado brasileiro:

"(...) Em junho de 2000, a Portugal Telecom comprou, por US\$ 31 milhões, 50% do portal de informações econômicas da *Gazeta Mercantil*, o Invest News. No mês seguinte, comprou 31,5% do Banco1Net, ficando sócio do Unibanco. O negócio foi fechado por US\$ 61 milhões. Duas outras grandes aquisições foram feitas em dezembro. A primeira foi anunciada no dia 14, e absorveu a rede de transmissão de dados dos bancos Bradesco e Unibanco, pertencentes à empresa BUS (Bradesco Unibanco Services), por US\$ 281 milhões. (...) Em 15 de janeiro deste ano 2001, a Portugal Telecom comprou 100% das ações preferenciais e 49% das ações com direito a voto da empresa de telefonia celular Global Telecom, por US\$ 1,1 bilhão."

grupo português 25% de sua participação na sociedade com a Folha. Começa aí a relação visível da Portugal Telecom com o provedor de acesso e conteúdo do Grupo Folha.

** Em 22 de fevereiro de 2001, a Portugal Telecom e o Grupo Folha anunciaram a fusão dos portais Zip.Net e Universo Online (UOL). Com mais esse movimento, a PT passou a controlar 27% do UOL.

Fonte: Luiz Egypto. Tudo em casa. Observatório da Imprensa 11/01/2005 na edição nº 311. Disponível em: www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/tudo_em_casa. Acesso em: 23 out. 2013.

As observações realizadas por McChesney (2003) sobre a convergência tecnológica advindas da internet, confirma a maré alta de fusões entre empresas de mídia tradicional e de telecomunicações e destas com empresas de internet e informática. Nesse sentido, Chesnais (1997, p.29) enfatiza que a multiplicação de número de gigantescas operações de aquisições/fusões tem reforçado incessantemente o caráter monopolista do setor industrial e das atividades de serviços.

O grupo *Universo Online* é um dos principais conglomerados empresariais brasileiros na área de tecnologia para internet. O grupo surge a partir de uma parceria entre os grupos *Folha* e *Abril*, que juntos inauguraram seu primeiro portal na internet em 1996, inserindo a edição diária do jornal *Folha de S. Paulo*, além de outras publicações impressas e serviços específicos da rede, como as salas de bate-papo. Em 2003, o Grupo Abril vendeu suas participações de 33% no UOL para os sócios Folhapar S.A e para a transnacional de telefonia Grupo Portugal Telecom.

Com a nova fusão a estrutura acionária do UOL passou a ser a seguinte:

Tabela 1- Estrutura acionária da UOL – 2004

Empresas	Participação (%)
Folhapar	54,87
Portugal Telecom SGPS	21,95
Portugal Telecom Brasil	6,83
Banco Fator	6,82
Outros acionistas	9,13
Ações em tesouraria	0,41

Fonte: Acordo de acionista – Folhapar. Disponível em:

http://www.transparenciaegovernanca.com.br/TG/index.php?option=com_c

ontent&view=article&id=159:uol&catid=59:casesus&Itemid=162&lang=br>
Acesso em: 23 ago./2012.

No entanto, em 2010, o Grupo Portugal Telecom interessado em investir no mercado de internet do Brasil, com o lançamento do Plano Nacional de Banda Larga, foi obrigado pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão regulador de defesa da concorrência no Brasil e, portanto fiscaliza a formação de monopólios ou cartéis no país, a vender sua participação no UOL para poder comprar participação no grupo de telefonia OI, controlador do portal IG.

Portugal Telecom vendeu o total de sua participação acionária no *UOL* (29%) para uma empresa controlada por João Alves de Queiroz Filho⁷⁰, fundador da *Hypermarcas*⁷¹. Hoje, o conglomerado mantém sua constituição acionária composta por uma diversidade de empresas, sendo a *Folhpar S.A.* detentora da maioria das ações ordinárias e preferenciais e das demais quotas distribuídas por acionistas minoritários. Desde o seu início, o *Universo Online S.A.* tem, como presidente, Luiz Frias, atual presidente do Grupo *Folha*.

A composição acionária da UOL, em 2010 conforme dados de seu Formulário de Referência na CVM, é a seguinte (Tabela 2):

⁷⁰ Segundo o jornalista Eduardo Guimarães, em janeiro de 2011, a Divisão de Capitais Internacionais do Banco Central do Brasil dava conta do ingresso de US\$ 130 milhões no país egressos da WARUNG INVS.LTD, das Ilhas Caimã, a crédito do bilionário João Alves de Queiróz Filho, que, ao fim do ano de 2010, adquiriu da Portugal Telecom, por 350 milhões de reais (cerca de US\$ 206 milhões, ao câmbio da época), um quarto das ações do portal de internet UOL. Disponível em: <<http://www.blogdacidadania.com.br/2011/05/a-laranjada-do-uol/>>. Acesso em: 20 set./2013. Para verificar a entrada de capital da Divisão de Capitais Internacionais do Banco Central do Brasil, basta acessar a página <<http://www.bcb.gov.br/rex/registrosCE/2011/rce012011.pdf>>. Acesso em: 20 set.2013.

⁷¹ João Alves de Queiróz Filho, mais conhecido como “Junior da Arisco” por ser filho do fundador do grupo dedicado ao setor alimentício, começou com a lã de aço Assolan e hoje acumula a produção de produtos das marcas Monange, Paixão, Risque, Benegrip, Apracur, Doril, Lisador, Engov, Gelol, Zero-Cal, Bozzano, Jontex, Olla, Niasi e Cenoura & Bronze.

Tabela 2 – Composição acionária da UOL - 2010

Acionista	Ações ON %	Ações PN %	Total de Ações %
Folhapar S.A.	69,38%	48,02%	58,70%
Acionistas Queiroz	29,42%	20,58%	25,00%
Cyrte Investments	--	5,41%	2,70%
Banco Fator S.A.	--	8,32%	4,16%
Luiz Frias	1,20%	--	0,60%
Tesouraria	--	0,82%	0,41%
Outros	--	16,85%	8,42%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Acordo de acionista – Folhapar. Disponível em:

http://www.transparenciaegovernanca.com.br/TG/index.php?option=com_content&view=article&id=159:uol&catid=59:casesus&Itemid=162&lang=br.

Acesso em: 23 ago.2012.

A estrutura da propriedade das empresas pode ser estabelecida em duas dimensões. A concentração da propriedade é a primeira delas e refere-se ao número de ações detidas por um acionista ou por grupo de acionistas. A segunda dimensão é a identidade do acionista majoritário, ou seja, a categoria que detém o controle acionário da empresa: família, governo, banco, investidor institucional ou companhia não-financeira. A identidade dos acionistas majoritários, de acordo com a Tabela 2, demonstra que a UOL está caracterizada por controle de um acionista majoritário, Folhapar, controlado pela família Frias, que detém 69,38% das ações com direito a voto (e praticamente 59% do capital total). Mas é interessante observar a presença de outros acionistas relevantes (Queiroz com 29,42 das ações com poder de voto), e o interesse por instituições financeiras em participar no capital da UOL, como é o caso do Banco Fator e a Cyrte Investments.

Portugal Junior (1994, p.17) considera que no capitalismo concorrencial o lucro acumulado era produto direto de uma única firma, no entanto no capitalismo monopolista as grandes massas de capitais sob controle centralizado passam a controlar outros capitais. Conforme os dados, percebe-se que a Folhapar, acionista e controladora do UOL, detém o maior número de ações. Uma das ações adotadas pelos grupos a fim de acumular massa de capital e crescerem no mercado é a aquisição, fusão e a internacionalização. Andreatta (2004, p.2) propõe a distinção entre os conceitos ora mencionados:

Entende-se como fusão, a junção de duas ou mais empresas em uma única e, aquisição, como a

compra de participação acionária de uma dada empresa já existente, sem que isso implique, necessariamente, no seu controle por meio da propriedade total das ações. Entende-se por internacionalização, a venda de produtos em mercados diferentes do seu mercado doméstico e, as fusões e aquisições constituem uma forma de entrada em mercados internacionais.

Em dezembro de 2010, o UOL concluiu a compra da Diveo Broadband Networks por R\$ 693,5 milhões⁷². Com isso, se tornou a terceira maior empresa de serviços de infraestrutura de tecnologia da informação da América Latina.

A partir das colocações realizadas neste capítulo, elas nos permitem entender que o processo de acumulação capitalista dos meios de comunicação é estimulado pelas inovações tecnológicas, logo os grupos econômicos procuram maximizar a acumulação do capital através de medidas que permitem a redução dos custos e por consequência encontram-se sempre nas melhores posições para enfrentar a concorrência.

Nesse sentido, a tendência à concentração do capital estimula o processo de centralização através da formação de *holdings*. Consequência importante da concentração e da centralização do capital dos meios de comunicação, como vimos no caso específico do Grupo Folha, um conglomerado econômico bem posicionado no mercado nacional e internacional através dos vínculos realizados, ao longo de sua trajetória histórica, carrega consigo um complexo e contraditório caminho na busca da afirmação como um grupo de mídia familiar.

Ora, os meios de comunicação se portam conscientemente como agentes e atores sociais, o que amplia o complexo quadro que desempenham na sociedade capitalista. Embora, o próprio discurso dos meios sobre a neutralidade e imparcialidade seja o escopo de seu posicionamento político, o jornalismo passa a ser também o reflexo de

⁷² Para garantir a excelência na prestação dos serviços voltados à aplicação, foram adquiridas as empresas **Tech4B**, reconhecida por suas soluções de Quality Assurance e Performance, **Boldcron**, especializada em sistemas de pagamentos on-line, **Uni5**, com atuação em sistemas de integração em cadeias produtivas, **Solvo**, que atende a gestão de infraestrutura em multiplataforma, e **Compasso**, reconhecida com excelência na prestação de serviços Middleware Oracle. Disponível em: <<http://www.uoldiveo.com.br/sobre-nos/#rmcl>>.

forças antagonônicas dentro da sociedade. Em síntese, a credibilidade é construída quando são colocadas opiniões e ideias que ora defendem ora desqualificam a política econômica adotada pelo governo. No entanto, na atual fase do capitalismo, a mídia vai além de suas importantes funções de formação de opinião pública, na busca da veracidade dos fatos, ela se posiciona na sociedade como uma organização empresarial e, como tal, tem objetivos próprios a serem alcançados. Nesse sentido, a globalização impõe uma ideologia que considera a acumulação como uma meta em si mesma, o resultado tanto pode levar à acumulação como ao endividamento.

Essas colocações visam permitir entender a atualidade do jornalismo econômico no atual período histórico. As políticas econômicas adotadas na fase atual da globalização estão no bojo da complexidade na relação entre mídia, Estado e sociedade. O fato de que, no mundo de hoje, o discurso econômico/financeiro ocupa um espaço central na mídia, amplia-se na medida em que a própria internacionalização do capital financeiro se consolida como estratégia capitalista das grandes empresas financeiras. Este é o tema que abordaremos no próximo capítulo.

6 JORNALISMO ECONÔMICO: FONTES, TEORIA DA AGENDA E OS EDITORIAIS DA FSP

Neste capítulo , fazemos uma reflexão sobre o jornalismo econômico diante do contexto de política neoliberal. Abarcamos considerações acerca das fontes no jornalismo, além de tratar sobre o agendamento econômico nos editoriais da Folha de São Paulo e a análise dos dados empíricos que foram levantados na pesquisa.

O jornalismo econômico ocupa um curioso espaço na historiografia do jornalismo brasileiro. Não há consenso entre os pesquisadores sobre o espaço dedicado ao jornalismo econômico, se as rubricas, notas, colunas e etc. que tratavam sobre o tema da economia, nos jornais de grande circulação nacional e/regional, poderiam ser consideradas como um campo específico do jornalismo (CALDAS 2003, RESENDE 2005, QUINTÃO 1964, BASILE 2002). Contudo, o tema sobre a economia do Brasil sempre esteve presente nas pautas jornalísticas, como assinala Suely Caldas (2003, p.11) “no final do século XIX e início do século XX, os jornais brasileiros já traziam colunas fixas e diárias com temas exclusivamente econômicos”⁷³. Caldas (2003) relembra que no início do século XX os jornais publicavam seções de mercado e traziam informações sobre a cotação de abertura e fechamento dos mercados de produtos agrícolas, bem como o ouro e prata.

No entanto, o conjunto de transformações encontradas no jornalismo econômico a partir da Era Vargas (1951-1954), no período do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), do regime ditatorial (1964-1985), do período da redemocratização (1986) e, sobretudo depois da liberalização da economia a partir dos anos 1990, nos permitem compreender as particularidades das condições do surgimento e das práticas desta forma de jornalismo. Logo, o jornalismo que retrata os temas econômicos na imprensa brasileira está intrinsecamente conectado ao desenvolvimento econômico do país e à reorganização do capitalismo global. Assim, poderemos observar que o lugar ocupado pela economia nas redações de jornais não para de progredir, possibilitando, desta forma, a compreensão dos princípios que comandam, no campo jornalístico, a seleção e o tratamento das informações econômicas. Dessa forma, o

⁷³ Segundo Caldas (2003) o jornal O Estado de São Paulo, nos anos 1920, tinha uma coluna diária assinada por Cincinato Braga chamada “Magna problemas econômicos”. Em 1930, O Jornal, trazia comentários assinados por Austregélio de Athayde sobre o mercado de café.

controle dos conteúdos simbólicos circulantes de determinada sociedade e de uma determinada época buscando traduzir a atualidade é sempre o interesse dos dirigentes do período (GUARESCHI, 2003).

O pesquisador/jornalista estadunidense McCombs (2009, p. 124) considera que os temas relativos à economia mudam de acordo com as conjunturas econômicas de cada etapa histórica, assim a saliência de atributos de um tema em particular pode ser a inflação, noutras vezes é o desemprego ou os déficits comerciais. No entanto, Kucinski (2000) salienta que a maior parte de leitores, espectadores e ouvintes, mesmo quem possui formação acadêmica, não consegue decodificar o noticiário econômico. Para a maior parte do público, o jornalismo econômico traz assuntos que parecem elementares, ligados ao dia a dia, como a questão de aumento no preço de alimentos a temas de difícil compreensão, como *hedge* e pagamentos de títulos com títulos da dívida pública. O enorme desafio de traduzir termos complexos em linguagem simples ainda não foi vencido, seja porque os processos econômicos exigem um conhecimento além do saber convencional, seja devido à ideologização crescente.

6.1 O PASSADO E O PRESENTE DO JORNALISMO ECONÔMICO

A vitória de Getúlio Vargas sobre a oligarquia cafeeira modificou também o jornalismo daquela época. O sindicato de pecuarista da região de Barretos (São Paulo) editava um boletim econômico que trazia informações sobre os problemas da pecuária bovina de corte. Além disso, o sindicato promovia a organização de outras associações para movimentar a classe, pois frigoríficos multinacionais começavam a dominar a região e cooptavam pequenos produtores na tentativa de realizar a compra e venda das mercadorias diretamente sem passar pela intermediação de terceiros⁷⁴. O boletim econômico, portanto procurava orientar os pecuaristas sobre o negócio (Resende, 2005).

Neste período, o jornal a *Folha da Manhã* (pertencente ao Grupo Folha) demonstrou interesse em trazer para sua pauta o tema da pecuária de corte⁷⁵. No entanto, a responsabilidade da seção de Economia ficara

⁷⁴ Segundo Resende (2005) foi neste mesmo período que a Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central foi criada. Para um maior detalhe das relações sociais entre os pecuaristas e o Governo Getúlio Vargas ver: Resende (2005), Fonseca (19??)

⁷⁵ Resende (2005) avilta a hipótese, porém sem trazer dados contundentes, de que teria havido uma pressão da parte das empresas de frigoríficos no jornal a *Folha de Manhã* para que houvesse um espaço o tema da pecuária de corte.

sob a coordenação de Mario Mazzei Guimarães⁷⁶. Assim, a *Folha* passa a ter seções de Economia e Finanças que tratavam sobre economia em geral e relações econômicas ítalo-brasileiras⁷⁷, sobre agricultura e indústria e comércio (RESENDE, 2005).

Nos anos 1950 havia dois tipos de jornais que publicavam assuntos sobre economia, os jornais de grande publicação e os jornais de comércio. De acordo com Quintão (1987), a eclosão do jornalismo econômico surge nos jornais de comércio e indústria que dedicavam algumas seções e colunas direcionadas a economia. As páginas dos jornais de informação em geral traziam pequenas notas ou artigos isolados que tratavam especificamente dos interesses do comércio e dos cafeicultores e, o conteúdo da informação baseava-se na produção, exportação, movimento de portos e taxas cambiais. O autor ainda salienta que as fontes deste noticiário eram resgatadas nas agências estrangeiras de informação, nas câmaras do comércio e no Ministério da Fazenda. Ao contrário, os jornais de comércio pouco falavam sobre economia, como eram editados pelas associações patronais dos Estados, acabavam por refletir os interesses dos proprietários e retratavam as cidades ou regiões nos quais eram editados (não havia a pretensão de abranger nacionalmente). As fontes dos jornais de comércio eram de receita composta por: editais de cartórios, protestos, atas de assembleia, balanços ou comunicados de empresas ao público (QUINTÃO, 1987).

O jornalismo econômico desta época caracterizava-se pelo colonismo. Ou seja, um jornalismo mais analítico do que noticioso e que ocupava um pequeno espaço nas páginas dos jornais. Conforme Quintão (1987) existia uma intenção evidente de influenciar e orientar a política econômica do País, pois os colunistas relacionavam-se diretamente com os ministros da Fazenda ou autoridades econômicas.

O processo de industrialização no Brasil foi estabelecido através do Plano de Metas apresentado pelo governo de JK a fim de cumprir com

⁷⁶ Resende (2005) relembra que Mario Mazzei Guimarães (formado em Direito pela USP) era o editor responsável do boletim econômico editado pelo sindicato de Barretos. Logo após a criação da federação de pecuária, ele tornou-se o diretor da revista *Brasil Pecuário* editada pela entidade. Além disso, Mazzei ajudou a elaborar o projeto de lei federal que criaria a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (FARESP).

⁷⁷ Cabe lembrar aqui que nesta época havia três grandes grupos jornalísticos: O Estado de São Paulo, dirigido pela família Mesquita, os Diários Associados de propriedade de Assis Chateaubriand e a empresa Folha da Manhã (*Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*).

a promessa de campanha que transformaria o progresso do país em apenas cinco anos (o famoso slogan “Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”). O plano consistia no investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico. Este plano tinha como objetivos principais desenvolver os setores: petrolífero, siderúrgico, comunicações, energético, investir nas construções de estradas e hidrelétricas, na educação e alimentação. No entanto, os investimentos nesses setores dependiam do apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e do capital estrangeiro. A entrada de capital de estrangeiro no Brasil foi permitida, porque durante o Governo de JK a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), órgão responsável pela administração da política cambial, criou facilidades operacionais destinadas a favorecer o fluxo do investimento estrangeiro no Brasil. Para exemplificar que as idéias econômicas sempre estiveram presentes nos jornais impressos a fim de estabelecerem uma interação entre aqueles grupos que comandavam a economia brasileira e o setor produtivo, Loureiro (2006) exemplifica a presença do grupo da FGV (teoricamente identificados com os neoclássicos) na mídia impressa. De acordo com Loureiro (2006, p. 351) a visibilidade da FGV se assentava não só na publicação de suas revistas especializadas, mas também em jornais e revistas mundanas, pois Eugênio Gudim escreveu, durante décadas, em jornais como o *Correio da Manhã* e o *Globo*. Ele e Otávio Bulhões publicavam em revistas como o *Digesto Econômico*, da Associação Comercial de São Paulo e na *Carta Mensal da Confederação Nacional do Comercial*.

6.2 O DISCURSO DE INFORMAÇÃO ECONÔMICA NO CONTEXTO DA POLÍTICA NEOLIBERAL

Kucinski (2000) considera que a imprensa foi fundamental na campanha neoliberal na década de 1990. O jornalismo econômico, segundo ele, veículo por excelência de uma nova ideologia, tornou-se o principal agendador do debate político. Um jornalismo que não se propõe a explicar e sim a seduzir. Apesar do predomínio do econômico sobre o político, as hierarquias e as estruturas de produção jornalísticas ainda são remanescentes de quando o jornalismo econômico era apenas uma especialização. O espaço dos jornalistas dedicados à economia permanece confinado, dificultando a formação de uma nova linguagem, apropriada à apresentação e à análise da questão econômica para um grande público.

Na cobertura e na disposição temática, o político continua frequentemente separado do econômico (KUCINSKI, 2000, p. 14-15).

Puliti (2010) considera que o início e a consolidação da financeirização do noticiário econômico ocorreu entre os anos 1989 a 2002 –, estes anos contemplam os governos José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) até o fim da chamada Era FHC (1995-2002). No entanto, a mídia especializada em economia não resultou em um aumento do número de jornalistas realmente especializados neste campo. O sociólogo francês Jean –Marie Charron (2013) distinguir dois tipos de jornalistas, de um lado os “jornalistas econômicos” e, do outro os “jornalistas que tratam de economia”. Se os primeiros receberam formação específica em economia e se especializaram nesta profissão, os segundos, entretanto, com uma simples formação acadêmica são chamados para trabalhar em uma grande variedade de tópicos, incluindo a economia a título ocasional. Estes jornalistas muitas vezes não estão confortáveis por não terem habilidades necessárias para compreender os registros contábeis, quadros estatísticos ou, o mais importante o próprio discurso econômico/financeiro e outros materiais enviados pelas fontes e postas a sua disposição. Muitas vezes, o jornalista se encontra diante de um ou vários interlocutores que conhecem muito bem o tema abordado, mas não sabe fazer a pergunta certa ou pedir esclarecimento útil ou, em última instância manter a distância mínima para a crítica. Logo, a fragilidade da formação técnica de jornalistas afeta a qualidade das informações apresentadas, a tal ponto que prevalece muito mais a comunicação econômica do que a realização de um jornalismo econômico. Isto é, a importância da difusão e do nível de especialização dos jornalistas são, talvez, garantias essenciais da independência dos jornais. Visto que o jornalismo visa a atender, ao menos, três requisitos simples na composição da informação midiática: integralidade, seriedade e competência. Estes requisitos permitiria coletar, processar e interpretar a informação econômica de modo objetivo⁷⁸.

A relevância que a atividade jornalística adquiriu nos estudos do jornalismo está inserida no interesse em compreender o processo produtivo da informação e a prática do jornalismo através do conceito de

⁷⁸ De acordo com Carina Benedeti (2009) podemos considerar que as reflexões acadêmicas sobre as práticas jornalísticas estiveram voltadas para: a) para a arbitrariedade das decisões tomadas pelos jornalistas; b) para a interferência de fatores externos e organizacionais nessas decisões; c) e para a importância das rotinas produtivas e dos valores da comunidade jornalística.

gatekeepers (David Manning White) e a formulação da teoria sobre os constrangimentos organizacionais (Warren Breed) (BENEDETI, 2009). Logo, não se pode falar de ausência de teorias capazes de orientar a prática jornalística, tampouco creditar valor a ideia de que os jornalistas não possuem conhecimentos específicos para o desempenho da atividade⁷⁹.

Uma das principais ações advindas do processo de globalização é caracterizada pelas reformas na arquitetura financeira, ou seja, nas instituições que governam as relações entre os diversos atores que operam nos mercados financeiros. Houve, portanto uma importante consequência na readequação do papel dos órgãos multilaterais (FMI e Banco Mundial) no processo de implementação dos ideais neoliberais. Estes órgãos multilaterais viabilizaram um conjunto de regras em diversas áreas da governança pública e privada nas quais pregavam “melhores práticas” para uma economia de mercado (CUNHA, 2005). Entre essas medidas estavam às privatizações da economia brasileira, ocorridas especialmente no governo FHC. Faria (1994) demonstrou, na tese de doutoramento, que a mídia não somente deu espaço para o processo de privatizações brasileiro, assim como apoiou o programa, iniciado nos anos 1990, defendendo que tais medidas seriam benéficas para as contas públicas e reduziria a participação do Estado. De acordo com Faria, o noticiário econômico deu visibilidade ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômica e Social (BNDES) sem questionar os valores e critérios de avaliação das estatais adotadas pelo banco, tampouco mencionou a ausência de uma política industrial no contexto das privatizações. A imprensa cedeu espaço inúmeras vezes ao presidente do BNDES, Eduardo Modiano, sem questionar se haveria perda de patrimônio público. Ela posicionou-se sempre favorável ao Programa Nacional de Desestatização (PND), cedendo espaço nas suas páginas a um grupo técnico, através de um discurso teórico, revelando a necessidade da liquidação dos bens públicos. Assim, o jornalismo impresso adotou um discurso favorável às privatizações e a presença de um Estado mínimo para a modernização da economia brasileira. Além disso, a imprensa de absteve de criticar que os recursos financeiros advindos da liquidação de bens públicos fossem destinados a pagar dívidas, ao invés de serem revertidos para o investimento em áreas como saúde, educação, habitação e saneamentos públicos. Portanto, Faria (1994) conclui que a imprensa,

⁷⁹ Não cabe aqui trazer um referencial teórico sobre a atividade jornalística, para isso ver os estudos sobre a teoria do jornalismo realizados por Traquina (2003) e Wolf (1995).

no evento privatizações, exerceu uma função de auxiliar a implementação de uma política neoliberal, bem como de apoiadora do PND.

O campo jornalístico, definido por Bourdieu (1994) como relativamente autônomo e difuso, articula consigo os campos políticos, econômicos e sociais, estes contidos às relações comerciais, às pressões do público que o acompanha, às ações dos jornalistas, aos interesses sociais, político e culturais. Bourdieu (1999) considera que as interações entre pessoas e grupos sofrem influências devido aos recursos, ou ao capital simbólico, que cada parceiro carrega consigo num processo interativo determinado pelo campo. Nesse sentido, Puliti (2010) constatou que o conteúdo do noticiário econômico praticado nos jornais brasileiros iniciou um processo de transformação a partir da substituição de suas tradicionais fontes de informação – os grandes empresários e produtores rurais, e em menor escala acadêmicos e sindicalistas – por um novo agente que surgia na cena nacional, o economista do mercado financeiro. Ele ingressou no noticiário para oferecer conselhos sobre como os leitores deveriam proteger seu dinheiro da corrosão inflacionária. Com um discurso científico contido nas Ciências Econômicas, de acordo com Puliti (2010) esse profissional oferecia ao leitor os instrumentos financeiros da instituição na qual ele mesmo trabalhava. Depois, a partir do Plano Real, em 1994, com adoção pelo governo brasileiro dos princípios neoliberais, verificou-se uma série de estratégias comunicacionais desses profissionais para conquistar os jornalistas, pressionando por meio do noticiário o governo e o Legislativo a assumir a agenda do neoliberalismo financeiro, com defesa da redução do tamanho do Estado, o fim da intervenção estatal nos processos econômicos, as privatizações, as reformas e a abertura comercial e de serviços financeiros.

A pesquisa realizada por Puliti (2010) revela no noticiário econômico a predominância de abordagens e temas que refletem quase que exclusivamente uma linha de pensamento: o neoliberalismo financeiro, sua visão sobre a política de juros e o endividamento federal. Corroborando nesta perspectiva, o estudo realizado pelo professor André Araújo (1998 citado por, PULIT, 2010) sobre o apoio dos meios de comunicações (ele analisou os principais jornais e revista da região sudeste) ao plano de estabilização econômica de 1994 demonstra que esses veículos foram coniventes com o modelo econômico e omissos na crítica à política econômica e, conclui que um dos grandes capitais políticos do PSDB, que o distingue dos demais partidos, é o íntimo e

profundo relacionamento com a imprensa, por meio de afinidades sociais e intelectuais do PSDB com as redações.

6.3 AS FONTES DO JORNALISMO ECONÔMICO

Max Weber (2005), num artigo original de 1910, lançou um olhar crítico sobre a possibilidade da não existência da imprensa na modernidade. Esta profanação em relação a não existência da imprensa atribui a ela um papel protagonista nas relações sociais. Assim, o sociólogo alemão coloca em evidência a importância da imprensa e, a necessidade de “investigar as relações de poder criadas pelo fato específico de que a imprensa torne públicos determinados temas e questões” (Weber, 2005, p. 15). Weber (2005, p. 16) acrescenta que:

Se considerarmos a imprensa em termos sociológicos, o fundamental para toda discussão é o fato de que, hoje em dia, a imprensa é necessariamente uma empresa capitalista e privada que, ao mesmo tempo, ocupa uma posição peculiar, posto que, ao contrário de qualquer empresa, tem dois tipos completamente distintos de “clientes”: os primeiros são os compradores do jornal [...]; os segundos são os anunciantes, e entre esse leque de clientes produzem-se as interações mais curiosas.

No entanto, suas preocupações sobre o status que o objeto estava adquirindo naquele momento, em nada diferem das questões contemporâneas. Weber chama a atenção para a importância desta “nova” organização social que surgia na Europa. Para ele (2005, p. 19) “não podemos nos contentar com a contemplação do produto como tal, mas sim temos que prestar atenção ao produtor e perguntar pela sorte e pela situação do estamento jornalístico”.

A partir destas considerações buscamos nos estudos realizados por Bourdieu (1989) um fio condutor para as reflexões sobre o campo midiático. Para ele, o campo midiático é o lugar de articulação entre o espaço da vida política e o da vida cotidiana. É o campo no qual se encontra a gestão da informação tendo como finalidade um fazer saber em relação ao que se produz neste espaço público. Logo, o campo midiático procura gerar esta informação em função da idéia do que são: *i)* o interesse social (selecionar os fatos mais importantes); *ii)* a

autenticidade (demonstrar a verdadeira realidade) *iii*) e a verdade dos eventos (esclarecer as causas).

O discurso jornalístico não pode se satisfazer apenas em expor os fatos e os ditos, seu papel é igualmente de explicar o porquê e o como, com o objetivo de esclarecer ao cidadão. É uma atividade discursiva que consiste em recomendar um questionamento, ilustrar diferentes posições e tentar avaliar cada uma delas.

A informação midiática é o principal elemento desta realidade, contudo ela é determinada por um dispositivo cujas características são as seguintes. Uma instância de produção composta por diversos atores com papéis determinados. Esta instância se define através de cinco tipos de papéis que englobam todos os outros: de pesquisador de informações, o que o conduz a se organizar para ir às fontes (agências de imprensa, correspondentes, enviados especiais); de fornecedor de informações, o que o leva a selecionar o conjunto das informações recolhidas em função de um certo número de critérios; de transmissor de informações, o que o leva a colocar em cena as informações selecionadas em função do objetivo; de comentarista destas informações, o que o leva a produzir um discurso explicativo; e o de mediador de debates, o que o leva a confrontar diferentes pontos de vistas. Uma instância de recepção que é construído pela instância de produção. O discurso de informação midiática está submetido a duas finalidades: uma finalidade ética, a transmissão da informação em nome dos valores democráticos: informar o cidadão para que ele possa participar e tomar decisões na sua vida social; e uma finalidade comercial, de conquista de um maior número de leitores. A finalidade ética obriga a instância de produção a tratar a informação de modo a comentar os eventos de modo mais crível possível, aqui ela se encontra no viés da credibilidade. A finalidade comercial obriga a instância midiática a tratar a informação de modo a captar um número maior de receptores, aqui ela se encontra no viés da captação.

O sociólogo francês Schlesinger (1992, p.79) considera que toda sociologia da gestão da informação – um setor que é seguramente essencial para o funcionamento da “sociedade da informação”- deve tomar em causa o aporte da sociologia do jornalismo sobre a natureza e a extensão do poder das fontes de informação⁸⁰. Hall et al. (1993) introduziram a ideia dos definidores primários (*primary definers*) e secundários (*secondary definers*) no processo de produção da notícia. As

⁸⁰ Foge ao escopo desta pesquisa realizar um estudo da arte sobre as pesquisas realizadas sobre as fontes da informação midiática.

mídias, segundo estes autores, não criam autonomamente as notícias; ou melhor, estão dependentes de assuntos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis. Da parte dos jornalistas significa o recurso constante a representantes dignos de crédito de instituições sociais importantes (HALL et all., 1993, p. 229).

Na análise sobre o processo de produção da notícia e a relação entre fonte e jornalistas, é necessário levar em conta a reflexão sobre a natureza dos acontecimentos. O conceito de “acontecimento”, tal qual foi formulado por Rodrigues (1993, p. 27) aponta para que “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais (...) Se situa, portanto, na escala de probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização”. Nesse sentido, a informação produzida pelas fontes se estabelece dentro do que os pesquisadores Harvey Molotch e Marilyn Lester, classificam como acontecimentos de rotina (ou *happenings*) os quais se baseiam nas realizações intencionais dos promotores. Nesse sentido, o acontecimento jornalístico torna-se possível através de uma atividade humana intencional, socialmente construído e sua noticiabilidade, portanto, não está organizada segundo critérios objetivos. Mas, como atesta os autores:

A maioria das notícias são ‘acontecimentos’ de rotinas que os detentores dos poderes políticos e burocráticos promovem: as necessidades de acontecimentos de promotores de notícias (fontes políticas ou burocráticas) e dos jornalistas são complementares. (Citado por TRAQUINAS, 1993, p. 109).

Pinto (2000) pondera que as fontes são pessoas, são grupos, são instituições sociais ou são vestígios – falas, documentos, dados – por aqueles preparados, construídos, deixados. As fontes remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espaço-temporalmente situados. Em suma, as fontes a que os jornalistas recorrem ou que procuram os jornalistas são entidades interessadas, quer dizer, estão implicadas e desenvolvem a sua atividade a partir de estratégias e com táticas bem determinadas.

Mauro Wolf (2003, p. 233) dá importância para as fontes na construção social da notícia. Conforme ele, as fontes são um fator determinante para a qualidade da informação produzida pelos meios de comunicação de massa; no entanto, afirma que elas continuam imprecisas

na mitologia profissional que tende, por sua vez, a enfatizar o papel ativo do jornalista, prejudicando a contribuição das fontes, essencial em muitos aspectos.

No entendimento desse autor, as fontes podem ser classificadas como as pessoas que o jornalista observa ou entrevista, e as que fornecem apenas as informações de base ou as ocasiões para uma notícia. Neste campo existem as fontes institucionais e oficiosas ou as estáveis, opostas às fontes provisórias; ativas e passivas, conforme o grau de uso e o tipo de relações que institui com o aparato de informação. Existem ainda, as fontes centrais, territoriais e de fase, que são as categorias definidas não apenas pela localização espacial, mas também, pelo tipo de utilização que se faz em relação à relevância e noticiabilidade dos acontecimentos (WOLF, 2003, p. 234).

A característica mais importante das fontes, é que elas fornecem informações, enquanto membros ou representantes de grupos organizados ou não, de interesse ou de outros setores da sociedade, como demonstra Wolf:

A rede de fontes que os aparatos de informação estabilizam como instrumento essencial para o seu funcionamento reflete, de um lado, a estrutura social e de poder existente e, de outro, organiza-se na base das exigências colocadas pelos procedimentos e rotinas de produção. As fontes que se encontram às margens dessas duas determinações muito dificilmente podem influir de maneira eficaz na cobertura informativa (WOLF, 1993, p. 235)

O autor aponta ainda que a capacidade de informações fidedignas é maior para instituições, organizações ou aparatos que podem programar sua atividade, a fim de satisfazer a necessidade contínua da mídia de ter eventos para cobrir com prazos estabelecidos previamente, portanto, de maneira que possa organizar racionalmente a distribuição dos recursos e meios disponíveis. Corroborando neste sentido, Chaparro (1994, p.73) observa

Fontes e meios praticam uma cooperação de recíproca conveniência (...). O jornalismo frequentemente se reduz a algumas técnicas usadas como ferramentas de propaganda. Para o sucesso de suas ações, as instituições produtoras de

acontecimentos apropriaram-se das habilidades narrativas e argumentativas do jornalismo, e assimilaram a cultura da produção jornalística, para a divulgação de eventos e a difusão de seus discursos (CHAPARRO, 1994, p. 73).

A mídia conclama o discurso de especialistas, analistas, *experts* para analisar um evento midiático, geralmente são representantes de uma visão acadêmico-científica, como é o caso de acadêmicos vinculados a universidades e centros de pesquisa. Como atesta Margarethe Born Steinberger (2005) o especialista é visto como uma espécie de “oráculo”. Ele é apresentado como aquele que tem todas as respostas, já o analista é chamado frequentemente a opinar e a fazer previsões sobre fatos que ele só ficou conhecendo pouco antes da entrevista. Segundo a jornalista e pesquisadora Sponholz (2010) os *experts* recebem um determinado papel social, que pressupõe uma competência específica mediante o exercício de uma profissão. Para Schneckener (2005, p. 5, citado por SPONHOLZ, 2010) o saber do *expert* se distingue do conhecimento geral por ser detalhado e por uma grande quantidade de fatos, mas também pela capacidade de estabelecer relações entre fatores e analisar as possíveis consequências de determinadas ações. Dessa maneira, o *expert* se diferencia tanto do leigo, que não tem nem o saber especializado, nem a legitimação profissional do primeiro, quanto do especialista, que pode até ter o conhecimento específico, mas não dispõe da qualificação profissional de um *expert*.

Do ponto de vista jornalístico, o papel do *expert*, segundo Sponholz (2010) envolve ao menos três componentes: o papel do jornalismo na produção e distribuição do conhecimento; a exigência da qualidade comunicativa (o saber informar o conhecimento); e as rotinas produtivas. Apoiada nas observações acerca do jornalismo realizadas por Park (1967), Sponholz (2010) observa que a complexidade das sociedades modernas encarrega o jornalismo em uma atividade cuja função seja de exercer uma orientação social, concretizada no abastecimento de informações que permitam ao receptor localizar-se em um mundo cada vez mais complexo. No entanto, conforme Conrad (1999, p.291, citado por SPONHOLZ, 2010) estudos empíricos apontam para o fato de que a avaliação da *expertise* de um cientista por um jornalista é a sua vinculação institucional e a sua posição dentro da hierarquia de uma instituição, não da sua produção científica. Por isso, repórteres procuram contato com diretores de institutos, cientistas de universidades famosas e pessoas já conhecidas pelos meios de comunicação. Assim, para Sponholz (2010) a

relevância de experts aumenta com a complexidade dos temas e com a diversidade de opções de consumo midiático e com a concorrência entre os meios de comunicação.

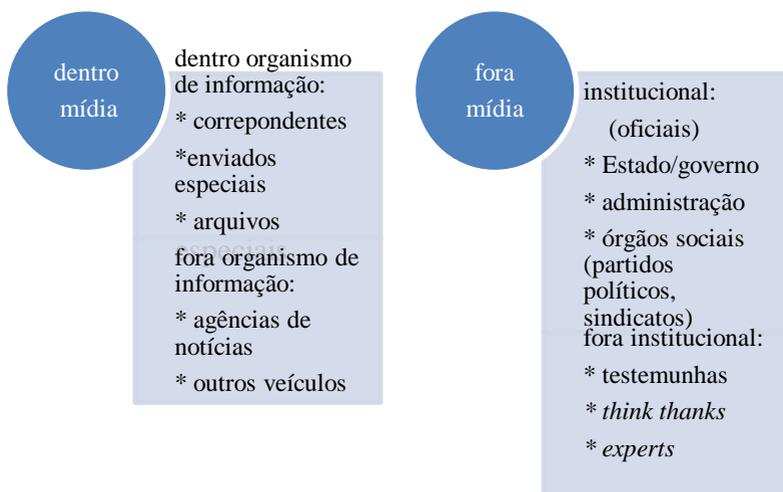
Para Paulani (2004) o deslocamento da *Economics* pela *Business Administration* é o responsável, junto com a completa naturalização dos fenômenos econômicos, pela situação aparentemente paradoxal de que sejam hoje os economistas os profissionais mais procurados pela mídia para emitir suas opiniões sobre o andamento e as perspectivas da vida material da sociedade. Além disso, Paulani (2004) ressalta que os supostos economistas atuam sempre como “técnicos”, nesse sentido Puliti (2010) constatou que as estratégias com as quais os agentes do mercado financeiro construíram seus espaços na imprensa, desde o papel das assessorias de imprensa e dos media training até criação e valorização dos departamentos econômicos nas instituições financeiras, passando pela relevante atuação dos informativos em tempo real na tarefa de alçar profissionais do mercado financeiro à categoria de fontes. Sousa (2000), professor da Universidade Fernando Pessoa (Portugal) fala dos constrangimentos sócio-organizacionais que condicionam o sistema jornalístico e a própria cultura profissional, a análise abre uma passagem para pensar as notícias como um produto construído a partir de diferentes influências e condicionamentos. Segundo Sousa (2002, p.4) a fonte procura aceder aos meios jornalísticos através de táticas destinadas a garantir a sua notoriedade e reconhecimentos perante os jornalistas, tal como a continuidade nos contatos e o desenvolvimento de rotinas produtivas. Sousa (2002) salienta que os jornalistas, por sua vez, processam a informação de acordo com os objetivos e a cultura da organização que os enquadra. Assim, se por lado as fontes possibilitam diferentes graus de acesso à informação de que dispõem, por outro lado os jornalistas não são meros intermediários ou observadores. Os jornalistas têm ou podem ter um papel ativo na seleção, no enquadramento e na contextualização da informação que obtêm juntos das fontes.

Chaparro (1994) afirma ainda que as pautas jornalísticas sofrem interferência crescente dos produtores competentes de acontecimentos, nesse sentido, cabe ressaltar que os economistas do mercado financeiro estrategicamente abastecem diariamente os jornalistas com estudos de cunho técnico, cheio de números, gráficos e projeções, sempre seguidos de comentários e interpretações e, portanto tais estudos dão ideias para matérias (PULITI, 2010). Como constataram Bourdieu e Wacquant (2000) para o surgimento de uma “nova vulgata planetária” que

caracteriza-se com um vocabulário (globalização, flexibilidade, governança, empregabilidade, exclusão, etc.) “dotado do poder performativo de forjar as realidades que afirma descrever”, no entanto não basta apenas caracterizar a “nova vulgata planetária” com esta lista de palavras ou vocabulário entoados diariamente pela imprensa com temas como: déficit fiscal, superávit primário, valor de mercado, risco-país, ações, colocação de títulos, leilões de dólares, produção industrial, indicadores antecedentes, curva de juros, rentabilidade, mercado e mais uma infinidade de termos que compõem o “economês”. É com esse discurso científico que os financistas constroem sua credibilidade junto à imprensa, tornam-se fontes e se legitimam perante a sociedade como detentores do único conhecimento correto. Quem é cientificamente reconhecido aparece como importante para os outros (DUPAS, 2005; PAULANI, 2005; ORTIZ, 2006).

Pode-se entender como fonte jornalística instituições ou pessoas que testemunham eventos de interesse público ou deles participam (LAGE, 2001, p. 67) e são procuradas por jornalistas para a obtenção de informações ou sugestões de pauta (GANS, 1979). Fontes representam um fator decisivo no processo de produção jornalística. Notícias são a espinha dorsal desse processo e consistem não no que acontece, mas no que as fontes dizem que acontece (SIGAL, 1986, p. 15). Para fins desta pesquisa, apresentamos o Quadro 10, no qual tipificamos as fontes advindas de dentro ou de fora da mídia.

Quadro 10 - Tipificação de fontes



Fonte: Charaudeau, 2006

Uma forma de abordar a interação fontes-jornalistas consiste em tipificar e classificar os diferentes tipos de fontes. As taxonomias daí resultantes são vastas e vinculadas a perspectivas e interesses distintos.

Quadro 11 - Classificação das fontes

AUTOR	CLASSIFICAÇÃO	CRITÉRIO	EXEMPLOS
PINTO (2000)	Pessoais / documentais Públicas / privadas Episódicas/ permanentes Locais/Nacionais/ Internacionais/Oculares (primárias) /Indiretas (secundárias) Ativas (espontâneas, ávidas) ou passivas (abertas e resistentes). Anônimas (confidenciais) ou explícitas (assumidas).	Natureza Origem Duração Âmbito Geográfico Envolvimento nos fatos Atitude Identificação Estratégia de atuação	

	Pró-ativas ou reativas, preventivas ou defensivas.		
MILOTCH LESTER (1993)	Pseudo-eventos	Acontecimentos promovidos	
LAGE (2001)	Oficiais Oficiosas Independentes Primárias Secundárias	Natureza Distância do acontecimento	Autorida des das fontes do governo Emprega dos de fontes oficiais ONG Testemu nhas Especial istas
GANS (1980)	Proximidade Conveniência Autoridade institucional Fiabilidade Capacidade de produção	Fatores Intervenientes	
MANUAL DA FOLHA (2001)	Zero Um Dois Três	Legitimidade documental Proximidade acontecimento Conhecimento Autoridade Institucional	Testemu nha

Fonte: PINTO (2000); MILOTCH LESTER (1993); LAGE (2001); GANS (1980); MANUAL DA FOLHA (2001) - Elaboração própria.

Observamos que as formas de classificação das fontes dos diversos autores variam e esboçam diferentes perspectivas, como formato, critérios de avaliação, proximidade com o jornalista ou com o acontecimento, natureza jurídica, seleção e os usos mais comuns, comprovando, portanto a sua complexidade. Quanto ao ‘formato’, as fontes diferem entre pessoais, impessoais, documentais. Quanto à natureza jurídica, as fontes variam entre públicas, privadas, oficiais e oficiosas. Outro critério de classificação utilizado é a estratégica de atuação da fonte, se ativa e interessada ou passiva.

Dois trabalhos acadêmicos que tratam sobre fontes no jornalismo econômico merecem destaque: Puliti (2009) e Lopes (2002).

Puliti (2009) estudou o espaço das finanças no noticiário econômico brasileiro no período de 1989 a 2002, e percebe que ocorreu, a partir da metade dos anos de 1980, a substituição das tradicionais fontes de informação por um novo agente que surgia no cenário, o economista, como principal fonte de notícias do mercado financeiro, tanto como especializada, oficial e fonte empresarial, representante do governo, bancos e outras instituições financeiras.

Lopes (2002) pesquisou o poder das fontes no jornalismo econômico, investigando o valor dos números, especialmente nas rotinas da cobertura macroeconômica. Ele analisou como a produção das pautas se desloca das redações para o campo das fontes, reconhecidas pelos discursos, dados estatísticos e números que dispõem, como critérios para que uma informação se torne notícia. Lopes conclui que há um consentimento, por parte dos jornalistas, da força dos números na seleção das fontes e das notícias, embora eles reconheçam que os números mentem e falseiam, servindo de biombo a interesses escusos.

As fontes, do campo jornalístico, diluem-se, portanto nas principais teorias do jornalismo, notadamente nas teorias do agendamento (*agenda setting*), da produção (*newsmaking*) e da seleção (*gatekeeper*) de notícias. Elas passaram a interferir no jornalismo, conhecedoras de temas como a noticiabilidade, objetividade, conhecimento do jornalismo, ética e interesse público. Portanto, cientes de uma estrutura profissional de comunicação, a conquista da mídia pelos financistas ocorreu a partir da adoção de uma série de estratégias operadas juntos aos jornalistas, que vão desde a formatação de um discurso persuasivo com bases supostamente científicas até inúmeros contatos pessoais, com telefonemas e e-mails diários, sugestões de pautas exclusivas, além de uma ampla oferta de estudos conjunturais sobre a economia. Os economistas de mercado financeiro desenvolveram duas estratégias de

cooptação de jornalistas: (i) estão sempre disponíveis para entrevistas (o que facilita o trabalho do jornalista); (ii) em nome das instituições para as quais trabalham ou são proprietários convidam com frequência os jornalistas para almoço e jantares, além de oferecer ingressos para eventos culturais e esportivos (PULITI, 2009).

McCombs (2009, p. 154-161) reconhece que as fontes de notícias (organizações e grupos), assessorias de imprensa (relações públicas) e a política “definem as regras para o modelamento da agenda da mídia”. Afirmar que a maioria das pautas dos jornalistas origina-se de fontes mediadas por outros profissionais de comunicação, que subsidiam informações preparadas “no exato estilo das notícias jornalísticas” e que, se não ocorresse essa interferência, “a agenda da mídia seria consideravelmente diferente em abrangência e conteúdo”.

Segundo Fonseca (2005) a grande imprensa escrita diária é a instituição capaz de simultaneamente publicizar, universalizar e sintetizar as linhagens ideológicas. A periodicidade diária confere aos jornais a possibilidade da veiculação das ideias que permitem em última instância influenciar a opinião pública. Não resta dúvida da influência na sociedade contemporânea que têm os meios de comunicação, entre eles se destaca a mídia impressa, não pelo número de pessoas que tem acesso⁸¹, mas pela importância que tem para milhões de pessoas de maior nível cultural. A grande imprensa deve ser compreendida como o instrumento de manipulação de interesse e de intervenção na vida social. Ela representa uma instituição em que se mesclam o público e o privado em que os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono de jornal. Os limites entre uns e outros são muitos tênues. Todavia, um dos principais pilares argumentativos pelos quais os meios de comunicação professam sua profissão é cumprimento do papel de mediação entre o Estado e a sociedade oferecendo aos cidadãos a oportunidade de acesso à informação, ao mesmo tempo que se constituiriam em um espaço para discussão e participação da coletividade. Logo, o jornal impresso surge como um elemento mediador frequentemente entendido como o alicerce da sociedade democrática.

O jornalismo, portanto aparece como um serviço público no qual as notícias são as substâncias que nutrem o cidadão que necessitam exercer seus direitos democráticos soberanamente (TRAQUINA, 2004). No entanto, o *ethos* que a prática jornalística trás consigo de ser a reveladora da verdade, de oferecer a possibilidade pela qual os cidadãos

⁸¹ A televisão e o rádio seriam os meios de comunicação de maior acessibilidade para os cidadãos.

têm acesso ao debate público para que possam tomar suas próprias decisões, é legitimado pelos espaços de fala de outro. Esta é uma das estratégias das instâncias midiáticas: contar no seu quadro efetivo especialistas que dão o caráter de legitimação e captação, pois ao mesmo tempo que se isenta de tais considerações, permite que formações de opiniões sejam circuladas em seu espaço.

6.4 A TEORIA DA AGENDA

A teoria da agenda, ou também conhecida como a hipótese da *agenda setting*, foi inicialmente formulada pelos pesquisadores estadunidenses Maxwell McCombs e Donald Shaw, nos anos 1970. Ela se enquadra nas teorias da comunicação aplicadas às mídias de massa que procuram testar empiricamente os efeitos da comunicação de massa nas escolhas políticas e eleitorais do público. McCombs e Shaw se inspiraram na obra de Walter Lippmann, autor do livro *Public Opinion*, lançado em 1922. Esta obra tem considerada importância, pois o autor procurou examinar sob a luz da teoria democrática, o papel dos cidadãos na democracia e o impacto da imprensa na opinião pública. Lippmann concluiu que a mídia exercia um papel importante para a circulação da informação para a construção da opinião pública. Em 1963, o livro *The Press and Foreign Policy*, de Bernard Cohen, traz à luz a tese de que a imprensa poderia não conseguir dizer às pessoas como pensar, porém ela teria o poder em sugerir aos seus leitores sobre o que pensar (AZEVEDO, 2004).

Assim, McCombs e Shaw, inspirados nas obras daqueles pesquisadores, desenvolveram uma pesquisa em 1968, na cidade de Chapel Hill, no estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, no período das eleições presidenciais daquele país. A pesquisa consistia na aplicação de 100 (cem) questionários a eleitores indecisos. Cabe ressaltar aqui, de acordo com McCombs (2009), o alto grau de necessidade de orientação que necessitavam estes eleitores, quanto a votar entre o democrata Hubert Humprey ou o republicano Richard Nixon. Segundo McCombs (2009: 21) “estes pesquisadores tinham como hipótese central de que os *mass media* estabeleciam a agenda de temas para a campanha política influenciando a saliência dos temas entre os eleitores”. A pesquisa revelou que a mídia tinha influenciado o eleitor bem como os próprios candidatos que passaram a adotar temas nas suas agendas devido

à participação da mídia no processo eleitoral⁸². Dito de outra forma, houve uma forte proeminência da agenda da mídia sobre a agenda pública.

Deste modo, eles concluíram que a função das mídias não era dizer às pessoas o que elas deveriam pensar, mas sobre quais temas deveriam concentrar sua atenção. Os pesquisadores constataram que havia uma relação entre a ordem hierárquica dos eventos apresentados pelas grandes mídias e a hierarquia do significado atrelado a estes problemas de parte do grande público e dos homens políticos (PORTO, 2004).

Segundo Traquina (2000, p. 39), “o paradigma do agendamento aponta para a necessidade de conhecer melhor o funcionamento do campo jornalístico”. Dessa forma, a teoria da agenda deve ser compreendida no sentido do estabelecimento das prioridades das notícias. A ideia central está na hierarquização da informação para a formação da opinião pública. O jornalismo, portanto, não fica limitado a somente agendar os temas públicos, já que também organiza os enquadramentos destas questões, as quais são postas em certos esquemas interpretativos.

Dois pontos de vistas diferentes sobre o poder do agendamento. De acordo com Miguel (2004, p. 337), “a mídia dissemina – sem que consumidores (e, muitas vezes, os próprios produtores) estejam plenamente cientes – valores que vão presidir a apreciação de uma realidade que ela mesma ajuda a construir”. No entanto McCombs (2009, p. 90) considera que “os eleitores frequentemente buscam os *mass media* para a orientação, seja para acumular notícias pertinentes sobre a situação vigente ou para saber qual é o endosso editorial preferencial dos jornais”. Porém, ele ressalta que a necessidade de orientação (conceito psicológico) de cada eleitor é percebida de modo diferenciado, ou seja, a busca pela informação terá um impacto diferente para cada indivíduo.

6.5 O AGENDAMENTO DO JORNALISMO ECONÔMICO: AS DECISÕES DO COPOM E OS EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO

O objetivo principal deste item é apreender como as reuniões e decisões do Copom (Comitê de Política Monetária) sobre as taxas de juros são tratados nos editoriais do Jornal a Folha de São Paulo (doravante -

⁸² Não cabe aqui descrever toda metodologia realizada pelos pesquisadores na aplicação do questionário e do recorte das fontes de informação utilizada pelos eleitores. Para isto, ver McCombs, 2009, Traquina, 2000.

FSP). Uma das principais características do editorial é a ausência de assinatura, porém há um indivíduo que produz o texto, um sujeito empírico do enunciado. O autor, dessa forma, assume o papel social de editorialista e se apresenta como a autoridade para “dizer” no editorial. Cabe, portanto ao editorialista articular um discurso que represente e informe a opinião da instituição jornalística (do dono da empresa e/ou dos acionistas majoritários).

Na análise de Miguel (2004, p. 331) “muito de nossa maneira de ver o mundo – e, portanto, de agir – depende da mídia. Ao contrário do que trata de fazer parecer, ela não transmite apenas ‘fatos’, mas também julgamentos, valores, interpretações”. Corroborando nesta mesma ideia Azevedo e Chaia (2008, p. 181) dizem que “o jornalismo opinativo pressupõe expressar a opinião dos meios de comunicação. Este gênero significa que o discurso editorial é baseado em comentários, avaliações e opiniões sobre determinada temática”. Podemos perceber que o jornalismo tem como características não somente a informação, mas também possui espaço para a divulgação do seu ponto de vista sobre assuntos de interesse de uma época.

Segundo Marques de Melo (1994, p. 95) o discurso do editorial, no contexto de empresa moderna, “constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico”. Para Marques de Melo (1985, p. 80):

embora se dirijam formalmente à opinião pública, na verdade encerram uma *relação de diálogo com o Estado*. A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que *as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos*. E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de ‘coação’ ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. (grifo nosso)

Assim, de acordo com Charaudeau (2006) a finalidade da informação midiática é selecionar eventos a serem reportados segundo seu potencial de atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade. Para Charaudeau, a noção de atualidade diz respeito a uma operação de

significados acionada pelas instâncias de produção e de interpretação da informação, o processo *evenemencial* responsável pela emergência dos acontecimentos (Antunes, 2007). Portanto, nosso intuito é verificar como a escolha temática referente à economia brasileira, dando conta da atualidade jornalística, é retratada na FSP. Não vamos aqui entrar na discussão acerca do conceito atualidade em jornalismo, uma vez que há controvérsia quanto ao seu uso e significado. Seguimos as considerações de Franciscato (2003) Um dos sentidos da expressão “atualidade” é a ideia de ação no tempo presente. Pode-se dizer que atual é aquilo que ocorre no momento mesmo em que é percebido pelos nossos sentidos – algo de que iremos fazer uma ‘representação’ (ideia, imagem, discurso) antes de ter sofrido uma modificação substantiva. Mas também pode se considerar como atual o que está em ato, em movimento, em processo de execução. Um passo inicial para caracterizar a noção de atualidade é a de aproximar seu sentido a uma noção de experiência temporal do cotidiano.

Francisco Fonseca estudou os jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, entre os anos 1980 e 1990, ele defende a tese de que a grande imprensa brasileira teria colaborado para a introdução da “Agenda Ultraliberal” no país (FONSECA, 2005). Fonseca apresenta, através dos editoriais daqueles jornais, diversos elementos que permitem observar como a grande imprensa defendia a abertura da economia, a desregulamentação de mercados e as privatizações. Segundo ele, tais ideias foram “divulgadas e vulgarizadas” pelos jornais, mostrando de maneira simplificada, e até distorcida, processos extremamente complexos a respeito do funcionamento das economias de livre mercado. Verificando, naquela época, o histórico das opiniões dos jornais FSP e OESP, Fonseca percebeu que não somente os editoriais, mas as coberturas realizadas pelos mais distintos colunistas corroboravam com a postura dos jornais. Fonseca percebeu ao analisar os jornais a ausência de vozes discordantes, seja nas coberturas seja sobretudo nos argumentos que a opinião editorial esgrima.

McCombs (2009, p. 124) considera que os temas relativos à economia mudam de acordo com as conjunturas econômicas de cada etapa histórica, assim:

a saliência de atributos de um tema em particular muda com frequência ao longo do tempo [...] isso é especialmente verdadeiro para o tema economia, um importante tópico recorrente para muitos países em décadas recentes. Algumas vezes o atributo proeminente da economia é a inflação; noutras

vezes é o desemprego ou os déficits comerciais. A agenda de atributos amplia nossa compreensão de como as notícias da mídia formatam a opinião pública nos assuntos do dia.

Portanto, como avalia McCombs (2009) sobre o espaço ocupado em relação à atualidade dos temas econômicos nos jornais, nossa pesquisa procura observar o agendamento do jornal FSP sobre a decisão do Copom em relação às taxas de juros Selic.

Consideramos que a visibilidade das reuniões não é apenas uma simples descrição da ocorrência do espaço e do tempo. Como já foi mencionado, as reuniões do Copom ocorrem quando passam pelo critério de seleção, escolha e edição recebem sentidos auferidos pelos operadores do jornalismo. Nessa perspectiva, portanto, os eventos midiáticos seriam produtos e resultados das atividades, das práticas e das estratégias linguageiras de um certo número de atores sociais. Assim, conforme o semiólogo argentino Verón (1996, p. 126) o discurso passa a ser uma organização espaço-temporal do sentido, ou seja:

Toda produção de sentido, com efeito, tem uma manifestação material. Esta materialidade do sentido define a condição essencial, o ponto de partida necessário de todo estudo empírico da produção de sentido. Sempre partimos de ‘pacotes’ de materiais sensíveis investidos de sentidos que são produtos; em outras palavras, partimos sempre de configurações de sentido identificadas sobre um material (texto linguístico, imagem, sistema de ação cujo suporte é o corpo, etc.) que são fragmentos da semiosis. Qualquer que seja o suporte material, o que chamamos de um discurso ou um conjunto discursivo não é outra coisa que uma configuração espaço-temporal de sentido.

O viés da credibilidade, tão importante para a instituição jornalística, exige que o jornalista enunciador não tome partido, mas observaremos que este é um exercício quase impossível. Partimos do pressuposto de que não existe texto neutro, pois toda realidade transformada em linguagem é um modo de interpretação e representação da realidade. Segundo o linguista francês Michel Pêcheux (2002) o discurso não surge no vazio. O discurso remete à formação discursiva que

o originou e que é marcada por uma ideologia ali embutida. Na origem do processo discursivo, há uma formação discursiva permitindo as condições de existência.

Miguel (2002) atesta que em 2002 houve uma alta visibilidade para o tema economia, tanto na televisão quanto em jornais impressos, sobretudo sobre as nuances do mercado financeiro. Ele considera que houve um aumento considerado de noticiários econômicos e um esvaziamento da política. O que atesta que o jornalismo ao dar visibilidade ao tema estava fazendo um recorte de sentidos sociais que circulavam na sociedade, portanto, na atualidade o tema sobre economia ganha espaço cada vez maior.

6.5.1 Análise dos Editoriais

No que tange aos procedimentos metodológicos utilizados neste estudo, observamos fundamentalmente os editoriais publicados na FSP que cobriam as reuniões do Copom durante o ano de 2003.

A coleta de dados foi realizada nos arquivos do banco de dados disponibilizados pelo jornal no site da empresa (<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/arquivo.htm>>).

O Quadro 12 demonstra o agendamento da FSP através de seus editoriais sobre as reuniões do Copom.

Quadro 12 - As reuniões do Copom e os editoriais da FSP - 2003

Reuniões Mês/núm. reunião/dias	Editoriais da FSP – dias da publicação em relação à reunião do Copom			Total de editoriais
	Anteriores	Durante	Posteriores	
<u>Janeiro - 80^a</u> 21 e 22	12	22	23 e 30	4
<u>Fevereiro - 81^a</u> 18 e 19	03, 07 e 16	19	20	5

<u>Março - 82^a</u> 18 e 19			20	1
<u>Abril - 83^a</u> 22 e 23			24	1
<u>Maió - 84^a</u> 20 e 21	14 e 18	21	22 e 23	5
<u>Junho - 85</u> 17 e 18		18	19	2
<u>Julho - 86^a</u> 22 e 23	01,11, 15, 18, 19 e 21	22	24	8
<u>Agosto - 87^a</u> 19 e 20	9 e 13	19	21, 22 e 25	6
<u>Setembro - 88^a</u> 16 e 17	11		18 e 27	3
<u>Outubro - 89^a</u> 21 e 22		22	23	2

<u>Novembro - 90^a</u> 18 e 19	01 e 07		20	3
<u>Dezembro - 91^a</u> 16 e 17	05 e 13		18	3
TOTAL DE EDITORIAIS	19	7	17	43

No quadro acima percebemos que há uma seqüência na distribuição dos editoriais quanto ao agendamento da FSP em relação às reuniões do Copom. Nas semanas que antecedem as reuniões a empresa jornalística procura se posicionar sobre decisão atual da taxa de juros. Nos dias que ocorrem a reunião, geralmente o editorial comenta algumas projeções sobre a futura decisão, se posicionando sobre uma possível redução e/ou aumentos dos juros de acordo com a conjuntura econômica do momento. Nas semanas posteriores à reunião, os editoriais se posicionaram quanto à decisão do Copom.

Podemos perceber uma variação em relação ao número de editoriais sobre o tema da decisão do Copom sobre a taxa Selic. O início do governo Lula foi caracterizado pelo prolongamento de movimentos das decisões do governo anterior. A conjuntura era de uma forte ação especulativa que manteve o real desvalorizado, resultado de condições decorrentes do processo de transição política. Nesse sentido, a resposta do governo foi elevar significativamente a taxa de juros básica, com o objetivo de conter a alta dos preços e garantir o afluxo de capitais externos no país.

O anúncio da invasão do Iraque pelos Estados Unidos pautou o jornalismo nos meses de março e abril. Em março de 2003, milhares de pessoas em países diversos protestavam contra o conflito e contra a possibilidade de os Estados Unidos em conjunto dos aliados atacarem o Iraque sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU, o que de fato se concretizou em 20 de março daquele ano.

Cabe ressaltar que a partir do mês de junho as decisões do Copom sempre sinalaram para uma baixa dos juros. Nos editoriais do mês de julho a FSP sugeriu uma redução em termos percentuais.

Os editoriais publicados pela FSP apresentavam uma mesma estrutura: apresentação do problema, da causa, as consequências para a economia brasileira da manutenção dos juros considerados altos e um julgamento pedindo a redução dos juros e/ou um posicionamento que poderia acenar para um acordo ou não quanto à decisão do Copom.

Em todos os editoriais da FSP, antes das reuniões do Copom, o editorialista sempre se posicionou pela redução dos juros, e quando houve decisão pelo aumento ou manutenção da taxa os editoriais mantiveram um posicionamento crítico em relação à decisão (com exceção em uma das vezes em que o Copom manteve a taxa e recebeu acordo posterior do editorial). Nos editoriais após o anúncio da decisão, houve quatro posicionamentos contra a decisão, três acordos com restrição, ou seja, concordaram com a decisão mas esperavam um maior corte, e, por fim, cinco posições acordando positivamente para a decisão.

Tabela 3 - A posição da FSP e a decisão do Copom referente às taxas de juros

	Posição da FSP Antes e durante as reuniões	Decisão do Copom sobre a Taxa Selic (% ano)	Posição e proposta da FSP frente à decisão		Número de editoriais			
			Posição	Proposta (após reunião)	Antes	Durante	Depois	TOTAL
<u>Janeiro - 80^a</u> 21 e 22	redução	elevantar 0,5%, para 25,5%	contra		1	1	2	4
<u>Fevereiro - 81^a</u> 18 e 19	redução	elevantar 1,0 %, para 26,5%.	contra		3	1	1	5
<u>Março - 82^a</u> 18 e 19	redução	manter 26,5%.	De acordo				1	1
<u>Abril - 83^a</u> 22 e 23	redução	manter 26,5%.	contra				1	1

<u>Maio - 84^a</u> 20 e 21	redução	manter 26,5%.	contra		2	1	2	5
<u>Junho - 85^a</u> 17 e 18	redução	baixar para 26% (-0,5%)	De acordo			1	1	2
<u>Julho - 86^a</u> 22 e 23	redução	baixar para 24,5% (-1,5%)	Favorável com restrições	Reduzir em 2,0%	6	1	1	8
<u>Agosto - 87^a</u> 19 e 20	redução	baixar para 22% (- 2,5%)	De acordo		2	1	3	6
<u>Setembro - 88^a</u> 16 e 17	redução	baixar para 20,0% (-2,0%)	Favorável com restrições		1		2	3
<u>Outubro - 89^a</u> 21 e 22	redução	baixar para 19,0% (-1,0%)	Favorável com restrições			1	1	2
<u>Novembro - 90^a</u> 18 e 19	redução	baixar para 17,5% sem viés (*) (- 1,5)	De acordo		2		1	3
Dezembro - 91 ^a 16 e 17	redução	baixar para 16,5% (-1,0%)	De acordo		2		1	3
TOTAL DE EDITORIAIS					19	7	17	43

Fonte: Editorias da Folha de São Paulo; Banco Central do Brasil, Atas do Copom. Elaboração própria.

Glossário: a.a – ao ano ; p.p – ponto percentual

A partir do mês de junho de 2003 as decisões do Copom foram de baixar a taxa de juro. Neste primeiro ano de Governo Lula houve uma redução de dez pontos percentuais (10%) nas taxas de juros.

A teoria da agenda permitiu verificar que os editoriais tiveram um diálogo permanente com os dirigentes do aparelho burocrático do Estado buscando influenciar a orientação dos assuntos públicos. O tema economia é considerado, segundo McCombs (2009) como um assunto público, assim verificamos que durante o ano de 2003 a instituição FSP teve 43 editoriais nos quais a temática foram as decisões do Copom sobre a taxa de juros. A instituição FSP sempre se posicionou pela redução das taxas de juros, coincidentemente as decisões do Banco Central a partir do mês junho foram de reduzi-las, chegando ao final do ano de 2003, a uma redução de 10%, porém, cabe acrescentar que as reduções ainda foram consideradas baixas pela FSP.

No entanto, seguindo as orientações sobre a atualidade jornalística, observamos que o tema do sistema financeiro sobre a taxa Selic ocupa um espaço importante nos editoriais da FSP.

6.6 O JORNALISMO ECONÔMICO E AS DECISÕES DO COPOM: AS MATÉRIAS DA FOLHA DE SÃO PAULO

A análise se debruça agora sobre a produção jornalística da Folha de São Paulo que aborda as decisões do Copom sobre a taxa de juros. O enfoque adotado busca analisar a relação entre o jornal Folha de São Paulo (jornalismo econômico constituído pelos jornalistas que assinam matérias, colunas específicas -Repercussão e Painel e matérias não assinadas), as fontes que são mencionadas e os vínculos institucionais dessas fontes.

Como mencionado, a pesquisa incluiu um total de 351 matérias, das quais 282 matérias assinadas por 17 jornalistas, 44 edições da coluna Painel, 9 da coluna Repercussão e 16 matérias não assinadas que, em conjunto realizaram 502 consultas a 185 fontes vinculadas a 95 instituições. A caracterização como instituição tem aqui um caráter amplo, incluindo-se na denominação empresas financeiras e não financeiras, consultorias, associações de representação de classe patronal e de trabalhadores, academias, órgãos estatais, Congresso Nacional, etc.

A Tabela 4 sintetiza os dados, com a identificação dos jornalistas, das colunas, o número de matérias e o número de fontes e um índice indicativo da diversidade e repetição das fontes. Considerando-se a ênfase da análise na relação com as fontes, o ordenamento da tabela se deu pelo número de fontes consultadas.

Tabela 4 - Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003

Jornalistas, colunas e matérias não assinadas	Números de matérias (A)	Número de fontes (B)	Número de consultas às fontes (C)	Diversidade das fontes (B/A)	Repetição das fontes (C/B)
Repercussão	9	65	87	7,2	1,3
Matérias não assinadas	16	39	50	2,4	1,3
Jose Alan Dias	27	30	34	1,1	1,1
Fabricio Vieira	70	29	37	0,4	1,3
Painel S.A	44	26	47	0,6	1,8
Maeli Prado	20	25	38	1,3	1,5
Sandra Balbi	16	20	22	1,3	1,1
Maria Cristina Frias	25	19	42	0,8	2,2
Adriana Mattos	22	17	28	0,8	1,6
Erica Fraga	11	11	12	1,0	1,1
Guilherme de Barros	12	9	14	0,8	1,6
Roberto Dias	3	9	10	3,0	1,1
Cintia Cardoso	5	9	9	1,8	1,0
Claudia Rolli	5	9	9	1,8	1,0
Claudia Trevisan	7	9	9	1,3	1,0
Kennedy Alencar	13	8	21	0,6	2,6
Leonardo Souza	14	7	7	0,5	1,0
Gustavo Patu	9	6	8	0,7	1,3
Georgia Carapetkov	16	6	8	0,4	1,3
Paulo Peixoto	7	5	10	0,7	2,0
Total	351	(*)185	502		
Jornalistas	282				
Colunas	69				

(*) Numero efetivo de fontes

Observando-se o número de matérias publicadas se destacam a coluna Painel S.A (44) e alguns jornalistas, especialmente Fabricio Vieira (70), Jose Alan Dias (27), Maria Cristina Frias (25), Adriana Mattos (22)

e Maeli Prado (20), todos com vinte ou mais matérias. O número de matérias assinadas varia muito entre os jornalistas (entre 3 e 70) assim como o número de fontes mencionadas (entre 5 e 30).

Pelo número de fontes mencionadas se destacam as colunas Repercussão (65) e Painel S.A (26), as matérias não assinadas (39), e quatro jornalistas: Jose Alan Dias (30), Fabricio Vieira (29), Maeli Prado (25) e Sandra Balbi (20).

A relação entre o número de matérias e o número das fontes permite estabelecer um índice de diversidade das fontes utilizadas e a relação entre o número de consultas com as fontes um índice de repetição das fontes (colunas 5 e 6 da Tabela 4).

Como é possível observar, em alguns casos um número menor de edições vem acompanhado por um número maior de consultas realizadas. É o caso da coluna Repercussão que menciona 87 consultas em 9 edições consideradas e, em menor proporção, as matérias não assinadas que em 16 casos indicam ter realizado 50 consultas. Também é o caso de uma jornalista (Maria Cristina Frias) que em 25 matérias incluiu 42 consultas.

Entre os jornalistas que mais recorreram a uma mesma fonte estão Kennedy Alencar, Maria Cristina Frias, Paulo Peixoto, Adriana Mattos, Guilherme de Barros, Maeli Prado e a coluna Painel S.A.

Tais indicações quantitativas dão conta de que o tema foi relevante para o jornal e além dos editoriais, foi abordado em diferentes espaços, mobilizando um número expressivo de fontes entre as quais algumas ganharam maior centralidade, como veremos na sequência.

6.6.1 As fontes e seus vínculos

Ao abordar as decisões sobre a taxa Selic no período anterior, durante e posterior à reunião do Comitê de Política Monetária, os jornalistas, as matérias não assinadas e as colunas mencionaram um conjunto de fontes com a indicação do vínculo institucional no período da consulta. Para a pesquisa considerou-se esta indicação embora se tenha claro que cada uma das pessoas indicadas como fonte está inserida em um universo de diversos vínculos institucionais além de relações informais de diversas ordens. Em alguns casos também se mencionam vínculos anteriores, especialmente quando significa dar maior reconhecimento ou credibilidade à fonte, como por exemplo, indicar que ocupou a presidência ou uma diretoria do Banco Central.

Considera-se também que a opção do autor da matéria por explicitar um determinado vínculo da fonte e não outro se relaciona com o conteúdo da própria matéria e a legitimidade e representatividade

técnica e política que se atribui à fonte, por exemplo, quando se menciona a condição de presidente de uma entidade de classe e não sua empresa. Ao mesmo tempo avalia-se que a própria fonte busca definir sobre qual identidade prefere ser reconhecido ao ser consultado. Em todos os casos, entende-se que o vínculo indicado é pertinente à fonte e a partir dele faremos a análise para identificar em termos mais amplos que tipos de vínculos ganham maior centralidade na rede de fontes do jornalismo econômico da Folha de São Paulo.

As instituições foram classificadas de acordo com a seguinte ordem:

- 1) **Instituições ou grupos financeiros** (bancos, grupos, corretoras, distribuidoras, fundos de investimento,);
- 2) **Empresas ou grupos não financeiro** (empresas ou grupos industriais, comerciais, serviços entre outros); ⁸³
- 3) **Empresas de Consultoria**;
- 4) **Associações de classe do empresariado não financeiro** (caso dos sindicatos, federações ou confederações e associações do setor não financeiro como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESC e a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, e entidades ligadas a elas);
- 5) **Associações de classe do setor financeiro** (como Federação Brasileira de Bancos – Febraban, e a Federação Nacional de Instituições de Crédito, Financiamento e Investimentos – Fenacrefi);
- 6) **Associações de classe e organizações sindicais representativas dos trabalhadores assalariados** (como a Central Única dos Trabalhadores – CUT, e Força Sindical) ;
- 7) **Associações profissionais** (como a Ordem dos Economistas e a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade);
- 8) **Instituições Acadêmicas** (inclui Universidades e entidades de ensino superior como FGV e Ibmecc);
- 9) **Poder Executivo e órgãos estatais** (inclui Presidência, IBGE, IPEA e o próprio Banco Central); 10) **Poder Legislativo** (Deputados e senadores).

O foco central aqui é verificar como as instituições se distribuem a partir da classificação adotada e qual o número de fontes que se

⁸³ Grande parte dos grupos econômicos atuam tanto no setor financeiro como não financeiro. Neste caso classificou-se pela identidade predominante (como é o caso do Grupo Votorantin, classificado como não financeiro e o Grupo Itaú como financeiro).

vinculam a elas. Os resultados encontram-se na tabela 5, que inclui também os percentuais da participação em cada caso.

Tabela 5 - Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.

Número de Instituições e de fontes vinculadas

Instituições	Núm. de instituições	%	Núm. de fontes vinculadas	%
Instituições/grupos financeiros	36	38,0	64	34,6
Associações de classe (setor não financeiro)	20	21,0	26	14,0
Empresa de Consultoria	11	11,6	24	13,0
Empresa/grupo não financeiro	8	8,4	8	4,3
Instituições Acadêmicas	6	6,3	23	12,4
Associações de classe/sindicatos (trabalhadores)	4	4,2	7	3,8
Poder Executivo/Órgãos Estatais (*)	4	4,2	12	6,5
Associações de classe (setor financeiro)	3	3,2	4	2,2
Associações profissionais	2	2,1	2	1,1
Poder Legislativo	1	1,0	15	8,1
TOTAL	95	100,0	185	100,0

(*) Inclui Banco Central

Pelos dados da tabela é possível constatar que as instituições financeiras correspondem a 38% do total de instituições (95), que somadas às associações de classe do setor (3), chega a 41,2%. A maior presença do setor financeiro se verifica também quando consideramos o número de fontes que se vinculam a essas instituições (incluindo as entidades de classe): 68 fontes, que representam 36,8% do total(185).

As empresas e grupos não financeiros (8), somados à suas associações de classe (20) representam 29,4% mas fornecem apenas 18,3% das fontes. Neste caso, as fontes preferenciais são presidentes ou diretores das entidades de classe (14% das fontes). Percebe-se uma presença importante de fontes vinculadas às empresas de consultoria que

representem 11,6 % das instituições mas oferecem 13% das fontes, praticamente o mesmo número das entidades de classe do setor não financeiro.

Embora representem apenas 6,3% das instituições, as acadêmicas participam com 12,4 % das fontes, concentradas em duas delas, a FGV e a Unicamp (contribuindo com 9 e 7 respectivamente de um total de 23 fontes vinculadas à academia). Fontes do Poder Executivo e órgãos estatais representam apenas 4% % das instituições e 6,5% das fontes. A maioria das consultas se concentra na própria figura do Presidente da República (amplamente citado por um dos jornalistas), e no presidente do Banco Central (Henrique Meirelles). As fontes vinculadas ao Poder Legislativo representam 8,1%, com maior presença portanto que o Poder Executivo.

Chama atenção neste contexto a pouca presença de fontes vinculadas à organização dos trabalhadores, cujas entidades representam apenas 4,2% das instituições e com participação menor ainda quanto ao número de fontes, apenas 3,8%. Foram consultados membros da direção da CUT, da Força Sindical, da CGT e do DIEESE. Esses dados sinalizam a pouca participação das entidades dos trabalhadores como fonte de consulta para o jornalismo econômico da Folha na matéria em pauta.

Constata-se assim uma presença predominante do setor financeiro, tanto no que refere ao número de instituições quanto à quantidade de fontes que são consultadas.

Analisando os dados acima de forma desagregada (Tabela 6) podemos identificar instituições específicas com maior grau de centralidade, considerando-se como patamar que pelo menos possua três fontes incluídas nas consultas. Entre as 95 consideradas, 17 atendem a este requisito. Entre elas, 6 instituições financeiras (com destaque para o ABN-Amro com 6 fontes, o Itaú e o Unibanco, ambos com 5 fontes), 3 empresas de consultoria, com destaque para a Consultoria Tendência (com 7 fontes), 3 instituições acadêmicas (FGV, Unicamp e UFRJ), Fiesp (cinco fontes), a CUT (quatro fontes) e o Bacen (3 fontes). O destaque neste caso fica para o poder Legislativo, com quinze fontes, como já identificado na Tabela anterior. (Para uma lista completa da centralidade das instituições, ver Apêndices).

Tabela 6 - Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.

Instituições (com três ou mais fontes)

Instituições	Número de fontes	Classificação específica
Poder Legislativo	15	10
FGV	9	8
Cons. Tendência	7	3
Unicamp	7	8
Poder Executivo	7	9
Bc ABN-Amro	6	1
Bc Itaú	5	1
Bc Unibanco	5	1
Fiesp	5	4
Bc Santos	4	1
CUT	4	6
BankBoston	3	1
Bc Lloyds TSB	3	1
Cons. MCM	3	3
Cons. Global Invest	3	3
UFRJ	3	8
Bacen	3	9

6.6.2 A centralidade das fontes

A partir dos dados mais agregados busca-se verificar a seguir qual o grau de centralidade das fontes, ou seja, busca-se verificar quantas vezes uma determinada fonte foi acionada e a que instituição está vinculada. A lista completa das fontes e seus vínculos encontra-se em Apêndice.

Para análise das fontes, considerou-se como patamar aquelas com grau de centralidade cinco ou mais, o que significa que foram citadas este número de vezes pelas matérias jornalísticas. Nesta condição estão 33 fontes e a elas correspondem 268 citações o que representa 54% sobre o total de 502 (Tabela 7).

Tabela 7- Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.

Vínculos das fontes com maior centralidade (5 ou mais consultas)

Instituições	Número de fontes
Instituições/grupos financeiros	14
Associações de classe (setor não financeiro)	5
Empresa de Consultoria	3
Empresa/grupo não financeiro	2
Instituições Acadêmicas	3
Associações de classe/sindicatos (trabalhadores)	1
Poder Executivo/Órgãos Estatais (*)	4
Poder Legislativo	1
TOTAL	33

(*) Inclui Banco Central

Em conjunto, podemos constatar que as fontes jornalistas com maior número de menções estão vinculadas principalmente ao setor financeiro (14 fontes), à associações de classe do setor não financeiro (5 fontes), à empresas de consultoria (3 fontes), à empresas não financeiras (2), à instituições acadêmicas (3 fontes), ao Poder Executivo e órgãos estatais (4 fontes) e ao Poder Legislativo (apenas uma fonte). As informações mais detalhadas encontram-se na Tabela 7.

Como mencionado, entre as 33 fontes de maior centralidade 14 são vinculadas a instituições financeiras e elas foram mencionadas 116 vezes, que corresponde a 23% do total de 502. Entre as fontes com mais de dez consultas, no setor financeiro se destacam Alexandre Póvoa (14) do Banco Modal, Sérgio Werlang (13) do Banco Itaú, Alexandre Schwartzman (13) do Unibanco e Hugo Penteado (10) do Banco ABN-Amro. Este último banco sinaliza para a presença de fontes vinculadas a grandes instituições financeiras estrangeiras como é o caso de Octavio de Barros (9), do Banco BBV, de Paulo Leme (9) do Goldman Sachs, de Aquiles Mosca (6) do mesmo ABN-Amro, Carlos Kawall (6) do Citibank e Alexandre Bassoli (6) do HSBC. (Para a lista completa das fontes e seus vínculos, ver Apêndices).

Membros da direção da estrutura de representação de classe dos industriais se encontram entre os de maior centralidade - dez ou mais: Julio Gomes de Almeida (19) do IEDI, Horácio Lafer Piva (17) da Fiesp e Armando Monteiro Neto (11) da CNI. Um membro da FGV também se destaca entre as fontes que foram consultadas maior número de vezes: José Cezar Castanhar (10).

Tabela 8 - Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.

Centralidade das fontes – 5 ou mais consultas.

Nome das Fontes	Núm.de consultas	Vínculo das fontes	Classificação da instituição
Julio Gomes de Almeida	19	IEDI	4
Horacio Lafer Piva	17	Fiesp	2
Alexandre Póvoa	14	Bc Modal	1
Sérgio Werlang	13	Bc Itaú	1
Alexandre Schwartzman	13	Bc Unibanco	1
Armando Monteiro Neto	11	CNI	4
Henrique Meirelles	11	Bacen	9
Hugo Penteado	10	Bc ABN-Amro	1
José Cezar Castanhar	10	FGV	8
Octavio de Barros	9	Bc BBV	1
Paulo Leme	9	Bc Goldman Sachs	1
Roberto Padovani	9	Cons. Tendência	3
José Alencar	9	Poder Exec	9
Márcio Cypriano	7	Bc Bradesco	1
Roberto Troster	7	Febraban	1
Lula	7	Poder Exec	9
Aquiles Mosca	6	Bc ABN-Amro	1
Carlos Kawall	6	Bc Citibank	1
Alexandre Bassoli	6	HSBC	1
Jorge Simino	6	Unibanco Asset Manag.	1
Luis Suzigan	6	Cons. LCA	3
José Augusto Marques	6	ABDIB	4
Abram Szajman	6	Fecomercio/Cons.Tendencia	4
Antonio Palocci Filho	6	Poder Exec	9
Elson Teles	5	Bc Boreal	1
Alexandre Maia	5	Gap Asset Manag.	1
Antônio Ermírio de Moraes	5	Grupo Votorantim	2
Fernando Montero	5	Cons. Tendência	3
Paulo Skaf	5	ABIT	4
Paulo Pereira da Silva	5	Força Sindical	6
Affonso Celso Pastore	5	FGV	8
Heron do Carmo	5	FIPE	8
Antonio Delfim Neto	5	Poder legislativo	10

Total	268		
-------	-----	--	--

Em termos gerais, portanto, é possível constatar que o universo financeiro ganha um espaço privilegiado como fonte para a análise das matérias relativas ao processo de definição das taxas de juros Selic na Folha de São Paulo, durante o ano de 2013. Essa presença tende a confirmar o que a literatura constata sobre a presença do setor financeiro no processo de globalização, e de forma específica o espaço que passou a ocupar nas mídias, como foi analisado, e tende a confirmar a hipótese levantada no início da pesquisa sobre a efetividade deste fenômeno no caso brasileiro, a partir da análise de um dos principais jornais publicados no país.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se inserir a análise no processo de globalização financeira das últimas décadas, que significou uma completa reorganização dos sistemas financeiros globais e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira, com maior abertura e desregulamentação dos mercados que, entre outras implicações, intensificou a concentração de capitais, com operações de fusões e incorporações, incluindo as empresas de mídia. Observou-se como a trajetória do grupo Folha de São Paulo se insere neste processo, por um lado pelas transformações internas que ocorrem em sua composição acionária, na qual passam a participar instituições financeiras (banco e fundos de investimentos), quanto pela expansão que realiza tanto pela formação ou incorporação de empresas quanto pela associação estratégicas com outros grupos da área. Assim, uma das características principais de posicionamento estratégico do grupo é a crescente tendência para o investimento em tecnologias da informação. O Grupo Folha é um dos principais provedores de acesso a Internet - UOL -, além de ter o jornal Folha.com como um dos mais lidos no ambiente virtual. O estudo realizado sobre o Grupo Folha nos demonstra que a concentração e diversificação da propriedade tais como jornais impressos, revistas, jornal online, gráfica, nos permite afirmar que o campo jornalístico e o mundo dos negócios se cruzam a cada passo.

Constatou-se como o noticiário econômico ganhou espaço no jornal e se desenvolveu um jornalismo econômico que, no caso específico das decisões sobre a taxa de juros Selic, se expressou em colunas específicas, matérias informativas não assinadas, matérias assinadas por um número relativamente grande de jornalistas, além de vários editoriais. É importante ter presente que o posicionamento da Folha em seus editoriais foi a favor da baixa da taxa juro Selic. Assim, as decisões mensais do Copom ao longo de 2003 receberam uma atenção permanente do jornalismo econômico da Folha de São Paulo.

Na cobertura jornalística sobre o tema, verificou-se que o jornal mobilizou um conjunto amplo de fontes - identificamos 185 -, que foram consultadas ou citadas ao longo do ano, algumas delas mais de uma vez. Este procedimento de consulta é um indicador importante da relação que estabelece entre o jornalismo econômico e seu campo de análise. A identificação básica dessas fontes revelou uma diversidade de vínculos institucionais que inclui acionistas e alto dirigentes de grandes empresas financeiras e não financeiras nacionais e estrangeiras e economistas a elas

vinculados, dirigentes das principais associações de classe representativas do patronato e da classe trabalhadora assalariada, parlamentares, membros do Poder Executivo, incluindo o próprio presidente da República e especialmente o presidente do Banco Central.

Ao mesmo tempo, a análise mais detalhada sobre o universo dessas fontes consultadas pelo jornalismo econômico da Folha de São Paulo permitiu constatar uma clara preferência pelas fontes vinculadas ao sistema financeiro, que se expressa tanto pelo maior número de vínculos com as instituições financeiras como pela quantidade de vezes em que são mobilizadas. Por mais que haja polifonia presentes no noticiário financeiro, o peso relativo das fontes advindas das instituições financeiras conotam a tendência a criar convergência entre os meios de comunicação e o universo financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira A. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: ABREU, Alzira A. de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida. (Org.) **Mídia e Política no Brasil**: jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ABREU, Alzira A. de. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 48, maio 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292005000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2015.

ABREU, Alzira A. de. Jornalistas e editorias de economia. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 10, 2001, Brasília. Artigo. P. 1-14. **Artigo**. Disponível em:
<http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1216.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

AGUIAR, Itamar. Eleições presidenciais de 2002: Partidos, Elites e a Perspectiva de Mudança. 360 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ANDREATTA, Jane Cristina; PAULA, Germano Mendes de. Fusões, Aquisições e Internacionalização do Setor Bancário Brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9, **Artigo**. Uberlândia: SEP. P. 1-24. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=785>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

ANJ: Associação Nacional de Jornais. Disponível em: <anj.org.br>. Acesso em 23 abr. 2010.

_____. Maiores jornais do Brasil: ano 2003. Disponível em:
<<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em 23 abr. 2010.

ANGELO, I. **Febraban**: 40 anos de participação. São Paulo: Febraban, 2007.

ANTUNES, Elton. Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico. **Em Questão**, Porto Alegre, v.13. n.1, p.25-40, jan/jun 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/1997/1093>>. Acesso em 18 fev. 2015.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

ARESTIS, Philip; PAULA, Luiz Fernando de; FERRARI-FILHO, Fernando. A nova política monetária: uma análise do regime de metas de inflação no Brasil. **Econ. soc.** Campinas, vol.18, n.1, p. 1-30, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182009000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (AAB). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. São Paulo: CENEDEM, 1990.

AZEVEDO, Fernando. Agendamento da Política. In: RUBIM, A. & AZEVEDO, F. (Org.) **Comunicação Política**: Conceitos e Abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dez anos de metas para a inflação no Brasil**: 1999 – 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 23 mai. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Funções do Banco Central do Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

_____. **Dez Anos de Metas para a Inflação - 1999-2009**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2011.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. v. I. São Paulo: Ática, 1990.

BALANCIERI, Renato. **Um método baseado em ontologias para explicitação de conhecimento derivado da análise de redes sociais de um domínio de aplicação**. 2010. 148 p. Tese. (Programa de Pós-Graduação Engenharia e Gestão do Conhecimento) - UFSC. Florianópolis, 2010.

BARCELOS, Raphael Magalhães. Um Estudo Introdutório para o Entendimento das Metas Inflacionárias. In: Congresso do PET, 2004, Brasília. Revista do PET, 2004. Disponível em: <http://vsites.unb.br/face/eco/peteco/dload/monos_012004/raphael.pdf>. Acesso em: 11 dezembro 2010.

BASILE, Sidnei. **Elementos de jornalismo econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BLINDER, A. S. Central-Bank Credibility: Why Do We Care? How Do We Build It? **NBER Working Paper** No. 7161, 1999.

BLUSTEIN, Paul. **Vexame**: Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2002.

BOGDANSKI, Joel; TOMBINI, Alexandre; WERLANG, Sergio R.C. Implementing inflation targeting in Brazil. In: Inflation targeting in Brazil: a collection of working papers. *Banco Central do Brasil*, p. 7-28, 2001.

_____. Implementing Inflation Targeting in Brazil. **Working Papers Series**, Banco Central do Brasil, jul, 1-29, 2000.

BORGATTI, Stephen P.; EVERETT, Martin G.; FREEMAN, L.C. **Ucinet 6 for Windows**: Software for social network analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002. Disponível em: <<http://www.analytictech.com>> Acesso em: 20 ago. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. “A influência do Jornalismo”. In: BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

_____. Questions aux vrais maîtres du monde. **Le monde**, 14 de outubro de 1999.

_____. The political field, the social science field, and the journalistic field. In: BENSON, R.; NEVEU, E. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005.

BRAGA, José. Carlos, CINTRA, Marco Antonio. Finanças dolarizadas e Capital Financeiro: exasperação sob comando americano. In: FIORI, J. L. (org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 253-308.

BURT, R. S. **Structural holes: the social structure of competition**. Cambridge, Harvard University Press, 1992.

CALDAS, Suely. **O jornalismo econômico**. São Paulo: Contexto, 2003.

CARDOSO, Eliana; DANTAS, Daniel. Brazil after 1982: Adjusting or Accommodating? In: WILLIAMSON, John. (Org.). **Latin American Adjustment to the Debt Crisis: How Much Has Happened?**. Washington DC: Institute for International Economics, 1990, p. 129-153.

CARVALHO, Carlos Eduardo. Ocultamento e mistificação nas relações do BCB com os bancos: notas sobre a experiência brasileira. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, v.1, n.6, p. 195-220, 2005.

CARVALHO, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Giuliano Contento de; MONTEIRO, Marcelo Balloti. Banco Central do Brasil: institucionalidade, relações com o Estado e com a sociedade civil, autonomia e controle democrático. **CEPAL/IPEA**. Brasília. v. 31, p.1-48. 2010. Disponível em:<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28144/S2011962_pt.pdf?sequence=1 >. Acesso em 1 ago de 2011.

CARVALHO, Fernando Cardim. Independência do Banco Central e disciplina monetária. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 14, n. 4(60), p. 134-141, out./dez. 1995.

CARVALHO, Samantha V. C. B. R. **Internacionalização da mídia brasileira: a trajetória da Gazeta Mercantil**. 2001. Tese (Doutorado em

Comunicação Social) Faculdade de Comunicação Social, Unesp. São Paulo, 2001.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAIA, Vera; AZEVEDO, Fernando. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 14, p. 1-32, 2008.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Iniciação a uma teoria das fontes: tipificação das fontes**. O xis da questão (blog), 12 set. 2010. Disponível em : <<http://www.oxisdaquestao.com.br>>. Acesso em: 12 set. 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Le discours d'information médiatique : La construction du miroir social**. Paris: Nathan, 1997.

_____. et al.(org.). **La télévision et la guerre Déformation ou construction de la réalité?** Le conflit en Bosnie (1990-1994). Bruxelas: De Boeck Université, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo no fim-de-século, **Economia e Sociedade**, Campinas, n.5, dez. 1995.

_____. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (Coord.) **A Mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo, Xamã, 1998.

_____. A 'nova economia': Uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003, p. 43-70.

_____. **La finance mondialisée**. Paris: Editions la découverte, 2004.

_____. (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Doze teses sobre a mundialização do capital. In: FERREIRA, Carla; SCHERER, André Forti (Org.) **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro**: reflexões e alternativas. Lajeado: UNIVATES, 2005.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo. A dinâmica financeira internacional e a tendência à dolarização das economias latino-americanas. **Análise econômica**, Porto Alegre, v. 18 n. 34, p. 127-152, set. 2000. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10659/6293>>. Acesso em: 22 set. 2010.

CINTRA, Marco Antonio; SCHERER, André. Pensar o impensável: o desenrolar da crise de crédito global. **Revista Princípios**, p.6-13, abril/maio, 2008.

COMPANHIA DE NOTÍCIAS. Pesquisa credibilidade da mídia 2008. Disponível

em:<http://www.cdn.com.br/cdnportal/arquivo/CDNEP_PesquisaCredibilidade_VApresenta%C3%A7%C3%A3oEVENTO_14ago08.pdf>.

Acesso em: 21 jan. 2009.

CORAZZA, Gentil. O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo/RS, v. 2, n. 1 jan./jun. 2006.

CROSS, R.L., PARKER, A. AND BORGATTI, S.P. A birds-eye view: Using social network analysis to improve knowledge creation and sharing. **Knowledge Directions**, p. 48-61. 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/Deyse/Downloads/cross,%20parker%20and%20borgatti%20-%20A_birds_eye_view.pdf> Acesso em: 22 fev. 2015.

CUNHA, André Moreira. As propostas de reforma do sistema financeiro e seus limites. In: Scherer, A. e Ferreira, C. (Org.) **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro**: reflexões e alternativas. Lajeado: UNIVATES, 2005, p.63-89.

DEGENNE; Alain & Michel FORSÉ. *Les réseaux sociaux: une analyse structurale en sociologie*. Paris: Armand Colin, 1994.

DELGADO, Nelson Giordano. **O regime de Bretton Woods para o comércio mundial**: Origens, instituições e significado. Rio de Janeiro: EDUR/UFRRJ, 2009.

DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade jornalística**: o debate contemporâneo do conceito. - 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Departamento de Jornalismo.

DIAS, André Bonsanto. As memórias da Folha de S. Paulo durante o regime militar no Brasil: o processo de construção de uma identidade a partir de suas lembranças e esquecimentos. **Estudos em Comunicação**. n. 10, p. 127-153 Dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/10/pdf/EC10-2011Dez.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.

DUARTE, Jorge; FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa. Relacionamento fonte/jornalista. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 345-359.

DUCROT, Oswald. **Polifonía y argumentación**. Cali: Universidad del Valle, Colômbia, 1988.

DUMÉNIL, Gerard. A América Latina na mundialização neoliberal. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/dge2005a.doc>> Acesso em: 18 jul. 2010.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do capital**: Uma história do Sistema Monetário Internacional. São Paulo: Editora 34, 2000.

ESTRELA, Marco Antonio. **Banco Central do Brasil e suas funções**. 2005. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?BCUNI20090313>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

FARHI, Maryse. O impacto dos ciclos de liquidez no Brasil: Mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária. **Política**

Econômica em Foco, n. 7. nov., p. 152-183, abr. 2006. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim7/Secao_V_Maryse.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2010.

FERRARI et alii. A nova política monetária: uma análise do regime de metas de inflação no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1 (35), p. 1-30, abr. 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. CPDOC. Cem anos de JK. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/apresentacao>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

FERREIRA, Alceu Conceição. **Os Donos da Dívida: Um Enfoque Sociopolítico da Dívida Pública Interna durante o Governo FHC**. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – UFSC, Florianópolis, 2005.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual da redação**. São Paulo: Publifolha, 2010.

FONSECA, Francisco. Mídia e Democracia: Falsas Confluências. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 22, p. 13-24, jun. 2004.

_____. **O consenso forjado A grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2005.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica**. 2003. 335 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: <<http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/Carlos-Eduardo-Franciscato.pdf>>. Acesso em: 27 jan.2010.

FREITAS, Maria Cristina Penido. A evolução dos bancos centrais e seus desafios no contexto da globalização financeira. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 397-417, jul./set. 2000.

_____. Banco central independente e coordenação das políticas macroeconômicas: lições para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 2 (27), p. 269-293, ago. 2006.

_____. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 125-145, 2009.

FRIDMAN, Milton; FRIDMAN, Rose. **Liberdade de Escolher**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (Org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GANS, Herbert. **Deciding What's News: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. New York: Pantheon Books, 1979.

GASPARI, Elio. **A Ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

_____. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1987.

GENTILLI Victor. Os primeiros mil dias: a reforma da Folha de São Paulo de 1975 a 1977. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32, 2009. Curitiba. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1639-1.pdf>>. Acesso em: 13 nov.2014.

GOMES, Wilson. **A Transformação da Política**. Versão manuscrita original, 2003.

GONÇALVES, Reinaldo. Grupos Econômicos: uma análise conceitual e teórica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p.491-518, dez. 1991.

_____. Globalização financeira e economias nacionais: volatilidade e vulnerabilidade. **Indicadores Econômicos FEE**, v.25, n.2, p. 253-281, 1997. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/794/1058>>. Acesso em: dezembro 2010.

_____. Maxidesvalorização, vulnerabilidade externa e a crise brasileira, **Indicadores Econômicos FEE**, v.27, n.1, p. 59-69, 1999. Disponível em: <revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/1766/2134>. Acesso em: 28 fev. 2015.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, 78, p.1360-1380, 1973.

GUARESCHI, Pedrinho. **Os construtores da informação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALIMI, Serge. **Os novos cães de guarda**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HANNEMAN, R. A. **Introduction to Social Network Methods**. Riverside: University of California, 2001.

HANNEMAN, R.A.; RIDDLE, M. **Introduction to social network methods**. Riverside, CA: University of California, 2005. Disponível em: <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/C4_netdraw.html>. Acesso em: 13 out. 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

IANONI, Marcus. O lobby dos bancos no Brasil: um estudo sobre a Febraban vis à vis o estado. In: ENCONTRO DA ABCP,8, 2012, Gramado. **Mesa Redonda de Política e Economia**. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/12_7_2012_17_7_1.pdf>. Acesso em: 15 ago.2013.

_____. O retorno da querela da autonomia do Banco Central. **Teoria e Debate**, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, n.118, nov.2013. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/economia/o-retorno-da-querela-da-autonomia-do-banco-central?page=full#sthash.KaYRc1Gx.dpuf>>. Acesso em: 17 ago.2014.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo do desastre; tradução Vânia Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOCH, Ingedore. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. História e política no Brasil: relações de jornalistas com o regime militar 1964-1980. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA E LIBERDADE, 20, 2010, Franca. UNESP - Campus de Franca. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Alice%20Mitika%20Koshiyama.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1988.

_____. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Edusp, 2000.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

LAGO JÚNIOR, Mário Wilson do. **Redes sociais informais intraorganizacionais e os processos e mudanças organizacionais**: estudo em uma empresa de tecnologia da informação. Salvador, 2005.

LAFER, Celso. **O Sistema Político Brasileiro**: Estrutura e Processo. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LENE, Hérica. O jornalismo econômico ontem e hoje: resgate histórico de sua expansão no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2, 2004, Florianópolis.

LIEDTKE, Paulo F. **Governando com a mídia:** duplo agendamento e enquadramento no Governo Lula (2003-2006). Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) - UFSC, 2006.

LIMA, Venício. Existe concentração na mídia brasileira? Sim. **Observatório da Imprensa.** Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/plq010720031.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LIMA, Venício. **Mídia:** Teoria e Política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Mídia:** Teoria e Política. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Sete teses sobre a relação Mídia e Política.** São Paulo: Mimeo, 2003.

_____. **Mídia Crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

LIPPMAN, Walter. **Opinião Pública.** Petrópolis: Vozes, 2008.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização - a Folha de São Paulo em 1974. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 72-107.

_____. Democratização brasileira: memória histórica e narrativa da imprensa (1974-1990). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 14, 2012. Florianópolis. **Anais Eletrônicos.** Disponível em: <<http://www.anpuh-sc.org.br/encontro2012/uploads/simposio-02-trabalho-14.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LOPES, Omar Barreto. **Fatos e números:** valores notícias, quantidade e o poder das fontes no jornalismo econômico. 2002. 211 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os economistas no governo.** Gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. A participação dos economistas no governo. **Análise**, Porto Alegre v. 17 n. 2 p. 345-359 jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/face/ojs/index.php/face/article/viewFile/314/251>>. Acesso em: 23 dez 2010.

_____; ABRUCIO, Fernando L. **Incrementalismo, negociação e accountability**: análise das reformas fiscais no Brasil (mimeog. s/ data).

LOZARES COLINA, Carlos, 2005: “Bases socio-metodológicas para el análisis de redes sociales”, *Empiria*, nº 10, pp. 9-36.

MAGALHÃES, Luiz Antonio. Jornalismo impresso: reinvenção ou decadência. **Revista UFG**, Ano 10, n. 5, p. 23-31. Dezembro 2008. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2008/pdf/03_Dossie3.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MANNING, Paul. **News and News sources**: a critical introduction. London: Sage, 2011.

MARQUES, Eduardo Carlos. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1751.pdf>>. Acesso em 27 fev. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. **Os Manuscritos econômico-filosóficos**: O terceiro manuscrito. Filosóficos e outros textos escolhidos. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **O Capital**. Livro 3. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTELETO, Regina. Análise de Redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, n.1, p.71-81, jan./abr. 2001.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3.ed. Trad. Carlos A. Silveira. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCCHESENEY, Robert W. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: MORAES, Denis (org.). **Por uma outra comunicação**. Mídia, mundialização, cultura e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1994.

_____. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MENDONÇA, Helder Ferreira de. A teoria da independência do banco central: uma interpretação crítica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 101-127, jan./mar. 2000.

_____. **Independência do banco central, âncoras nominais e coordenação de políticas**: uma análise de diversos mecanismos de estabilização. Tese (Doutoramento)–Rio de Janeiro, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

_____. Independência do banco central e coordenação de políticas: vantagens e desvantagens de duas estruturas para estabilização. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 1 (89), p. 109-120, jan./mar. 2003.

MENDONÇA, Helder Ferreira de; DEZORDI, Lucas Lautert; CURADO, Marcelo Luiz. A determinação da taxa de juros em uma economia sob metas para inflação: o caso brasileiro. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 97-110, dez. 2005. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1155/1497>>. Acesso em: 18 jan. de 2011.

MICHALET, Charles.-Albert. **O que é a mundialização?** São Paulo: Loyola, 2003.

ANDI. **Mídia e políticas públicas de comunicação.** Disponível em: <<http://www.andi.org.br/politicas-de-comunicacao/publicacao/midia-e-politicas-publicas-de-comunicacao>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, 2002, p. 155-184.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, 1999, p. 253-276.

_____. A eleição Visível. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, n. 2, p. 289-310, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n2/a04v46n2.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

_____. Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 10, n.1, 2004, p. 91-111, 2003.

_____. Mídia e Opinião Pública. In: **Sistema Político Brasileiro: uma introdução.** São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung/Ed. Unesp, 2004. p. 331-341.

_____. Discurso, meios e vínculo eleitoral. **UNIrevista - Vol. 1, n. 3, julho 2006.** Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Miguel.PDF> Acesso em: 18 jan. 2009.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

MINELLA, A.; FREITAS, P. de; GOLDFAJN, I.; MUINHOS, M. **Inflation Targeting in Brazil: Constructing Credibility under Exchange**

Rate Volatility. **Journal of International Money and Finance**, 22(7):1015-1040, Dec. 2003.

MINELLA, Ary C. **Banqueiros: Organização e Poder Político no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.

_____. O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiro\$. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 15, n.2, p. 505-546, 1994.

_____. Elites Financeiras, Sistema Financeiro e o Governo FHC. In: RAMPINELLI, W. J. e OURIQUES, N. D. (Org.) **No Fio da Navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. **Fundamentos teóricos e metodológicos para análise do empresariado financeiro no atual contexto de globalização financeira**. Florianópolis: digit., 1999.

_____. Reforçando a Hegemonia Financeira Privada: a privatização dos bancos estaduais. In: FERREIRA, A. C. e ALVIM, V. **A Trama da Privatização: a reestruturação neoliberal do Estado**. Florianópolis: Insular, 2001.

_____. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. **Civitas**, Porto Alegre, v.3, n. 2, p.245-272, jul-dez. 2003.

_____. Reestruturação do sistema financeiro brasileiro e a representação de classe do empresariado (1994-2004). In: WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE, 4, 2004, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005b.

_____. Grupos financeiros no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico dos maiores credores privados. In: WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE: O MUNDO EMPRESARIAL E A QUESTÃO SOCIAL 5, Porto Alegre. **Mesa Redonda: 03 — Grupos Econômicos e poder político**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/5workshop/pdf/mesa03_ary.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2015.

_____. Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n.18, p.100-125,

jul./dez. 2007. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a06.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

_____. Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: a rede transassociativa no ano 2006. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, p. 31-56, jun. 2007.

_____. Construindo hegemonia: democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina). **Cad. CRH** [online]. 2009, vol.22, n.55, p. 13-40.

MINTZ, Beth; SCHWARTZ, Michael. **The Power Structure of American Business**. Chicago: University of Chicago, 1985.

_____. Capital flows and the process of financial hegemony, **Theory and Society**. Vol. 15, n. 1-2. January, 1986, p. 77-101. Dordrecht: Springer Netherlands, 1986.

_____. (eds.). **Intercorporate Relations: The Structural Analysis of Business**. New York: Cambridge University, 1992.

MODENESI, A. **Regimes monetários: teoria e experiência do real**. 1.ed. Rio de Janeiro: Manole, 2005.

MOLINA, José L. **El análisis de redes sociales: Una Introducción**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2001.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. **News as purposive behaviour: on the strategic use of routine events, accidents, and scandals**. *American Sociological Review*, v. 39, n. 1, p. 101-112, fev. 1974.

MORAES, Dênis. Mídia e globalização neoliberal. **Revista Contraponto**, n.7, p. 7-22, 2002. Disponível em:
<<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/472>>. Acesso em: 07 set.2013.

_____. **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro, Record, 2003.

MORAIS, L. A evolução institucional do Banco Central e as mudanças de política monetária no Brasil no período 1964-1998. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 195-220, 2005.

NEVEU, Érick. **Sociologie du journalisme**. Paris: La Découverte, 2001.

NOVELLI, José M. N. O Campo dos Economistas e o Debate sobre a Independência do Banco Central do Brasil no Pós-64. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 21, 1998, Chicago: LASA, 1998.

_____. **Instituições, política e idéias econômicas: o caso do Bacen (1965-1998)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

_____. **Inflação e Desinflação: Coalizões, Conflitos e Instituições no Brasil e em Outros Países**. Ano. Folhas. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Unicamp, Campinas, 2007.

_____. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v.18, n.36, p. 227-240, jun. 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/14.pdf>. Acesso em: 20 ago.2012.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. Francisco de Oliveira vincula reforma a interesses do mercado. **Jornal da Unicamp**, Campinas, ed. 225, p. 6-6, 2003. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2003/ju225pg06.html> Acesso em: 18 set. 2010.

OLIVIERI, Cecília. **A Política de Nomeação do Alto Escalão do Banco Central do Brasil (1985-2000)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – USP, São Paulo: 2001.

_____. Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 29, p. 147-168, 2007.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1987.

PATRICIO, Inês. Inflação, Comportamento Político e Bancos Centrais. **NEIPP UFF: Núcleo de Pesquisa sobre Estado, Interesses Organizados e Políticas Públicas**. Disponível em:

<http://www.sep.org.br/artigo/7_congresso_old/PATRICIO_.pdf>.

Acesso em: 2 ago. de 2011.

PAULANI, Leda M. **Modernidade e Discurso Econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Economia e retórica: o capítulo brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol.26, n.1 p. 3-22, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 mar. 2015.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso Estrutura ou Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. A economia e a política no Plano Real. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 4(56), out./dez. 1994, p. 129-149. Disponível em: <www.rep.org.br/pdf/56-10.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2012.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser; GOMES, Cleomar. **O regime de metas de inflação e a armadilha da taxa de juros/taxa de câmbio**. 2009.

Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/listar_.asp?cat=13&offset=60>.

Acesso em: 10 dez. 2010.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Tradução de Paulo da Rocha Dias. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 13-29, 2. sem. 2004.

PHILLIPIS, B.S. **Pesquisa social: estratégias e táticas**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1974.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.179-195, nov., 2001.

PINTO, Manuel. O Jornalismo como campo social e como domínio de formação. In: **Comunicação e Sociedade**, Braga, n.º 1, 1999.

_____. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 14, p.277-294, 2000.

PIRES, Elaine Muniz. Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004). **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n. 35, p. 305-313, dez/2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2224/1325>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

PORTO, Mauro. Interpretando o mundo da política: perspectivas teóricas no estudo da relação entre psicologia, poder e televisão. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23, Caxambu, MG. 1999

_____. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antônio Albino C. (Org.) **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004, p. 74-104.

PORTUGAL JR., José Geraldo (org.). **Grupos econômicos: expressão institucional da unidade empresarial contemporânea**. São Paulo, FUNDAP/IESP, 1994.

PRADO, Maria Clara. **A real história do real**. Uma radiografia da moeda que mudou o Brasil. Editora Record, 2005.

PRATES, Daniela; CUNHA, André; LÉLIS, Marcos. **A gestão do regime de câmbio flutuante no Brasil**. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211144430.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2010.

PULITI, Paula. A financeirização do noticiário econômico no Brasil (1989-2002). 314 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

QUIROGA, A. **Introducción al análisis de datos reticulares: prácticas con UCINET6 y NetDraw1 Versión 1**. Departamento de Ciencias Políticas da Universidad Pompeu Fabra. 2003. 41p. Disponível

em: <<http://revista-redes.rediris.es/webredes/talleres/redes.htm>>. Acesso em 24 jul. 2007.

RAMONET, Ignácio. O poder midiático. In: MORAES, Dênis de. (Org.) **Por uma outra comunicação**. Mídia, mundialização, cultural e poder. São Paulo: Editora Record, 2003.

RAPOSO, Eduardo. Política e Economia no Brasil Contemporâneo: A Autonomia do Banco Central do Brasil. In: **XI Encontro Regional de História**. Rio de Janeiro: ANPUHRIO, 2004.

_____. KASAHARA, Yuri. Estado. Mercado e Autonomia do Banco Central do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política, 4. Rio de Janeiro. ABCP/PUC, 2004.

_____. O Banco Central do Brasil: O Leviatã Ibérico. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABCP, 5. Belo Horizonte: ABCP/UFMG, 2006.

_____. **O Banco Central do Brasil: O Leviatã Ibérico: uma interpretação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

REICH, Robert. International Financial Networks and Institutions. **Current Sociology**, Loughborough, v.38, n. 2-3, p. 259-281, Sept.1990.

_____. **Supercapitalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIGOLON, Francisco J. R. Independência do Banco Central: Teoria e Aplicações para o Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, IPEA v.28, nº.2. 1998.

ROUBINI, Nouriel. Roubini Global Economic (blog). Disponível em: <www.rgemonitor.com>. Acesso em 12 mar. 2008.

RUA, Maria das Graças. A Independência do Banco Central: Administrativa ou Política? In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. **Reforma de Estado e Democracia no Brasil**. Brasília: Enap, 1997.

RUBIM, Antonio A.C.; AZEVEDO, Fernando. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 43. 1998, p. 189-216.

_____. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

_____. Espetáculo, política e mídia. In: FRANÇA, Vera et alli. (Orgs.) **Livro da XI Compós**. Estudos de Comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2003, p.85-103.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação**. São Paulo: Edicon, 2003.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

SCHLESINGER, Philip. Repenser la sociologie du journalisme. Les stratégies de la source d'information et les limites du média-centrisme. **Réseaux**, n. 52, 1992. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 23 set.2013.

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Combook, 2011.

SCOTT, John. **Social Network Analysis: a handbook**. 2 ed., London: Sage Publications, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. O rosto do mundo, In: **Folha de S. Paulo**. Primeira página. 5. ed. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 9-11.

SICSÚ, João. Teoria e Evidências do Regime de Metas Inflacionárias. **Revista de Economia Política**, vol. 22, n. 1 (85), janeiro-março/2002. Disponível em: <<http://www.joaosicsu.org/textos/artigosrevistasreferee/Teoria%20e%20Evidencias%20do%20Regime%20de%20Metas%20Inflacionarias.pdf>>. Acesso em: 13 dez. de 2010.

_____. Expectativas inflacionárias no regime de metas de inflação: uma análise preliminar do caso brasileiro. **Economia Aplicada**, v. 6, n. 4, 2002. Disponível em: <<http://www.joaosicsu.org/>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

SIGAL, Leon. **Reporters and officials: the organization and politics of newsmaking**. Lexington D. C. Heath, 1973.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Revista Matrizes**, v. 3 n.1, 2009. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/117>>. Acesso em: 17 nov. 2012.

SILVA, Gabriela Augusta da. **Sistema Financeiro e vínculos com o Estado na América Latina: a direção dos Bancos Centrais**. 2010. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

SINGER, Paul. Marx e mercado. In: ROCHA BARROS, A.L. et al. **Ensaio crítico sobre o capitalismo e o socialismo**. São Paulo: Editora A. Garibaldi, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SODRÉ, Muniz. O ethos midiaticizado. In: **Antropológica do Espelho**. Por uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOLA, Lourdes; GARMAN, Christopher; MARQUES, Moisés. Banco Central, Autoridade Política e Governabilidade Democrática. In: SOLA et al. **Banco Central: Autoridade Política e Democratização - Um Equilíbrio Delicado**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SOUZA, Enéas. Banco Central e o domínio invulgar das finanças. In: FERREIRA, C.; SCHERER, A. F. **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas**. Lajeado: UNIVATES, 2005.

SPONHOZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade:** ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

_____. Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts. **Soc. estado**. Brasília, v. 23, n. 3, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922008000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jun. 2010.

STEINBERGER, Margarethe. **Discursos geopolíticos da mídia**. São Paulo: Cortez, 2005.

STEINER, Philippe. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, Richard. Banks from a Sociological Perspective. In: AHRNE, Góran (Ed.). **Sociology in the World: Essays in Honor of Ulf Himmelstrand on His 65th Birthday**. Uppsala: Uppsala Universitet, 1989.

TASCHNER, Gisela Black. **Folhas ao vento:** análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAQUINA, N. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VERÓN, Eliseo. **La Semiosis Social:** Fragmentos de una teoría de la discursividade. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social network analysis:** methods and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WEBER, Max. Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 13-21, jan. 2005. ISSN 1984-6924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2084>>. Acesso em: 17 mai. 2011.

WOLF, M. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é (anti)capitalismo. **Crítica Marxista**, n.17, p.37-50, 2003. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica17-A-wood.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

_____. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Capitalismo e democracia. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (Orgs.) **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. CLACSO, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.18.doc>>. Acesso em: 19 de jul. 2010.

APÊNDICE A — Quadro 13

Quadro 13 - Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.

Fontes e seus vínculos (ordem alfabética pelas fontes)

Fontes	Vínculos
Abram Szajman	Cons. Tendência/ Fecomercio
Adi dos Santos Lima	CUT
Adolpho Nardy Filho	Bc Cruzeiro do Sul
Adriano Fontes	Arx Capital Manag
Affonso Celso Pastore	FGV
Alan Gandelman	Cor. Ágora Sênior
Alan Marinovic	ABM Consult.
Alberto Borges Matias	Unibanco Asset Manag.
Aldo Rebelo	Poder Legislativo
Alexandre Bassoli	HSBC
Alexandre Maia	Gap Asset Manag.
Alexandre Póvoa	Bc Modal
Alexandre Schwartsman	Bc Unibanco
Alexsandro Agostini	Global Invest
Alfredo Setubal	Anbid
Aloisio P. de Araujo	FGV
Aloizio Mercadante	Poder Legislativo
Álvaro Bandeira	Cor. Ágora Sênior
Andrei Spacov	Bc Unibanco
Antonio C. Pôrto Gonçalves	FGV
Antonio Delfim Neto	Poder legislativo
Antônio Ermírio de Moraes	Grupo Votorantim
Antônio Martins da Costa	Eletricid. de Portugal
Antonio Palocci Filho	Poder executivo
Aquiles Mosca	Bc ABN-Amro
Armando Monteiro Neto	CNI
Arthur Virgilio	Poder legislativo
Arturo Porzecanski	Bc ABN-Amro
Bc Santos	Bc Santos
Beto Albuquerque	Poder legislativo
Beto Scretas	Schroder's Brasil
Bóris Tabacof	Bracelpa
Canindé Pegado	CGT
Carlos Alberto Grana	CUT
Carlos Cintra	Bc Prosper
Carlos da Costa	Ibmec Educacional

Carlos de Paiva Lopes	Abinee
Carlos Guimarães	Citigroup
Carlos Kawall	Bc Citibank
Carlos Langoni	FGV
Carlos Mariani	Firjan
Carlos T. de Freitas	Ibmec Educacional
Carlos T. de Freitas Filho	UFRJ
Celso Toledo	MCM Consultores
Chico Alencar	Poder Legislativo
Clarice Messer	Fiesp
Cláudio Adilson Gonzalez	Cons. MCM
Claudio Considera	FGV
Clive Botelho	Bc Santos
Cristiano Oliveira	Bc Schahin
Cristiano Souza	MB Associados
Dawber Gontijo	HSBC Invest Bank
Eduardo Berger	Bc Lloyds TSB
Eduardo Fornazier	Bc Santos
Eduardo Rezende	Mellon Global Invest
Eduardo Suplicy	Poder legislativo
Edward Amadeo	Cons. Tendência
Elson Teles	Bc Boreal
Ely Steinbruch	Grupo Vicunha
Emanuel Pereira	Gap Asset Manag.
Erivelto Rodrigues	Cons Austin Asis
Eugênio Staub	Gradiente
Fábio Akira	Bc JP Morgan
Fábio Barbosa	Bc ABN-Amro
Fabio Silveira	MB Associados
Felipe Illanes	Bc Merrill Lynch
Fernando Cardim	UFRJ
Fernando H. Cardoso	Poder executivo
Fernando Montero	Cons. Tendência
Fernando Pinto Ferreira	Cons. Global Invest
Fernando Sarti	Unicamp
Francisco E.P. de Souza	UFRJ
Francisco Lopreatto	Unicamp
Gabriel Freitas	ABM Consult.
Gabriel Jorge Ferreira	Febraban
Geraldo Alckmin	Poder executivo
Geraldo Carbone	Bc BankBoston
Gesner Oliveira	FGV
Getulio Pernambuco	CNA

Guido Mantega	Poder executivo
Guilherme Afif Domingos	ACSP
Guilherme da Nóbrega	Bc Fibra
Gustavo Loyola	Cons. Tendência
Gustavo Marin	Citibank
Henrique Meirelles	Bacen
Heron do Carmo	FIPE
Horacio Lafer Piva	Fiesp
Horst Kohler	FMI
Hugo Penteadó	Bc ABN-Amro
Ibrahim Eris	Eris Consultores
Ivoncy Ioschpe	IEDI
João Augusto Salles	Cons Lopes Filho
João Batista Baba	Poder legislativo
João Bosco	Mov.Nac.dos Produtores
João Felício	CUT
João Paulo Cunha	Poder legislativo
Joaquim Kokudai	Bc Lloyds TSB
Joel Bogdanski	Bc Itaú
John Welch	Bc WestLB
Jorge Gerdau Johannpeter	Grupo Gerdau
Jorge Marquez-Ruarte	FMI
Jorge Simino	Unibanco Asset Manag.
José Alencar	Poder executivo
José Antônio Pena	BankBoston
Jose Arthur Assunção	Fenacrefi
Jose Augusto de Castro	AEB
José Augusto Marques	ABDIB
José Berenguer	Bc ABN-Amro
José C. Pinheiro Neto	GM
Jose Carlos Aleluia	Poder Legislativo
José Cezar Castanhar	FGV
José Julio Senna	Cons. MCM
José Márcio Camargo	PUC-RJ
José Maria Barrionuevo	Barclays Cap Invest
José Serra	Poder Legislativo
Juan Jensen	Cons. Tendência
Júlio Gomes de Almeida	IEDI
Jutahy Junior	Poder Legislativo
Ludwig Moldan	Bracelpa
Luís Afonso Lima	Bc BBV
Luis Augusto Candiota	Bacen
Luis Fernando Lopes	Bc JPMorgan

Luís Suzigan	Cons. LCA
Luiz A. Vaz das Neves	Cons. Planner
Luiz C. Bresser Pereira	FGV
Luiz C. Delben Leite	Abimaq
Luiz E. Martinez-Alas	Moody's Invest Service
Luiz Fernando Furlan	Poder Executivo
Luiz Gonzaga Belluzzo	Unicamp
Luiz Marinho	CUT
Luiza Erundina	Poder Legislativo
Lula	Poder Executivo
Maílson da Nóbrega	Cons. Tendência
Marcelo Carvalho	Itaú Corretora
Marcelo de Avila	Cons. Global Invest
Márcio Cypriano	Bc Bradesco
Marco Franklin	Arx Capital Manag
Marcos Lisboa	Bc Unibanco
Marcos Rocha	FGV
Marcos Sudano	Bc Unibanco
Maria da C.Tavares	Unicamp
Maria Helena Zockun	Ordem dos Economistas
Maria Lúcia Camargo	Bc Sudameris
Mário Bernardini	Fiesp
Mário Mesquita	Bc ABN-Amro
Miguel Arraes	Poder Legislativo
Miguel Ribeiro de Oliveira	Anefac
Miguel Vaiani	Fiesp
Mohamed El-Erian	Pimco Invest
Newton Rosa	Sul América Invest
Octavio de Barros	Bc BBV
Odair Abate	Bc Lloyds TSB
Oiram Corrêa	Fecomercio
Paulo Cunha	Grupo Ultra
Paulo Leme	Bc Goldman Sachs
Paulo Levy	IPEA
Paulo N. Batista Jr	FGV
Paulo Pereira da Silva	Força Sindical
Paulo Saab	Eletros
Paulo Skaf	ABIT
Raymundo Magliano Filho	Bovespa
Reinaldo Gonçalves	Unicamp
Ricardo Braule Pinto	IBGE
Ricardo Carneiro	Unicamp
Ricardo Denadai	Cons. LCA

Roberto Chadad	Abravest
Roberto Faldini	Fiesp
Roberto Padovani	Cons. Tendência
Roberto Setubal	Bc Itaú
Roberto Troster	Febraban
Robson Andrade	ABDIB
Rodrigo Boulos	Bc Santos
Roger Agnelli	Vale do Rio Doce
Salomão Quadros	FGV
Sandra Utsumi	BES Investimentos
Sergio Cavalieri	FIEMG
Sergio Habermeld	Abief
Sergio Mendonça	Dieese
Sérgio Werlang	Bc Itaú
Synesio Batista da Costa	Abrinq
Tiao Viana	Poder Legislativo
Timothy Kearney	Bear Stearns Comp
Tomás Málaga	Bc Itaú
Vladimir Caramaschi	Cor Fator Doria Atherino
Waldemar Verdi Junior	Fenabreve
Walter Mendes	Schroeders Brasil
Wilson Cano	Unicamp

APÊNDICE B — Quadro 14

Quadro 14 - Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.

Fontes e seus vínculos (ordem alfabética pelos vínculos)

Fontes	Vínculos
José Augusto Marques	ABDIB
Robson Andrade	ABDIB
Sergio Habermeld	Abief
Luiz C. Delben Leite	Abimaq
Carlos de Paiva Lopes	Abinee
Paulo Skaf	ABIT
Alan Marinovic	ABM Consult.
Gabriel Freitas	ABM Consult.
Roberto Chadad	Abravest
Synesio Batista da Costa	Abrinq
Guilherme Afif Domingos	ACSP
Jose Augusto de Castro	AEB
Alfredo Setubal	Anbid
Miguel Ribeiro de Oliveira	Anefac
Adriano Fontes	Arx Capital Manag
Marco Franklin	Arx Capital Manag
Henrique Meirelles	Bacen
Luís Augusto Candiota	Bacen
José Antônio Pena	BankBoston
José Maria Barrionuevo	Barclays Cap Invest
Aquiles Mosca	Bc ABN-Amro
Arturo Porzecanski	Bc ABN-Amro
Fábio Barbosa	Bc ABN-Amro
Hugo Penteadó	Bc ABN-Amro
José Berenguer	Bc ABN-Amro
Mário Mesquita	Bc ABN-Amro
Geraldo Carbone	Bc BankBoston
Luís Afonso Lima	Bc BBV
Octavio de Barros	Bc BBV
Elson Teles	Bc Boreal
Márcio Cypriano	Bc Bradesco
Carlos Kawall	Bc Citibank
Adolpho Nardy Filho	Bc Cruzeiro do Sul
Guilherme da Nóbrega	Bc Fibra

Paulo Leme	Bc Goldman Sachs
Joel Bogdanski	Bc Itaú
Roberto Setubal	Bc Itaú
Sérgio Werlang	Bc Itaú
Tomás Málaga	Bc Itaú
Fábio Akira	Bc JP Morgan
Luis Fernando Lopes	Bc JPMorgan
Eduardo Berger	Bc Lloyds TSB
Joaquim Kokudai	Bc Lloyds TSB
Odaír Abate	Bc Lloyds TSB
Felipe Illanes	Bc Merrill Lynch
Alexandre Póvoa	Bc Modal
Carlos Cintra	Bc Prosper
Clive Botelho	Bc Santos
Eduardo Fornazier	Bc Santos
Bc Santos	Bc Santos
Rodrigo Boulos	Bc Santos
Cristiano Oliveira	Bc Schahin
Maria Lúcia Camargo	Bc Sudameris
Alexandre Schwartzman	Bc Unibanco
Andrei Spacov	Bc Unibanco
Marcos Lisboa	Bc Unibanco
Marcos Sudano	Bc Unibanco
John Welch	Bc WestLB
Timothy Kearney	Bear Stearns Comp
Sandra Utsumi	BES Investimentos
Raymundo Magliano Filho	Bovespa
Bóris Tabacof	Bracelpa
Ludwig Moldan	Bracelpa
Canindé Pegado	CGT
Gustavo Marin	Citibank
Carlos Guimarães	Citigroup
Getulio Pernambuco	CNA
Armando Monteiro Neto	CNI
Erivelto Rodrigues	Cons Austin Asis
João Augusto Salles	Cons Lopes Filho
Cláudio Adilson Gonzalez	Cons. MCM
José Julio Senna	Cons. MCM
Fernando Pinto Ferreira	Cons. Global Invest
Marcelo de Avila	Cons. Global Invest
Luís Suzigan	Cons. LCA
Ricardo Denadai	Cons. LCA
Luiz A. Vaz das Neves	Cons. Planner

Edward Amadeo	Cons. Tendência
Fernando Montero	Cons. Tendência
Gustavo Loyola	Cons. Tendência
Juan Jensen	Cons. Tendência
Maílson da Nóbrega	Cons. Tendência
Roberto Padovani	Cons. Tendência
Abram Szajman	Cons. Tendência/ Fecomercio
Vladimir Caramaschi	Cor Fator Doria Atherino
Alan Gandelman	Cor. Ágora Sênior
Álvaro Bandeira	Cor. Ágora Sênior
Adi dos Santos Lima	CUT
Carlos Alberto Grana	CUT
João Felício	CUT
Luiz Marinho	CUT
Sergio Mendonça	Dieese
António Martins da Costa	Eletricid. de Portugal
Paulo Saab	Eletros
Ibrahim Eris	Eris Consultores
Gabriel Jorge Ferreira	Febraban
Roberto Troster	Febraban
Oiram Corrêa	Fecomercio
Waldemar Verdi Junior	Fenabreve
Jose Arthur Assunção	Fenacrefi
Affonso Celso Pastore	FGV
Carlos Langoni	FGV
Aloisio P. de Araujo	FGV
Antonio C. Pôrto Gonçalves	FGV
Claudio Considera	FGV
Gesner Oliveira	FGV
José Cezar Castanhar	FGV
Luiz C. Bresser Pereira	FGV
Marcos Rocha	FGV
Paulo N. Batista Jr	FGV
Salomão Quadros	FGV
Sergio Cavaliere	FIEMG
Clarice Messer	Fiesp
Horacio Lafer Piva	Fiesp
Mário Bernardini	Fiesp
Miguel Vaiani	Fiesp
Roberto Faldini	Fiesp
Heron do Carmo	FIPE
Carlos Mariani	Firjan
Horst Kohler	FMI

Jorge Marquez-Ruarte	FMI
Paulo Pereira da Silva	Força Sindical
Alexandre Maia	Gap Asset Manag.
Emanuel Pereira	Gap Asset Manag.
Alexsandro Agostini	Global Invest
José C. Pinheiro Neto	GM
Eugênio Staub	Gradiente
Jorge Gerdau Johannpeter	Grupo Gerdau
Paulo Cunha	Grupo Ultra
Ely Steinbruch	Grupo Vicunha
Antônio Ermírio de Moraes	Grupo Votorantim
Alexandre Bassoli	HSBC
Dawber Gontijo	HSBC Invest Bank
Ricardo Braule Pinto	IBGE
Carlos T. de Freitas	Ibmec Educacional
Carlos da Costa	Ibmec Educacional
Ivoncy Ioschpe	IEDI
Júlio Gomes de Almeida	IEDI
Paulo Levy	IPEA
Marcelo Carvalho	Itaú Corretora
Cristiano Souza	MB Associados
Fabio Silveira	MB Associados
Celso Toledo	MCM Consultores
Eduardo Rezende	Mellon Global Invest
Luiz E. Martinez-Alas	Moody's Invest Service
João Bosco	Mov.Nac.dos Produtores
Maria Helena Zockun	Ordem dos Economistas
Mohamed El-Erian	Pimco Invest
Antonio Palocci Filho	Poder executivo
Fernando H. Cardoso	Poder executivo
Geraldo Alckmin	Poder executivo
Guido Mantega	Poder executivo
José Alencar	Poder executivo
Lula	Poder Executivo
Luiz Fernando Furlan	Poder Executivo
Aldo Rebelo	Poder Legislativo
Aloizio Mercadante	Poder Legislativo
Antonio Delfim Neto	Poder legislativo
Arthur Virgilio	Poder legislativo
Beto Albuquerque	Poder legislativo
Chico Alencar	Poder Legislativo
Eduardo Suplicy	Poder legislativo
João Batista Baba	Poder legislativo

João Paulo Cunha	Poder legislativo
Jose Carlos Aleluia	Poder Legislativo
José Serra	Poder Legislativo
Jutahy Junior	Poder Legislativo
Luiza Erundina	Poder Legislativo
Miguel Arraes	Poder Legislativo
Tiao Viana	Poder Legislativo
José Márcio Camargo	PUC-RJ
Beto Scretas	Schroder's Brasil
Walter Mendes	Schroeders Brasil
Newton Rosa	Sul América Invest
Carlos T. de Freitas Filho	UFRJ
Fernando Cardim	UFRJ
Francisco E.P. de Souza	UFRJ
Alberto Borges Matias	Unibanco Asset Manag.
Jorge Simino	Unibanco Asset Manag.
Fernando Sarti	Unicamp
Francisco Lopreatto	Unicamp
Luiz Gonzaga Belluzzo	Unicamp
Maria da C.Tavares	Unicamp
Reinaldo Gonçalves	Unicamp
Ricardo Carneiro	Unicamp
Wilson Cano	Unicamp
Roger Agnelli	Vale do Rio Doce

APÊNDICE C — Tabela 8

Tabela 8 - Folha de São Paulo. Jornalismo econômico. Abordagem do tema taxa de juros Selic. 2003.

Centralidade das Instituições – número de fontes

Instituições	Número de fontes	Classificação específica
Poder Legislativo	15	10
FGV	9	8
Cons. Tendência	7	3
Poder Executivo	7	9
Unicamp	7	8
Bc ABN-Amro	6	1
Bc Itaú	5	1
Bc Unibanco	5	1
Fiesp	5	4
Bc Santos	4	1
CUT	4	6
Bacen	3	9
BankBoston	3	1
Bc Lloyds TSB	3	1
Cons. MCM	3	3
Cons. Global Invest	3	3
UFRJ	3	8
ABDIB	2	4
ABM Consult.	2	3
Arx Capital Manag	2	1
Bc BBV	2	1
Bc JPMorgan	2	1
Bracelpa	2	4
Citibank	2	1
Cons. LCA	2	3
Cor. Agora Sênior	2	1
Febraban	2	5
Fecomercio	2	4
Gap Asset Manag.	2	1
HSBC	2	1
Ibmec Educacional	2	8
IEDI	2	4
MB Associados	2	3
Schroeders Brasil	2	1
Abief	1	4

Abimaq	1	4
Abinee	1	4
ABIT	1	4
Abravest	1	4
Abrinq	1	4
ACSP	1	4
AEB	1	4
Anbid	1	5
Anefac	1	7
Barclays Capital	1	1
Bc Bear Stearn	1	1
Bc Boreal	1	1
Bc Cruzeiro do Sul	1	1
Bc Fibra	1	1
Bc Goldman Sachs	1	1
Bc Merrill Lynch	1	1
Bc Modal	1	1
Bc Prosper	1	1
Bc Schahin	1	1
Bc Sudameris	1	1
Bc West LB	1	1
BES INVEST	1	1
Bovespa	1	1
CGT	1	6
Citigroup	1	1
CNA	1	4
CNI	1	4
Cons. Lopes Filho	1	3
Cons. Pastore	1	3
Cons. Austin Asis	1	3
Cons. Planner	1	3
Cor. Fator Doria Atherino	1	1
Dieese	1	6
Eletricid. de Portugal	1	2
Eletros	1	4
Eris Consultores	1	3
Fenabreve	1	4
Fenacrefi	1	5
FIEMG	1	4
FIPE	1	8
Firjan	1	4
FMI	1	1
Força Sindical	1	6

GM	1	2
Gradiente	1	2
Grupo Gerdau	1	2
Grupo Ultra	1	2
Grupo Vicunha	1	2
Grupo Votorantim	1	2
IBGE	1	9
IPEA	1	9
Mellon Global Invest.	1	1
Moody's Inv. Service	1	1
Mov Nac Produtores	1	4
Ordem Economista SP	1	7
Pimco Invest	1	1
PUC-RJ	1	8
Sul America Invest	1	1
Unibanco Asset Manag.	1	1
Vale do Rio Doce	1	2